

ENGENHOS DE RUA

COORDENAÇÃO
ORLANDO GARCIA

MODELOS DE INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO
DE VULNERABILIDADE/EXCLUSÃO EM PAÍSES DA CPLP

Ficha Técnica

Título: Engenhos de Rua - Modelos de intervenção com crianças em situação de vulnerabilidade/exclusão em países da CPLP

Coordenação: Orlando Garcia

Com participação de Sónia Ferreira (Angola); Maria Eleonora Rabêllo e Luciano Simões (Brasil); Lourença Tavares e Ruth Gomes (Cabo Verde); Laudolino Carlos Medina, Ector Diógenes Cassamá e Almeida da Silva Quibumba (Guiné-Bissau); Abdul Faquir, Abdul Remane e Samira Sulemane (Moçambique); Dulce Gomes, Gina Afonso, Marisa Afonso e Carla de Castro (São Tomé e Príncipe); Cipriano Oliveira (Timor-Leste); Liliana Azevedo e Paula Paçó (Portugal)

Edição: ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos, **com** ACRIDES - Associação Crianças Desfavorecidas (Cabo Verde), AMIC - Associação dos Amigos da Criança (Guiné-Bissau), FCJ - Fórum Comunicação e Juventude Oratório Don Bosco (Timor-Leste), FNF - Fundação Novo Futuro (São Tomé e Príncipe), MDM - Meninos de Moçambique (Moçambique) e Okutiuka (Angola)

Apoio Financeiro: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Alta Mane

Revisão: ACEP

Criação Gráfica: Ana Filipa Oliveira/ACEP

ISBN: 978-989-8625-03-8

Fevereiro de 2013

Índice

INTRODUÇÃO	6	GUINÉ-BISSAU	32
		Associação dos Amigos da Criança	33
ENGENHARIAS PARA MUDANÇAS DE VIDA	7	Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	48
		Aldeia Infantil SOS	52
		Instituto da Mulher e da Criança	55
1.ª FASE DO PROJECTO			
ANGOLA	13	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	57
Okutiuka	14	Fundação Novo Futuro	58
Casa dos Rapazes	26	ARCAR	67
Centro de Acolhimento de Meninas Omwenho - Ukola	28	Cáritas	70
Direcção Provincial do Huambo do Instituto Nacional da Criança	31	Direcção de Protecção e Solidariedade	73

2.ª FASE DO PROJECTO

CABO VERDE	76	TIMOR-LESTE	126
Associação Crianças Desfavorecidas	77	Fórum Comunicação e Juventude / Centro Miguel Magone	127
Centro Juvenil Chã de Matias	88	Fórum Tau Matan	138
Associação Juvenil Black Panthers	93	Orfanato Bahkita Becora	142
Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente	97	Comissária Nacional dos Direitos da Criança	146
Serviços de Reinserção Social do Ministério da Justiça	100	Educação Inclusiva do Ministério da Educação	148
MOÇAMBIQUE	102	PAÍSES PARTICIPANTES / COLABORANTES	
Meninos de Moçambique	103	BRASIL	151
Centro Juvenil Ingrid Chawner	116	Centro de Referência Integral de Adolescentes	152
Associação Massana	120	CIPÓ - Comunicação Interativa	163
Direcção Distrital de Acção Social Kamaxaquene	124	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes	172

PORTUGAL	174
Chapitô	175
Instituto de Apoio à Criança	187
Instituto da Segurança Social	196

PISTAS DE LEITURA

AS ARTES DA PRAXIS	203
---------------------------------	------------

Introdução

ACEP/Portugal, ACRIDES/Cabo Verde, AMIC/Guiné-Bissau, FCJ/Timor-Leste, FNF/São Tomé e Príncipe, MDM/Moçambique, OKU-tiuka/Angola

“Engenhos de Rua: Modelos de intervenção com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade nos países da CPLP” é um estudo comparativo que foi realizado no quadro do projecto “Meninos de Rua: inclusão e inserção”, da iniciativa da ACEP, em parceria com a Associação dos Amigos da Criança da Guiné-Bissau, a Associação Crianças Desfavorecidas de Cabo Verde, o Fórum Comunicação e Juventude Oratório Don Bosco, a Fundação Novo Futuro de São Tomé e Príncipe, a Meninos de Moçambique e a Okutiuka de Angola, desenvolvido no quadro da Comunidade de Países de Língua Portugal (CPLP) e apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, de

Portugal, e pela Fundação Alta Mane, da Suíça.

O projecto decorreu em duas fases: uma primeira que se iniciou em Novembro de 2009 e se prolongou até Maio de 2011 e uma segunda, de Outubro de 2011 e se termina em Março de 2013. A primeira fase abrangeu Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Na segunda fase, juntaram-se Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste.

Um primeiro estudo intitulado “Engenhos de Rua: Modelos de intervenção com crianças em situação de vulnerabilidade/exclusão em Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe”, concluído em Março de 2011, abrangeu os países da primeira fase. A presente publicação alarga esse estudo aos países da segunda fase, seguindo a mesma metodologia e utilizando os mesmos guiões que na fase anterior. O objectivo manteve-se: identificar pontos fortes e dificuldades de intervenção, por um lado, e divulgar experiências e boas práticas, por outro. Em cada país foram envolvidas duas ONG, para além da organização parceira no projecto, bem como a instituição governamental responsável pela área da protecção e promoção dos direitos das crianças no respectivo país. Para além dos seis países onde decorreram as actividades do projecto, alargou-se o âmbito geográfico do estudo ao Brasil e a Portugal, procurando as-

sim abranger o conjunto dos países de língua oficial portuguesa e possibilitar uma reflexão sobre metodologias de trabalho com crianças e jovens em situações de vulnerabilidade/exclusão socioeconómica ao nível da CPLP, sendo esta transposição de fronteiras um elemento inovador do presente estudo.

Esperamos que este exercício de sistematização e cruzar de olhares sobre experiências e contextos distintos seja uma ferramenta útil para um conjunto alargado de intervenientes promotores dos direitos das crianças e jovens nos países da CPLP e catalisadora de uma reflexão sobre práticas e estratégias no domínio do apoio a crianças e jovens. Esperamos ainda que a articulação ensaiada nestas páginas, entre organizações de contextos e culturas distintos, que possuem uma língua e algumas referências comuns, permita esboçar pistas para um trabalho futuro que possibilite não só a interacção das organizações da sociedade civil destes países, mas também o fortalecimento das abordagens de reforço dos direitos humanos no espaço da CPLP.

A todas as pessoas e organizações envolvidas na realização deste estudo, directa ou indirectamente, queremos deixar o nosso agradecimento.

ENGENHARIAS para MUDANÇAS de Vida

ORLANDO Garcia

BREVES INDICAÇÕES E PRECAUÇÕES

Este estudo é uma das componentes de um projecto mais alargado e deve ser considerado apenas como o início de um caminho. Em termos de condições analíticas estamos ainda numa fase laboratorial e a sistematização que se segue - “As Artes da Praxis” - não é mais do que uma “primeira” leitura “*para-analítica*”. É o arranque de um processo que se pretende de discernimento analítico, crítico, mas também, e muito intencionalmente, prospectivo e “*re-constutivo*”. Ensaia tipologias, enuncia categorizações. Procura traços específicos do campo. Desenha modelos. Ponto de partida para uma trajectória de reflexividade activa e conceptual que se pretende continuar a desenvolver e que podemos considerar como um *postulado de exigência* face às realidades prementes objectivadas neste estudo. Pretende ser muito simples e directo, imediatamente perceptível por qualquer pessoa.

Na prática tem-se tratado de uma *investigação-acção*, limitada a incursões de curta duração (dada a abrangência geográfica), o que só permite resultados parcelares do quadro reflexivo. As limitações explicativas e analíticas têm uma razão relativamente simples: devem-se aos *timings* e aos recursos

reduzidos de um estudo que está sinergeticamente integrado num projecto mais vasto que ocorreu intermitentemente pelo mundo fora (o universo dos oito países da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

Como não podia deixar de ser, a maior parte dos esforços deste estudo foram dispendidos na montagem da *objectivação* (tornar explícito e imediatamente perceptível e arrumado com critérios concertados aquilo que é complexo e contingente): que “*designs*” organizacionais, que destinatários concretos, com que modalidades e instrumentos, com que recursos e de que fontes, em que redes de suporte e de aliança, com que resultados e com que projectos para os futuros próximos.

Este processo foi demorado e relativamente atribulado, com escuta, observação directa (na maioria dos casos), recolha de informação e de testemunhos e, depois, frequentes “*vai-véns*” de afinação e compreensão entre os diversos e distantes interlocutores. A operação complexificou-se porque foi decidido alargar a recolha (e respectivos contactos) a mais duas organizações e também a uma entidade governamental do sector em cada um dos seis países que são sede das seis organizações parceiras do projecto: a ACRIDES em Cabo Verde, a AMIC

na Guiné-Bissau, o FCJ / Centro Miguel Magone em Timor-Leste, a FNF em S. Tomé e Príncipe, a MDM em Moçambique e a Okutiuka em Angola. Foram estes seis organizações parceiras directas que seleccionaram e contactaram as outras ONG para alargamento da amostra, com casos de autoria, casos de co-autoria e casos de validação, das suas parcelas de *objectivação*, referentes à sua organização, referentes ao organismo estatal definido como “*focal*” e também referente aos casos complementares observados, num processo sequencial intermitente, da recolha à redacção, gerido e orientado a partir da ACEP. No sentido de obter uma panorâmica que abrangesse os oito países da CPLP, na fase final organizaram-se os registos de quatro ONG dos países participantes/ colaborantes (Brasil e Portugal) com as participações directas (e autorais) de todas elas, assim como os registos de duas entidades das esferas governamentais.

Assim, a amostra que veio a ser trabalhada, tem a seguinte constituição: seis ONG parceiras principais, na focagem extensiva abordaram-se mais 12 ONG que actuam no mesmo sector e problemática, contactaram-se mais oito entidades governamentais que têm responsabilidades de tutela principal e, finalmente, mais quatro ONG dos dois países parti-

cipantes e colaborantes (Brasil e Portugal), casos que efectivamente participaram activamente nas actividades do projecto (e que se cruzaram intencionalmente com alguns dos parceiros) e ainda mais duas entidades de tutela estatal desses dois países participantes e colaborantes, perfazendo **um conjunto total de 32 entidades** (6 + 12 + 8 + 4 + 2) aqui focalizadas, das quais **22 são ONG e 10 são organismos estatais**.

Durante as duas fases do projecto, as seis organizações parceiras directas estiveram simultaneamente envolvidas nas outras vertentes do projecto, nomeadamente a interacção e observação directa de experiências, com o Brasil e Portugal¹, as suas próprias iniciativas no quadro do projecto e as diversas intervenções de qualificação, inovação e criatividade relativamente aos instrumentos e processos pedagógicos que estas organizações parceiras pretendem aperfeiçoar e desenvolver.

O PROBLEMA VISTO DO COSMOS

Também não podem deixar de se colocar problemas de ordem epistemológica relativamente a

este estudo: a literatura, ou o “estado da arte” relativamente aos contributos teóricos das Ciências Sociais nas problemáticas das crianças de rua / na rua, “encaixa” mal com as realidades africanas, asiáticas e sul-americanas aqui expressas. A maior parte da literatura europeia e norte-americana está principalmente centrada na chamada “infância e juventude *inadaptada*”. Essa inadaptação, está muito relacionada com os fenómenos da delinquência juvenil, dos guetos urbanos, dos disfuncionamentos familiares e dos sistemas institucionais correctivos (com extensa literatura desde a Escola de Chicago).

Acontece que aqui os sujeitos são de outras naturezas. Esta quantidade e diversidade enorme de “meninos e meninas” (em sentido lato) com que este estudo se deparou, não são propriamente “inadaptados”, mas aconteceu-lhes ficarem à deriva, “*ao deus-dará*”. Foi um propósito termos aqui transposição de pequenas sinopses de histórias de vida reais do nosso universo de destinatários, que migraram de outras vertentes do projecto. Na focagem sistémica dos “designs” organizacionais dos seis principais parceiros, quis-se abrir *janelas de empatia* sobre os sujeitos reais e concretos: na Guiné-Bissau foram recolhidas histórias mediante uma tipologia pré-estabelecida e em todos os restantes

países recorreu-se às histórias recolhidas por Alain Corbel na sua intervenção no quadro do projecto².

Os sujeitos e os seus contextos são muito distintos em relação ao panorama ocidental dos países do Norte dentro desta mesma problemática. Nos seis países parceiros predominam as vitimações por inconsistência de morfologia social, com múltiplas e diversas sequelas de guerra e/ou em quadros de instabilidade e de pobreza endémica. Na maioria dos casos, sociedades ainda deslaçadas, com Estados ainda incipientes e minimalistas. Com extensas populações jovens e vidas sociais muito precárias, deparamo-nos com uma proliferação de situações “*desorbitadas*” que atingem números muito significativos de crianças e jovens, sobretudo nos três países continentais (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique). Infelizmente não se pode aqui aprofundar a procura de linhas de especificação das singularidades destas diferentes sociedades, com distintas morfologias socioculturais, nomeadamente no binómio sociedades insulares / sociedades continentais.

Este estudo, por via das 22 organizações que são focalizadas, vislumbra perto de 10.000 crianças e jovens que, recentemente, têm vindo a ser “*enredados*” nas “*malhas*” das oportunidades de inclusão através da acção persistente dessas agências da so-

riedade civil. São números grandes e aleatórios. É apenas uma amostra: à partida elegeram-se um caso em cada um dos seis países que integraram o projecto (três na 1ª fase e outros três na 2ª fase), com a preocupação de que fossem casos credenciados e interessantes (com potencial de inovação social) e já com capital de experiência e de implantação e, a partir daí, alargou-se a recolha de informação a mais dois casos em cada país, numa prospecção que foi realizada pelas organizações parceiras. Por exemplo, para um país como Angola é apenas uma pequena amostra “em cacho” e só abarca uma província no interior do país. Nem está ainda muito visível e perceptível o universo geral de organizações que trabalham nesta problemática e quais as suas semelhanças e diferenças.

Parece evidente que este início do século XXI continua a apresentar condições hostis a milhares ou milhões de crianças em muitos países do mundo. Um número muito preocupante de crianças são forçadas a ir viver para as ruas ou nas ruas, como resultado da pobreza absoluta, abusos, abandono ou negligência, violência física e sexual, órfão devido ao SIDA ou devido à desagregação dos suportes familiares.

As políticas e estratégias governamentais não

são fáceis de discernir. A sociedade civil não parece suficientemente sensibilizada e actuante, o que é atenuado pelas solidariedades de proximidade comunitária e pelas ONG intervenientes. As Autoridades e as escolas não parecem suficientemente preparadas e orientadas para lidar com o problema e, de certa forma, tendem à normatividade repressiva logo em 1ª linha e reacção imediata. Este extenso problema está quase totalmente dependente das iniciativas e capacidades das Organizações Não Governamentais?

Parece evidente que não está a ser feito o suficiente, maugrado os esforços das ONG, e que o problema das crianças de rua continua a ser uma tragédia ignorada, o que constitui um factor perverso nas perspectivas do desenvolvimento social de qualquer sociedade.

Estas crianças e jovens, abandonados, perdidos, fugidos ou traficados, vivem em condições situacionais fortemente adversas. Provêm dos escalões mais baixos da estrutura social e estão sujeitos a uma lógica segregacionista extrema. Se a habitual socialização familiar não existe ou não funcionou ou é nitidamente *anómica* (sem normas e sem conformidade social) e se a escola foi, e é, mais um lugar onde a segregação se exerce logo à entrada, sobra

a rua. Esta(s) rua(s) como lugar, amplo e polivalente, de refúgio e de auto-sustentação onde é possível desenvolver uma luta pela sobrevivência, onde há meandros e “esquemas” para explorar, e onde também há os outros iguais e quase-iguais, os que também estão à *deriva*, os pares, que podem configurar uma minoritária “subcultura” infanto-juvenil onde se vão gerando características específicas.

Para estes jovens que, quando não estão em acolhimento, passam todo o tempo entregues à sua sorte e engenho, a rua, além de refúgio, é também o seu habitat “natural”, onde exploram as seduções e variedades de uma vida “livre e aventureira” e as gratificações socio-afectivas que lhes são proporcionadas pela integração (mesmo que precária e rotativa) em grupos de pares onde, finalmente, são alguém.

A rua dos trânsitos urbanos, com as suas ambivalências, onde são possíveis todas as formas de sofrimento, exploração e violência, mas onde também funcionam redes circunstanciais de integração social. A rua implica trajetórias deambulantes com destinos aleatórios. Uma espécie de *itinerância-nomadismo* em “territórios de fuga e sobrevivência”. Embora as proveniências possam ser muito diversas, esta rua de que se fala, este labirinto de ruas, último refúgio de todo o tipo de sem-abrigos, situa-se

sempre em contexto urbano, em cidades e nas suas periferias.

Esperemos que as novas Políticas dos Países de Língua Portuguesa que tiveram independências recentes tenham em atenção os já reconhecidos erros e consequentes efeitos-perversos das políticas ocidentais que vinham “formatadas” do século passado no domínio das chamadas “crianças e jovens em risco”, que incluem as crianças de rua e na rua. Essas Políticas partiam do pressuposto de um comportamento tendencialmente delinquente dos chamados “menores em risco” e isso marcou a atitude da “sociedade”, isto é, dos dispositivos de Justiça e de cidadania, alicerçados no sistema de valores dominante, que operaram numa lógica de resposta ao “perigo” constituído por estes jovens. O fulcro do problema residiu no facto de habitualmente se ter entendido a “reinserção social” dos “menores em risco” com um cunho marcadamente normativista, baseada numa representação socialmente dominante da “infância moderna” padronizada, o que, consequentemente, secundarizou as particularidades vivenciais deste tipo de crianças e jovens.

A acção institucional, com base nas agências oficiais legitimamente estabelecidas, tendeu a enfatizar a sua “reeducação” entendida como socia-

lização dentro das normas comumente idealizadas e aceites, e a sua “reinserção” foi perspectivada através de intervenções correctivas, viabilizadas por obra e graça da combinação de internato tutelado (num modelo *concentracionario* semi-prisional) com escolarização e/ou com formação profissionalizante. Em muitos casos este caminho não garantiu os resultados desejáveis, apesar dos seus custos elevados.

A responsabilidade social sobre as crianças e adolescentes de rua e na rua e outros grupos em condições de exclusão precoce (nas idades de socialização intensa), implica um conjunto concertado de acções que vise a alteração das trajetórias dessas crianças e jovens, procurando evitar que enveredem por carreiras delinquentes e/ou “*suicidas-alienadas*” (porque acabam por acumular todo o tipo de desgraças e desaparecem precocemente), o que tem que passar necessariamente pelo combate à marginalização social que sistematicamente se abate sobre esses “malfadados” cidadãos e cidadãs. Isto pressupõe que qualquer intervenção incidindo sobre estes destinatários, considere as suas trajetórias específicas e não prescindida da primazia da dimensão sócio-afectiva, nem dos seus interesses e motivações (forma de dizer *as suas maneiras de*

sentir e de encarar o mundo e os seus sentidos práticos e aspirações).

Pode estar a acontecer que algumas destas organizações, entre outras, estejam a inventar e a ensaiar algumas vias operativas num modelo processual de intervenção que designo de “*trans.inserção*” por contraponto a reinserção (entendida num sentido correctivo destinada a infractores), ou seja, a aposta principal pode não estar na insistência e reincidência processual que pretenda repor um encadeamento de socialização “natural” que, no passado próximo, já correu mal e está demasiado *curto-circuitado*, ou até desfeito e desaparecido, mas antes, apostar nas casuísticas singulares e proporcionar e treinar deslocações (saltos transversais) para redes socializadoras diferentes, com lógicas distintas, mas conectáveis com estes sujeitos tão sobreviventes, resistentes e singulares. A “*trans.inserção*” entendida como transporte da inserção de campos com destinos indesejáveis para campos com destinos abertos. Transporte que exige múltiplas manobras.

A «*trans.inserção*», ou a transposição da lógica socializante para um campo mais aberto estará tanto mais facilitada quanto mais mundanas forem as organizações e os seus projectos. Mundanas se intervêm em vários pólos dos contextos e, assim, an-

dam “a montante”, nas prevenções, no evitamento, nos encaminhamentos em tempo útil. Actuam nos melhoramentos do mundo. Mundanas se não se isolam nem isolam os seus utentes e se participam nos rituais identitários e se inventam encontros e cruzamentos *interclassistas e interculturais*.

Não podemos abandonar, ou não querer ver, ou muito menos castigar, estas crianças e jovens. Há que reivindicar condições extraordinárias (e, em certos casos, até relativamente excêntricas) para qualificar o mais possível os processos de socialização do que se poderá chamar de “cidadãos sem filiação inicial”, aqueles que têm sido sujeitos de uma “*socialização-nómada*” e atribulada, decorrente da ruptura dos laços sociais e das contradições, discrepâncias e desfazamentos dos sistemas e subsistemas que era suposto terem-nos inserido “normalmente”.

As condições não-ordinárias requerem novos processos e estratégias inovadoras no plano das solidariedades para que se consiga assegurar as condições universais da cidadania infantil e juvenil: casa (doméstico-afectiva), contexto identitário ou “espaços de referência” (ou seja, redes electivas), escola e formação vocacional, enquadramento compreensivo e projecção de futuro.

NOTAS

¹ No quadro do projecto, as organizações parceiras da 1ª fase (AMIC, Fundação Novo Futuro e Okutiuka) visitaram, em Abril de 2010, quatro ONG com grande experiência de intervenção baseada em expressões artísticas com jovens dos bairros periféricos de Salvador da Baía, no Brasil, e duas ONG portuguesas congéneres.

² O ilustrador Alain Corbel dinamizou ateliês de escrita e ilustração com crianças e jovens que se realizaram nas sedes das organizações parceiras: entre Maio e Agosto de 2010 na AMIC, Fundação Novo Futuro e Okutiuka, e entre Dezembro de 2011 e Agosto de 2012 no Centro Miguel Magone, na ACRIDES e na MDM.



1.ª FASE DO
PROJECTO

ANGOLA
GUINÉ-BISSAU
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ANGOLA



OKutiuka

ANGOLA

HISTORIAL DA ORGANIZAÇÃO

A Okutiuka é uma organização não governamental angolana de carácter social, apartidário, laico, não lucrativo, com personalidade jurídica, de âmbito nacional. Foi fundada em Julho de 1995, com escritura legal publicada a 10 de Março de 1997, pelo Diário da República de Angola. “Okutiuka” significa “regressar” na língua nacional Umbundu.

A Okutiuka foi fundada em Benguela e foi para Huambo em 1996. Em Benguela ficou um projecto que se autonomizou entretanto – a ONG Omunga que trabalha em diversas problemáticas com destaque para a defesa dos direitos humanos – continuando a existir uma parceria entre ambas as organizações.

Entre 1996 e 1998 decorreu a fase preambular desta ONG: realizou-se um primeiro levantamento das crianças em situações de abandono na região do Huambo e Planalto Central, com o apoio da ONG Save the Children, a que se seguiu, em 1997, um acordo com a Ajuda Humanitária Suíça para a gestão de recursos humanos locais nos projectos suíços, até que se inicia em 1998 a intervenção junto das crianças órfãs e abandonadas

na cidade, inicialmente sedeada na própria residência da mentora da organização e com o apoio inicial da ONG norte-americana World Learning, focalizada na defesa de direitos.

Assim, durante o ano de 1998 gera-se a missão específica que a Okutiuka veio a assumir, com o desenvolvimento de diversas actividades (palestras, espectáculos, piqueniques, visitas, etc.) e com o início do acolhimento de crianças, que aconteceu de forma “natural”, uma vez que as cerca de 50 ou 60 crianças que começaram a frequentar as actividades perceberam que tinham ali um refúgio e uma casa acolhedora, e começaram a adoptar aquela casa como sua e a viver ali em comunidade.

A fase que se seguiu, que estaria destinada a ser de implementação organizacional, acabou por ser “epopeica”: nos finais de 1998, no mês de Dezembro, quando os meninos iam pela primeira vez frequentar a escola, desencadeou-se o que viria a ser o último episódio na guerra civil entre a UNITA¹ e o MPLA² e a cidade do Huambo foi bombardeada. Em 15/12/98 a Okutiuka conseguiu evacuar por avião as suas 50 crianças, o seu cão e a sua pequena equipa de quatro ou cinco pessoas. Foram primeiro para o Lobito (acam-

pamento improvisado) e depois para Benguela, onde o Ministério da Assistência e Reinserção Social – MINARS lhes atribuiu umas instalações precárias e provisórias, situadas junto a uma lixeira. Foi imprescindível mobilizar parceiros solidários e organizações actantes no terreno como foi o caso do Programa Alimentar Mundial – PAM, dos Médicos Sem Fronteiras e dos Médicos do Mundo. A certa altura a Okutiuka conseguiu um acordo com a Administração Provincial para a desactivação da lixeira, mas foi necessário uma intensa campanha para contrariar os hábitos da população local, até à transformação do sítio numa zona verde. Nesse ano, as crianças vivenciaram uma cidade costeira, com praias e mar (que viam pela primeira vez), frequentaram a escola local e criaram redes e relacionamentos locais.

Na fase que se seguiu, em Dezembro de 1999, toda a comunidade da Okutiuka regressou ao Huambo (em quatro avionetas do PAM) e até meados de 2000 houve um período de transição, especialmente difícil: a anterior casa sede estava destruída e foi necessário recomeçar a partir do zero. Todas as crianças que tinham algum familiar localizável foram-lhes entregues e a sede

continuou na casa da mentora, apenas com as crianças sem qualquer retaguarda familiar. Nesse período as crianças da Okutiuka andavam gratuitamente nos transportes, por via de um acordo estabelecido e eram identificáveis através de uma camisola que todos usavam.

Em 2000, o Director Nacional da Agricultura (Cláudio Chalule) cedeu à Okutiuka as instalações (em estado de ruína) da antiga Fábrica de Leite do Huambo, que passou a ser a sede da organização e o Centro de Acolhimento. Esta nova fase começou com um período em que a comunidade se instalou em tendas e as actividades colectivas eram realizadas num “jango” (recinto circular tradicional). De 2000 a 2003 a organização foi gradualmente recuperando diversos espaços da Fábrica (espaços comuns e dormitórios), com apoios iniciais por parte da Cooperação Suíça e da Cooperação Britânica.

Esta fase de instalação e de refundação (2000 – 2004) coincidiu também com o final da guerra civil (2002) e a Okutiuka esteve envolvida nas operações logísticas dos Acantonamentos organizados para o regresso e reinstalação das populações dispersas pela guerra, tendo sido responsável pela distribuição de géneros em dois dos maio-

res Acantonamentos do Huambo. Nesse período também apoiou projectos de desenvolvimento na aldeia de Samboto (cozinha comunitária, uma escola de saúde, etc.) e iniciou um processo, que continua em curso, de reabilitação de uma antiga Fazenda colonial por via de uma organização cooperativa. Nesta fase de reinstalação do Centro e de envolvimento no processo de revitalização social, foi tendo apoios da Cooperação Suíça, do PAM, da Cooperação Francesa, da Cooperação Espanhola (para o projecto cooperativo) e da empresa TOTAL.

A fase actual (de 2005 até ao presente) tem sido de consolidação e de aprofundamento no plano do acolhimento e da reinserção social das diversas crianças que têm vivido e transitado na Okutiuka. Em 2010 vivem 59 crianças no Centro de Acolhimento e ao longo destes últimos 13 anos (desde 1998) já passaram outros tantos pela Okutiuka, vivendo agora autonomamente embora mantenham as ligações à casa de acolhimento e de orientação das suas vidas. Para a maioria, o Natal é uma ocasião de reencontros.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Província do Huambo, fica situada na região Centro-Oeste de Angola, confinando a nordeste e a leste com a Província do Bié, a sul com a Província da Huíla, a oeste com a Província de Benguela e a noroeste com a Província do Cuanza Sul.

Sendo uma das mais pequenas do país, a província estende-se por uma superfície de 35.771,15 Km², representando 2,61 por cento da extensão do território nacional. A sua população está estimada na ordem dos 2.500.000 habitantes, o que corresponde a uma densidade de cerca de 60 hab./km². A capital provincial está sediada na cidade do Huambo, que está distante de Luanda por 600km.

A maioria da população do Huambo é de origem Ovimbundu, sendo Wambo Kalunga fundador do reino de Wambo.

As suas principais produções são: batata, batata-doce, café arábica, maracujá, abacateiro, milho, feijão, trigo, citrinos e hortícolas, eucalipto, pinheiro, plantas aromáticas. Na pecuária: bovinicultura de carne, bovinicultura leiteira. Existem na província os seguintes minérios: ferro, volfrâmio,

estanho e molibdénio, fluorita, urânio, ouro, cobre, manganésio, bário, fosfatos radioactivos, caulino, grafite.

Conhecida como um dos “celeiros” de Angola, a agricultura e a pecuária representam 76 por cento da actividade económica da província, que jogou um papel primordial na estabilidade do parque industrial do país com predominância para a indústria agro-alimentar concentrada em dois sectores: o camponês e o empresarial.

A província do Huambo é conhecida como uma das maiores bacias hidrográficas do país. Os rios: Queve (Huambo), Cunene, Kubango e Cuando são os principais rios com maior caudal que podem ser utilizados para a rega, piscicultura e instalação de centrais hídricas para o fornecimento de energia eléctrica. A maior altitude da província (e do país) situa-se no Morro Moco, com mais de dois mil metros de altitude, e é desta zona que irradiam numerosos rios e cursos de água em direcção ao litoral e países vizinhos.

A província de Huambo, outrora segundo parque industrial do país, actualmente espera o retorno de várias actividades tais como: metalomecânica, química, materiais de construção, bicicletas, TV, têxteis, confecções, couros e calçado,

alimentar, bebidas e tabacos, madeira e mobiliário. Hoje algumas unidades encontram-se em plena actividade, do ramo alimentar que laboram muito aquém das suas capacidades instaladas. A indústria extractiva também aguarda um regresso às actividades, pela diversidade e riqueza em recursos minerais, constituindo um sector que clama por relançamento e exploração.

No sistema do transporte de passageiros intermunicipal e urbano já se verificam melhorias na circulação de pessoas e bens, entre os Municípios e as Comunas³. No Caminho de Ferro de Benguela continuam os esforços de reabilitação do troço ferroviário, numa extensão aproximada de 137 quilómetros, no espaço que medeia os limites fronteiriços no sentido Este/Oeste da província dentre os quais foram já reabilitados 30 quilómetros. A tendência futura é no sentido de que o Huambo venha a readquirir grande importância na rede ferroviária.

Regista-se uma operatividade em média de 1.335 voos de passageiros e de 750 voos de carga por mês. Esforços estão a ser empreendidos na manutenção da mesma, enquanto decorre o processo da construção de nova pista.

Desde a institucionalização do Fundo de De-

envolvimento Económico e Social – FDES foram financiados projectos na linha “Novo Horizonte”, após capacitações dos promotores orientadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – INAPEM, essencialmente para as moageiras, gado reprodutivo, camiões e equipamento de rega de apoio às fazendas agrícolas. A própria dinâmica da actividade económica fará surgir os meios que se perspectivam crescentes na área do comércio e dos transportes.

Rede escolar e professores requerem uma atenção especial pelo lado dos investimentos públicos. O serviço público de educação incide nos 11 municípios. Projectos de obras públicas estão apontados nesta fase de reabilitações.

Zona de planalto, apresenta um clima tropical de altitude e a sua Escola de Agronomia chegou a ter cotação internacional. Bastante debilitada pelas vagas da guerra civil, a província encontra-se em pleno processo de relançamento do seu tecido económico.

Ainda existem muitas sequelas da guerra e das deslocações populacionais e, relativamente ao universo das crianças privadas de família ou enquadramento familiar, calcula a Okutiuka que existirão ainda nesta região do Huambo cerca de

200 crianças (no mínimo) que estão em condições idênticas aos utentes actuais do Centro de Acolhimento desta ONG e que ainda não terão encontrado suporte regular em nenhuma das organizações existentes.

A propósito da problemática dos Direitos da Criança e da sua Protecção, destacam-se aqui as **Conclusões e Recomendações da IV Conferência Provincial da Sociedade Civil** realizada no Huambo em Outubro de 2010.

Conclusões sobre os 11 Compromissos do Governo de Angola para Criança:

- A situação da Criança na província do Huambo apresenta-se ainda com um quadro que merece a atenção de todos, do Estado, da sociedade civil, do sector privado.
- Existem aldeias onde ainda não há escola nem posto de saúde para atender à demanda das crianças.
- Muitos lares são verdadeiras oficinas de violência contra a Criança de vários modos. Associada à fraca cultura de denúncia, nada é feito sobre isso.
- Algumas crianças com deficiência têm sofrido com o comportamento dos pais que os controlam tran-

cando-os em quartos, deixando apenas que saiam para ir a escola.

- Os 11 compromissos da criança são uma assumpção do Governo no âmbito dos esforços para garantir à Criança tudo que ela merece.
- A garantia dos Direitos da Criança deve ser partilhada entre o Governo e a sociedade civil.
- Existem nas províncias, nos municípios e nas comunas Conselhos da Criança que velam pelas questões das crianças mas que precisam de melhorar a sua actuação.

Recomendações sobre os 11 Compromissos do Governo de Angola para Criança:

- Recomenda-se que os Conselhos da Criança criados para actuarem para a resolução dos principais problemas que se relacionam com as mesmas sejam efectivamente funcionais, fazendo acompanhamento e monitoria das acções.
- É necessário capacitar os técnicos nos municípios e nas comunas para tratarem das questões relacionadas com as crianças e melhorar as condições de trabalho dos mesmos garantindo os meios necessários

para o efeito.

- Recomenda-se às várias organizações da sociedade civil que cultivem a prática da denúncia no seio dos cidadãos por forma a que as acções de violência contra as crianças sejam tratadas por instituições e pessoas competentes.

- Para que a criança entre no Orçamento Geral do Estado, as instituições que trabalham com crianças devem realizar estudos. Juntamente com as organizações da sociedade civil, as instituições do Estado devem planificar acções tendo em conta dados concretos sobre a situação das crianças.

- O Instituto Nacional da Criança – INAC, o Ministério da Assistência e Reinserção Social – MINARS e a sociedade civil devem definir conjuntamente estratégias para acabar com a situação de crianças de rua e na rua.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

“Contribuir para a promoção do desenvolvimento das comunidades vulneráveis, intervindo em sectores que concorram para o desenvolvimento sustentável.” (Estatutos da Okutiuka)

Para além da sua principal missão estatutária,

destaca-se uma missão focalizada e especializada: acolhimento e integração social de crianças e jovens sem enquadramento familiar ou sem família com capacidade de sustentação e desenvolvimento de actividades educativas e formativas complementares.

PERFIS DOS DESTINATÁRIOS

- Crianças órfãs
- Crianças perdidas da família
- Crianças abandonadas pela família ou em famílias disfuncionais
- Crianças com famílias em situação de extrema pobreza

MODELO ORGANIZATIVO

A Okutiuka funciona segundo o modelo de uma casa. Uma casa com muita gente. Uma grande irmandade. Tem dormitórios, refeitório, biblioteca e sala de estudos, sala de convívio, sala

polivalente, anfiteatro e pátios para actividades ao ar livre. Tem também as respectivas latrinas, casas de banho, zona de lavagens, cozinha e posto de saúde.

Desde 2000 que o Centro de Acolhimento está instalado no espaço da antiga Fábrica de Lactínios. Os vários espaços da fábrica têm vindo gradualmente a ser conquistados à ruína do complexo de edifícios. Há parcelas recuperadas, há parcelas semi-recuperadas (em uso, mas em condições precárias) e há parcelas ainda em ruína não utilizável.

As actividades são planeadas mensal e semanalmente. Todas as segundas-feiras há uma reunião com toda a equipa, composta por cerca de 20 pessoas.

Na Centro de Acolhimento da Okutiuka vivem 59 crianças em regime de internato, todos rapazes (dos 7 aos 22 anos), e frequentam as actividades 110 crianças e jovens provenientes das comunidades envolventes, das quais 25 são raparigas. Na história da organização já se verificaram duas ou três excepções, ditadas pelas emergências, com acolhimento de raparigas, mas na actualidade só residem rapazes. O último a ser acolhido é do grupo dos mais novos e é uma criança com de-

ficiência auditiva. Existem outras crianças com necessidades educativas especiais.

Todas as crianças, residentes e externas, tomam o pequeno-almoço, almoço e lanche na Okutiuka.

As crianças e jovens estão organizados em comunidade, com dormitórios de sete ou oito elementos em cada compartimento, com diferentes idades e em regime de auto-organização (limpezas, arrumações, higiene, roupas e pertences, etc.), havendo também escalas para as tarefas colectivas do conjunto da comunidade.

Os mais novos exigem mais acompanhamento, porque não estão habituados a regras e têm que aprender tudo, desde a higiene pessoal (escovar dentes, lavar roupa...) até à capacidade de cooperação.

Todas as crianças estão inscritas na escola pública. Em Angola, o ensino só é obrigatório até ao 6º ano mas a organização incentiva os jovens a continuarem a escolaridade (três já foram para a Universidade e há outros casos em vias de o conseguir consoante as suas aspirações).

Para além do pólo residencial comunitário, nas instalações da Fábrica decorrem regularmente as diversas actividades complementares programa-

CASO DE MENINA ÓRFÃ

HK já saiu do Centro, onde viveu muitos anos. Vive agora numa pequena casa alugada perto da Okutiuka, a cuja história continua intimamente ligada. HK teve, até hoje, dois grandes ciclos na sua vida: o primeiro quando ela era ainda criança e adolescente, e o segundo quando ela se tornou adulta e mãe. HK é uma mulher de 21 anos que tem dois filhos pequenos, uma rapariga e um rapaz.

Primeiro ciclo: nasceu num bairro do Huambo, na zona da Fábrica de leite (onde é a actual sede da Okutiuka). Não era ainda um bairro populoso. Viveu seis anos com a mãe e o irmão mais velho. A mãe era trabalhadora do serviço comunitário da cidade e varria as ruas. Não tinham casa própria nem rendimentos suficientes. A certa altura, a mãe começou a beber e foi enfraquecendo até morrer. HK já frequentava a Okutiuka na sua primeira sede. Como não havia ninguém para cuidar dela, foi viver para a Okutiuka, e o irmão também.

Em 1999 havia sete meninas na Okutiuka. Todas elas já saíram, menos HK. Depois de uma tentativa frustrada de ir viver com uma irmã mais velha que, entretanto descobriu que tinha, voltou para o Centro (seu único acolhimento seguro).

Segundo ciclo: quando estava grávida de seis meses, HK fugiu do Huambo para Benguela porque não se queria cruzar com o pai da bebé, que não quis assumir a paternidade. Foi num lar de idosos dessa cidade que teve a sua primeira criança.

Uma semana depois do nascimento, HK voltou para o Huambo e para a Okutiuka, onde toda a gente ficou feliz. Seis meses depois, HK alugou um quarto numa casa do bairro e, para sustentar a sua nova família, começou a trançar cabelos e continuou com a profissão de cabeleireira. Embora também faça outros serviços (como carregar baldes de água), HK tem a ambição de montar o seu próprio negócio.

Passado um ano, engravidou pela segunda vez. Desta vez foi novamente viver para casa da mentora da Okutiuka e foi para o hospital no último mês. Tudo correu bem com o nascimento do bebé. Pouco tempo depois, voltou para o bairro e actualmente mora na casa de uma tia.

HK é uma das crianças da Okutiuka que fugiram da guerra e foram levadas para Benguela. Como todos os meninos da Okutiuka, começou a frequentar a escola mas já desistiu dos estudos porque é mãe e tem que sustentar-se a si e aos seus dois filhos - os pais das crianças não ajudam, de qualquer forma ela não quer depender disso.

das e as acções que resultam das iniciativas, quer dos residentes, quer dos frequentadores. A Fábrica é um espaço permanentemente aberto e auto-regulado.

MENTORES E RETAGUARDAS

A fundadora e mentora da Okutiuka, Sónia Ferreira, acumula os papéis de Secretária Executiva e de Direcção.

Como principais adjuntos tem uma supervisora (que também é enfermeira) e um responsável pela administração financeira (ex-residente do Centro).

À semelhança da comunidade de residentes, o conjunto de colaboradores também constitui uma rede coesa com características comunitárias e solidárias, com uma composição mista de elementos que vêm desde a fundação, pessoas da comunidade envolvente, ex-residentes já autonomizados e profissionais.

A Okutiuka deveria ter órgãos sociais em funcionamento regular, mas ainda não os conseguiu constituir de forma satisfatória e de acordo com as especificidades da organização. Não tem con-

CASO DE MENINO ENTREGUE AO PADRINHO E VÍTIMA DOS MAUS TRATOS DESTA

AQ vivia com a avó numa localidade da província do Huambo, enquanto os pais viviam na cidade. Quando AQ fez quatro anos, a avó faleceu. A mãe, uma mulher jovem que teve dez filhos dos quais seis morreram, foi buscá-lo. Levou-o para casa do padrinho, marido de uma tia. O padrinho mandava-o pedir esmola e maltratava-o. A tia não concordava mas calava-se por medo.

Um dia AQ decidiu ficar na rua. Pedia esmola no mercado. Na rua estava sempre sozinho, arranjava caixas de cartão e dormia por baixo dos prédios. No mercado uma vendedora contou-lhe que havia um Centro que procurava os meninos de rua. Pouco tempo depois, umas freiras mexicanas apareceram e levaram-no para esse Centro. Mas só ficou três dias até que o seu padrasto, que andava à sua procura, foi buscá-lo e levou-o outra vez para casa do tio. Passada uma semana, voltou para a rua.

Destas vezes, AQ foi para outro lugar, na cidade baixa. Nessa zona conheceu dois jovens adultos que o levaram para Okutiuka. Quando chegaram à casa onde era a sede da Okutiuka não havia ninguém no Centro, estavam no aeroporto para viajar para Benguela por causa da guerra. Foram até ao aeroporto e AQ ficou com eles. Só no dia seguinte é que conseguiram entrar todos no avião que os levou para o Lobito. Passado um mês, viajaram até Benguela onde ficaram durante dez meses em instalações improvisadas.

Um dia, em 2000, voltaram todos de avião para o Huambo. AQ voltou para a casa do padrinho onde ficou mais um ano. O padrinho continuou com os maus tratos e um dia deu-lhe uma grande cacetada na cabeça, de que ainda guarda uma cicatriz. No final da tarde, ainda sangrento, AQ fugiu pela terceira vez e refugiou-se num prédio. Depois da ajuda de uma rapariga, que o tratou e lhe deu dormida, procurou no dia seguinte, a Okutiuka, que tinha mudado para a Fábrica de leite. Ficou lá, até hoje.

AQ foi pouco à escola, já tem experiência de vários tipos de trabalhos e de formas de obter alguns rendimentos, é praticante da Igreja Baptista, leitor da Bíblia para os seus companheiros e quer ser serralheiro.

seguido encontrar as pessoas adequadas e disponíveis para esses cargos, que sejam simultaneamente voluntárias, influentes e solidárias.

As principais alianças da organização estão estabelecidas com a empresa TOTAL, quer no plano institucional, quer no plano do apoio solidário por parte de uma rede de trabalhadores dessa empresa multinacional. A Okutiuka também mantém laços com parceiros da sociedade civil, desenvolvendo contactos e relações regulares com as entidades governamentais e aderindo a projectos que sejam compatíveis com os interesses e disponibilidades da organização.

- Uma secretária (ex-residente)
- Um técnico básico de saúde (ex-residente)
- Três orientadores do sector da educação formal (dois deles residentes ou ex-residentes)
- Um motorista e mecânico
- Um ajudante do motorista e mecânico
- Três cozinheiras
- Três lavadeiras (só para roupas dos mais novos)
- Quatro guardas
- Dois voluntários – professor de capoeira
- Um voluntário – coreógrafo
- Dois estagiários do Instituto de Ciências Religiosas de Angola – ICRA

ros provenientes da iniciativa “Um camião para o Huambo” por parte de uma rede solidária e voluntária de funcionários da TOTAL.

O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação colaboram por via da facilitação de acessos ao ensino e aos serviços de saúde. O MINARS / INAC colaboram esporadicamente.

A Okutiuka mantém parcerias com a sociedade civil no sentido de ultrapassar as múltiplas dificuldades do dia-a-dia, como, por exemplo, o fornecimento diário do pão por parte de uma empresa de restauração ou campanhas de recolha de fundos.

EQUIPA

- Uma Directora/ Secretária Executiva/ Coordenadora Geral (Sónia Ferreira)
- Uma supervisora e enfermeira (Tia Betty)
- Um responsável pela logística e supervisor (Tio Zé Maria)
- Um responsável pela gestão financeira (Da Silva - ex-residente)
- Um assistente de logística e economo (ex-residente)

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

A Okutiuka sempre se desenvolveu em condições de sub-orçamentação e sujeita a múltiplas contingências.

A organização tem tido como receita um financiamento anual 80.000 USD (cerca de 58.420 Euros) provenientes do apoio institucional por parte da empresa petrolífera TOTAL e cerca de 100.000 USD (cerca de 73.000 Euros) em géne-

RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

Como já foi referido, a principal aliança da Okutiuka é com a empresa TOTAL, quer no plano institucional, como no plano do voluntariado por parte de funcionários da empresa.

As relações institucionais principais efectivam-se com o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério da Assistência e Reinserção Social – MINARS e Instituto Nacio-

nal da Criança – INAC.

Sempre que necessário, desenvolve relacionamentos casuísticos com a Polícia ou com os Tribunais ou com as autoridades locais.

Mantém relacionamentos com ONG, quer nacionais, angolanas, quer internacionais, bem como com organizações locais que prosseguem fins idênticos.

No seu historial estão organizações e entidades como Save the Children, World Learning, Programa Alimentar Mundial – PAM, Cruz Vermelha, Cooperação Suíça, Cooperação Britânica, Cooperação Francesa, Cooperação Espanhola, Médicos do Mundo, Médicos Sem Fronteiras, agora a Associação para a Cooperação Entre os Povos – ACEP, entre outros.

A Okutiuka adopta um posicionamento de cidadania activa e participa nos vários “fóruns” da sociedade civil e nas iniciativas das entidades oficiais quando para tal é convidada.

CASO DE MENINO DE RUA ÓRFÃO DE MÃE E VÍTIMA DE MAUS-TRATOS

Antes de viver na Okutiuka, JJ viveu algum tempo nas ruas do Huambo. Mas não foi nessa cidade que ele nasceu. Em bebé viveu com os seus pais e os irmãos na cidade de Bailundo. Até ao dia fatal em que a sua mãe morreu nas atribulações da guerra.

Em 2000, o pai decidiu deixar Bailundo com os filhos para ir viver no Huambo. JJ tinha 6 anos de idade e não se lembra do bairro para onde foram viver. Mas lembra-se muito bem de BC, uma mulher jovem que o seu pai encontrou e que se juntou à família com os seus dois filhos. JJ lembra-se bem dela porque lhe batia com um pau quando ele não fazia o que ela lhe mandava.

Um dia, farto dos maus-tratos, JJ decidiu juntar-se definitivamente aos seus amigos que viviam na rua. Esses amigos eram mais velhos, já tinham cerca de catorze anos, e todos eles viviam num prédio grande e vazio. O prédio era perigoso para as crianças: já tinham acontecido acidentes como foi o caso de um menino que caiu de um andar alto e morreu.

Antes de viver na rua JJ andava na 1ª classe. Deixou a escola e, para garantir algum dinheiro, JJ e os amigos faziam pequenos serviços como carregar as compras das pessoas do mercado até às suas casas. Com os trocos que conseguiam, o grupo de meninos comprava pão, arroz, fuba. Procuravam carvão, arranjavam umas pedras, uma panela e cozinhavam na rua. Para JJ o pior era não ter roupa. Apesar dessas dificuldades, ele nunca quis voltar para casa do pai que nunca procurou saber onde ele estava e como vivia.

O irmão mais novo de JJ tinha também saído de casa do pai, mas foi directamente para a sede da Okutiuka onde os dois irmãos já tinham um irmão mais velho. De vez em quando, JJ e os irmãos encontravam-se na praça. Por iniciativa de alguém que se apercebeu da situação, JJ, tal como os seus dois irmãos, foi aceite no Centro onde se sentiu imediatamente bem e nunca mais voltou para a rua.

O sonho maior de JJ é ser jogador de futebol, na posição de lateral esquerdo. E se for possível, quer viajar e ir para outra cidade como Luanda por exemplo. Actualmente JJ está no 5º ano e quer acabar a escola.

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

A Okutiuka é uma ONG de âmbito nacional, por enquanto com as suas acções centralizadas no planalto central, nos municípios do Huambo e da Tchicala Tcholoanga, comuna do Samboto.

Fornece um apoio directo em regime de internato a residentes e externato a “envolventes”, nomeadamente:

- Organização residencial
- Alimentação diária
- Acompanhamento pessoal e sócio-afectivo
- Assistência médica e medicamentosa
- Distribuição de vestuário e de produtos de higiene
- Aquisição de documentos legais de cidadão
- Ingresso no sistema formal de educação, e acompanhamento nos desempenhos escolares
- Acompanhamento psico-terapêutico (por enquanto não especializado)
- Actividades de desenvolvimento pessoal e social: desporto, artes plásticas, dança, música, teatro comunitário, novas tecnologias digitais, troca de experiências, leitura, cultura geral, viagens de férias ou fim-de-semana

- Aprendizagem de línguas (especialmente francês e inglês)

De referir que existe um grupo carnavalesco que começa a fazer tradição e aproveitam o Carnaval como pretexto para sensibilizar para a protecção do ambiente, nomeadamente utilizando materiais recicláveis. De igual modo, o grupo de teatro tem a preocupação de sensibilizar para a problemática do VIH e outras questões sociais. Em diversas ocasiões, os jovens da Okutiuka organizam pequenas exibições performativas (sobretudo à base de dança e música) e participam nos eventos da cidade.

A Okutiuka desenvolve ainda as seguintes actividades:

- Reintegração familiar
- Encaminhamento para cursos técnico-profissionais
- Sessões centradas nas responsabilidades sociais e individuais
- Legalização de terrenos e construção de casas individuais para os jovens que se autonomizam
- Apoio à integração no mercado de trabalho
- Visitas às famílias dos jovens e crianças para aconselhamento e unificação de laços afectivos

e identitários

- Apoio a pesquisas universitárias sobre a incidência de traumas de violência e abandono na vida dos jovens e crianças
- Campanhas de sensibilização sobre os direitos da criança e a necessidade de actuação conjunta para a integração activa e participativa dos jovens na vida social

A cada início de ano lectivo, a Okutiuka faz questão em divulgar a orientação da Constituição Angolana sobre o direito ao ensino, para que todos saibam que as crianças têm direito de frequentar a escola primária, que não têm que pagar nada e por isso é ilegítimo (e factor de atraso) que as crianças sejam impedidas de frequentar a escola.

A Okutiuka continua implicada no desenvolvimento do projecto de reforço organizacional e institucional de uma Cooperativa Agrícola a 60 km do Huambo (a que é feita referência no histórico). Não existe qualquer relação entre esse projecto (de cariz comunitária rural) e o Centro de Acolhimento e de actividades infantis e juvenis que é aqui focado.

RESULTADOS OBJECTIVÁVEIS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA OS DESTINATÁRIOS

Estão 59 meninos a residir actualmente no Centro de Acolhimento da Okutiuka. Por coincidência, até ao presente já saíram do projecto outros tantos: 59.

A organização procura acompanhar as trajetórias de todos os que vão saindo e se vão autonomizando. Vai acompanhando também as vidas e orientações dos rapazes e raparigas do meio envolvente que fazem parte da “família alargada”.

Do conjunto total dos ex-residentes que já se autonomizaram, percebe-se que há seis casos de insucesso, jovens que, depois das suas saídas, ficaram meio perdidos, andaram de emprego em emprego, começaram a beber e não encontraram formas satisfatórias e desejáveis de integração e mobilidade social.

Todos os outros têm a sua casa, as suas famílias e estão a trabalhar (Luanda, Benguela, Huambo) em áreas como informática, mecânica, construção... Alguns têm vindo a fazer formação profissional nos centros acreditados pelo Governo. Como já foi referido, há também os casos que conseguem fazer percursos universitários.

De forma a criar condições concretas e materiais de autonomização, a Okutiuka tem vindo a comprar talhões de terreno num bairro urbanizado da periferia da cidade que são registados em nome dos residentes que vão saindo. Até ao momento, já adquiriu nove talhões, cinco dos quais já têm casas implantadas e habitadas (casas padronizadas com blocos de adobe à maneira tradicional).

CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO:

A Okutiuka está neste momento no processo de aquisição das instalações da Fábrica onde funciona a sua sede desde a sua cedência em 2000, para que seja pertença da organização e se possa desenvolver a sua recuperação integral. Nas negociações com as entidades governamentais está configurada uma solução que se traduzirá, ou numa doação ou numa compra/venda por um valor simbólico (na ordem dos 3.000 USD – cerca de 2.200 Euros). A reabilitação das instalações também tem vindo a ser concertada, com uma planta já aprovada pela Obras Públicas e com um

orçamento na ordem dos 4.000.000 USD (cerca de 2.922.000 Euros – a financiar no quadro do exercício de responsabilidade social que a empresa TOTAL tem vindo a desempenhar no historial de sustentação da organização).

Um dos projectos de sustentabilidade e auto-financiamento que faz parte do plano de reabilitação da Okutiuka é o estabelecimento de uma “Casa de Passagem” ou hospedaria, destinada à clientela dos circuitos dos cooperantes, de curta e média duração, e dos circuitos dos viajantes alternativos e dos turismos solidário e social.

Simultaneamente a organização encontra-se num processo de formalização e efectivação do seu funcionamento associativo regular e pretende-se que esse processo introduza a animação de novos activistas e permita uma reestruturação organizacional de forma a assessorar qualitativamente a mentora e a sua equipa, condição de transição para a nova fase de reabilitação de instalações e de desenvolvimento do projecto.

A organização não pretende aumentar o número actual de crianças, mas manter o actual nível de entradas por saídas.

O problema das crianças em situações de abandono não está em vias de acabar mesmo que

a organização se propusesse a acolher mais crianças e jovens. Considera-se que esta intervenção não pode dispensar os contributos governamentais (aos níveis central e provincial) e são necessárias medidas e programas que concorram para que este problema seja adequadamente trabalhado. A própria sociedade não pode deixar de ser sensibilizada e consciencializada para o facto de que se trata de um problema de todos, proveniente da história recente do país.

NOTAS

¹ UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

² MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

³ Subdivisão de Município

CONTACTOS

Tel.: (+244) 241 220 926

Email: okutiuka@huambo.angonet.org

Comuna da Bandeira

Bairro de S. Brás

ex-Empresa de Lactínicios-
Município Sede, Província do
Huambo, Angola

Casa dos Rapazes

Angola

A Casa dos Rapazes integra a Obra Social da Igreja, fundada em 1950. De 1976 e 2007, funcionou como lar sob a tutela do Estado angolano e, desde 2008, está novamente dirigida pela Obra Social da Igreja.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Acolher crianças desfavorecidas de sexo masculino e proporcionar-lhes formação e integração social.

DESTINATÁRIOS

- Crianças/ adolescentes rapazes órfãs de pai, de mãe ou de ambos os pais
- Crianças/ adolescentes rapazes provenientes de famílias em situação de pobreza extrema
- Crianças/ adolescentes rapazes provenientes de famílias que o solicitam por razões específicas como disfuncionamentos parentais

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

Centro de Acolhimento com 24 rapazes com idades entre os 7 e os 15 anos. Este é o segundo ano de funcionamento desde a reabilitação do edifício após a sua recuperação por parte da Arquidiocese do Huambo. No primeiro ano de funcionamento acolheram 36 rapazes, mas tiveram necessidade de se adaptar às condições realistas.

Funcionam numa rotina de Lar. A Casa é a residência dos rapazes: dormem, tomam todas as suas refeições, vão à escola pública e têm os seus tempos livres e actividades. Levantam-se às 5h30, vão à fonte buscar água para fazer a higiene e limpezas e prosseguem as rotinas estabelecidas. Asseguram a manutenção da Casa e também trabalham na horta. Sempre que têm oportunidade praticam desporto (sobretudo futebol).

A Casa está integrada num complexo – todo ele da responsabilidade da Arquidiocese – que tem um Seminário e um instituto para formação religiosa, uma padaria (que se encontra neste momento concessionada), uma oficina de mecânica e as instalações de uma oficina gráfica que está desactivada e cedida à Cáritas, mas que pretendem reabilitar para reiniciarem cursos de artes

e ofícios (que já tiveram no passado). Têm uma área de terreno bastante alargada.

Não mantêm contactos regulares com as famílias dos rapazes. Relativamente à saúde recorrem ao hospital público ou à clínica (por deficiente funcionamento do hospital). O principal problema indicado é a falta de transportes.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Bispo da Arquidiocese do Huambo
- Director da Casa (Padre Adriano Carlos Catiavala)

EQUIPA

- Dois padres (o Director e o Padre Marcelino Pungulimwe)
- Duas cozinheiras e três lavadeiras
- Uma catequista voluntária
- Uma voluntária em vias de iniciar a sua colaboração

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

Informação não conhecida.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A organização conta apenas com recursos próprios:

- Mensalidade por parte da Arquidiocese
- Aluguer de espaços (concessão da padaria)
- Dádivas singulares

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

Não têm qualquer relação com o Governo (nem Central nem Provincial). Todos os relacionamentos são feitos através da Arquidiocese e das estruturas da Igreja ou directamente com a sociedade civil.

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

- Organização da vida quotidiana: alojamento; re-

- feições; higiene e saúde dos utentes
- Acompanhamento e apoio na escola
- Catequese
- Actividades lúdicas e desportivas
- Formação

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ainda não têm resultados objectiváveis uma vez que se encontram apenas no segundo ano de funcionamento.

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO:

A organização pretende consolidar a sua acção e reabilitar as Oficinas Gráficas de forma a poderem reiniciar actividades regulares de formação profissional e de auto-financiamento.

Centro de Acolhimento de Meninas OMWENHO - UKOLA

ANGOLA

A organização foi fundada pela Obra Social da Congregação Irmãs Missionárias Imaculado Coração de Maria em 1995. O Centro de Acolhimento começou a funcionar em 1996. Abrangência nacional, mas com maior incidência na Província do Huambo.

- Crianças/ adolescentes raparigas abandonadas pelas famílias biológicas
- Crianças/ adolescentes raparigas provenientes de famílias em situações de pobreza extrema

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

O Centro de Acolhimento alberga 35 raparigas com idades entre os 3 e os 17 anos (a maioria encontra-se no grupo etário dos 7-12 anos). Esta instituição de natureza religiosa, que tem 15 anos de experiência, situa-se no centro da cidade do Huambo, num “cacho” de edifícios térreos e pátios interligados. As instalações e os equipamentos têm vindo a ser sucessivamente beneficiados por iniciativa da Congregação.

Funciona como residência permanente para as raparigas e para as três Irmãs religiosas responsáveis pelo Centro. As meninas mais pequenas (que são uma minoria) têm um infantário que funciona nas próprias instalações do Centro. A partir da idade escolar, as raparigas frequentam a escola pública. No Centro complementam a sua formação com aprendizagens regulares em diversas

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Principal

Acolher e dar uma educação integral a crianças e jovens de sexo feminino que, transitória ou definitivamente, não possam estar com as suas famílias biológicas.

Secundária

Formação católica

DESTINATÁRIAS

- Crianças/ adolescentes raparigas órfãs de pai, de mãe ou de ambos os pais (este constitui actualmente o maior grupo de beneficiárias)

áreas das capacitações pessoais e sociais: explicações sobre matérias curriculares escolares, corte e costura, música, informática, culinária, pastelaria, decoração, formação humana e formação cristã (catequese).

A rotina diária começa às 06h da manhã com as operações matinais (higiene) até ao pequeno-almoço sob responsabilidade das raparigas residentes mais velhas, seguidamente o motorista leva-as às escolas, voltam para o almoço e para a vida residencial, onde se incluem as actividades formativas referenciadas e as tarefas e responsabilidades da vida doméstica (grupos de limpeza e serviço do jantar, entre outras). A catequese e a música são actividades dos sábados. Na sala polivalente de convívio podem ver televisão às sextas-feiras e nos fins-de-semana. No primeiro domingo do mês há visitas familiares e no terceiro domingo há passeios.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Directora (Irmã Ana Maria, médica)
- Superiora da comunidade (Irmã Teresa, educa-

dora de infância)
- Gestão (Irmã Marcelina)

EQUIPAS

Pessoal técnico

- Um auxiliar de infância
- Seis formadores (incluindo os explicadores)

Pessoal auxiliar

- Um motorista
- Uma cozinheira
- Um responsável de limpezas
- Dois guardas

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

Montante médio anual necessário para o funcionamento da organização: 20.000 USD, cerca de 14.605 euros (dados do Relatório de Contas de 2009)

FONTES DE FINANCIAMENTO

50 por cento provem dos salários das Irmãs (em funções que desempenham fora da instituição), os restantes 50 por cento são provenientes de:

- doações de benfeitores
- projectos (actualmente existe um projecto em curso com a Fundação Calouste Gulbenkian)
- aluguer de espaços (uma serralharia e uma loja)
- prestação de serviços em informática (recentemente implementado)

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) – doa comida e sabão mensal ou bimensalmente
- Serviços Provinciais do Huambo do Instituto Nacional da Criança (INAC)
- Governo Provincial – doou todo o recheio do Centro de Acolhimento
- Ministério da Educação (destacamento da Superiora da Comunidade)

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

- Organização da vida quotidiana: alojamento; refeições; higiene e saúde das utentes
- Acompanhamento e apoio na escola
- Formação regular em capacitações
- Catequese
- Actividades lúdicas e passeios
- Contacto com as famílias
- Contacto com as ex-residentes

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados ao nível dos destinos das raparigas após a sua saída do Centro (quando completam os 18 anos) são equacionados de forma crítica e preocupada por parte da Irmã Directora do Centro: das dez raparigas que saíram do Centro nos últimos três anos, apenas registam um caso de sucesso na sua trajectória de inserção social, encontrando-se as outras 9 em situações e trajectórias de marginalidade ou exclusão.

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO:

Criação de uma Residência Tutelada para encaminhamento das raparigas que atingem os 17-18 anos e que ainda não tenham bases suficientes para a autonomia das suas trajectórias de vida. Este projecto advém da constatação dos constrangimentos por parte das jovens à saída do Centro de Acolhimento e dificuldades de autonomização das raparigas acima dos 18 anos.

NOTA

Ukola significa “Santa Vida”

CONTACTOS

Tel: (+244) 923457750

Direcção Provincial do Huambo do Instituto Nacional da Criança

ANGOLA

O Instituto Nacional de Apoio à Criança (INAC) é uma entidade governamental sob tutela do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e está vocacionado para a protecção e promoção dos direitos da criança. O INAC tem uma Direcção Provincial em todas as Províncias.

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA?

Há dois Decretos-Lei que regulam a entidade: Dec-Lei 8-I / 91 de 16 de Março e Dec-Lei 10/10 de 27 de Janeiro.

O INAC tem como principal missão desenvolver estudos específicos sobre a situação da criança e advogar políticas e medidas junto das entidades competentes a nível governamental.

O INAC acompanha os processos relativos a Menores e Famílias que têm tratamento na Sala do Cível Administrativo, instância que assegura as funções do Tribunal de Família e Menores e da Comissão Tutelar, que por enquanto apenas funciona em Luanda.

QUAIS AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS EM RISCO?

Não foram identificadas respostas directas já existentes do INAC e MINARS ao nível de intervenção ou acolhimento de crianças em risco.

Brevemente vai abrir um Centro de Acolhimento de Crianças em Perigo, de âmbito regional (Províncias do Huambo, Cuambo Cubango e Bié), situado na cidade de Cambiote, com uma previsão de capacidade final de 1.200 crianças.

O INAC APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

Não existem apoios ao nível financeiro na participação das despesas. No entanto, existem em princípio apoios ao nível da participação alimentar e vestuário, embora não presentes nas entidades abrangidas por este estudo. Também existem apoios ao nível da reabilitação de infra-estruturas.

GUINÉ-BISSAU



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS da CRIANÇA GUINÉ - BISSAU

HISTORIAL DA ORGANIZAÇÃO

A Associação dos Amigos da Criança (AMIC) é uma organização não governamental guineense criada a 30 de Outubro de 1984 pelo movimento da juventude do antigo partido único - PAIGC - e legalmente constituída nos termos da lei em vigor no país a 28 de Fevereiro de 1992.

É uma organização laica e apertidária de envergadura nacional, com cerca de 3.000 membros distribuídos pelas antenas da AMIC que cobrem as nove regiões¹ do país.

A AMIC é regida por Estatutos que regulamentam toda a vida institucional da organização. Segundo os Estatutos, a Assembleia-Geral é o órgão máximo da organização e reúne a cada quatro anos para a tomada de grandes decisões sobre a vida da organização. Estes Estatutos prevêem ainda um Conselho Nacional que reúne anualmente, um Conselho Fiscal e um Secretariado Executivo, sendo este último o órgão funcional e gestor da vida corrente e programas da organização.

As nove antenas regionais da AMIC, existentes desde a criação da organização, reflectem o prolongamento do Secretariado Executivo da or-

ganização ao nível local, com competências para desenvolver todas as actividades em prol da promoção e defesa dos direitos da criança na área da sua circunscrição.

Os 3.000 sócios da AMIC distinguem-se essencialmente em duas categorias, a saber: os sócios efectivos e os sócios honorários. Os sócios efectivos representam cerca de 90 por cento dos sócios da organização e constituem uma alargada variedade de individualidades e entidades colectivas aderentes à AMIC, comprometendo-se com uma quota mensal estabelecida. Porém, devido à actual crise económica e social que o país atravessa, a maior parte dos sócios Efectivos não chegam a cumprir com as suas obrigações regulares preferindo, em contrapartida, exercer um serviço/uma actividade benévola a favor da organização.

Os sócios honorários, que constituem cerca de 10 por cento da organização, são todas as personalidades que, pela excepcional relevância das actividades desenvolvidas em prol dos fins da AMIC, contribuam significativamente para a protecção dos Direitos da Criança e que tenham sido propostas para essa categoria por deliberação da Assembleia Geral. Esta categoria de sócios tem

contribuído regularmente com as suas obrigações para com a organização.

Convém notar que embora tenham ocorrido muitas mudanças na metodologia e formas de abordagem da organização desde a sua criação a esta parte, é de reconhecer que a organização não evoluiu muito na sua estrutura, missão e grupos alvo continuando este último sendo muito abrangente. Tem-se vindo a processar a transição de uma abordagem inicial, que era focalizada nas necessidades e caridade das crianças, para uma nova abordagem onde a tónica é posta nos direitos das mesmas e na responsabilização dos actores competentes. Acontece que um conjunto significativo de sócios se mantém numa perspectiva conservadora, resistindo mesmo às propostas reformistas apresentadas na Assembleia-Geral, mormente ao redimensionamento e especialização futura da organização.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A República da Guiné-Bissau, na costa ocidental de África, estende-se desde o cabo Roxo

até à Ponta Cagete e faz fronteira a norte com o Senegal, e a este e sudeste com a Guiné-Conacri. Além do território continental, integra ainda cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós, separado do continente pelos canais do rio Geba. A população da Guiné-Bissau, com cerca de 1,5 milhão de habitantes, é constituída por mais de 20 etnias, com línguas, estruturas sociais e costumes distintos. Cerca de 45 por cento dos habitantes praticam o islamismo e a maioria da restante população professa religiões tradicionais locais. Os grupos étnicos mais relevantes são balantas, fulas, mandingas, manjacos, papéis, bijagós, e distribuem-se por distintas parcelas do território (Norte/Nordeste, Costa Meridional, Sul, Ilhas). O crioulo é a língua veicular interétnica.

A Guiné-Bissau tem com o índice de desenvolvimento humano mais baixo do planeta, ou seja de 0.289, o que situa o país em 164 lugares entre 169 países (Relatório do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010²). Com a situação política e económica em permanente degradação, a organização social ressentente-se consideravelmente em quase todos os domínios, a ponto de se poder considerar que os

guineenses em geral, e as crianças em particular, vivem numa situação de sobrevivência.

Refira-se que na Guiné-Bissau, a exploração dos recursos naturais, como garante do desenvolvimento, assente sobretudo nas formas tradicionais de trabalho, desfavorece enormemente a sociedade guineense face à articulação da sua economia no contexto da mundialização dos mercados.

Segundo os Censos de 2009, a população guineense é avaliada em 1.500.000 habitantes, sendo que as crianças constituem o grosso da sua população - mais de 50 por cento, e naturalmente o grupo sócio-etário mais vulnerável da sociedade em todos os domínios, na medida em que depende quase que exclusivamente do seu meio envolvente para a satisfação das suas necessidades e do seu desenvolvimento físico, afectivo e mental. Assim, as crianças figuram igualmente como as primeiras vítimas da crise social, económica e política.

Outrossim, a inoperância e a ineficiência de um mecanismo nacional de protecção da infância associadas à falta de recursos das instituições públicas vocacionadas na matéria, fazem com que as crianças vulneráveis fiquem abandonadas à

sua sorte e sem apoios concretos em relação aos serviços sociais de base. As carências sentem-se sobretudo, ao nível do sector do ensino-educação, da saúde, da água e saneamento e da protecção jurídica dos seus direitos.

Os problemas supracitados forçam e empurram as crianças para o trabalho precoce (39,2 por cento das crianças com a idade compreendida entre 5-14 anos exercem algum tipo de trabalho na Guiné-Bissau, segundo o Inquérito por Amostragem aos Indicadores Múltiplos – MICS 2006), para a mendicidade na rua, para a delinquência e prostituição, para situações incompatíveis com a sua idade e condição infantil.

Quanto às raparigas, reforça-se com a crise a tendência para que os horizontes da sua realização pessoal e outras sejam apenas circunscritas ao campo estrito dos trabalhos domésticos e do matrimónio. Tal atitude suscita a reacção preventiva por parte dos pais face à deterioração dos valores morais e à promiscuidade existente, tendo crescido consideravelmente nos últimos tempos o fenómeno dos casamentos precoces nos meios rurais e também urbanos, considerando que muito para além dos limites do dote, a doação em casamento assume hoje uma verdadeira e perma-

nente fonte de receita, portanto, objecto comerciável (7,3 por cento das mulheres conhecem o seu primeiro casamento antes de completarem 15 anos e 27,3 por cento antes dos 18 anos – MICS 2006).

A taxa de alfabetização dos adultos é de 28,6 por cento, com mais incidência nos homens em relação às mulheres, 46,6 por cento das crianças na idade escolar não são escolarizadas e a percentagem das crianças escolarizadas depois da 5ª classe não ultrapassa 43,2 por cento (MICS 2006).

Ainda segundo os dados do MICS 2006, a malnutrição atinge quase 25 por cento das crianças no país e a taxa de mortalidade infantil eleva-se a 138/1000. O paludismo, que atinge 39 por cento das crianças de menos de 5 anos, as diarreias e as doenças respiratórias agudas são as principais causas da mortalidade infantil na Guiné-Bissau. Quanto ao registo de nascimento, apenas 38,9 por cento das crianças com menos de 5 anos foram registadas ao nascer. A prática da mutilação genital feminina atinge cerca de 46 por cento das mulheres no país, com incidência particular nas muçulmanas.

Considerando a progressiva erosão de valores,

as raparigas muito cedo experimentam a prostituição, aliás causa da proliferação desenfreada do fenómeno de precocidade materna a que se vem chamando “raparigas-mães-solteiras”. Na generalidade dos casos, as mesmas estão expostas aos riscos de contaminação das IST e VIH/Sida. Somente 15,8 por cento de jovens dispõem de conhecimentos gerais sobre a prevenção da transmissão do VIH/SIDA (MICS 2006).

Nos últimos dez anos, o país assistiu a uma vaga de crianças enviadas para a sub-região, principalmente para o Senegal, para o ensino corânico que passou a servir, na maioria dos casos, para encobrir um fenómeno de tráfico de “crianças talibés³”, escravizadas pelos próprios mestres corânicos, a quem devem obediência total, sob pena de serem severamente castigadas. Uma vez no país do destino, as crianças são confrontadas à promiscuidade e insalubridade da habitação, a más condições de higiene e de alimentação, à exploração física e económica dos “mestres” e finalmente à decepção. Imperativamente, todos os dias as crianças têm que ir pedir esmolas nas ruas. É-lhes imposto que tragam uma soma jornalreira em dinheiro que varia de 500 a 1000 francos CFA (moeda dos Estados da África Ocidental).

Para além desta soma em dinheiro, também têm que trazer alguns produtos, designadamente arroz, açúcar, sabão, etc. Um estudo realizado pelo *Understanding Children's Work*⁴ apontou para 7.600 crianças mendigas somente na região de Dakar. Este estudo revelou que que 30 por cento das crianças mendigas talibés na região de Dakar são originárias da Guiné-Bissau, que essas crianças são quase todas de sexo masculino e muito jovens, com uma média de idade de 11 anos. Esta prática tornou-se nos últimos anos num negócio muito lucrativo dos mestres corânicos senegaleses e também guineenses que se instalam no Senegal para se dedicarem a este tipo de exploração de crianças.

Estes tristes recordes dão um panorama geral da situação na qual vivem as crianças na Guiné-Bissau e permitem compreender o contexto no qual evolui a AMIC na sua missão de promoção e defesa dos direitos da criança.

Assim, a organização engaja-se permanentemente em adaptar as suas estratégias às mudanças do contexto, de modo a poder dar respostas rápidas e urgentes às situações de violação dos direitos da criança.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Promover e defender os direitos das crianças junto das próprias crianças, dos seus agentes de socialização e da comunidade onde vivem.

Melhorar de forma durável a qualidade de vida das crianças, das suas famílias e respectivas comunidades respectivas através da sua acção.

A organização assegura a sua intervenção junto dos grupos-alvo, elegendo-os como sujeito e actores do desenvolvimento, e não como objecto dos projectos. Igualmente, a AMIC garante o seu engajamento no sentido de melhorar a sua intervenção e métodos de trabalho de forma contínua, a satisfação das necessidades dos grupos-alvo para o qual trabalha, em conformidade com a legislação nacional, com a Carta Africana sobre os Direitos e Bem Estar das Crianças e a Convenção da Nações Unidas relativa aos Direitos da Criança, ambos instrumentos ratificados pelo Estado da Guiné-Bissau.

Neste momento, a organização está na fase final de implementação de um ciclo de planificação estratégica, com vista a delinear novas metas para os próximos horizontes temporários (2010-2020).

PERFIS DOS DESTINATÁRIOS

Crianças em situação de vulnerabilidade socioeconómica, nomeadamente (por ordem de prioridade actual):

- Crianças vítimas de tráfico e as que se encontrem em situação de rua⁵
- Crianças trabalhadoras⁶
- Crianças vítimas de casamento precoce e forçado e outras práticas nefastas (MGF- mutilação genital feminina, meninos de criação⁷)
- Crianças portadoras de deficiência (alvo transversal)

MODELO ORGANIZATIVO

A organização dispõe de uma sede no centro de Bissau, que funciona numa casa alugada, e de uma representação em cada uma das nove regiões do País. Destas nove representações, duas funcionam em edifícios próprios da AMIC, duas em edifícios cedidos a título periódico pelas autoridades locais e as restantes cinco funcionam em residências privadas dos responsáveis regionais.

CASO DE CRIANÇA VÍTIMA DE TRÁFICO

LB, um menino originário da região de Gabú, leste da República da Guiné-Bissau, tinha sido confiada ao seu professor corânico, desde a idade de três anos, para ir aprender o Corão no Senegal, uma prática muito comum entre os etno-grupos islamizados da Guiné-Bissau, principalmente os Fulas. Após a morte do pai de LB, a sua mãe casou-se com outro homem que fortemente a influenciou para o enviar para a educação religiosa no Senegal.

Quando LB chegou ao Senegal, concretamente a Dakar, longe dos pais, o mestre corânico colocou-a num Dará - Centro Corânico - num processo de aprendizagem, sem controle ou acompanhamento da família, nem das autoridades religiosas e nem sequer do Estado.

A realidade é que LB passava a maior parte de seu tempo nas ruas de Dakar na mendigagem cujos produtos (dinheiro, arroz, açúcar...) eram obrigatoriamente levados ao mestre corânico no final do dia. Quando LB não conseguia a quantia diária imposta pelo mestre corânico, era severamente punido pelo seu mestre. Então, ao invés de aprender o Corão que era o objectivo presumido de sua partida para o Senegal, LB ficou confinado a um ciclo rotativo de mendicidade, punição, castigo, medo, ansiedade e exploração. LB vivia em condições infra-humanas, desnutrido, mal vestido, sujo e muitas vezes doente, o que levou à percepção de que se tratava de um caso de escravidão.

Depois de cinco anos neste calvário, LB fugiu de seu Dará, ficando na rua à sua sorte, em total ruptura com o seu mestre corânico e com a sua família. Então, o mestre corânico não tendo mais informações sobre LB e com a pressão da

mãe de LB que queria ter notícias do filho, decidiu comunicar à família que LB morreu na sequência de um atropelamento na rua. A família aceitou esta triste informação e realizou a cerimónia de choro conforme a tradição, de acordo com suas crenças religiosas. Mas a realidade é que LB tinha sido resgatado na rua e enviado para um Centro de Trânsito em Dakar, o Centro Ginddi, que lhe deu abrigo, tendo sido os dados enviados para a Guiné-Bissau através da AMIC, que desencadeou a procura com vista a localizar os familiares de LB na Guiné-Bissau.

Passaram dois meses de intensas pesquisas e a AMIC não conseguiu localizar a família de LB. Por isso, foi dada aprovação para o retorno de LB para a Guiné-Bissau, para que pudesse prosseguir a investigação acerca da sua família na presença física dele.

Depois da chegada e o acolhimento de LB no Centro da AMIC em Gabú, continuou-se a investigação/procura da sua família em torno da cidade de Gabú.

Após 10 dias de estar à procura da sua família, já com a presença de LB, conseguiu-se encontrar a sua mãe. Este grande reencontro de mãe e filho foi marcado pelas emoções - lágrimas e alegria. A mãe de LB não queria acreditar nos seus olhos que havia recuperado o filho vivo de volta.

Nesta ocasião, a mãe de LB jurou na frente de todos que nunca mais enviaria o filho para longe dela. Desde então, LB passou a viver com a sua mãe.

Após a avaliação social de LB e da sua família, ele beneficiou de apoio da AMIC para a realização do seu projecto de reinserção escolar e também da educação religiosa, apoiada pelo tio materno, na sua própria terra natal. LB seguiu normalmente o seu projecto de reinserção e beneficiou de um seguimento personalizado durante dois anos, no fim do qual foi considerado reinserido.

Em 2010, a AMIC concluiu a reabilitação de um espaço próprio no Bairro do Enterramento, onde funcionará futuramente a sua sede em Bissau.

As actividades operacionais funcionam nos seguintes equipamentos:

- um Centro de Acolhimento Temporário em Gabú (edifício cedido temporariamente pelo governo regional e reabilitado totalmente pela UNICEF - Fundo das Nações Unidas para as Crianças), com capacidade para 30 crianças, onde permanecem no máximo um mês. Acolhe crianças vítimas de tráfico que foram resgatadas e a aguardar regresso às suas famílias. O pessoal de rotina do Centro é composto por seis pessoas;
- 12 jardins infantis construídos com apoio da AMIC ao nível nacional e que funcionam sob o enquadramento da organização; abrangem cerca de 720 crianças enquadradas por cerca de 54 educadoras e mães enquadradoras;
- um Centro de Actividades e Centro de Acolhimento Temporário (com capacidade para 40 crianças) construído de raiz no bairro do Enterramento, na periferia de Bissau (junto da antiga sede da AMIC que foi destruída durante a guerra

de 98). O pessoal de rotina do Centro de Acolhimento é composto por seis pessoas;

- trabalho nos bairros, nomeadamente em bairros periféricos de Bissau, Missirá, Belém, Bandim, Santa Luzia, Enterramento. Trabalho efectuado por 195 animadores de rua ou seja 15 animadores por bairro ou região, dos quais 189 são voluntários e seis são contratados. Abrangem cerca de 106.000 crianças ao nível nacional.

PROJECTOS EM CURSO

Os projectos em curso na AMIC em 2010 estruturam-se em dois grandes grupos:

1. O projecto “Food for Education” que integra as seguintes componentes:

- apoio a cantinas escolares (no qual apoiam 105.225 crianças);
- apoio à escolarização de meninas (cerca de 3800 crianças por ano);
- reabilitação da Escola de Formação dos Professores de Bolama;

- reabilitação das infra-estruturas escolares e melhorias das condições físicas das cantinas escolares (reabilitação de 150 escolas primárias e instalação de 220 cozinhas);
- apoio aos pais e encarregados da educação (apoio à legalização, instalação e funcionamento de uma associação nacional de pais, encarregados de educação e professores);

2. Projecto de prevenção e ajuda ao regresso e reinserção social das crianças em situação difícil

- Projecto de prevenção e luta contra o tráfico das crianças;
- Projecto Meninos de Rua: Inclusão e Inserção.

MENTORES E RETAGUARDAS

O Secretário Executivo responde pela organização nos planos interno e externo, pois cabe-lhe a responsabilidade de gerir a vida da organização. É coadjuvado nas suas funções pelo Administrador que assume os aspectos administrativos.

A AMIC tem cerca de 3000 membros ao nível

CASO DE CASAMENTO FORÇADO E PRECOCE

AD, deficiente motor de 12 anos de idade, perdeu o pai e foi enviada em criação para a casa de amigos dos pais em Bissau. AD teve a rara oportunidade de viver numa família muito generosa, que a matriculou na escola. Ela frequentou as aulas durante 4 anos, período durante o qual ela ouviu falar dos Direitos da Criança e das organizações que defendem os Direitos da Criança.

Infelizmente para AD, um dia, de repente, a família que a acolheu em Bissau recebeu uma mensagem proveniente da aldeia dos pais de AD informando que esta deveria voltar para a sua aldeia natal com o fim de realizar algumas cerimónias familiares. A mensagem vinha com um certo carácter de urgência e a família de criação em Bissau teve que enviá-la à pressa para Gabú.

Quando AD chegou à sua aldeia natal na região de Gabú, o seu tio paterno informou-a que iria casar com um homem que ela não conhecia. Homem de 38 anos do qual um tio paterno havia recebido um dote de cerca de 300.000 FCFA. Naturalmente, AD recusou e o seu tio paterno insistiu para que ela aceitasse esse compromisso e quando AD viu que sozinha estava a ficar impotente perante os familiares, decidiu fugir para procurar a assistência na delegacia regional da AMIC em Gabú.

A AMIC acolheu-a depois de ter enviado uma delegação para convencer os familiares de AD a renunciar a essa decisão. Depois de várias reuniões de mediação com os familiares de AD, o seu tio paterno finalmente renunciou à ideia de fazer casar a sua sobrinha.

Assim, AD voltou para Bissau para a família de criação que a recebeu de mãos abertas e apoiou na retoma das suas aulas. Actualmente, AD prossegue a sua escolarização e beneficia de um seguimento regular dos animadores da AMIC em Bissau.

nacional, que não têm a sua situação regularizada em termos de quotas, mas em contrapartida trabalham voluntariamente e colaboram nas diversas actividades da organização.

A organização realiza uma Assembleia Geral a cada 2 anos e a cada 4 anos elege novos Corpos Gerentes. Tem um Conselho Fiscal e um Secretário Executivo.

Na prática, há 3 pivôs operativos que fazem funcionar a organização: o Secretário Executivo, o Administrador e o Responsável de Programas. A AMIC possui um leque alargado de parceiros técnicos e financeiros com os quais teceu relações estáveis de longa data.

EQUIPAS

1 - A equipa central e permanente de 5 pessoas (contratadas), que são:

- Secretário Executivo (Laudolino Medina)
- Administrador (Fernando Cá)
- Responsável dos programas (Augusto Mango)
- Mobilização e género (Adelaide Taborda)
- Animador principal (Ector Cassamá)

2 - Os Centros de Acolhimento de Bissau e Gabú têm cada um, uma equipa de seis elementos:

- Responsável do Centro (Director/a)
- Dois trabalhadores sociais (Assistente Social, Psicólogo ou Sociólogo)
- Cozinheira
- Mulher de limpeza
- Guarda

3 - As equipas dos jardins-de-infância constituem-se em dois modelos distintos:

- Na região de Bafatá, cada um dos seis jardins-de-infância integram seis mães enquadradoras, num total de 36 mães enquadradoras
- Os restantes seis jardins-de-infância integram três educadoras de infância cada um, num total de 18 educadoras de infância

4 - As antenas regionais da AMIC são compostas por:

- 15 animadores em cada uma das nove regiões num total de 135 animadores

5 - Nos bairros periféricos de Bissau, as equipas da AMIC são compostas por:

- 15 animadores em cada um dos quatro bairros, num total de 60 animadores

6 - Animadores voluntários reforçam a organização quando necessário:

- Para além das pessoas que integram a equipa permanente, outras pessoas são contratadas pontualmente para projectos.

RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

A organização faz parte de uma rede transnacional (Rede da África Ocidental para a Prevenção, Ajuda ao Regresso e a Reinserção das Crianças Vítimas do Tráfico) que envolve 8 organizações ao nível da sub-região, designadamente: AMIC na Guiné-Bissau, Enda Jeunesse Action no Senegal, Enda Tiers Monde no Mali, Keeogo no Burkina-Faso, BICE na Costa do Marfim, Sabou Guiné na Guiné-Conakry, EPAD Níger no Níger e CEDAG na Gâmbia. A intervenção conjunta com estas organizações consiste em identificar as crianças vítimas de tráfico, localizar os familiares, organizar viagens de regresso junto

dos familiares, apoiar os projectos de reinserção das crianças e a efectivação de seguimentos das mesmas.

A AMIC cultiva a cooperação com parceiros internacionais (IPHD - (International Partnership For Human Development, FSSSI, IIDE - Institut International des Droits de l'Enfant, Embaixada dos EUA, Save the Children-Suécia, UNICEF, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos, Fundo Global), como também com os nacionais, principalmente o Estado, através do Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta Contra a Pobreza, o IMC - Instituto da Mulher e da Criança, o Ministério da Educação Nacional, o Ministério da Saúde Pública e os Governos Regionais.

CASO DE CRIANÇA TRABALHADORA

AS é uma menina de 14 anos, de uma família monoparental de seis filhos que vivem numa situação muito precária. A mãe de AS é doméstica e é sobre os seus ombros que pesam todas as responsabilidades do sustento familiar. Devido ao elevado custo de vida nas principais cidades da Guiné-Bissau, sobretudo em Bafatá onde vivia, a mãe de AS já não podia satisfazer as necessidades dos seus filhos. Então, tomou a decisão de confiar a sua filha AS a uma amiga em Bissau, que possui um restaurante. Foi a solução que a mãe encontrou para permitir que sua filha estudasse e atendesse as suas necessidades. Nos primeiros seis meses em Bissau, AS foi matriculada numa escola e conseguia combinar a frequência da escola com o trabalho no restaurante. Poucos meses depois, o trabalho no restaurante cresceu e a amiga da sua mãe, dona do restaurante, disse que AS deveria deixar a escola para se dedicar ao restaurante.

AS não tinha escolha, sob pena de ser mandada de volta para a sua mãe. Ficou muito desapontada por ter deixado de estudar, mas deixou o tempo passar para ter uma nova oportunidade para retomar as aulas. Neste período, AS envolveu-se com um homem casado e muito rico que frequentava o restaurante. Poucos meses depois engravidou. Confrontada pela proprietária do restaurante sobre o assunto, AS confirmou que estava grávida do homem. Para surpresa de AS o homem negou categoricamente o seu envolvimento com ela. Quando a proprietária do restaurante o ameaçou de informar tudo à sua esposa, este decidiu comprar o silêncio da proprietária do restaurante, com uma grande soma de dinheiro. Assim, AS foi enviada de volta para a casa da mãe em Bafatá, onde deu à luz um menino. Dois anos depois, AS deixou o filho com a mãe e regressou a Bissau à procura de trabalho para sustentar a sua criança. Infelizmente, não encontrando trabalho em Bissau, AS caiu na prostituição. Uma noite, durante um giro de rotina nas ruas de Bissau, os animadores da AMIC cruzaram-se pela primeira vez com AS. Ao falarem com ela, AS expressou o seu desejo de abandonar a prostituição e de se concentrar em actividades geradoras de renda credível. Assim, os animadores da AMIC sugeriram-na para uma formação em corte e costura. Ela concordou e começou a participar no curso oferecido pela AMIC. Após um ano de formação, AS estava apta e a AMIC apoiou-a para montar a sua própria alfaiataria em Bafatá junto da sua mãe e do filho. Com esta actividade, AS consegue satisfazer as suas necessidades e sustentar a sua família. Agora, AS volta às aulas à noite em Bafatá.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

A AMIC recebe um subsídio mensal de cerca de 450 USD por parte do governo guineense.

Outros apoios consistem em projectos concretos e doações diversas.

Para mais informações, segue um quadro resumo de 2008 sobre a origem dos fundos da AMIC e as suas respectivas aplicações:

VOLUME DE FINANCIAMENTOS POR PARCEIRO - 2008

Descrição	Valor em FCFA	Percentagem
FSSSI - Fondation Suisse du Service Social International (Suiça)	16.401.276	3,8%
IPHD - International Partnership For Human Development (EUA)	402.882.600	93,3%
Governo da Guiné-Bissau	4.713.067	1,1%
WCPRC - World's Children's Prize for the Rights of the Child (Suécia)	1.716.701	0,4%
Sol Mansi (Itália - GB)	850.000	0,2%
Fundo Próprio / Quotas de Associados	750.000	0,2%
Fundo Global - VIH/SIDA - Bafatá	1.749.000	0,4%
Fundo Global - Paludismo - Bissau	2.337.300	0,5%
Total	431.399.944 = cerca de 664.000 Euros	99,9%

AFECTAÇÃO DE FINANCIAMENTOS POR SECTOR DE ACTIVIDADES

Rubricas	Administração	Actividades com implicação directas nas crianças
FSSSI	7.080.000	9.321.276
IPHD	-	402.882.600
Governo da Guiné-Bissau	4.113.067	600.000
WCPRC	-	1.716.701
Sol Mansi Onlus	850.000	-
Fundo Próprio / Quota de Associados	-	750.000
Fundo Global - VIH/SIDA - Bafatá	88000	1.661.000
Fundo Global - Paludismo - Bissau	99000	2.238.300
Total	12230067	419.169.877 = cerca de 644.877 Euros

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Como já tem vindo a ser explicitado anteriormente, para além da sua missão principal, a AMIC desenvolve diversas acções em vários domínios:

Educação, Cultura e Lazer

- Construção, reabilitação e melhoria de infra-estruturas escolares no meio rural e urbano (auto-construção de escolas de gestão comunitárias)
- Formação pedagógica e reciclagem de educadores da pré-escolar
- Fornecimento de equipamentos, mobiliários e materiais escolares
- Formação e acompanhamento dos Comités de Auto-Gestão Escolar (Professores, Pais e Encarregados de Educação, Alunos e Representantes das Comunidades)
- Apoio a Cantinas e hortas escolares
- Formação e orientação profissional para crianças/jovens
- Assistência social aos alunos e famílias mais desfavorecidos ou em situação de vulnerabilidade

de (apoio material e financeiro)

- Incentivos à escolarização das raparigas
- Água potável e saneamento escolar
- Criação de grupos culturais infanto-juvenis (teatro, dança, música, poesia)
- Organização de eventos e espectáculos com os grupos culturais infantis (festivais infantis de canção, dança, poesia e teatro)
- Animação e mobilização cívica, divulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) com os grupos culturais infantis
- Comemoração das datas nacionais, regionais e internacionais dedicadas às crianças (Dia da Criança Africana, Dia Internacional e Quinzena da Criança)
- Visitas de estudo e de intercâmbio
- Organização de actividades desportivas e recreativas
- Organização do Carnaval infantil

Saúde e Ambiente

- Construção e reabilitação de centros de saúde e unidades de saúde de base
- Formação de agentes de saúde comunitária e de

matronas

- Planeamento familiar e saúde reprodutiva
- Educação nutricional
- Acompanhamento, assistência médica e medicamentosas às crianças vítimas de maus-tratos, tráfico, abusos ou violação sexual e de engenhos explosivos
- Animação e sensibilização sobre o paludismo (distribuição de tendas impregnadas) e infecções sexualmente transmissíveis (IST) e VIH/Sida
- Prevenção da cólera
- Saúde reprodutiva
- Prevenção de práticas nefastas a saúde da mulher e da criança
- Educação ambiental e sanitária

Defesa e Protecção dos Direitos da Criança

Divulgação da CDC e outros instrumentos internacionais de defesa e protecção da criança

- Informação e comunicação radiofónica
- Palestras, seminários e encontros
- Grupos infantis de intervenção teatral, que fazem trabalho de sensibilização junto da comunidade

- Djumbai (discussões em pequenos grupos)
- Comemoração de datas alusivas às crianças para sensibilização e lobby
- Sensibilização e mobilização comunitária para o desenvolvimento da criança num ambiente saudável e equilibrado

Protecção da criança

- Denúncia, assistência e seguimento de casos de violação sexual, abusos e maus-tratos, castigos físicos e tratamentos humilhantes (amputações dos membros ou dedos, queima das mãos e outras partes do corpo)
- Aconselhamento, negociação e orientação jurídica (MGF, separação de pais, casamento forçado, rapto e tráfico, violação sexual, abusos e maus-tratos)
- Acolhimento temporário em centros sociais e em famílias de substituição e acompanhamento psico-social

Lobby e plaidoyer sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança e problemática da criança

- Influência junto dos deputados (Assembleia Nacional Popular) e Governo para adopção da lei sobre a criança, ratificação dos instrumentos in-

ternacionais de protecção, defesa e bem-estar da criança e harmonização da legislação guineense com a CDC e demais instrumentos internacionais de protecção da criança

- Lobby para adopção de políticas, estratégias e um plano de acção no domínio da infância
- Lobby para a criação de mecanismos de coordenação e seguimento da implementação da CDC, de prevenção e de protecção da criança

Consultas às crianças

- Através do Parlamento Nacional Infantil⁸
- Consultas directas às crianças nas escolas e comunidades

Tráfico e exploração do trabalho infantil

Raptos e tráfico de crianças (crianças Talibés)

- Identificação e acompanhamento da criança no país de acolhimento
- Pesquisa e localização da família da criança no país de origem
- Preparação do regresso e reintegração da criança
- Reinserção e seguimento personalizada da criança no país de origem (é feito um seguimen-

to personalizado trimestral junto das famílias e respectivas comunidades; a criança é seguida durante dois anos, se não houver problemas ao fim deste período, é considerada reinserida e o seu dossiê é fechado)

- Cooperação transnacional
- Desenvolvimento de acções comunitárias

Crianças trabalhadoras e vendedoras de rua

- Apoio à escolarização e alfabetização
- Apoio sanitário
- Formação sobre os direitos e deveres da criança, cidadania e associativismo
- Actividades lúdicas e recreativas
- Apoio ao micro-crédito e a actividades geradoras de rendimento aos familiares
- Seguimento personalizado da criança

Meninos/as de criação

- Mediação familiar
- Aconselhamento e orientação jurídica
- Apoio à escolarização e alfabetização; sanitário
- Formação sobre os direitos e deveres da criança, cidadania e associativismo
- Actividades lúdicas e recreativas
- Seguimento personalizado da criança

Intervenção Comunitária

No bairro do Enterramento, bairro periférico de Bissau, a AMIC acaba de reabilitar a sua antiga sede (que tinha sido destruída durante a guerra de 98) onde vai funcionar um Espaço para Actividades com crianças (para além do Centro de Acolhimento Temporário que já foi referido).

Neste conjunto complexo de acções, a AMIC realiza formação dos seus animadores, apoia a criação e legalização de associações, tem criado grupos teatrais infanto-juvenis que fazem trabalho de sensibilização. O título exemplificativo, o Grupo “Netos de Bandim” tornou-se grupo de referência em toda a Guiné-Bissau.

RESULTADOS OBJECTIVÁVEIS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA OS DESTINATÁRIOS

Crianças vítimas de tráfico

Desde o início do projecto de prevenção e luta contra o tráfico das crianças, em Novembro de 2005, até ao presente (2010), a AMIC já resgatou

e inseriu junto da sua aldeia de origem e respectivos familiares, 360 crianças vítimas do tráfico.

Também, neste mesmo período, a AMIC apoiou a reintegração de cerca de 500 crianças vítimas de tráfico que voltaram ao país pelos próprios meios, fugindo os seus cativos. A reintegração consiste no acolhimento da criança no centro de trânsito, onde pode ficar até um mês, para a sua recuperação física e psicológica. Entretanto a equipa da AMIC reúne as informações necessárias à busca e localização da família. Uma vez a família encontrada realiza-se o trabalho de mediação familiar que culmina no retorno da criança a casa. Contudo, este grupo de crianças não beneficiou de um seguimento personalizado.

Entre 2005 e 2006, isto é, na fase inicial do projecto, ocorreram 30 casos de crianças reincidentes que, na sua maioria, tinham sido obrigadas pelos próprios familiares a voltar para os Centros Corânicos em Dakar. Actualmente, com o acelerar da resposta dos projectos de reinserção de crianças, com a criação de Comitês de Vigilância da Mobilidades das Crianças nas aldeias, com o reforço do seguimento personalizado às crianças reintegradas e com a implicação das autoridades

(Governador da Região e Tribunal Regional de Gabú) na entrega formal das crianças aos familiares, já quase não se verifica situações de reincidência.

Crianças trabalhadoras e crianças em situação de rua

Em relação a estas duas categorias de crianças, a AMIC tem vindo a trabalhar nos bairros periféricos de Bissau (Enterramento, Quelélé, Cuntum, Bairro Militar, Bôr) e nas regiões de Bafatá e Gabú, proporcionando acções concretas a estas crianças, onde se insere o Projecto Meninos de Rua: Inclusão e Inserção.

Uma das primeiras acções realizadas em relação a este grupo foi um inquérito inicial que conseguiu identificar e avaliar a situação concreta de 100 crianças nesta categoria.

A reabilitação do espaço no bairro do Enterramento, realizada no âmbito do Projecto Meninos de Rua: Inclusão e Inserção, constitui um pólo atractor e dinamizador das actividades direccionadas a este grupo de crianças.

Estas crianças beneficiaram de actividades recreativas e culturais, nomeadamente a organização de desfiles durante os carnavais infantis e a celebração das jornadas das crianças (1 de Junho - Dia Internacional da Criança e a Quinzena da Criança Africana), a realização de sessões de animação teatral infantil nos bairros, exposições de desenhos e de fotografias de objectos confeccionados pelas próprias crianças. O espaço da AMIC no bairro do Enterramento tornou-se num ponto de encontro para a realização das diversas actividades sócio-culturais designadamente: tertúlias, palestras, ensaios dos grupos teatrais, reuniões de concertações, apresentações de produtos feitos pelas crianças como, por exemplo, a apresentação do livro “Vozes de Nós” às crianças protagonistas. Outros dos produtos que servirão para a sensibilização das autoridades e da população em geral sobre a problemática da criança e que serão objecto de apresentação futura neste espaço dinâmico são o Manual sobre os Direitos da Criança e a Banda Desenhada sobre tráfico de crianças e a vida na rua, ambos instrumentos pedagógicos encontram-se actualmente na fase final do seu acabamento.

Para além da componente de sensibilização,

os aspectos da orientação escolar e médica também são tidos em conta para as crianças vulneráveis acolhidas regularmente no referido espaço.

Outras situações

Quanto às crianças em conflito com a lei, às vítimas de casamento precoce e aos meninos de criação, pode dizer-se que são casos pontuais que aparecem na organização. Não havendo um projecto concreto direccionado para estes grupos-alvo, são activados os serviços tradicionais da AMIC, mormente conselhos, orientações, apoio jurídico, mediação familiar para o casamento forçado e acompanhamento se necessário.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO

Em relação ao futuro da organização, a actual equipa tem uma ideia clara do que se pretende fazer. Todavia, caberá à Assembleia-Geral tomar a decisão final.

Assim, são indicadas as grandes linhas da pro-

posta reformista da AMIC para os próximos horizontes:

1. Redimensionamento da organização e sua adaptação a uma estrutura mais flexível, eficiente e eficaz, capaz de agir rapidamente para dar resposta às situações de violação dos Direitos da Criança;

2. Adequação da missão da AMIC ao contexto actual do país e aos novos desafios institucionais e não institucionais da organização em relação à satisfação do seu grupo-alvo (desafios internos e externos da organização);

3. Redefinição do grupo-alvo da organização e por conseguinte especialização na sua área de intervenção;

4. Criação de condições para a profissionalização dos quadros da organização mediante a definição de uma política de pessoal da AMIC.

CONTACTOS

Tel.: (+245) 321 21 93
Fax.: (+245) 320 27 44
Rua Vitorino Costa, nº46
CP. 43 Bissau

NOTAS

¹ A Guiné-Bissau divide-se em 8 regiões administrativas Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali, mais o Sector Autónomo de Bissau

² PNUD (2010), Indicadores internacionais de desenvolvimento humano : <http://hdr.undp.org/fr/statistiques>

³ Talibé significa jovem estudante do Corão

⁴ *Understanding Children's Work, An Inter-Agency Research Cooperation Project (2007), Les enfants mendians dans la région de Dakar*, www.unicef.org/socialpolicy/files/2008_Senegal_Enfants_Mendians_Dakar.pdf

⁵ Ver a Convenção de Palermo (2000), também conhecida como Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças

⁶ Ver a Convenção nº182 da OIT, relativa à interdição das piores formas de trabalho das crianças e à acção imediata com vista à sua eliminação (1999) e a Convenção nº138 da OIT, relativa à idade mínima de admissão ao emprego (1973)

⁷ Chama-se “Meninos de Criação” às crianças entregues pelos pais a outros familiares para educar e cuidar delas em troca de prestação de serviços domésticos

⁸ Iniciado na Guiné-Bissau pela AMIC em 1991 e depois assumido pelo governo da Guiné-Bissau, o Parlamento Nacional Infantil congrega representantes das crianças eleitas democraticamente pelos seus pares ao nível de todas as regiões do País. Trata-se pois de um espaço aberto de diálogo onde as crianças podem exprimir as suas opiniões sobre a problemática da infância no País e formularem propostas para a resolução da mesma. O Parlamento Nacional Infantil tem uma estrutura própria, com gabinete no seio da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau que integra no seu orçamento uma verba acordada ao Parlamento Nacional Infantil

DJAMATUL-HUDA SOS CRIANÇAS TALIBÉS GUINÉ-BISSAU

A organização foi fundada a 1 de Agosto de 2001 e escolheu a região de Bafatá, no leste do país, como base geográfica das suas acções.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Principal

Adopção de mecanismos concretos, operacionais e afectivos, para a protecção e prevenção das crianças vulneráveis e a promoção dos seus direitos, educação e desenvolvimento comunitário integral (incluindo a mediação de conflitos).

Secundárias

- Escolarizar e alfabetizar toda a comunidade e manter boas práticas sociais e culturais ao nível da comunidade

- Consciencializar os líderes de opinião, autoridades administrativas e tradicionais e a opinião pública em geral sobre os riscos de tráfico das crianças

- Fomentar pequenas iniciativas comunitárias de actividades geradoras de rendimento (agricultura, horticultura, pecuária)

DESTINATÁRIOS

O grupo-alvo da organização são as crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, com idades compreendidas entre os 8 e 23 anos, das tabancas da região de Bafatá em situação de tráfico, casamento forçado e precoce, mutilação genital feminina e em conflito com a lei.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

As linhas da intervenção da DJAMATUL-HUDA SOS Crianças Talibés centram-se em acções de sensibilização comunitária, escolarização, ensino do Corão, prevenção e promoção dos direitos da criança assim como a sua protecção.

A organização dispõe de um Centro de Acolhimento com capacidade para 90 crianças, adolescentes e jovens. Uma sala do referido Centro funciona como Departamento de comunicação, informação e sensibilização. Nesta sala coordena-se os programas radiofónicos e as campanhas de sensibilização porta a porta, de acordo com as diferentes temáticas.

A organização dispõe também de uma escola com quatro salas para as aulas (duas para ensino corânico e duas para ensino público) com a capacidade de acolher 140 crianças, adolescentes e jovens da região de Bafatá e uma sala para corte e costura.

As actividades são desenvolvidas no Centro de Acolhimento, mas também nas mesquitas, tabancas, escolas comunitárias e públicas e locais públicos da região de Bafatá.

A organização rege-se pela seguinte metodologia:

a) Uma planificação anual define a estratégia das actividades e o orçamento previsto do ano através de um Plano Anual.

b) A coordenação técnica – composta pelo Secretário Executivo, Financeiro, Administrador e Conselheiros da organização – concebe as políticas, metodologias e pedagogias de intervenção do Centro de Acolhimento, da Escola e do Departamento de comunicação, informação e sensibilização.

c) A coordenação mensal entre o Centro de Acolhimento, a Escola e o Departamento de comunicação tem por objectivo assegurar a har-

monização dos objectivos da organização e é assegurada através de escalas de trabalho dos animadores, professores, trabalhadores sociais e chefes de programa. Todos os meses é feita uma avaliação do mês findo, planificação do mês seguintes e perspectiva-se possíveis imprevistos que possam surgir.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Secretário Executivo
- Secretário para os Assuntos de Relações Internacionais
- Presidente de Assembleia Constituinte
- Dois directores
- Dois conselheiros

EQUIPAS

A equipa que assegura o funcionamento da organização conta 34 membros, entre os quais 19 mulheres e 15 homens.

Pessoal técnico

- Um Secretário Executivo
- Dois conselheiros
- Um responsável do centro
- Um secretário administrativo
- Um financeiro
- Quatro professores (dois homens e duas mulheres)
- Quatro trabalhadoras sociais
- Seis animadores (quatro homens e duas mulheres)
- Duas educadoras
- Quatro pessoas de apoio técnico
- 19 mães enquadradoras
- Dez associados (jovens voluntários que apoiam a realização das actividades da organização)

Algumas das 19 mães enquadradoras desempenham outras responsabilidades na organização. Em alguns casos assumem a responsabilidade de albergar crianças menores (dos 2 aos 6 anos de idade) nas suas casas até à resolução das suas situações.

Pessoal auxiliar

- Duas pessoas de limpeza

- Duas cozinheiras
- Duas lavadeiras
- Dois guardas

Voluntários: A organização conta com a colaboração de 120 jovens, dos quais 31 são rapazes e 89 são raparigas.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

Aproximadamente 47.000.000 FCFA anuais (cerca de 73.307 Euros)

FONTES DE FINANCIAMENTO

- UNICEF
- Embaixada de França
- Embaixada do Canadá

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Governo local
- Régulos da região
- Imames da região
- ONG que trabalham no domínio da protecção dos menores
- Comunidades: estas participam com a mão-de-obra na execução de muitas actividades da organização no terreno

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

As mães enquadradoras asseguram o funcionamento do Centro de Acolhimento em termos de vida diária das crianças no Centro.

Os animadores têm a missão de seguir as crianças no terreno, fazer o levantamento dos casos de violações dos direitos das crianças na região de Bafatá.

Outras actividades da organização são a escolarização das crianças, campanhas de sensibilização para adopção de boas práticas sociais

e culturais ao nível da família e da comunidade, acompanhamento das crianças em conflito com a lei.

PRINCIPAIS RESULTADOS QUE A ORGANIZAÇÃO DESTACA (NOMEADAMENTE NO PERÍODO TEMPORAL DOS ÚLTIMOS 2 ANOS):

Foi criado e encontra-se em funcionamento um Centro de Acolhimento equipado com materiais para desenvolvimento local (corte e costura, alfabetização, escolarização e actividades geradoras de rendimentos nas comunidades), com capacidade para 90 crianças e jovens.

Em 2008 foram reintegradas 334 crianças nas suas famílias e 247 em 2009.

Em termos de reinserção escolar, foram reinseridas 385 crianças nas escolas, entre as quais 177 de sexo feminino e 208 de sexo masculino.

Anualmente a organização realiza campanhas de sensibilização durante três meses sucessivos através de vídeos informativos, programas radiofónicos e campanhas de porta a porta.

Entre outros resultados, podemos citar: redu-

ção significativa de práticas nefastas, redução da pobreza generalizada, aumento do acesso à escola e formação, maior conhecimento dos deveres cívicos, jurídicos e dos direitos de cidadania, maior engajamento da comunidade no cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança e da Carta Africana para o Bem-estar das Crianças, promoção da democracia, segurança, estabilidade, crescimento económico durável e de segurança alimentar e maior sensibilização dos Governantes nos aspectos sociais, educativos e de desenvolvimento local e comunitário

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

Construção de cinco centros de estudo corânico/português na Guiné-Bissau nos próximos dez anos, equipados com materiais que facilitem actividades sócio-profissionais para as crianças, jovens e adolescentes da região de Bafatá.

A curto prazo, implementação de um curso de alfabetização para mães e encarregados de educação da região de Bafatá.

CONTACTOS

Tel. (+245) 663 70 87

ou 598 21 95

E-mail: ctalibe@hotmail.com

ALdeia INFANTIL SOS

GUINÉ-BISSAU

A Aldeia Infantil SOS foi fundada em 1989, tendo começado a funcionar efectivamente em 1994. A sua actuação abrange diversas regiões da Guiné-Bissau, designadamente Bissau, Gabú (Leste do país) e Canchungo/Caió (Norte).

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Principal

- A organização Aldeia Infantil SOS está comprometida em criar e manter um ambiente de acolhimento e de protecção que promova os seus valores fundamentais, previna e trate o abuso e exploração de crianças.

- A organização proporciona uma família às crianças necessitadas, ajudando-as a edificar os seus próprios futuros e participa no desenvolvimento das comunidades locais.

Secundárias:

- A organização trabalha para crianças órfãs, abandonadas e aquelas cujas famílias não podem sustentar. Proporciona a essas crianças a oportunidade de criarem relações duradouras no seio de uma nova família.

- A organização trabalha lado a lado com membros da comunidade local na educação, saúde e em casos de emergências.

DESTINATÁRIOS

- Crianças com menos de 18 anos
- Crianças que perderam os cuidados parentais e crianças em via de os perder.
- Jovens com 18 anos ou mais que vivem nas instalações da Aldeia Infantil SOS

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

- Uma Direcção Nacional de Coordenação, com sete funcionários
- Um Centro Social Comunitário, com um salão polivalente com capacidade para cerca de cem lugares
- Três Aldeias Infantis SOS, com uma capacidade máxima de 110 crianças em cada Aldeia
- Um lar de jovens, com capacidade para 40 jovens
- Três animadores do Programa de Fortalecimento Familiar (PFF)

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Director Nacional
- Contabilista Chefe
- Coordenador Nacional do Programa de Fortalecimento Familiar

EQUIPAS

Pessoal técnico:

- Um advogado/jurista ao nível da Associação Nacional
- 13 educadoras de infância no conjunto dos três jardins infantis
- Três enfermeiras (uma em cada Aldeia Infantil SOS)

Pessoal auxiliar :

- Uma cozinheira (no lar de jovens)
- Dez empregadas de limpeza
- Sete motoristas
- Mães
- Voluntários: são recrutados, ocasionalmente, no quadro do Programa de Fortalecimento Familiar

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO (MONTANTE MÉDIO ANUAL NECESSÁRIO PARA O FUNCIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO)

Não foi possível apurar estes elementos.

FONTES DE FINANCIAMENTO

SOS Kinderdorf International, da qual a organização é membro, e Fundos Públicos.

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Governo
- Autoridades locais
- Autoridades tradicionais
- ONG
- Outras

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Em relação à organização da vida comunitária de uma Aldeia Infantil SOS, a organização desenvolve actividades relacionadas com a vida prática quotidiana, o apoio à escola e à formação, actividades lúdicas, orientação para uma vida adulta autónoma, acção junto das famílias e da comunidade mais alargada e relacionamento com as redes institucionais nacionais e internacionais.

Em relação à problemática dos abusos infantis, a Aldeia Infantil SOS actua da seguinte forma:

a. Consciencialização: aumentar a consciencialização acerca do abuso de crianças e suas consequências.

O desenvolvimento de uma cultura aberta e receptiva em todos os programas das Aldeias Infantis SOS e nas comunidades onde a organização é parte activa, é essencial para a salvaguarda das crianças. O colectivo organizacional e os seus funcionários individuais devem ter a coragem para quebrar o silêncio e o tabu no debate acerca do abuso de crianças. Através de uma comunicação protegida, clara e honesta dá-se e recebe-se comunicação (feedback) positiva e crítica.

b. Prevenção: fornecer orientações em como salvaguardar as crianças de abusos.

Para prevenir o abuso de crianças precisamos de criar e manter um ambiente que promova os valores fundamentais da organização nas Aldeias Infantis SOS, nos Programas de Fortalecimento de Famílias e em qualquer outra instalação e programa das Aldeias Infantis SOS. Uma ampla gama de acções pode apoiar neste sentido: o enfoque principal está na implementação de um recrutamento de recursos humanos apropriado e de abordagens de desenvolvimento. Simultaneamente, é essencial ouvir cuidadosamente as crianças, levar a sério os seus pontos de vista, encorajá-las a participar em debates de assuntos relacionados com a protecção à infância e oferecer-lhes a oportunidade de construir relações baseadas na confiança. É claro que o abuso de crianças é menos provável de ocorrer num contexto que promove a participação das crianças a todos os níveis.

c. Reporte: estabelecer e aderir a procedimentos de reporte claros e simples.

A organização leva a sério todas as preocupações levantadas – sejam nas Aldeias Infantis SOS,

nos Programas de Fortalecimento de Famílias ou outros programas – e toma medidas apropriadas. Cada associação nacional define e implementa procedimentos claros de reporte e resposta, incluindo linhas de comunicação internas, e define os papéis e responsabilidades de todos os envolvidos. Medidas rápidas e transparentes que tenham em consideração as responsabilidades legais locais devem ser tomadas.

d. Resposta: garantir que acções claras sejam tomadas quando há suspeitas ou relatos de abuso de menores.

Todas as formas de abuso de crianças são levadas a sério, sem excepções, em todos os programas SOS e terão uma resposta de acordo com a gravidade do delito. A organização garante que haja sempre uma resposta, independentemente do abuso cometido ser considerado grande ou pequeno. Ao responder garante que um procedimento justo e transparente é seguido, para que ninguém seja falsamente condenado e os direitos de todos os envolvidos sejam protegidos.

PRINCIPAIS RESULTADOS QUE A ORGANIZAÇÃO DESTACA (NOMEADAMENTE NO PERÍODO TEMPORAL DOS ÚLTIMOS 2 ANOS)

Não foi possível apurar estes elementos.

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

Não foi possível apurar estes elementos.

CONTACTOS

Tel/Fax: (+245) 320 20 25
Granja do Pessube
CP 696 Bissau

INSTITUTO da MULHER e da CRIANÇA GUINÉ-BISSAU

O Instituto da Mulher e Criança (IMC) é uma pessoa colectiva de direito público, de carácter socio-humanitário, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com vocação para a defesa e promoção dos direitos humanos, particularmente os da mulher e da criança. O IMC foi fundado em 2000, mas os seus Estatutos só foram aprovados em 2010. Funciona com dois secretariados: Assuntos das Mulheres e Assuntos das Crianças. O IMC está sob tutela do Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza.

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA ?

Está em curso o processo da elaboração da Política de Protecção da Criança e existe uma expressa vontade política para a elaboração dessa política.

A UNICEF assume o compromisso de apoiar a criação de dispositivos para a protecção social da criança.

Actualmente o IMC está numa dinâmica de reestruturação e de delimitação de políticas, com

passos “lentos mas seguros”.

Há uma comissão especializada na Assembléa Nacional – a Comissão para a Mulher e Criança – e o IMC tem desenvolvido todos os trabalhos de uma forma concertada, incluindo também as entidades nacionais interventoras neste sector.

O IMC tem uma tradição de cooperação, nomeadamente com a Cooperação do Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho (MTSS) de Portugal e manifesta o seu interesse em parcerias no seio da CPLP.

QUAIS AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS EM RISCO?

No 2º semestre de 2010 não estão accionadas quaisquer respostas por parte deste organismo.

O IMC APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

Não existe informação disponível acerca destes apoios, embora existam indicações das enti-

dades inquiridas de que recebem apoios formais por parte do Governo.

HÁ INDICAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS PRÓXIMAS FUTURAS ?

Criação de um Fórum de Protecção de Menores com entidades governamentais, ONG, Instituições, etc. A partir de um primeiro Fórum pretende-se o desenvolvimento de um Fórum Permanente.

SÃO TOMÉ
E PRÍNCIPE



FUNDAÇÃO NOVO FUTURO

S.T.P.

SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

HISTORIAL DA ORGANIZAÇÃO

A Fundação Novo Futuro de São Tomé e Príncipe é uma organização não governamental, de interesse público. Em 2003, a Fundação Novo Futuro decidiu criar o seu primeiro Lar na cidade de São Tomé e começou os preparativos para tal: preparação do espaço (uma casa pertencente à família da fundadora, actual presidente, que foi doada à Fundação), angariação de fundos, recrutamento de mão-de-obra para a reabilitação, preparação dos materiais, etc. E em Junho de 2004, a Fundação inaugurou o seu primeiro Lar, acolhendo os meninos que já estavam em lista de espera.

Em 2005, a Fundação Novo Futuro expandiu as suas actividades para a Região Autónoma do Príncipe, desenvolvendo acções de formação na comunidade de Porto Real e em 2007 deu início à construção de um infantário, com espaço para actividades de tempos livres (ATL) e biblioteca. Em 2008 iniciou as actividades com escolas primárias e formação de professores, também na ilha do Príncipe.

A Fundação Novo Futuro pretende continuar a abrir novos espaços de acolhimento, tanto para internos como para externos, e espaços onde se

possa estabelecer uma boa ligação entre as crianças, os jovens e as pessoas da terceira idade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, situado no Golfo da Guiné, a cerca de 300 km da costa ocidental do continente africano. O arquipélago é constituído pelas ilhas habitadas de São Tomé e do Príncipe, representando no seu conjunto um total de cerca de 1000 km².

De acordo com os dados oficiais, a pobreza afecta mais de metade da população residente, e uma percentagem significativa vive numa situação de pobreza extrema. Estes valores são particularmente gravosos na Ilha do Príncipe onde os níveis de “pobreza” e “pobreza extrema” são respectivamente de 60 por cento e 19 por cento.

Segundo os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2001, estima-se a população de São Tomé e Príncipe em 137.600 habitantes, dos quais 51 por cento são mulheres e 49 por cento homens. A população jovem (0-14 anos) representa 42,1 por cento,

enquanto 53,7 por cento corresponde ao grupo etário dos 15-64 anos.

A insularidade geográfica, associada à pequenez e à descontinuidade do território, à limitação dos recursos minerais, ao fraco dinamismo e à pouca diversificação do seu tecido produtivo são factores que tornam o país vulnerável face às exigências do mercado além fronteiras e condicionam a sua integração regional e internacional.

A Região Autónoma do Príncipe, com uma superfície de 134 km² e cerca de 7.000 habitantes, tem um nível da pobreza de 60 por cento, como referimos anteriormente. A população enfrenta carências de diversa índole, nomeadamente falta de emprego, habitação condigna, infra-estruturas sanitárias, económicas, saneamento do meio, ensino de qualidade e universal (ensino primário).

A taxa de abandono escolar, na ordem dos 23 por cento, bem como a taxa de insucesso escolar são elevadas em todo o país, em especial nas regiões rurais, e constituem um dos estrangulamentos estruturais no processo de luta contra a pobreza e de desenvolvimento sustentável. Esta situação revela-se com maior incidência na Ilha do Príncipe, afectando a generalidade da população, da qual, cerca de 2.000 são crianças.

CASO DE MENINO REJEITADO

DC nasceu num bairro periférico da capital. Ele é o mais velho de seis irmãos. Viveu com a mãe e com os irmãos numa parte de uma grande casa de madeira dividida entre vários agregados familiares. A casa foi-se degradando ao longo do tempo mas a mãe de DC, com o homem com quem vive actualmente, conseguiu fazer reparações na sua parte. DC e parte dos seus irmãos já não vivem ali e nem são bem aceites nessa casa. Razão pela qual estão todos agora a viver na Fundação. Com o casal só ficaram os dois filhos mais novos. A situação económica geral da casa foi sempre muito complicada.

A mãe de DC é a única mãe desses seis filhos mas os pais são diferentes. Os homens que sucessivamente foram viver com a mãe na sua casa, fizeram sempre pressões para que os filhos dos antecessores fossem embora. Esses homens só foram aceitando os seus próprios filhos. Este último marido da mãe era frequentemente violento com DC, quando a mãe se encontrava no trabalho, o que o obrigava a refugiar-se em casa das tias ou a ficar na rua.

Porque tinha os seus irmãos na Fundação Novo Futuro, DC ia lá regularmente almoçar e acabou por lá ficar a viver. Tinha também problemas na escola. Repetiu a primeira classe e não conseguiu continuar e fazer a segunda classe. DC nunca falou dessas violências com a sua mãe, nem da passividade dela. Apesar disso a relação com ela é boa. E isso parece o mais importante. De qualquer forma, agora DC está muito feliz com o seu trabalho actual como cozinheiro num hotel da capital e tem o desejo de adquirir mais conhecimentos sobre cozinha estrangeira.

A falta de perspectivas socioeconómicas e o enfraquecimento dos sistemas tradicionais de apoio provoca o surgimento de fenómenos de exclusão e de risco para as crianças e jovens. Também a população mais idosa carece de apoio. Daí a necessidade sentida actualmente de se promover mudanças de atitudes e de comportamentos, no sentido de um desenvolvimento integrado de crianças, jovens e pessoas da terceira idade.

O desenvolvimento de acções conjuntas de instituições diversas e do Governo no âmbito da melhoria e da ampliação das áreas de ensino e a preocupação com os idosos, levou a Fundação Novo Futuro a desenvolver acções neste âmbito. Daí a prioridade dada pela Fundação às questões da educação formal e não formal, às actividades culturais, artísticas, desportivas, etc., tanto nas escolas, como nos Lares e na comunidade. Estas actividades são enriquecidas com a participação de pessoas da terceira idade, contribuindo ao mesmo tempo para uma participação mais activa das mesmas e para a interacção entre gerações.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Fundação Novo Futuro tem como missão apoiar crianças e jovens privados de um ambiente familiar estável, facultando-lhes um acolhimento que lhes garanta saúde e bem-estar, afecto, educação condigna, um bom desenvolvimento e formação, de forma a garantir a sua autonomia e plena integração na sociedade.

Um dos objectivos fundamentais da Fundação é criar e gerir Lares Familiares para crianças desprotegidas e espaços de actividades de tempos livres (ATL) para as pessoas que mais necessitem, proporcionar-lhes o direito que têm ao descanso e ao lazer, ao divertimento e a actividades recreativas adequadas às respectivas idades, bem como a participação em actividades culturais e artísticas.

Estas actividades despertam as crianças para diferentes áreas que poderão ser deveras importantes como referenciais para escolhas pessoais ou vocações futuras, e são úteis para o desenvolvimento pessoal, ético e moral, como o respeito pelos mais velhos, pela identidade cultural, pelos valores sociais, pela amizade e proximidade entre grupos étnicos, religiosos e outros, garantindo a auto-sustentabilidade e permitindo uma melhor

integração na sociedade.

Neste âmbito, a Fundação Novo Futuro decidiu criar o seu primeiro Centro Multiusos na cidade de São Tomé, no sentido de permitir a concretização de actividades de lazer, descobertas e aprendizagens, a interacção entre gerações e a realização de actividades consideradas de grande importância para o crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens acolhidos na Fundação. Actualmente, na falta desse espaço, essas actividades podem vir a realizarem-se em parceria com a Casa de Artes Criação Ambiente e Utopia – CACAU.

PERFIS DOS DESTINATÁRIOS

- Crianças órfãs
- Crianças abandonadas
- Crianças provenientes de famílias em situação de pobreza extrema
- Crianças de famílias com problemas sociais
- Crianças que provêm de famílias que vivem muito distantes da escola
- Crianças com problemas de integração na sociedade devido ao seu comportamento

CASO DE MENINO QUE FICOU SEM SUPORTE FAMILIAR

MH tem 16 anos de idade e é uma pessoa sossegada e madura. No bairro em redor da Fundação, onde MH vive, é conhecido e apreciado pelas pessoas.

Tal como os seus dois maiores amigos na Fundação Novo Futuro, MH vivia numa Roça com os seus familiares. O pai trabalhava com outros camponeses numa das melhores unidades de Cacharamba de São Tomé. O produto era vendido nas lojas dos arredores da Roça e também nos mercados de Guadalupe e da capital. Um negócio que durou até ao dia em que morreram várias pessoas por envenenamento, em que o seu pai estava incluído.

Durante cinco anos, MH ficou com a sua mãe na casa que a família tinha na Sanzala. Tinha uma irmã mais nova que morreu aos três anos de idade. Anos depois do acidente, a vida de MH e da sua mãe transformou-se: a mãe passou a viver com outro homem, teve dois filhos com ele e passou a trabalhar como empregada doméstica. MH, depois de um encontro entre a sua mãe e uma responsável da Fundação, deixou a Roça e foi viver para a Fundação. MH não esquece a sua mãe e gostaria de viver perto dela. Actualmente, está na 10a classe no Liceu Nacional e tem a expectativa de poder estudar fora, em qualquer país, e vir a ser Engenheiro Civil.

MODELO ORGANIZATIVO

Actualmente a instituição acolhe 16 crianças e jovens, com idades entre os 10 e os 19 anos – dos quais três são raparigas – em regime de internato, que integram o ensino escolar regular, e mais cinco crianças e jovens dos 8 aos 16 anos, em regime de externato. Todos eles, recebem apoio ao nível da educação formal, não formal e actividades extras escolares como artesanato (bambu e coco), pintura (tela), costura, desporto, música, dança, etc. Cerca de 25 outras crianças recebem apoio de forma pontual e não numa base diária.

Neste momento, a Fundação conta com um Lar em Budo Budo, no Distrito de Cantagalo, onde se garante habitação, vestuário, serviços de saúde e educação às crianças e jovens residentes.

O Lar é orientado pela presidente da Fundação Novo Futuro que é coadjuvada pela responsável e dois tutores e conta ainda com a participação de alguns padrinhos e madrinhas em regime de voluntariado.

As actividades desenvolvidas no Lar são:

- Explicações sobre as matérias leccionadas na escola

- Artesanato
- Pintura
- Lavores e trabalhos
- Corte e Costura
- Actividades de Tempos Livres (nomeadamente desporto: futebol de salão, ginástica, natação...)
- Visitas de estudo
- Colaboração nas lides caseiras do Lar (limpezas e arrumação, organização da biblioteca, confecção da alimentação, com o apoio dos dois tutores do Lar)

Dando seguimento às aprendizagens realizadas nos ateliês dirigidos pelo Alain Corbel, em Julho-Agosto de 2010, no âmbito do projecto “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção”, e porque os meninos e meninas se encontram motivados para tal, deu-se início a pequenos ateliês de desenho e pintura em parceria com a Alliance Française. Até ao momento foram realizados desenhos temáticos para uma exposição, em banda desenhada, e dado início à realização de um pequeno spot publicitário animado. Também foram feitos postais de boas festas com base nos desenhos e ilustrações produzidos – foram um grande sucesso, de modo que já se está a pensar em produzir mais com diferentes temas.

Na comunidade de Porto Real, na Região Autónoma do Príncipe, a Fundação apoia uma creche com cerca de 50 crianças, fornecendo materiais didácticos e lúdicos, vestuário, calçado e apoio técnico – de momento a creche encontra-se num espaço improvisado até terminar a construção em curso.

Também em curso, está a criação de um Espaço Multiusos. Caso não seja possível o financiamento para a reabilitação, as actividades poderão desenvolver num outro espaço já existente. O Espaço Multiusos tem por objectivo:

- Executar algumas actividades estipuladas no Plano de Acção, de forma a proporcionar às comunidades informação, meios e técnicas para alcançarem um rápido desenvolvimento e uma melhoria da qualidade de vida e da saúde;
- Desenvolver actividades de promoção da saúde, higiene, alimentação, produção agrícola, pecuária e pesca, para além de actividades educacionais, desportivas e recreativas;
- Promover hábitos alimentares saudáveis para todas as idades;
- Contribuir para a redução da malnutrição no país através da promoção junto das comunidades de uma melhor utilização dos recursos disponí-

veis nos meios onde estão inseridas;

- Informar as comunidades sobre métodos que previnam doenças diarreicas através do melhoramento do abastecimento de água, comportamentos higiénicos e saneamento;
- Promover acções que despertem o interesse das crianças em actividades extra escolares com troca de experiências, proporcionando-lhes momentos de diversão e aprendizagem durante o período de tempos livres e de férias escolar;
- Proporcionar às pessoas da terceira idade um espaço propício para o intercâmbio entre gerações, lazer e aprendizagem;
- Disponibilizar serviços que permitam o relaxamento e o lazer.

OUTROS PROJECTOS EM CURSO

No âmbito das actividades realizadas na Região Autónoma do Príncipe, no quadro do projecto “A nossa escola primária – uma escola da comunidade”, apoiado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento – IED e pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD,

CASO DE MENINO ÓRFÃO

QUE OPTOU POR IR VIVER COM OS AMIGOS

A mãe de ID desapareceu durante três dias. Os familiares foram à sua procura e encontraram-na desmaiada no mato não muito longe de casa. O pai queria levá-la para o hospital mas as outras pessoas não quiseram. Queriam que ela recuperasse para contar o que aconteceu. Levaram-na para um curandeiro. Ela queria ir para casa mas toda a gente estava sempre a perguntar-lhe o que tinha acontecido. Passado pouco tempo morreu.

Quando isso aconteceu, ID era ainda um bebé. Ficou a viver com a avó materna e foi ela que lhe contou repetidamente a história.

ID tem um irmão, agora com 18 anos de idade, que vive com o pai deles. Durante as férias, ID vai regularmente visitá-los. O pai vive com outra mulher, com quem teve três filhos, um deles com a idade de ID.

ID ainda vivia com a avó quando um dia foram buscar dois dos seus grandes amigos na Roça para ir para a Fundação Novo Futuro. Ele quis ir também. A avó não queria deixar, mas o tio mais velho convenceu-a. ID nunca se arrependeu da sua escolha. Na Fundação cada quarto tem três camas e ID vive junto dos seus amigos. Vão juntos para a escola e ID quer vir a ser educador de crianças.

com teve início em Junho de 2008, diversas actividades foram e estão sendo realizadas com os professores do ensino primário e com a comunidade de pescadores e agricultores da região.

Procedeu-se à formação de pais e tutores, em diversas áreas como saúde, agricultura e pecuária e à formação de professores em matérias ligadas à língua portuguesa e matemática, e posteriormente também à informática. Também se realizaram encontros e reuniões com o Governo Regional, a Direcção Regional da Educação, os responsáveis das escolas e os professores, e visitas às escolas primárias com vista à melhoria e recuperação de alguns espaços físicos das mesmas.

MENTORES E RETAGUARDAS

A mentora da Fundação Novo Futuro é Dulce Gomes, fundadora e actual presidente, que tem contribuído moral, física, material e financeiramente para a organização.

Em termos de retaguarda, pode contar com uma das fundadoras que gere o dia-a-dia da organização nos períodos em que a presidente não está presente.

Tem-se verificado a adesão de pessoas jovens à organização, como é o caso de juristas, uma psicóloga, uma socióloga e uma engenheira industrial, estando todas a trabalhar em regime de voluntário ou *part-time*.

No Príncipe existe uma equipa formada por duas jovens que trabalham em part-time e mais duas jovens voluntárias. A estrutura organizacional da Fundação permite a sua continuidade mesmo com a saída da presidente fundadora.

CASO DE MENINO QUE VIVE NO COMANDO DA POLÍCIA

JO vive no Comando da Policia de São Tomé. Oficialmente, JO não é ainda um estagiário da Polícia mas, desde há alguns meses, tal como para uma dezena de rapazes da sua idade, esse lugar passou a ser a sua residência principal.

Antes, JO vivia com a mãe e os irmãos numa casa num bairro da periferia da capital. A certa altura teve uma briga com outro rapaz, EM, e por causa da briga, a mãe chamou a Policia e depois falou com o Comandante e pediu-lhe para que JO ficasse lá até desaparecer essa confusão. Ele ficou e gostou do ambiente. Para trabalhar, escolheu a cozinha. Conheceu muitas pessoas.

As condições de alojamento na caserna não são apropriadas para adolescentes mas para JO não parece ser um problema. Dorme num quarto da caserna. Apesar de ser um lugar com muitas regras, JO afirma que pode acordar a qualquer hora. Durante o dia ocupa o seu tempo com diferentes tarefas: lava pratos, limpa a caserna, racha lenha, lava motas, ou simplesmente joga à bola. JO deixou de frequentar a escola mas um agente ensinou-lhe a utilizar o computador e quando o Comandante da guarda dá ordens para formar os novos agentes, ele vai observar as operações: desmontar e montar as armas, marchar, etc.

JO tem também o direito de sair quando quer, mas antes é preciso avisar o Comandante da guarda para lhe dizer onde vai. Normalmente vai visitar a sua mãe. Nessas saídas, ele acaba por encontrar-se com o EM. Ambos deixaram de ter brigas e agora são amigos e vão jogar à bola juntos.

EQUIPA

Actualmente, cinco das membros fundadoras trabalham em regime de voluntariado:

- Presidente (Dulce Gomes)
- Vice-presidente que também é tesoureira (Guio-mar Rita)
- Uma vogal (Adriana Ramos)
- Uma secretária administrativa (Kátia Fernandes)
- Um contabilista (Ednita Trovoadá)

Os outros elementos da equipa, contratados, são:

- Uma coordenadora das actividades no terreno, acumula também o papel de responsável do Lar
- Uma tutora do lar que também é cozinheira
- Uma lavadeira do lar que também é auxiliar de limpeza
- Dois explicadores

A equipa dos projectos é remunerada de acordo com a filosofia de cada projecto. Algumas das pessoas voluntárias, quando desempenham funções específicas nos projectos, também são remunerados.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

A angariação de fundos é efectuada através de donativos e campanhas de sensibilização. Existe também o sistema de madrinhas e padrinhos para apoiar o dia-a-dia das meninas e dos meninos residentes no Lar.

Em 2010 estavam no activo cinco padrinhos e quatro madrinhas. Há padrinhos que apoiam duas crianças e outros que, para além do apoio financeiro, dão também apoio moral e cívico e acompanham os progressos das crianças. A Fundação envia regularmente informação sobre a evolução das crianças.

A Fundação Novo Futuro também mobiliza alguns apoios junto de empresas estrangeiras como a Oliveira e Irmão, Portugal Telecom, Re- cer, Pneulis de Portugal, e empresas nacionais como a Companhia Santomense de Telecomunicações – CST, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe – BISTP, o Grupo HB, a Mimo 21, a Recauto, bem como junto de pessoas singulares, nacionais e estrangeiras.

Equipamentos e materiais educativos e lúdicos, vestuário, calçado, etc., são por vezes oferecidos por doadores no exterior.

A Fundação gere um orçamento anual que anda na ordem dos 900 milhões de Dobras santomenses, o equivalente a cerca de 25.000 Euros anuais.

RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

A Fundação Novo Futuro desenvolve projectos de cooperação com Portugal através de ONG como a Associação para a Cooperação Entre os Povos – ACEP, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento – IED e a Associação Novo Futuro de Portugal.

Tem parcerias estabelecidas com instituições como o Fundo das Nações Unidas para as Crianças – UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP, o Programa Alimentar Mundial – PAM, a Organização Mundial da Saúde – OMS, o Brasil, outras ONG nacionais e escolas, nacionais e estrangeiras, como por exemplo a Escola Secundária de Leiria (Portugal).

A Fundação é membro da Federação Internacional Democrática das Mulheres – FIDM e da Rede Internacional para a Promoção do Aleita-

mento Materno – IBFAN e ainda membro observador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Ao nível do Governo Santomense, relaciona-se com o Ministério da Saúde e Assuntos Sociais e a Secretaria de Estado para os Assuntos Sociais. Tem também desenvolvido relacionamentos privilegiados com as Câmaras Distritais, sobretudo as de Água Grande e Lobata.

Recentemente, a Fundação Novo Futuro começou a trabalhar em parceria com a Polícia e os Militares. Quatro jovens ao cuidado do Polícia participaram nas actividades da Fundação Novo Futuro no âmbito do projecto “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção”

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

As actividades e projectos são implementados com o apoio de técnicos e monitores nacionais capacitados para o efeito.

Para o período de 2010 a 2015, estão programadas as seguintes actividades:

- Criação do Espaço Multiusos (acima referido);

- Realização de ateliês, com vista a incentivar crianças e pessoas da terceira idade a colaborar no cultivo dos alimentos, por um lado, e a reforçar a sensibilização de certos grupos sociais sobre a alimentação e saúde, por outro, informando as comunidades sobre o valor nutricional dos alimentos, a importância de os cultivar, os métodos de os conservar e possibilitar o seu aproveitamento integral;

- Visitas de estudos a diferentes locais do país para proporcionar contactos com realidades locais;

- Realização de actividades físicas, desportivas e lúdicas: exploração da natureza, actividades rítmicas e expressivas (construção de bonecos, leitura, teatro), jogos, oposição e luta (técnicas);

- Estabelecimento de parcerias para divulgação das actividades realizadas.

De forma a se alcançarem os objectivos traçados, as principais estratégias de intervenção são:

- Organizar sessões de formação com realização de actividades educativas e promocionais da saúde. Grupos de crianças e pessoas da terceira idade serão encorajados a participarem em sessões educativas programadas pelos monitores. As sessões

devem ser programadas tendo em conta o lema escolhido e envolver sempre actividades dinâmicas;

- Deslocação e visitas de estudo guiadas ou acompanhadas de monitores, para diferentes locais de interesse e devidamente seleccionados. Cada actividade será programada por técnicos e monitores tendo sempre em conta um lema;

- Realização de actividades lúdicas, desportivas, culturais e noções de criação e cuidado da horta com as crianças e jovens na fundação ou outro local seleccionado pelo monitor;

- Deslocações às comunidades com objectivo de sensibilizá-las sobre a importância do aleitamento materno, a nutrição em diferentes fases do crescimento, o papel social das jovens e das mulheres, noções de nutrição, higiene e aproveitamento integral dos alimentos.

RESULTADOS OBJECTIVÁVEIS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA OS DESTINATÁRIOS

Em relação a resultados já obtidos, é de destacar que, do grupo de meninos e meninas que frequentaram o Lar, uma rapariga e um rapaz foram

enviados para Portugal para continuar os seus estudos, encontrando-se em casa de seus pais (após o apoio para a solução de conflitos sociais por parte da Fundação), um rapaz está em Évora com uma bolsa de estudo para continuar a sua formação em Gestão.

Dois rapazes estão a trabalhar como aprendizes em áreas como electricidade e cozinha, prosseguindo os seus estudos no ensino nocturno e continuam a residir no Lar.

Um rapaz regressou por vontade própria para a casa de familiares. Deixou de estudar e encontra-se em situação de dificuldade económica e de integração social, e por isso pediu apoio e pretende regressar.

Os outros jovens continuam a estudar e a perspectiva é a Fundação tentar obter bolsas para continuarem os estudos, dentro ou fora do país, ou então eles seguirem para uma área de formação profissional com uma componente de aprendizagem mais prática.

A Fundação pensa apoiá-los a dar início às suas vidas quando considerarem que chegou a altura para isso.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO

A maior aposta da Fundação Novo Futuro neste momento são os Lares e as actividades comunitárias.

No futuro, a Fundação prevê também a abertura de mais três Lares – neste momento, existe uma lista de 50 meninos à espera para internamento. O objectivo é ter vários pólos. Na ilha do Príncipe, a Fundação já tem um pólo a funcionar, em Porto Real, que não tem vertente internamento.

No imediato, a Fundação pretende criar, na capital, um espaço de atenção para crianças, jovens e idosos, que permitirá uma interacção entre gerações e ocupará os tempos livres dos participantes. Para o efeito vai reabilitar um espaço ou realizar parceria com outro espaço existente.

Os resultados esperados no horizonte de cinco anos são:

- Existência de um Espaço Multiusos para crianças, jovens e pessoas da terceira idade, onde se desenvolvam actividades específicas para a melhoria da condição física, ocupação de tempos livres e promoção da saúde, bem-estar e equilíbrio psicológico.

- Envolvimento das crianças e jovens em actividades extra-escolares durante as férias e ao longo do ano lectivo, numa interacção com as pessoas da terceira idade.

- Melhorias ao nível do conhecimento das comunidades e manutenção das crianças em actividades que promovam o seu crescimento e bom desenvolvimento.

- Existência de uma competição saudável entre instituições que favoreçam o contacto entre crianças e aprendizagem social.

- Interesse manifesto na alimentação escolar para facilitar o processo pedagógico de uma educação alimentar.

CONTACTOS

CP. 15 – S. Tomé
São Tomé e Príncipe
Tel: (+ 239) 22 40 86
Fax: (+ 239) 22 18 94

ARCAR

São Tomé e Príncipe

A ARCAR foi fundada em 1991, tendo iniciado as suas actividades em Janeiro de 1992. Abrange crianças de todo o país embora actue principalmente na cidade de S. Tomé. A organização está instalada na zona de Mesquita (Distrito de Lobata) desde o ano 2000.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Principal

Integrar e reintegrar crianças em risco na família, através de acolhimento.

Secundária

Proporcionar alfabetização, apoio escolar, orientação e formação profissional

DESTINATÁRIOS:

Crianças e jovens em situação de risco ou em situação de rua, com idades compreendidas entre os 4 e os 17 anos.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

A ARCAR faz parte da Rede da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe e dispõe de:

- um centro de acolhimento, em regime de internato, com capacidade para 50 crianças de sexo masculino.
- dois centros socioeducativos, com capacidade para 95 crianças da comunidade de Mulundo e 65 crianças do Bairro da Liberdade.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Presidente
- Secretária Executiva
- Tesoureiro

EQUIPAS

Do centro de acolhimento:

- Uma coordenadora
- Uma socióloga

- Uma psicóloga
- Um técnico administrativo
- Um financeiro
- Três professores
- Dois animadores
- Duas cozinheiras
- Três lavadeiras
- Dois serventes
- Um guarda e dois guardas-nocturnos
- Um camponês
- Uma médica
- Uma enfermeira
- Uma voluntária para formação

Do centro socioeducativo do Mulundo:

- Um responsável
- Três professores
- Dois animadores/educadores
- Uma cozinheira/servente

Do centro socioeducativo do Bairro da Liberdade:

- Um responsável
- Dois professores
- Uma cozinheira
- Três monitoras do ateliê de formação (costura,

bordados, culinária)
- Um professor de alfabetização

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

A instituição gasta anualmente um montante médio de 150.000 Euros.

FONTES DE FINANCIAMENTO

- Governo através do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais
- Cooperação Portuguesa (Ministério do Trabalho e Segurança Social) - representa 90 por cento do financiamento da organização
- Dádivas (apoios pontuais)
- Programa Alimentar Mundial (PAM)

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS:

- Governo (Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais)
- Rede da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe
- Polícia Nacional
- Cooperação Portuguesa (Ministério do Trabalho e Segurança Social)
- Programa Alimentar Mundial (PAM)

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO:

- Organização da vida quotidiana no Centro de Acolhimento: dormida, comida, saúde e higiene
- Apoio escolar e actividades complementares (Ateliês de Tempos Livres – ATL)
- Actividades socioeducativas (educação física, visitas de estudos, etc.)
- Legalização dos documentos de identificação das crianças
- Ateliês de formação: costura, bordado e culinária
- Formações pré-profissionais

- Alfabetização
- Acção junto das famílias – esta é considerada a actividade chave da organização

PRINCIPAIS RESULTADOS QUE A ORGANIZAÇÃO DESTACA (NOMEADAMENTE NO PERÍODO TEMPORAL DOS ÚLTIMOS 2 ANOS)

- Integração escolar, familiar e comunitária
- Continuação dos estudos (entrada para a universidade)
- Saídas para formação profissional e emprego (“Quando saem da ARCAR, saem para uma vida encaminhada”, comenta a Secretária Executiva.)
- Mudanças de comportamentos

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

- Melhoria das infra-estruturas: ampliação e criação de novo espaço
- Diversificação das fontes de financiamento e procura de formas de auto-financiamento, por exemplo: implementação de um carrossel no centro da cidade
- Projecto de um espaço para montar uma creche para as mães feirantes (para crianças dos 0 aos 6 anos) – a realizar em parceria com o Governo

CONTACTOS

Tel: (+239) 222 17 80 ou 99 09 99 93

Email: arcamesquita@hotmail.com

Cáritas

São Tomé e Príncipe

A Cáritas de São Tomé e Príncipe foi fundada em 15 de Março de 1981. A sua actuação abrange todo o país.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Principal

Assistência social às populações carenciadas de todas as idades

Secundária

Adopção, integração familiar e encaminhamento

DESTINATÁRIOS

Crianças de sexo masculino dos 0 aos seis anos e crianças de sexo feminino dos 0 aos 18 anos. Existe um protocolo com a ONG ARCAR (os rapazes com mais de 6 anos são encaminhados para lá).

Crianças portadoras de deficiência física; crianças abandonadas; crianças vítimas de vio-

lência; crianças para adopção; crianças com problemas familiares e desnutrição aguda.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

As crianças pequenas vão ao jardim-de-infância e nos tempos livres frequentam o espaço de acompanhamento da instituição. Quando se encontram em idade escolar, frequentam a escola e também usufruem do espaço de acompanhamento. Fazem todas as refeições na instituição, onde também têm alojamento.

A instituição acolhe uma média de 19-24 crianças. De momento, acolhe 19 crianças de ambos os sexos (oito meninas e onze rapazes). Devido ao limite de capacidade das instalações, as crianças vão sendo encaminhadas para outros destinos.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Bispo da Diocese

- Presidente
- Directora Executiva
- Vice-Presidente
- Tesoureiro
- Dois Vogais

EQUIPA

- Duas coordenadoras
- Um assistente social
- Três amas para bebés (por turnos)
- Três amas para os mais crescidos (por turnos)
- Uma cozinheira
- Duas lavadeiras
- Duas pessoas auxiliares (limpezas e outras tarefas)
- Três guardas (por turnos)
- Uma voluntária

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

Informação não conhecida.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Até há dois anos atrás funcionava apenas com dádivas. Actualmente, as dádivas representam 95 por cento do financiamento e a Cáritas também recebe apoio financeiro por parte do Governo de São Tomé e Príncipe (que totaliza cerca de 2.000 Euros anuais), apoio da Cooperação Portuguesa através do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (montante não conhecido), do Programa Alimentar Mundial (três sacos de arroz trimestralmente) e por parte do projecto Padrinhos da Cáritas de Setúbal (Portugal).

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Diocese
- Governo de São Tomé e Príncipe
- Cooperação Portuguesa (Ministério do Trabalho e Segurança Social)
- Programa Alimentar Mundial (PAM)
- Hospital Central
- Centro Policlínico

- Médicos do Mundo
- Associação São-tomense para a Protecção e Planificação Familiar (ASPAF)

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

- Acolhimento de crianças
- Organização da vida diária das crianças em acolhimento: dormida, comida, saúde e higiene, apoio escolar, actividades lúdicas e de aprendizagem informal
- Contactos com as famílias e autoridades
- Integração familiar
- Encaminhamentos para adopção
- Encaminhamentos para a ARCAR (dos meninos de mais de 6 anos)
- Encaminhamento para formação profissional
- A organização possui uma média empresa (Roça) no Distrito de Cantagalo para encaminhamento dos meninos que vendem nas ruas. No entanto a empresa não tem tido sucesso, por falta de transportes e meios.

PRINCIPAIS RESULTADOS QUE A ORGANIZAÇÃO DESTACA

- Saídas para formação superior e profissional
- Integração escolar, profissional, familiar
- Adopção a nível internacional: dez crianças foram para o Gabão, três crianças foram para França e uma criança foi para Portugal (casos recentes)
- Integração familiar: uma criança no Gabão

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

- Melhorar as infra-estruturas actuais: aumentar a cozinha e a lavandaria entre outras
- Construir um orfanato de raiz com um projecto de Centro de Acolhimento para Crianças com Deficiências Auditivas e Visuais.

CONTACTOS

Pessoa de contacto:
Padre Domingos
Tel: (+239) 222 25 65
Email: caritas_stp@cstome.net

Direcção de Protecção e Solidariedade São Tomé e Príncipe

A Direcção de Protecção e Solidariedade está sob tutela do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais. Divide-se em três departamentos: Departamento de apoio à família, Departamento de apoio à infância e Departamento de infra-estruturas e assistência social.

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA?

Não existe nenhum dispositivo Tutelar de Menores. Até ao presente, as crianças em situação de indigência ou de actos criminais têm ficado ao cuidado da Polícia de Segurança Pública que dispõe de um quarto para essas situações. Considera-se no entanto que esta solução não é sustentável.

Existe um estudo recente sobre Trabalho Infantil, que foi promovido pela UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as Crianças. Neste âmbito está previsto o início de um projecto para 2011.

QUAIS AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS EM RISCO?

Existe um programa – “Mãe Carenciada” – para apoio às famílias para que as crianças atinjam a escolaridade obrigatória.

Existe um programa de micro-crédito para famílias carenciadas.

A Direcção de Protecção e Solidariedade não desenvolve intervenção directa na problemática das crianças em risco.

APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

Apoia regularmente quatro ONG credenciadas (incluindo as entidades abrangidas neste estudo), mas de forma praticamente simbólica: cerca de 50 milhões de Dobras anuais a cada organização (equivalentes a cerca de 2.000 Euros anuais).

HÁ INDICAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS PRÓXIMAS FUTURAS?

- Intenção de construção e criação de um Centro de Acolhimento para Crianças e Jovens no Príncipe
- Criação e implementação de Centros Sociais nos Distritos (que incluirão acções para crianças e jovens)
- Projecto “Criança Saudável” (experiência piloto de acção educativa e educação para a saúde)



2.ª FASE DO
PROJECTO

CABO VERDE
MOÇAMBIQUE
TIMOR-LESTE

CABO
VERDE



ASSOCIAÇÃO CRIANÇAS DESFAVORECIDAS

Cabo Verde

HISTORIAL DA ORGANIZAÇÃO

O historial da Associação Crianças Desfavorecidas (ACRIDES) é relativamente simples e linear porque é a história da constituição e desenvolvimento de uma ONG no quadro dos movimentos cívicos da sociedade civil, ou seja, uma iniciativa de cidadãos e cidadãos conscientes da necessidade de se reforçarem os dispositivos de protecção de crianças e jovens em situações desfavorecidas.

O início da congeminação foi em 1996, na sequência de um projecto que vem da fase final do Curso de Educadora Social da sua principal mentora, Lourença Tavares. O lançamento formal e oficial deu-se em 1998, ano da fundação. Foi dinamizada pela sua principal mentora e Presidente, que mobilizou diversas personalidades credenciadas nos direitos cívicos e na protecção à infância. Juridicamente é uma Associação e, como tal, rege-se pelos seus Estatutos. A Associação tem 23 sócios, o que inclui o compromisso do pagamento de quotas (anualmente 2.500 ECV).

De 1998 a 2002 desenvolveu-se a 1ª fase, que foi de grande sensibilização sobre a problemática da infância em Cabo Verde através de várias e

múltiplas formas de campanhas de solidariedade, sob o lema “Solidariedade em Acção” e, a implementação do Voluntariado Juvenil.

Em 16 de Junho de 2002 desencadeia-se uma 2ª fase do historial da ACRIDES, com a inauguração da actual sede na Fazenda (mediante um aluguer assumido por 2 empresas mecenas), fruto das campanhas de solidariedade. Em 2003 realizou-se o primeiro Contrato-Programa com o Ministério da Família e a partir de 2004, com o Ministério da Educação, iniciam-se as cooperações com o IPAD e com o IAC e desencadeia-se o dispositivo que tem vindo a ser desenvolvido até ao presente baseado nos pólos fixos em 5 bairros da cidade da Praia.

2004 – Fase das intervenções nas comunidades, para um desenvolvimento comunitário mais integrado, estando mais perto das crianças e suas famílias, fortalecendo e consolidando o Voluntariado para Criança, que constituíram os seus projectos fundadores “Cultivar os Direitos da Criança” e o “Crescer Juntos em Família” que assegura Actividades Extra Curriculares, associadas à sensibilização para os Direitos da Criança, acções de formação às mães, colónias de férias, ateliers,

jornadas de reflexões, seminários e fóruns.

Em 2007, o projecto “Educação de Rua” que, actua a partir de um posto móvel (roulote) com itinerâncias regulares em 3 bairros (Lém-Cachorro / Bela Vista / Tira Chapéu), indo ao encontro das crianças na rua nos bairros periféricos da cidade da Praia.

Esses projectos continuam activos no quadro de programas da organização, embora com reformulações nos seus dispositivos operacionais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O arquipélago de Cabo Verde, com 9 ilhas habitadas e com 22 Concelhos, que repartem com o Poder Central a responsabilidade da administração das políticas públicas do país, tem uma população de 492 mil de pessoas residentes (Censo 2010), das quais aproximadamente 192 mil são crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos, o que corresponde a quase 40% de toda a população do arquipélago.

A evolução positiva dos indicadores macroeconómicos e sociais nas últimas décadas levaram

a que, em 2008, Cabo Verde fosse retirado da lista dos Países Menos Avançados, passando a integrar o grupo dos Países de Rendimento Médio. Entre 2000 e 2011, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde passou de 0,523 para 0,568 (nº 133 do *ranking* mundial com 187 países, sendo o melhor situado dos PALOP).

No domínio da Educação e da Protecção, apesar de ter obtido progressos significativos na taxa de mortalidade infantil e na escolarização, de ter adoptado mecanismos jurídicos específicos visando a promoção e a protecção do bem-estar das crianças e dos adolescentes, ainda há muito para fazer na redução do número de crianças de rua e na diminuição dos casos de abandono e maus tratos, por exemplo.

De acordo com as estimativas da Confederação Caboverdeana dos Sindicatos Livres, o país conta com mais de 9 mil crianças trabalhadoras (agricultura, venda, turismo,...), uma situação que aponta dever-se a uma taxa elevada de pobreza. Por outro lado, segundo o Instituto da Criança e da Mulher, o número de crianças abandonadas, de abusos sexuais e de crianças na rua, em situação de abandono escolar tem aumentado.

De acordo com o Questionário Unificados de Indicadores Básicos de Bem-estar (QUIBB) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo-Verde, em 2007, o índice de pobreza geral situava-se em 26,6% (tendo caído 10% entre 2001 e 2007). O êxodo rural é apontado como factor agravante da pobreza no meio urbano, particularmente na capital (cidade da Praia, na ilha de Santiago), onde a taxa de pobreza rondava os 12%. Apesar de se ter verificado um crescimento económico na última década, continuaram os desequilíbrios na repartição da riqueza, prolongando a “consolidação e aumento de exclusão social de grupos desfavorecidos socioeconomicamente, o que agrava significativamente a vulnerabilidade das crianças e adolescentes situadas nos segmentos mais empobrecidos” (A Vulnerabilidade das Crianças em Cabo Verde).

A taxa oficial de desemprego para o país em 2010 era de 10,7%, sendo mais alta entre as mulheres (12,1%) do que entre os homens (9,6%). Em relação à idade, a população de jovens entre 15 e 24 anos é a que mais sofre com o desemprego. Enquanto que a média nacional é de 10,7%, para esta parcela da população a taxa de desemprego é de 21,3%. Esta conjuntura, em que as

mulheres e jovens são os mais afectados pelo desemprego, tem consequências directas nas crianças e adolescentes, acentuando a pobreza no país e condicionando as perspectivas de vida dos actuais adolescentes, com reflexos no abandono escolar, nas violências e no ciclo vicioso dos problemas sociais.

O tamanho médio das famílias em Cabo Verde é de 4,2 pessoas por agregado familiar (Censo 2010). Os números do QUIBB 2007 apontam que 37,6% das famílias em Cabo Verde são monoparentais. Assim, a precariedade socioeconómica que toca uma parte considerável da população – com particular incidência nas famílias chefiadas por mulheres – empurra muitas famílias para estratégias de sobrevivência, levando muitas crianças a abandonar a escola, a trabalhar desde cedo ou a viver na rua. Em média, 31,3% das crianças entre 0 e 17 anos vivem em agregados pobres – lembrando que a média para o país é de 26,6% da população que vive em situação de pobreza.

A educação em Cabo Verde tem conhecido avanços notáveis, mas ainda existem obstáculos que impedem a plena realização dos Direitos de crianças e adolescentes. A obrigatoriedade do ensino em Cabo Verde é definida pela Lei de

Bases da Educação, que define como obrigatório o ensino básico integrado, da primeira à sexta classe – ampliado recentemente para oito anos de escolaridade. Por outro lado, o acesso público a creches (jardim-escola) e ao pré-escolar para crianças entre 0 e 5 anos não é obrigatório.

Neste contexto, a sociedade civil caboverdeana tem sido bastante dinâmica na protecção dos direitos das crianças bem como na promoção da melhoria das condições de vida, em particular das crianças em situação de vulnerabilidade ou em risco, como são as crianças órfãs (órfãos do SIDA), semi-abandonadas ou vítimas de negligência, em situação de abandono escolar, etc. São geralmente crianças que vivem com as famílias, mas que não recebem destas os cuidados necessários ao seu desenvolvimento e passam o seu tempo na rua.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Os grandes objectivos que materializam a missão da ACRIDES estão definidos nos seus Estatutos e aqui se sintetizam:

- Promoção junto das crianças e famílias de Bem-Estar saudável no sentido do desenvolvimento integral e harmonioso, por via de estratégias de sensibilização, protecção, integração, orientação e cooperação;

- Defesa e divulgação dos Direitos das Crianças e Famílias junto das diferentes entidades, instituições e comunidade em geral;

- Promoção social e económica das famílias no sentido da integração social e familiar das crianças e jovens de e na rua.

Assim, ao longo dos seus 14 anos de intervenção, a ACRIDES tem trabalhado com as crianças e famílias mais desfavorecidas nos bairros periféricos da cidade da Praia, adoptando uma abordagem participativa e muito baseada no voluntariado. Ao mesmo tempo que aposta nas actividades direccionadas para as crianças, cultiva e implementa o voluntariado jovem e a participação de mulheres educadoras (mães, avós, tias) em círculos de cultura, em cruzamento com programas para actividades geradoras de rendimentos, para microcrédito e para capacitação de competências e com actividades de animação.

PERFIS DOS DESTINATÁRIOS

- Crianças pobres, abandonadas, órfãs
- Crianças vítimas de maus tratos e negligências, de abusos sexuais e em situação de risco
- Crianças portadoras de deficiência e suas famílias
- Jovens e adolescentes provenientes de contextos vulneráveis
- Famílias desestruturadas em situação de pobreza

MODELO ORGANIZATIVO

Em 2012, a ACRIDES tem um modelo organizativo baseado na articulação de projectos temáticos com as rotinas quotidianas dos seus 5 pólos fixos.

Os projectos temáticos vão estando inscritos na historicidade da Associação e estruturam o mais recente Plano de Acção referente ao ano de 2012: Actividades Extra-Curriculares (AEC) “Cultivar os Direitos da Criança”; “Crescer Juntos em Família”; “Educação de Rua”; “Renascer

da Nova Esperança”; Semana da Criança “Crescer Juntos”; Natal “Especial Criança”. Alguns destes projectos estão focalizados em bairros específicos, outros são transversais, assim como têm ou um carácter contínuo ou um carácter sazonal (casos da Semana da Criança no período do Ve-

rão ou do Natal). Os 2 projectos âncora, pela sua natureza e continuidade, são as AEC e a Educação de Rua.

Os 5 pólos fixos, que mantêm rotinas, são os seguintes (por ordem de início de funcionamento):

- Lém Cachorro / Sede (Fazenda) – frequência

CASO DA MENINA QUE NÃO SE CONFORMA COM TER QUE DEIXAR DE ESTUDAR

A IN é uma adolescente que vive numa casa situada à beira mar no bairro de Marrocos. A IN e os seus irmãos vivem juntos com a mãe. O pai, de 42 anos, vai e vem entre duas casas, duas famílias. Mas a IN não se importa com a situação e dá-se bem com ambos. Nos arredores acidentados da cidade da Praia situa-se o seu bairro rodeado pelo mar, mas sem água. Sem a rotação dos camiões que alimentam regularmente os chafarizes, a vida nesse canto do planalto seria impossível.

Por razões económicas, ela parou a escola no ano passado. Em Cabo Verde, o primário é grátis, mas no Liceu paga-se propinas e a sua mãe não tem meios suficientes. O pai do seu lado dá apoio unicamente aos estudos do seu filho.

A IN encontrou outra forma de continuar a estudar: aproveita os livros do seu irmão mais pequeno que já frequenta o 10º. O seu caso não é único. Pelas mesmas razões as suas amigas mais chegadas tiveram que parar os estudos. Trabalhar para conseguir o dinheiro em falta não é uma opção para uma menina ainda “menor”. Mesmo se ela quisesse, a lei não lhe dá esse direito. Durante o dia, enquanto a mãe faz biscates, a IN cuida das tarefas domésticas, vai buscar água ao chafariz, limpa a casa, cozinha... Ela toma conta também do bebé de 8 meses da sua irmã, de 20 anos de idade, e que é vendedora na rua de produtos comprados a comerciantes chineses e melhora assim os rendimentos da pequena família.

De vez em quando, e com as suas amigas, a IN participa nas actividades e também vai de autocarro até o centro da cidade da Praia para se divertir e ver coisas novas. No caminho, através do planalto, entre o bairro de Frente e o de Traz, nas proximidades do aeroporto, o autocarro cruza-se frequentemente com aviões e a IN sonha em vir a ser médica.

de 21 crianças regulares (instalações alugadas);

- Achada de S. Filipe - frequência de 51 crianças regulares (edifício multiusos da Câmara Municipal da Praia – 2 salas cedidas – em vizinhança com 1 jardim de infância da Fundação Caboverdeana de Solidariedade);

- Bairro da Bela Vista - frequência de 43 crianças regulares (1 sala cedida em edifício da Câmara Municipal da Praia – em vizinhança com 2 salas pré-escolares municipais e em proximidade de uma plataforma desportiva municipal);

- Bairro da Achada Grande de Trás - frequência de 30 crianças regulares (edifício arrendado pela ACRIDES);

- Bairro Tira Chapéu - frequência de 43 crianças regulares (instalações num edifício de escola pública em desativação, pertencente ao Ministério da Educação – já dispõem de 2 salas para actividades no 1º piso e articulam com a turma do ensino básico que ainda funciona no rés-do-chão, num processo de gestão conjunta).

Em todos os centros são desenvolvidas diversas actividades regulares que estão programadas e calendarizadas: apoio nos trabalhos escolares, trabalhos e dinâmicas de grupos, jogos de descoberta e aprendizagem, actividades desportivas,

ateliers de teatro e de “estórias”, danças e música, atelier de leitura, reciclagem de materiais, artes visuais, artes tradicionais, fotografia e cartazes, informática e tecnologias digitais, actividades de higiene e de saúde, visitas de estudo e passeios, palestras e sessões com convidados, encontros e intercâmbios com as famílias (incluindo Conselhos de Pais e de Famílias), acções de formação, participação em eventos e datas comemorativas, articulação com as escolas e com as organizações comunitárias e sociais, sessões de sensibilização com a comunidade, entre outras.

Neste conjunto de 5 pólos, a ACRIDES abarca um conjunto regular de 200 crianças. Todos os pólos funcionam diariamente com 2 turnos: manhãs das 9h às 12h e tardes das 13h às 18h. O Centro da Bela Vista fornece alimentação diária aos seus frequentadores, o que ocorre também 2 dias por semana no Centro de Tira Chapéu. O Centro de Lém Cachorro fornece diariamente lanche e fruta e o Centro de Tira Chapéu também proporciona fornecimento diário de fruta. A comida confeccionada e a fruta são patrocinadas por restaurantes e fornecedores da cidade que as oferecem.

A ACRIDES ainda dispõe da caravana que foi

utilizado como posto móvel e que se instalava nos bairros enquanto não existiram instalações fixas, a última das quais, em Tira Chapéu, é recente. No início de 2012, este equipamento encontrava-se em suspenso, uma vez que já existem instalações em todos os locais de intervenção, com o consequente aumento de utilizadores.

Paralelamente à intervenção nas 5 zonas, que abrangem 200 destinatários directos, a ACRIDES continua a desenvolver acções pontuais, principalmente pedidos de apoio relacionados com crianças ou jovens ou famílias, que podem ser provenientes de qualquer local. Estima-se que esses pedidos e solicitações andam na ordem das 10 ocorrências por semana, o que acrescenta cerca de 500 destinatários indirectos à abrangência da organização. A maior parte dessas solicitações são da iniciativa dos próprios interessados ou de alguém do seu contexto, que se dirigem ou à sede da Associação ou a algum dos elementos das suas equipas.

Outra iniciativa que deve ser destacada é a Semana da Criança, que se realiza rotativamente, cada ano num bairro diferente e não coincidente com os bairros onde a ACRIDES tem pólos fixos. Trata-se de um Campo de Férias com a duração

de 1 mês, onde decorrem actividades, por turnos, e onde participam as crianças dos pólos fixos e as crianças e famílias da zona onde está a decorrer a iniciativa. Em média, participam cerca de 300 crianças.

Finalmente, devem referir-se as outras iniciativas complementares e transversais inerentes aos processos de animação e de promoção: Convívios, Palestras, Jornadas de Reflexão, Formação Parental, Intercâmbios, Visitas de Estudo, Marketing Social e Relações Públicas (incluindo a Comunicação Social).

MENTORES E RETAGUARDAS

Como já foi referido no historial, a principal mentora da ACRIDES é a sua fundadora e presidente, Lourença Tavares. A Associação tem 23 sócios activos e regulamenta-se pelos seus Estatutos, com o pagamento de quotas anuais. Os principais mentores da ONG correspondem aos seus fundadores, sócios e dirigentes, que têm as suas redes de alianças e de influências e procuram capitalizá-las em benefício da Associação e

CASO DO MENINO NAS ENCRUZILHADAS... DA VIDA... E DO FUTURO...

Os pais de AD são moradores do mesmo bairro mas “não vivem juntos”. Os seus pais separaram-se quando a mãe, com 17 anos de idade, estava ainda grávida do AD. Ele ficou com a sua mãe. De vez em quando “encontra-se com o seu pai”, mas “nunca viveu na casa dele”. O pai tem mais dois filhos, “uma menina de 6 anos e um filho de 20 anos que vive em Bóston” nos Estados Unidos. Mas do irmão “não sabe nada” porque ele nunca enviou cartas. Da parte da sua mãe, o AD tem também uma pequena irmã de 8 anos de idade. O pai da sua irmã “vive também em Boston” nos Estados Unidos, já lá vão 7 anos.

Os pais que a mãe do AD escolheu para ter os seus filhos tinham sempre mais de 30 anos de idade, mas nem por isso ficaram com ela, nem deram apoio apesar dela precisar. Com 28 anos de idade, ela “vem doutro bairro da Praia”. Ela parou a escola no fim do Primário e não pôde continuar a estudar, mas se pudesse, “ainda continuava”.

Ela “tem dores na coluna” e diz que “não pode carregar” cargas. Mas aqui no bairro quase toda a população carrega água, do Chafariz até casa, simplesmente para sobreviver. A água é para beber, para cozinhar, para lavar os corpos, a roupa, a loiça... Durante todo o dia, os chafarizes animam-se com os movimentos dos moradores. Há quem consiga usar carinhas, mas a maior parte das pessoas carregam e transportam os seus baldes de plástico, simplesmente com a força dos seus braços ou à cabeça. Assim, rotineiramente, a mãe do AD carrega, apesar das suas dores, os seus “baldes de 20 litros de água”.

De momento, a mãe do AD não trabalha mas “já foi empregada doméstica”. Ela “gosta de cozinhar” e um prato que ela costuma fazer é “peixe frito com arroz”.

Na casa da mãe do AD vive também a avó. É ela, com os seus 60 anos, que “dá apoio” à pequena família. Ela “teve oito filhos e uma das suas filhas vive agora nos Estados Unidos”. Essa tia do AN, quando pode, “envia sempre ajuda” aos seus familiares. No bairro, quando se fala de violência “é só boca”. Os homens do bairro “são amigáveis”, comenta a mãe do AD “mas, infelizmente, muitos deles não têm trabalho”. Às vezes, tentam trabalhos ilegais como ser taxistas, para levar os moradores do bairro até outras zonas da cidade capital. Porque, para além do problema da falta de água, faltam também transportes e o bairro é distante.

AD “não tem nenhuma ideia” sobre o que quer fazer no futuro, mas também só tem 10 anos. Mas tem uma certeza, é que vai este ano fazer o último ano do Primário. A seguir terá que ir para o Liceu, e esperam-no longas caminhadas.

das suas missões.

Uma das singularidades da ACRIDES é a importância que o movimento de voluntários tem no funcionamento da associação e dos seus programas. Como se verá, a ACRIDES dispõe de orçamentos muito limitados em função dos programas e compromissos que tem. Só o voluntariado permite o grau de realização que a associação atinge. Mas, como é sabido, o voluntariado é rotativo e está sujeito a fluxos e refluxos, o que implica regimes híbridos e transitórios. O pessoal que tem maiores vinculações e compromissos tem gratificações, estabelecendo-se assim um regime “semi” (profissional/voluntariado). Logicamente, a ACRIDES procura que os seus “voluntários com vínculo” sejam o mais qualificados possível (1 psicóloga, 1 licenciada em serviço social, 1 estagiário de sociologia, educadores e animadores sociais, etc..) ou então que sejam líderes experimentados (como é o caso do Gilson da Achada Grande de Trás, que já foi só voluntário e agora é monitor, portanto “semi”, sendo portador de um relevante capital de experiência associativa). Alguns destes elementos também se transformam em “mentores” (em ciclos de tempo e de circunstâncias). Esta natureza da or-

ganização, com ciclos transitórios de ativistas e “pivots”, implica uma “cultura organizacional de elasticidade”.

Em complemento e em coerência com esse traço de voluntariado (integral e híbrido), e ainda no plano dos “mentores”, a ACRIDES mobiliza e conta com múltiplos patrocinadores, de pessoas a empresas, que vão proporcionando recursos materiais regulares, sem despesas orçamentais, reforçando também os laços com a sociedade civil.

EQUIPA(S)

Na sede:

- 1 Presidente (Lourença Tavares)
- 1 Directora Executiva (Herminalda / Emi) – Psicóloga
- 1 Tesoureira (Rute) – licenciada em Serviço Social
- 1 Encarregada de limpeza (Susana)
- 1 Motorista (Nuno)

Nota: a equipa administrativa e executiva da sede também assegura a programação do Centro de Lém Cachorro, que funciona nessas mesmas instalações

No Centro da Bela Vista:

- 1 Animador Social (Adalberto)
- 1 Monitora (Neusa)
- No Centro da Achada de S. Filipe:
 - 1 Educadora (Benilde)
 - 1 Monitora (Dulcelina)
- No Centro de Tira Chapéu:
 - 1 Animador Social (Emanuel / Imã)
 - 1 Estagiário de Sociologia (Cláudio)
- No Centro da Achada Grande de Trás:
 - 1 Monitor (Gilson)
 - 1 Monitora (Jaqueline)

No seu conjunto, a organização funciona com 12 a 15 pessoas na manutenção das suas rotinas e obrigações. A totalidade das pessoas está em condições de voluntariado gratificado, ou seja, as pessoas que desempenham funções contínuas auferem remunerações simbólicas (entre 10.000 e 26.000 ECV mensais, em euros, entre 100€ e 260€).

Para além destas 12 a 15 pessoas que asseguram o funcionamento regular, a ACRIDES consegue mobilizar uma grande quantidade e diversidade de voluntários. No conjunto dos bairros, em dinâmicas intermitentes, existem cerca de

200 voluntários que têm colaborado em programas e iniciativas, destacando-se um conjunto de cerca de 50 activistas que cooperam com muita frequência, com especial incidência no bairro da

Achada Grande de Trás. Acrescenta-se ainda os voluntários e voluntárias especialistas em modalidades praticadas, como é o caso ilustrativo da Tia Dulce, nos seus contributos regulares com os

ateliers de teatro (para além de outras cooperações por via da sua creche, vizinha da sede da ACRIDES).

CASO DO RAPAZ APLICADO NUM BAIRRO DIFÍCIL

O OZ é um novo morador do bairro. Há dois anos, ele vivia noutra bairro localizado na estrada que sai da Capital Praia em direcção a Assomada.

No outro bairro, o OZ tinha amigos com quem partilhava jogadas de futebol, de basquetebol ou de andebol. Lá havia um grande pátio para as crianças brincarem, enquanto neste bairro as crianças conformam-se com ruas estreitas. É preciso sair do bairro para encontrar um espaço aceitável onde jogar a bola.

Quando ele nasceu, no Hospital Agostinho Neto da Praia, a sua mãe trabalhava como empregada doméstica. O seu pai não tinha emprego. Do pai, OZ não sabe muitas coisas porque ele já faleceu. OZ tinha 3 anos de idade quando ele, um homem ainda jovem, estava a brincar numa praia com alguns amigos e fez um disparate que lhe tirou a vida: instalado no topo duma pirâmide feitos pelos corpos dos seus amigos, o pai do OZ decidiu saltar fazendo uma cambalhota. Infelizmente, não se recepcionou bem no chão e quebrou as cervicais do pescoço. Mesmo antes da morte do pai, OZ já não vivia junto com a sua mãe, que teve mais dois filhos, mas sim com uma tia, irmã do seu pai. Quem cuidou dele foi a tia, também mãe de quatro filhos. A seguir ao seu décimo primeiro aniversário OZ veio viver com a sua avó aqui no bairro. A avó teve seis filhos e um deles é a mãe de OZ. Dos seis, um é mais jovem que o OZ. A actividade principal da sua avó é fazer bolos.

OZ considera que o seu novo bairro “é mais violento, com a guerra todos os dias entre zonas”. As calamidades são a droga e os roubos. A polícia não tem muita presença e só aparece quando “há fogueira” e “o vandalismo é muito comum”.

OZ, tal como outras crianças, já teve a possibilidade de sair do bairro, de visitar outros lugares e de frequentar actividades extra-escolares, no Centro da Acrides, que também apoia as crianças com acompanhamento escolar. Felizmente, na escola OZ é um bom aluno e gosta de desenhar, “não sabe porquê”. Com 13 anos de idade, ele é um moço muito dedicado nas actividades que faz, e raramente se deixa interromper pelos seus amigos. No futuro, ele “quer ser professor”.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

O orçamento anual da ACRIDES anda na ordem dos 3.000 contos cabo-verdeanos (3.000.000 ECV, equivalentes a 30.000 €). Dadas as contingências internacionais e nacionais, esse orçamento tem vindo a diminuir nos últimos 2 ou 3 anos.

A associação mantém Contratos-Programa anuais com o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (que abrange as problemáticas da Família) e com o Ministério da Educação, que assim financiam programas focalizados. Também tem tido financiamentos por parte da UNICEF, o último na ordem dos 10.000 USD.

Em anos anteriores contou também com apoio e financiamento por parte do IPAD e desenvolve cooperação regular, que se traduz em serviços, em formação e reciclagem e em intercâmbios, com o Instituto de Apoio à Criança (IAC) de Portugal. Neste momento também participa na par-

ceria ACEP/CPLP que desenvolve este projecto e este estudo.

Em simultâneo com esse orçamento mínimo restrito, a associação tem uma história e prática de um sistema de economia social paralela, que vai resolvendo parte substancial das necessidades em recursos materiais e que é proporcionada por uma cadeia de patrocinadores e mecenas, tanto regulares como ocasionais. O voluntariado e o semi-voluntariado é também uma componente a ter em conta nesse duplo orçamento difuso.

RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS / RELACIONAMENTOS COM AS AUTORIDADES

Pela sua natureza e dispersão, a ACRIDES relaciona-se com múltiplas entidades aos vários níveis e planos:

- Organismos do Estado: Ministério do Desenvolvimento Social e Família e Ministério da Educação – relação sistemática; outros Ministérios ou organismos consoante as circunstâncias
- Autoridades: Ministério da Justiça / Serviços de Reinserção Social, Polícia, Tribunais

- Administração Local: Câmara Municipal da Praia
- ONG caboverdeanas, nomeadamente enquanto membro da Plataforma das ONG de Cabo Verde
- Associações e grupos locais e comunitários
- Parceiros Internacionais: como o IAC e a ACEP
- Patrocinadores, mecenas e doadores: CV Telecom, ASA, Gabinete do 1º Ministro, Embaixada de Espanha, Impor Frutas, Hotel Trópico, entre outros

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Relativamente à intervenção junto de meninos/as de/na rua, focalização principal deste estudo, na intervenção “estrelar” da ACRIDES destaca-se aqui principalmente o seu projecto – EIXO “Educação de Rua”. Como a Associação explicita no seu Plano de Acção de 2012, este projecto é inspirado nos modelos já testados pelo IAC e sucessivamente trabalhados em conjunto entre as duas organizações.

A ACRIDES intervém nos locais de vivência dos destinatários – as ruas de zonas identificadas

– e aí vai construindo uma malha de envolvimento que mobilize as famílias e as comunidades locais. Pretende estabelecer relacionamentos com base na afectividade e na utilidade que, progressivamente, vá induzindo as várias possibilidades e oportunidades para integrações e inclusões que se encontram deficitárias.

Esse processo implica modalidades diversificadas e encadeadas:

- estabelecimento de confiança para interacções regulares com as crianças e jovens;
- contactos com as redes que essas crianças mantêm;
- integração das crianças nos programas e equipamentos da ACRIDES (seja nalgum dos pólos fixos, seja nos programas transversais);
- procedimentos de encaminhamento (desde documentação a resolução de conflitos ou de impasses), o que implica diligências de vários tipos;
- soluções de regresso ou ingresso em relação à escola ou às ofertas de qualificação;
- equação do suporte familiar ou institucional.

Como se explicita no item Modelo Organizativo, nos seus programas e nos seus pólos fixos, a ACRIDES proporciona um alargado leque de

modalidades de carácter socioeducativo (desde os apoios escolares e jogos de aprendizagem às actividades desportivas e exercício das criatividades), usando todos os possíveis instrumentos de animação e de desenvolvimento pessoal e social. As crianças de e na rua são envolvidas nesse movimento e nessas dinâmicas. Complementarmente, a associação proporciona reforço alimentar (almoços, lanches, fruta) e promove a higiene e a saúde. No fundo, quase não há distinção entre as crianças mais caseiras e as crianças menos caseiras, uma vez que são todas provenientes de meios desfavorecidos (com os seus efeitos perversos). Quando há casos “radicais” são devidamente encaminhados.

Em Cabo Verde é difícil falar propriamente em “crianças de rua” (que ocorrem pontualmente). Acontece que as ilhas são microcosmos e tendem a ser concêntricas nas inclusões. Mas há muitas crianças “na rua” (nos meandros dos bairros e nos meandros dos sítios mundanos) e os destinatários da ACRIDES são crianças nos limiares da exclusão: pobres, abandonadas, orfãs, vítimas, com as respectivas fragilidades familiares. Por via da sua orientação e experiência, a ACRIDES trabalha com os destinatários directos, mas inter-

vém também sistematicamente com os respectivos contextos.

Como não podia deixar de ser, este projecto está em sinergia com os outros programas mais transversais da ACRIDES, envolvendo familiares e entidades com responsabilidade de coesão social e promovendo os direitos das crianças e jovens tanto nas comunidades intervencionadas como junto à opinião pública.

RESULTADOS OBJECTIVÁVEIS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA OS DESTINATÁRIOS

A ACRIDES intervém junto de 200 destinatários directos por via dos seus programas e rotinas. Abrange mais cerca de 500 destinatários indirectos e ainda acima de 300 destinatários sazonais. Abrange também famílias e entidades dos contextos intervencionados.

Com as suas características activistas e voluntaristas, a organização não dispõe de um dispositivo de controlo de resultados com indicadores e medições periódicas. Os resultados vão sendo aferidos por via dos seus efeitos observáveis e

por via dos seus impactos. Quem observa são os elementos das equipas e os resultados e casuísticas vão sendo partilhados e debatidos nas reuniões semanais das sexta-feiras. Relativamente aos impactos, há um conjunto alargado de observadores difusos que abrange os vários tipos de colaboradores e “conhecidos” ou aliados da associação. As parcerias e a rede de relacionamentos institucionais também implicam frequentes sistematizações avaliativas. Há ainda o escrutínio da Comunicação Social, dada a visibilidade e notoriedade da ONG.

Relativamente às perspectivas futuras dos destinatários, sobretudo daqueles/as que estão marginalizados/as, a associação insiste e persiste na disponibilização de sequências de oportunidades e nas sucessivas tentativas de encaminhamentos integradores. A ACRIDES desenvolve essencialmente estratégias de mediação e de responsabilização, funcionando como plataforma de transição e de enriquecimento pessoal e social. Para os destinatários, um tempo enriquecedor, num período que é suposto ser em tempo útil para melhorar a vida próxima. O que acontece a seguir depende das vontades, das sortes, das capacidades e de alguns equilíbrios sociais.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO

A organização pretende prosseguir no seu fio condutor, aprofundando e dando continuidade aos seus projectos e programas.

Em relação ao futuro, a organização enuncia uma aposta que importa realçar: a criação de um novo equipamento – 1 Centro de Acolhimento – em edifício próprio que albergue também uma nova sede para a Associação.

Este projecto e objectivo, a ser concretizado vai provocar alterações na natureza da organização, que na sua história só tem tido intervenções abertas e irradiantes e com um Centro de Acolhimento passará a ter uma resposta residencial com institucionalização de crianças ou jovens.

CONTACTOS

Tel.: (+238) 261 14 54 / 996 70
94 / 924 34 00

Email: loutavares@hotmail.com
lourenca.tavares@gmail.com
acridesev@yahoo.com.br

Centro Juvenil Chã de Matias

Cabo Verde

A Associação Chã de Matias é uma ONG com sede nos Espargos, ilha do Sal, foi fundada em 1996 por cinco jovens dessa zona que lhe deram o nome. O Centro Comunitário começou a funcionar em 2001, o Projecto-Eixo “Integrar para Não Entregar” desenvolve-se desde 2004, o Centro Juvenil foi inaugurado em 2006 e iniciou o seu funcionamento regular em 2008. A associação abrange a população da ilha do Sal, mas com especial incidência na sua zona situada na Cidade de Espargos. É a ilha que tem maior movimentação turística do país, com todas as consequências inerentes, das oportunidades de trabalho e geração de rendimentos aos efeitos perversos que o turismo de massas acarreta.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Mediante os seus Estatutos, a Associação “Chã de Matias” tem os seguintes objectivos:

a) Promover e apoiar as iniciativas populares de desenvolvimento na identificação, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projectos que visem melhorar as condições de vida

da população local;

b) Colaborar com autoridades municipais e outros em tudo quanto diga respeito ao desenvolvimento da comunidade local e da ilha em geral;

c) Reforçar o espírito de interajuda;

d) Criar um espaço de diálogo e convivência;

e) Dinamizar actividades desportivas, culturais e recreativas;

f) Promover actividades com a finalidade de criar e estreitar laços de solidariedade com outras comunidades;

g) Fomentar e apoiar actividades ligados a conservação de meios ambientes;

h) Dinamizar actividades de apoio às camadas mais desfavorecidas;

i) Promover actividades em colaboração com as estruturas de saúde a nível local, nacional e internacional com a finalidade de travar o alastramento do SIDA e de outras doenças na ilha e no País.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

- Crianças na rua, incluindo as que estejam sujeitas a trabalho infantil

- Crianças provenientes de famílias de extrema pobreza
- Crianças provenientes de famílias disfuncionais
- Crianças órfãs
- Crianças portadoras de deficiência
- Crianças com problemas comportamentais e de integração e com abandono ou atraso escolar

Nota: cerca de 70% das crianças envolvidas vivem só com a mãe e irmã/os.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

Na sua sede, a associação mantém a funcionar um equipamento com 2 valências – um Centro Comunitário e o Centro Juvenil – que é o objecto de focagem deste estudo, para além das suas instalações logisticas, onde se operacionalizam os diversos projectos transversais que têm sido implementados e desenvolvidos.

O Centro Juvenil tem como principal Eixo o Projecto “Integrar para Não Entregar”, que já vai no seu 8.º ano de desenvolvimento, e é também um dos 5 pólos de Protecção e Reinserção Social do ICCA/Instituto Cabo-Verdiano da Criança e

do Adolescente (que aí colocou uma Educadora Social destacada e um Psicólogo). Esse projecto orientador foi concebido pelo ICCA, em consonância com as diversas parcerias, e tem como principal objectivo a integração na sociedade de crianças e adolescentes em situações de risco.

O Centro Juvenil funciona diariamente e tem a frequência regular de 100 crianças e adolescentes (68 rapazes e 32 raparigas), com idades entre os 6 e os 17 anos. Está aberto de segunda a sexta-feira das 8h às 17h e está organizado em 2 turnos, em consonância com os turnos escolares (de manhã geralmente estão os mais velhos – que constituem o maior grupo).

A sequência de cada turno está rotinizada: começa com o acolhimento e pela distribuição pelos grupos de monitores. Cada monitor tem 25 utentes, distribuídos pelos 2 períodos do dia. A primeira parte do turno é ocupada com o estudo orientado (apoio e reforço escolar), a que se segue um lanche. A segunda parte do turno é dedicada às Actividades do Dia (Artesanato à 2ª, Capoeira à 3ª, Dança à 4ª, Capoeira à 5ª, Desporto ou Aula Livre à 6ª). No intervalo dos 2 turnos é servido o almoço. Nalguns fins-de-semana organizam-se actividades de carácter comunitário.

Estão, portanto, accionadas 3 dimensões nítidas: apoio à educação formal, educação não-formal e alimentação, para além de toda a ambiência enquadadora.

Paralela e complementarmente, o Centro Juvenil assegura Atendimento Psicológico (às crianças e adolescentes, às famílias, ao pessoal do Centro), intervém junto das famílias e junto das Escolas frequentadas pelos seus utentes.

A Associação desenvolve outros programas e projectos fora do âmbito do Centro Juvenil. É o caso do Centro Comunitário, que tem instalações no R/C, e onde decorre, por exemplo, a Educação/Alfabetização que tem actualmente 30 alunos. Outra linha de intervenção a destacar é materializada no Projecto de Melhoria e Construção de Habitação para Pessoas carenciadas, mediante um protocolo com o Ministério da Habitação e que implica compra de materiais, sensibilização à famílias e apoios à auto-construção. Este projecto está em curso desde 2006 e já envolveu cerca de 160 famílias.

No plano da promoção do desenvolvimento social, a associação também tem ensaiado soluções e projectos de microcrédito, mas que se têm revelado complicadas. Devem ainda assinalar-se

as iniciativas e projectos de Formação (informal e certificada), de Educação Nutricional, de Luta contra o SIDA e os Intercâmbios (com um historial de relevo e com muitas potencialidades) e participações em parcerias.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

Presidente do Conselho Directivo da Associação – José Moreno
Conselho Directivo – 4 elementos
Conselho Fiscal – 3 elementos
Assembleia Geral (105 associados) e Mesa da Assembleia Geral – 4 elementos
Coordenadora do equipamento – valência Centro Juvenil – Arminda Lopes (vice-presidente da Associação)

EQUIPA(S)

O Centro Juvenil dispõe da seguinte equipa:
- 1 Coordenadora – Educadora Social do ICCA

destacada a tempo inteiro (Arminda Lopes)
- 1 Psicólogo (em part-time)
- 1 Assistente de Administração (Inízia)
- 4 Monitores a tempo inteiro (1 deles também professor de Dança)
- 1 Formadora (Artesanato)
- 1 Cozinheira
- 1 Encarregada de limpeza
- 1 Motorista
- 1 Segurança nocturno
- Voluntários regulares: 1 professor de Capoeira, 1 professor de Inglês (elemento do Corpo da Paz) e 1 mãe
- Outros voluntários ocasionais

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

O orçamento anual do Centro Juvenil anda actualmente em torno dos 12/13.000.000 ECV, o que equivale aproximadamente a 125.000€.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Até ao presente, a principal fonte de financiamento tem sido a Cooperação Portuguesa (ao abrigo de Protocolos trianuais que terminaram em 2011 mas que foram prolongados para 2012), que tem assegurado cerca de 95% do financiamento.

As outras fontes são os organismos governamentais cabo-verdianos e as candidaturas a projectos. A associação também assegura uma parcela de auto-financiamento (cerca de 5% com tendência para aumentar).

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- ICCA / Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente
- Centro de Desenvolvimento Social do Sal
- Centro do Emprego e de Formação Profissional
- Delegacia de Saúde
- Policia Nacional
- Direcção Regional do Trabalho (Projecto Ama-

mentação no local de trabalho)

- Ministério da Educação e do Desporto
- Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (que também está a implementar 1 Centro de Juventude sediado nos Espargos)
- Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
- Membro da Rede do Projecto Nós Kaza
- ACRIDES (ONG cabo-verdiana)
- “Acarinhar” (ONG cabo-verdiana – na área da Deficiência)
- Rede Sol (violência de género)
- Plataforma Nacional de ONG (de que é membro e a organização que assume a vice-presidência)
- Cooperação Portuguesa / Ministério da Segurança Social
- Fundação Odemira / Portugal – Escola Profissional
- Federação das Associações de Juventude do Distrito de Santarém / Portugal
- “África 70” / ONG italiana

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

A intervenção principal do Centro Juvenil que está principalmente em foco é o acolhimento diário e continuado de 100 crianças e adolescentes, o que implica as seguintes modalidades:

- Organização das rotinas dos 2 turnos do Centro: horários, regras, alimentação, higiene, apoios personalizados;
- Apoio e reforço escolar;
- Actividades socioeducativas e formativas (artesanato, capoeira, dança, desporto, visitas e passeios, etc.);
- Orientação vocacional para prosseguimento de qualificações (formação).

Intervenção junto da famílias:

- Apoio na habitação;
- Encontros periódicos com encarregados de educação;
- Visitas domiciliárias;
- Despistagens de saúde e acompanhamento;
- Convívios e passeios.

Intervenção junto das Escolas:

- Visitas periódicas para acompanhamento das

crianças e adolescentes;

- Participação nos encontros e actividades das escolas;
- Participação no Núcleo de Apoio a Crianças com Necessidades Educativas Especiais;
- Participação na Rede de Apoio às Cantinas Escolares.

Como já foi acima referido, no Modelo de Organização, há ainda todas as modalidades referentes aos outros Projectos desenvolvidos pela associação: no plano da Habitação (financiamentos, materiais, famílias, apoios à auto-construção, etc.), no plano da Alfabetização (que ocorre no Centro Comunitário), no plano da formação e da geração de rendimentos, nos Intercâmbios, de entre os mais destacados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Centro Juvenil tem 100 frequentadores directos em cada ano lectivo, em grupos e turnos que se vão recompondo, ou seja, todos os anos se verifica alguma rotatividade. Com base nos ele-

mentos disponíveis, a organização dispõe de um dispositivo de controle de resultados com indicadores e medições periódicas.

Na fase anterior às saídas, a equipa do Centro Juvenil presta especial atenção aos encaminhamentos: ensino secundário, formação profissional, ensino superior ou emprego directo (ou no mercado de trabalho ou em actividades geradoras de rendimentos).

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

- Assegurar a sustentabilidade do Centro Juvenil nomeadamente através de compromissos mais consistentes com o Estado e com a Autarquia e com um aumento das fontes e iniciativas de auto-financiamento

- Desenvolver o projecto já em curso de implementação e criação de uma “Casa de Solidariedade” – unidade de acolhimento residencial para 30 utentes numa 1.ª fase, que incluirá valências de formação

CONTACTOS

Tel.: (+238) 2412226

Fax: (+238) 2413846

Email: achamatias@hotmail.com

Ilha do Sal, Espargos

CP nº 48

ASSOCIAÇÃO JUVENIL BLACK PANTHERS

Cabo Verde

A Black Panthers é uma associação de cariz comunitária. Foi fundada em 1980, ano em que também iniciou o seu funcionamento, e tem a sua sede e instalações no bairro Várzea da Companhia na cidade da Praia. Abarca principalmente a população do seu bairro, mas tem também uma abrangência mais extensiva com o apadrinhamento de pólos nas ilhas de S. Vicente, Maio, Brava e Boavista.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Melhoramento das condições de vida dos mais vulneráveis e ocupação dos tempos livres dos jovens do bairro da Várzea da Companhia e dos demais da cidade da Praia – capital do país –, assente nas vertentes Social, Cultural, Educativa, Recreativa e Desportiva.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

- Crianças dos 3 aos 6 anos, com prioridade para

as que são provenientes de famílias extremamente carenciadas;

- Crianças e jovens em idade de percurso escolar (do 1.º ao 12.º anos);
- Jovens praticantes – de desporto e de cultura;
- Idosos – a partir dos 65 anos, com prioridade para os mais carenciados.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

Esta organização associativa não está propriamente focada nas crianças de rua ou na rua. Em Cabo Verde só há crianças de rua esporádica e intermitentemente. É uma associação mobilizadora e promotora do desenvolvimento de um bairro e da sua população com cerca de 3.600 habitantes, maioritariamente jovens. É um caso típico de organização que intervém na prevenção e no impedimento de situações que propiciariam a ida para as ruas sem destino certo.

Tem neste momento 3 pólos, que correspondem a outros tantos equipamentos:

- no pólo Sede – funciona o Infantário Mini Black – com 62 crianças entre os 3 e os 6 anos

– e também funcionam as valências culturais e recreativas e os serviços operacionais e administrativos da associação;

- na Placa Desportiva, um polivalente com infraestruturas de qualidade, funcionam as modalidades desportivas, iniciativas comunitárias e coletivas e ainda um cybercafé;

- está em fase de acabamentos um terceiro pólo, novo edifício recentemente construído que irá albergar 1 Centro de Dia e de Assistência à Saúde para idosos, 1 Centro de Intercâmbio Juvenil de carácter Internacional e uma zona de convívio e rentabilização.

No seu conjunto, a associação tem à volta de 400 beneficiários directos nos seus programas regulares e tem, pelo menos, outros tantos que são beneficiários indirectos ou ocasionais.

A intervenção fundadora da associação e uma das suas principais linhas de trabalho é a educação pré-escolar, assegurada pelo infantário que mantém e desenvolve. As crianças beneficiam de 3 refeições diárias complementadas com outros apoios em higiene, assistência médica e medicamentosa, para além das suas rotinas de desenvolvimento infantil. É nesta vertente que a associação desenvolveu “antenas” de extensão com

apadrinhamento de pólos locais noutras ilhas.

Outra intervenção de grande relevo é o seu sistema de bolsiros, que andam em torno dos 350, desde o pré-escolar ao 12.º ano. Todos saídos do Infantário Mini Black, têm oportunidade de prosseguirem os seus estudos até ao Ensino Secundário e Universidades com apoios na compra de livros e uniformes, no pagamento de propinas ou noutras despesas comprovadamente indispensáveis. Neste momento são 224 estudantes do 1.º ao 6.º anos e 87 estudantes do 7.º ao 12.º anos. Para o sistema de bolsas, a associação criou uma rede de “padrinhos” que viabilizam parte dos recursos necessários. Por exemplo, neste momento há 55 apadrinhados por várias empresas do país e da capital.

Na vertente cultural, entre outras modalidades, destaca-se a Escola de Dança e o seu grupo “Filhos de África” já do conhecimento público e com um currículo de frequentes apresentações e de onde saíram já diversos/as artistas.

Na vertente desportiva, praticam principalmente andebol, basquetebol e futebol e desenvolvem uma Escola de Futebol. A Associação Juvenil está envolvida nas competições.

Na vertente recreativa, as principais inicia-

tivas são festivas e comemorativas e temáticas. A orientação é no sentido da abordagem de problemas considerados prementes para os jovens e para sociedade, tais como o HIV o alcoolismo e a gravidez precoce.

Na vertente social, também é de destacar a acção junto de idosos e deficientes carenciados. Já existe apoio em géneros alimentícios e em cuidados de higiene e de saúde (no fundo, um embrião de serviço de apoio domiciliário). Muito brevemente vai abrir o Centro de Dia no novo edifício.

Com esse novo edifício, a associação prepara-se para diversificar a sua acção, nomeadamente numa linha de trabalho de turismo social/turismo solidário, por via da oferta de acolhimento para intercâmbios juvenis. Também vai procurar rentabilizar essas instalações com uma unidade de bar/esplanada e convívio na parte superior do edifício.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Presidente: Alcides Amarante
- Direcção – com 4 membros

- Conselho Fiscal – com dois elementos
- Assembleia Geral – membros e 495 associados

EQUIPA(S)

Para além dos seus dirigentes, que são voluntários e rotativos, a associação tem uma equipa de 12 funcionários:

- 1 Directora do Infantário
- 1 Adjunto/a
- 3 Monitores/as
- 1 Responsável por Recursos Humanos
- 1 Responsável das secções de Cultura e Desporto
- 1 Cozinheira
- 1 Encarregada de limpeza
- 2 Guardas

A associação conta também com as colaborações regulares e, por vezes especializadas, de uma média de 35 voluntários.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

Para o seu funcionamento anual, a organização tem um orçamento de 38.181€ (o correspondente a 4.000.200 ECV).

FONTES DE FINANCIAMENTO

As quotas dos associados e os contributos da comunidade cobrem cerca de 50% das despesas e do orçamento. Já foi referido o sistema de padrinhos e apadrinhamentos (principalmente em relação às bolsas), bem como a importância do voluntariado. Há também contributos e dádivas de pessoas generosas.

Outros financiadores institucionais têm sido o Ministério do Desenvolvimento Social e Família, a Cooperação Portuguesa e diversas empresas cabo-verdianas.

A associação procura oportunidades de rentabilização para sustentar uma parcela dos seus autofinanciamentos. Pode dizer que consegue por meios próprios acima de metade dos recursos necessários para a sua sustentação. A parcela que

está a descoberto vai sendo resolvida conjuntamente (com candidaturas, parcerias, etc.).

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Ministério do Desenvolvimento Social e da Família
- Ministério da Educação
- Outras entidades governamentais relacionadas com os programas e iniciativas da associação
- Câmara Municipal da Praia
- Entidades e grupos comunitários ou de acção comunitária
- Cooperação Portuguesa

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Vertente Social:

- Infantário – com educação pré-escolar e apoio à vida diária (higiene, saúde, alimentação, ligação à família, etc..)

- Apoio a Idosos e Deficientes – com cabazes alimentares e auxílios na saúde e higiene e, em preparação, um Centro de Dia

Vertente Educativa – sistema de bolseiros e de apadrinhamentos

Vertente Cultural – Escola de Dança e Grupo de Dança e eventos

Vertente Desportiva:

- Gestão de um equipamento desportivo
- Prática desportiva – futebol, basquetebol e andebol
- Escola de Futebol

Vertente Recreativa e de Ocupação dos tempos livres

- Cibercafé
- Iniciativas temáticas (campanhas, encontros, etc.)
- Iniciativas comemorativas e festivas

PRINCIPAIS RESULTADOS

Não sendo possível medir os efeitos induzidos e indirectos, os resultados directos das intervenções desta associação podem objectivar-se pelos seus grandes números: 60 crianças regulares em socialização com condições de excelência, à volta de 350 bolseiros em percursos escolares, 200 ou 300 praticantes e activistas nas diversas modalidades desportivas e culturais.

Na sua história recente, a associação já ultrapassou os 1.800 bolseiros.

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

- Abrir e iniciar o funcionamento regular de uma valência de Centro de Dia – para idosos e deficientes
- Prosseguir os apoios domiciliários a pessoas extremamente carenciadas
- Desenvolver e continuar a qualificar os programas correntes da associação

- Implementar 1 Centro Internacional para Intercâmbios Juvenis – com alojamentos para 20 pessoas
- Criar novos pólos de rentabilização, nomeadamente uma unidade de bar/convívio

CONTACTOS

Tel./Fax: (+238) 2611225

Email: alcidesamarante@hotmail.com / ajbpanthers@gmail.com

www.ajblackpanthers.com

Código Postal 677, Praia

INSTITUTO CABO-VERDIANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Cabo Verde

O Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) na tutela do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, é um caso singular, e porventura único, no quadro da CPLP: um instituto público focado neste segmento etário da população e especialmente nos seus problemas. Logo após a Independência, no sentido de garantir a protecção integral da Criança, foi criado o Instituto Cabo-Verdiano de Menores (ICM), enquanto Organismo do Estado encarregue de promover e executar a política governamental para a Criança e o Adolescente, transformado, em 2006, no Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente.

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA?

No recente documento da UNICEF e do ICCA “Análise de situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde” (2011) escreve o primeiro-ministro do país: “Ao longo dos anos, Cabo Verde adoptou vários mecanismos jurídicos, visando a protecção e a defesa dos direitos das crianças e

dos adolescentes, consagrados primeiramente na Constituição da República, mas também no Código da Família, no Código Penal, no Código Civil e no Código Laboral cabo-verdiano.

Para além disso, encontra-se em fase de finalização e aprovação uma ampla Reforma Legal e Institucional em Matéria de Infância e Adolescência que contempla, entre outros, o Estatuto da Criança e do Adolescente, importante instrumento norteador e consagrador da prioridade absoluta aos direitos das crianças e adolescentes, pilares da construção do Cabo Verde do futuro. (...) Igualmente, o País ratificou as principais convenções internacionais relativas à protecção dos direitos das crianças e dos adolescentes, nomeadamente, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, da Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento da Criança, na qual Cabo Verde faz parte; a Convenção N.º 138 da OIT, em relação à idade mínima de admissão ao emprego, a Convenção N.º 182 da OIT, sobre as piores formas de trabalho infantil, assim como a Convenção de Haia, relativa à protecção das crianças e a cooperação em matéria da adopção internacional.”

QUAIS AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS EM RISCO?

O ICCA é o órgão encarregado da promoção e execução da política social para a infância e adolescência, no quadro da prioridade definida no Programa de Governo 2011/2016, relativamente ao desenvolvimento de uma política integrada da criança, com o desenvolvimento das suas múltiplas e diversificadas respostas directas e com a implementação de programas transversais que tragam a cooperação de todos os actores no processo de socialização infantil e juvenil.

Para tal, e muito sinteticamente, dispõe dos seguintes instrumentos e respostas:

- 5 Delegações: Santa Catarina, Fogo, Sal, S. Vicente e Santo Antão

- Comitês Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – rede de parceiros locais (Municípios, Saúde, Educação, Polícia, Tribunais, Procurador, etc.) – existem 17 (num total de 22 municípios)

- Centros de Desenvolvimento Social – ICCA com parcerias institucionais – nas várias ilhas e municípios

PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJECTOS

- Promoção – com destaque para a iniciativa Parlamento Infanto-Juvenil – já realizada a 6.^a edição (periodicidade de 2 em 2 anos)

- Educação – com múltiplas acções nas vertentes socioeducativas e no reforço das condições de acesso à escolaridade e à progressão escolar e qualificação

- Linha SOS Criança

- Atendimento a Crianças Vítimas (em parceria com Polícia Judiciária e outras entidades intervenientes)

- Famílias Substitutas e/ou de Acolhimento

- Projecto Nos Casa – retirar as crianças da rua e reintegração familiar e escolar – radar de rua, mapeamento, pontos focais, monitores/mediadores

- 2 Centros de Emergência Infantil – 1 na Praia (cerca de 40 crianças) e 1 no Mindelo

- 5 Unidades de Protecção e Reinserção Social – Centro de Dia de Lém Cachorro na cidade da Praia (80), Centro Juvenil dos Picos (30 rapazes), Centro Juvenil da Assomada (40), Centro Juvenil Chã de Matias no Sal, Centro Juvenil Nho Djun-ga (residencial)

- Centros de Acolhimento de Dia – São Nicolau, Boavista, Fogo, Santo Antão, São Vicente, Santa Cruz, Santa Catarina, Praia (65 crianças)

Complementarmente a estas respostas e intervenções directas, o ICCA promove outras iniciativas de congregação dos vários agentes e intervenientes nesta área, desde os estudos e diagnósticos, como é o caso do recente documento acima referido, a intervenções mediadoras relacionadas com urgências, como é o caso da recente acção de enquadramento e encaminhamento das crianças e jovens imigrantes ilegais, até ao exercício de “*advocacy*” e às extensivas oportunidades de parceria e de trabalho em rede.

APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

A relação do ICCA com as ONG não passa por apoios ou financiamentos directos, mas antes por parcerias e protocolos a propósito de programas e projectos concretos, com as respectivas distribuições de responsabilidades,

mediante concertações prévias.

Por natureza e missão, o ICCA relaciona-se com todos o tecido nacional e internacional de ONG e de Entidades Governamentais ou mistas que intervêm nas suas áreas de actuação.

INDICAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS PRÓXIMAS FUTURAS

Prosseguimento e aprofundamento das Políticas e Programas em curso.

Aprovação e dinamização do Estatuto da Criança e do Adolescente, com as consequentes implementações dos programas e medidas que permitam a sua plena operacionalização.

Serviços de Reinserção Social do Ministério da Justiça

Cabo Verde

Este Centro Socioeducativo é, por enquanto, a única unidade existente no país, é da responsabilidade dos Serviços de Reinserção Social do Ministério da Justiça e dirigido pelo seu Director, Dr. António Roliano Cardoso. Todos os destinatários são jovens (rapazes) em conflito com a lei que estão sujeitos a medidas de tutela por parte dos Tribunais. Para além de assegurar a Área Tutelar Educativa (jovens entre os 12 e os 16 anos), estes Serviços também asseguram a Área Penal (jovens entre os 16 e os 21 anos), incluindo os programas de reinserção social nos estabelecimentos prisionais.

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA ?

Neste caso trata-se das políticas de Justiça relacionadas com a criminalidade juvenil. A partir do desencadeamento de medidas, estão estabelecidos 2 regimes: fechado e semi-aberto. Todos os jovens entram no Centro pelo regime fechado e, consoante a sua evolução, podem transitar para o regime semi-aberto.

O Fórum Formação Lei Tutelar Socioeducativa tem envolvido todos os agentes com legitimidade de actuação neste domínio e tem vindo a contribuir para o aperfeiçoamento do sistema cabo-verdiano. Não deixa de ser evidente que, em Cabo Verde, o sistema de reinserção social associado aos dispositivos de Justiça, está a funcionar e em progressão (desde a unidade da Granja de S. Filipe que está na origem deste processo).

QUAIS AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS EM RISCO?

Aqui apenas se focaliza esta resposta constituída por um centro fechado (o único do país). No momento da abordagem, o Centro, com capacidade para 12 jovens, era frequentado por 7 rapazes, 2 em regime fechado e 5 em regime semi-aberto, tendo-se verificado a saída recente de 3 jovens. A média de permanência dos jovens no Centro anda na ordem dos 2 anos. Os jovens só podem entrar no Centro antes de perfazerem 16 anos e os 21 anos são a idade

máxima para aplicação de medidas tutelares.

O Centro estabelece uma rotina sistemática, em que regula a vida diária dos seus frequentadores, proporciona-lhes aprendizagens oficinais (por exemplo, artes em cabedal) e actividades físicas e criativas (capoeira, artes visuais, etc.) e assegura as suas trajectórias escolares ou formativas. Dispõe de uma equipa constituída por 1 Director, 2 técnicos Superiores de Reinserção Social / TSRS (Psicólogos), 1 Educador Social, 4 Técnicos Profissionais de Reinserção Social / TPRS, 1 Monitor, 3 seguranças, 1 cozinheira e, actualmente, 3 estagiárias do Curso de Serviço Social em regime de voluntariado.

No quadro dos Serviços de Reinserção Social está também a responsabilidade de atender aos reclusos que são jovens. Nos 4 estabelecimentos prisionais do país (2 Centrais – Praia e S. Vicente – e 2 Regionais, há um universo que ronda os 1.300 reclusos, dos quais cerca de 300 são jovens (entre 17 e 21 anos), o que se acentua com as maiores urbanidades, como é o caso do EP da Praia, com 167 reclusos jovens num universo de 750 reclusos.

APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

Neste caso, não se coloca propriamente a questão dos apoios. Trata-se de um organismo público operativo na área da Justiça que tem responsabilidades definidas por lei e depende do Orçamento de Estado.

No entanto, o Centro mantém relacionamentos com diversas ONG, quer na área das crianças e jovens em risco, quer nas áreas educacionais, desportivas e culturais. Tem, por exemplo, um protocolo com a Fundação Infância Feliz, que assegura o ensino recorrente. Especialmente nas datas festivas, como por exemplo o Natal, proporcionam-se maiores interacções com outras ONG e com as redes de solidariedade. Sendo um contexto de máxima reserva, configura-se um quadro de abertura do Centro às parcerias actuais na inclusão social de crianças e jovens.

INDICAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS PRÓXIMAS FUTURAS

Criação e desenvolvimento do novo Centro, construído de raiz para o efeito, com capacidade para 50 jovens, incluindo uma secção para raparigas – projecto em curso (na cidade da Praia).

MOÇAMBIQUE



MENINOS De Moçambique

Moçambique

Meninos De Moçambique (MDM) é uma Associação Não Governamental Moçambicana, sem fins lucrativos, cuja actividade consiste em prestar assistência humanitária a crianças desamparadas. Actualmente o projecto da organização focaliza-se na cidade de Maputo, embora não esteja excluída a hipótese de se expandir por outras regiões (províncias) do país.

Esta ONG começou a ser preparada em 1998, foi constituída em 1999 e desenvolve a sua missão e os seus programas desde 2000. Tudo começou a partir de 1994, por via da ONG “Médecins du Monde”, que já actuava em Moçambique desde 1982, e que nesse ano se instalou na actual sede da MDM situada na Baixa de Maputo e aí desenvolveu um primeiro programa de prevenção do SIDA, junto das crianças de rua. Em função dos progressos da estabilização do país, a ONG Médecins du Monde decidiu retirar-se da intervenção directa em 1999.

Dá-se então início a uma fase de fundação da ONG Meninos de Moçambique que mantém assim a sigla MDM, o que se deveu à iniciativa da equipa moçambicana que trabalhava na ONG francesa e que era constituída por 12 elementos. Dada a persistência do fenómeno (desamparo in-

fantil e juvenil nas ruas da grande cidade capital) e a decisão de saída da ONG francesa, houve um período de negociações e seguidamente o que os próprios designam de processo de “passação”, ou seja a transferência e reciclagem de um pólo de uma ONG de carácter universal numa nova ONG nacional moçambicana, com pessoal treinado e experiente. É nítido que a nova ONG manteve na sua matriz fundadora e na sua herança as dimensões da saúde pessoal e da saúde pública como vectores de mobilização, vinculação e desenvolvimento.

Juridicamente, constituiu-se como Associação em 1999 com um conjunto de 10 sócios fundadores (que não coincidem com os seus trabalhadores segundo normas estatutárias) e, deste então, o seu funcionamento obedece aos Estatutos e gere-se pelo processo associativo com os seus corpos gerentes e eleições regulares. Se somarmos o período dos Médecins du Monde à trajetória da Meninos de Moçambique (MDM) temos uma história de 18 anos a partir da sede na Baixa de Maputo.

Após a sua fundação como ONG nacional, no período de 2000 até 2009/2010 a MDM aprofundou os seus modelos de intervenção, quer no

Centro/Sala de Acolhimento na Baixa de Maputo, quer nos seus programas e projectos transversais.

Actualmente a organização já se encontra numa 3.^a fase – de expansão e diversificação – em que passou também a desenvolver intervenções de continuidade em centros comunitários situados em bairros muito populosos e com populações carenciadas, mantendo e aprofundando os seus diversos programas transversais e a sua acção extensiva a partir da casa-sede interface.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar de melhorias visíveis em indicadores de desenvolvimento da criança em Moçambique (reduções da taxa de mortalidade infantil, aumento das matrículas no ensino primário,..) nos últimos anos, a maior parte das crianças ainda vive na pobreza, estando expostas a diversos riscos como: risco de tráfico, de trabalhar em condições de exploração, de serem sujeitas à violência, abuso e negligência, de passar a viver na rua, etc..

De acordo com o Relatório da Sociedade Civil sobre a Implementação da Convenção dos Direi-

tos da Criança, de 2009, o fenómeno da criança na rua tem crescido. Deve-se esta situação a uma pluralidade de factores, entre os quais:

- fluxo de populações do campo para a cidade, nos anos da guerra, em busca de segurança e melhores condições de vida levou a um rápido aumento da população urbana; contudo as cidades não tiveram capacidade de resposta em termos de acolhimento (infraestruturas físicas e sociais, emprego), acentuando a pobreza urbana;

- impacto do SIDA: para além da perda dos seus pais, cada vez mais crianças estão, elas próprias, com VIH/SIDA (em 2006, estimativas apontavam para cerca de 1,6 milhões crianças órfãs com menos de 18 anos, das quais 380.000 ficaram órfãs devido à morte dos pais de SIDA);

- enfraquecimento ou desagregação das estruturas familiares e comunitárias, aumento de famílias monoparentais; de acordo com um estudo realizado pela ONG Meninos de Moçambique em 2006, cerca de metade das crianças que vivem na rua provem de uma família monoparental, em que o pai ou a mãe faleceu, situação que provocou uma desestruturação familiar e dificuldades económicas acrescidas.

A exploração económica da criança no seio da

sua própria família é outro dos factores apontados pelas organizações que trabalham na defesa dos direitos das crianças: o recurso da mão-de-obra infantil como fonte de sobrevivência da família, vendendo alguns produtos na rua ou mesmo pedindo esmola a mando dos seus familiares, são outras situações que podem estar na origem do fenómeno da criança da rua.

A rua é vista muitas vezes como um lugar onde buscar melhores condições de vida ou que permite fugir dos maus tratos a que estão sujeitos nas suas casas; associada ao fenómeno da criança de rua está a insatisfação de necessidades de índoles diferentes (alimentos, educação, saúde, afecto...).

O quotidiano das crianças que vivem na rua em Maputo leva a situações de trabalho infantil e conflitos de menores com a lei.

Dos 18,3 milhões de pessoas em Moçambique, cerca de 8,3 milhões são crianças com uma idade inferior a 15 anos e cerca de 9 milhões são crianças com idades compreendidas entre os 0 e 18 anos, constituindo mais de metade da população do país.

Moçambique define órfão como sendo a criança com idade compreendida entre os 0-18 anos,

que tenha perdido um ou ambos os pais. Embora o governo não faça a distinção entre crianças tornadas órfãs devido ao SIDA ou outras causas, a maioria destas crianças estão directamente afectadas pelo VIH/SIDA. As crianças afectadas pelo VIH/SIDA incluem aquelas que cuidam dos pais ou encarregados de educação doentes, as crianças rejeitadas devido ao estigma do SIDA, as crianças chefes de família, as crianças vivendo com o VIH/SIDA, as crianças vivendo em famílias chefiadas por idosos, as crianças vivendo em comunidades com elevados índices de seroprevalência e as que são órfãs de um ou ambos os pais.

O INE estima que o número de órfãos maternos devido ao VIH/SIDA terá alcançado 520.000 no ano 2010, ou seja, o número destes órfãos chegará a 75 por cento de todos os órfãos de pai e mãe projectados para esse ano. Os dados existentes indicam que os órfãos maternos se encontram numa situação particularmente vulnerável. A taxa de malnutrição crónica registada entre este grupo foi 50 por cento mais elevada do que no restante da população nos distritos mais afectados pela estigme e pela pandemia do VIH/SIDA.

O município de Maputo tem uma população de 1.094.315 (Censo de 2007) o que representa

um aumento de 13,2% em dez anos. A sua área metropolitana, que inclui o município da Matola, tem uma população de 1.766.823 habitantes (Censo 2007).

Em 2006, a MDM realizou um estudo-levantamento com incidência na cidade de Maputo, tendo sido seleccionada a zona baixa, centro e norte da cidade com o objectivo de se envolver a maior parte dos locais onde as crianças de rua se encontram. Com efeito, o inquérito foi feito em 30 locais onde as crianças vivem (denominados de “zonas”) e foram entrevistadas 147 crianças. As zonas são locais identificadas em toda a cidade e constituem o habitat destas crianças. Estes habitats podem ser ruínas, pequenos jardins, varandas, ou mesmo ao longo de passeios, edifícios abandonados, carcaças de viaturas velhas, etc. Estima-se a existência (pendular) de cerca de 300 crianças e jovens que vivem em situações de rua no grande perímetro de Maputo – cidade de cimento.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

O objectivo da Associação é prestar auxílio médico, social e formação a crianças, adolescentes e jovens em estado de vulnerabilidade.

Nestes 12 anos da sua história autónoma, a MDM tem mantido as suas actividades médicas, sociais e de formação como base de assistência às crianças de rua. As actividades desenvolvidas pela Associação são adequadas aos objectivos traçados, de acordo com o contexto actual, sendo a ressocialização, treinamento vocacional e escolar e a assistência médica, os objectivos de base.

Considerando que a vida de rua é pela sua natureza desregrada, a MDM tem um Programa de Reforço de Menores em Conflito com a lei. Esta actividade procura reforçar as capacidades das instituições propostas à tutela dos direitos dos menores em conflito com a lei, a fim de que estes possam usufruir de uma trajectória jurídica e social, depois de concluídas a recuperação e reinserção sociais. Paralelamente, a MDM sensibiliza os menores sobre a importância do cumprimento da lei e cria mecanismos para que haja aproximação entre os menores, os agentes da lei e os familiares das crianças.

Uma outra realidade do quotidiano das crianças é a exploração da mão de obra infantil. A MDM tem actividades ligadas à prevenção do trabalho infantil com a finalidade de trazer alternativas ao trabalho infantil executado pelas crianças e adolescentes que quotidianamente se dirigem ao cemitério de Lhanguene a fim de procurarem o seu sustento e o das suas respectivas famílias.

A MDM privilegia as estratégias necessárias e para tal cria meios para alcançar esse fim, proporcionando indicadores específicos em cada actividade com uma relação directa entre os objectivos específicos seleccionados.

A partir de 2007, a MDM iniciou programas de intervenção comunitária no bairro Luís Cabral. O objectivo desta intervenção tem sido o de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida das crianças, adolescentes e jovens. Esta assistência é particularmente direccionada às jovens mães e aos seus bebés. Está planeada a construção de um centro para melhor dar assistência à população daquele bairro. O bairro da Polana Caniço foi outro local escolhido para realizar também actividades comunitárias de assistência às crianças vulneráveis e já tem em funcionamento um centro de acolhimento diurno.

AS MENINAS QUE VIVEM DEBAIXO DA ÁRVORE NA CIDADE DE CIMENTO E QUE QUEREM VOLTAR À ESCOLA

IC e VO vivem juntas, com mais três rapazes, numa ruína de moradia em que o telhado é a copa de uma árvore enorme que cobre inteiramente a casa e o jardim à sua volta. A ruína está oculta por um alto muro que não tem nenhuma entrada. A via de acesso usada pelas/os adolescentes para chegarem aos seus “cantos” da casa, é um cordão de panos enrolados junto a uma rachadura no muro provocada por uma forte raiz da árvore tutelar. A pequena comunidade que ali vive é constituída por meninas/os de rua, agora adolescentes e a caminhar para quase adultas/os, que escolheram viver ali, na sequência de diferentes histórias.

IC tem 16 anos e nasceu num bairro periférico de Maputo. Um dia a sua mãe foi-se embora com mais três meninos e deixou-a com o seu pai. Ela era ainda pequena e não se lembra do acontecimento. Sabe que os seus 3 irmãos estão com a mãe noutra região do país. Quem cuidou dela foi o pai. Viveram juntos por uns tempos até o pai ficar doente. A doença era cólera. Ela foi internada num Centro. O pai foi internado no hospital mas vinha visitar regularmente a filha ao Centro. Algum tempo depois o pai foi buscá-la ao Centro e foram novamente viver para o seu bairro. Ele não trabalhava. O pai levava-a para a Baixa para pedir esmolas. Essa experiência mudou a sua vida. Passou a ter amigas encontradas na rua e, a seguir, começou a ficar a dormir num poiso juntamente com as amigas. Mesmo na rua.

IC nem sabe ao certo quanto tempo é que ficou a viver na rua. Estava nessa situação com mais duas amigas. Uma noite, enquanto estavam a dormir, foram violadas e roubadas. Em Maputo, todas as meninas que vivem nas ruas são submetidas a esse teste que elas próprias chamam de “baptismo” e só são aceites por um grupo depois de o terem passado. Actualmente, IC frequenta diariamente o Centro MDM. No seu dia-a-dia, ela acorda e toma banho por volta das 8h da manhã. À tarde fica a dormir. Por uma noite de trabalho, IC pode ganhar 1.500 meticais. Ela entrega sempre 500 para a sua tia, 500 para o pai e guarda 500 para ela. Ajuda a tia porque está aleijada num pé. IC trabalha das 18h às 23 horas. Quando está na rua com outras adolescentes vêm pessoas do hospital e distribuem preservativos. IC e a sua companheira VO quando não vão trabalhar para a rua ficam em casa. Arrumam e limpam a casa e cozinham com panelas, arroz, amendoim, peixe fresco, que vão buscar ao mercado. Quando é hora de fazer as compras, vão juntas. IC quer, um dia, ir ter com a mãe e com os irmãos. Recentemente o pai foi atropelado e está a viver em casa da irmã. Devido ao seu recente acidente, continua sem trabalhar. O desejo de IC é simples: quer continuar a escola e já tem a 6.ª classe feita.

PERFIS DOS DESTINATÁRIOS

- Crianças órfãs de mãe ou pai ou ambos
- Crianças vítimas de recomposição familiar
- Crianças e jovens vítimas de pobreza extrema
- Crianças sujeitas ao trabalho infantil
- Crianças e jovens provenientes de famílias muito vulneráveis
- Jovens mães e seus bebés provenientes de famílias muito vulneráveis

MODELO ORGANIZATIVO

Em 2012, a MDM mantém 2 pólos fixos, centros de actividades e de irradiação de equipas móveis e respectivos programas e projectos: a sua sede e centro de acolhimento diurno e o novo centro comunitário “Rayissah Akima” no bairro Polana Caniço “B”.

No coração da cidade (a chamada “baixa”), o MDM tem a sua sede e um Centro de Acolhimento Diurno aberto às horas de expediente (com uma assiduidade permanente), onde também se resolvem as hienas e a manutenção da saúde.

O Centro é um abrigo e um ponto de encontro e tem um carácter aberto e autorregulado, sendo simultaneamente um ponto focal e uma “antena”. Fora deste sítio acolhedor, a MDM anda nas ruas: faz controle de situações, faz combinações, faz negociações, trata de documentos e procura persistentemente “links” para alguma forma de reintegração e de inclusão. Uma contínua e insistente “estratégia de persuasão”, com toda a panóplia de manobras tácticas, em coerência com a “cultura de rua”, onde predominam as confianças recíprocas (entre crianças e jovens e os mediadores).

No Centro de Acolhimento Diurno da Baixa de Maputo há duches, com boas e atraentes condições, há uma experiente enfermeira que conhece desde sempre os/as frequentadores/as e que está sempre atenta, há actividades com intermitências de tempos programados ou tempos de livre escolha e pequenas “palestras” sobre assuntos muito prementes e concisos. Há várias crianças e jovens que vão ali tratar de si, repousar e descontraír. Ao mesmo tempo convivem e, às vezes, ensaiam-se soluções para os seus futuros. Há sempre pelo menos um educador fixo de serviço no Centro. Para além das vinculações e das sociabilidades, resolvem-se problemas de primeiros socorros,

fazem-se vacinas e atribuem-se cartões de saúde no quadro da parceria activa e frequente com o Centro de Saúde da Baixa de Maputo.

Como é que uma criança ou jovem (até aos 16 anos) entra no elenco activo dos utentes da MDM? Pode dirigir-se directamente, e por sua iniciativa, a um dos educadores ou técnicos, o que ocorre geralmente se tem problemas urgentes. Na maioria dos casos, começam a aparecer no Centro, porque estão lá outros ou outras e porque percebem que é uma casa livre e receptiva. Ou então são detectados/as e abordados/as pelas equipas de rua nas suas rondas pelas zonas (cerca de 30, em que 7 ou 8 são as mais recorrentes). E aí fazem-se combinações e compromissos.

Quando há condições é realizada uma primeira de duas ou três entrevistas centradas (conversas que possibilitem a configuração de cada caso) ao que se segue o posterior preenchimento de uma ficha individual que vai sendo afinada. A partir desses procedimentos, o caso é analisado pela equipa e vai haver um educador responsável pelo processo de reintegração.

Na sua intervenção de rua, a MDM abrange um conjunto alargado, acima das 300 crianças e jovens, com distintos graus de incidência. Cerca

de 80 a 85% são meninos ou rapazes, ou seja, haverá à volta de 30/40 meninas ou raparigas que se encontram em situações de vida de rua. É um tipo de intervenção rotativa e sujeita a diversos fluxos e refluxos. O Centro de Acolhimento Diurno funciona nas horas de expediente e nos dias úteis e tem uma média de 15 a 20 utilizadores, que vão rodando, consoante o dia da semana ou a sucessão de manhãs e tardes. Tem utilizadores habituais e esporádicos, consoante a maior ou menor distância das suas zonas relativamente à Baixa.

Em cada momento a equipa focaliza-se também num conjunto de crianças e jovens em que decorrem iniciativas no sentido da sua reintegração, que andarão na ordem dos 30 ou 40 processos activos e em progresso. Dada a natureza deste tipo de intervenção e da realidade urbana das crianças e jovens de e na rua, estes universos restritos vão conhecendo recomposições consoante as circunstâncias.

As equipas da MDM mantêm uma relação muito pragmática com os seus destinatários e não há interesses materiais em jogo: nem dormida, nem comida. Do que podem constar os processos de reintegração? Cartão de Saúde, Bilhete de Identidade, contactos de reaproximação às famílias

UM MENINO EM FUGA DE UMA ALDEIA MUITO PEQUENA PARA UMA ALDEIA MUITO GRANDE

LÃO é um adolescente de 13 anos de idade que nasceu numa aldeia no sul de Moçambique. Durante quatro anos o seu pai trabalhou na África do Sul, relativamente perto da sua aldeia. De vez em quando ele voltava e trazia fornecimentos para a família, que bem precisava. Antes disso, o pai tinha sido membro da Polícia Militar do Exército. A sua morte, dois anos atrás, foi o início dos problemas para a família. Um dia, ele voltou já doente para a aldeia. A sua doença gerou confusão. LÃO explica tudo o que passou com “feitiçaria”.

Após a perda do marido, a mãe de LÃO decidiu que se iam instalar em Maputo. Na aldeia, a casa era de caniço mas tinha dois quartos e uma sala e toda a família vivia junta. Isso mudou. A morte do pai significou a falta de meios para sustentar a família. Um primeiro irmão viajou para a África do Sul para ganhar dinheiro e ajudar a mãe. Mas LÃO tem mais dois irmãos com 16 e 3 anos de idade e, do lado do pai, há também uma irmã de 11 anos de idade. Foi porque a mãe temia pela sua segurança e dos seus filhos que eles fugiram da aldeia. Havia um enredo muito complicado. Quando saíram da aldeia, deixaram para trás todos os seus bens, pensando voltar mais tarde para recuperá-los. Infelizmente, já ficaram sem nada.

A seguir à fuga, a família veio ter com uma irmã mais velha da mãe. Ficaram lá um ano até ela pedir para que saíssem da sua casa. A mãe procurou e encontrou uma casa no grande bairro de Polana Caniço B. É uma casa de guarda emprestada por uma igreja evangélica, com uma sala e um quarto. A sua mãe, que tem 44 anos de idade, faz a lida da casa e trabalha no quintal duma senhora.

Quando vivia na aldeia, LÃO andava na 3.ª classe, mas em Maputo nunca se matriculou na escola. No bairro há uma escola pública e algumas escolinhas privadas, algumas delas são laicas, outras religiosas. As aulas nessas escolas custam uns 100 meticais por mês, mas a mãe não consegue juntar sozinha esse valor. Mas o maior problema de LÃO é que nem bilhete de identidade tem. Ele explica que foram roubados lá naquela confusão dramática quando tiveram que fugir. Pelos mesmos motivos, nenhum dos seus irmãos estuda. Para não ficar desocupado, LÃO passa todos os seus dias no Centro do MDM, onde encontra sempre coisas para fazer e para aprender. Neste bairro há muitas crianças órfãs e, por consequência, muitas vezes vítimas de pobreza extrema. Outras crianças são abandonadas pelos pais e ficam entregues aos avós. A maior preocupação é o pão de cada dia e muitos só têm uma refeição por dia.

Um dia, quando for grande, LÃO quer ser polícia para proteger as pessoas. Com os seus amigos ele gosta de brincar aos polícias e ladrões, mas também de jogar ao berlinde e fazer carrinhos e pião. Desde que chegou a este bairro nunca mais dali saiu e nem conhece os arredores, mas prefere esta situação do que o susto da aldeia.

e comunidades de origem, matrículas escolares e “kits” escolares (cadernos, canetas, uniforme, etc.), integração em instituições de acolhimento residencial (da Rede da Criança, de que fazem parte 72 centros fechados), integração em centros semiabertos não residenciais, formação vocacional, apoio à autonomização em residências de pares (acima dos 16 anos) e outras soluções que vão sendo discernidas.

As equipas de rua da MDM vão simultaneamente promovendo outras actividades de carácter social e socializante, como sejam os torneios de futebol (semanais e entre equipas com identidades muito variadas) e outras actividades desportivas, mas também teatro (constituição de grupos e desenvolvimento de projectos itinerantes, geralmente a propósito das doenças sexualmente transmissíveis, que permitem alguma geração de rendimentos) e participação no Fórum da Criança (mensalmente, de organização rotativa entre os membros da Rede da Criança) e em eventos da cidade.

O outro pólo fixo é o Centro Rayissa Hakim no interior do bairro Polana Caniço: trata-se de um conjunto de edifícios e de pátios que “transbordam” para as ruas, espaços e casas envolven-

OS PLANOS DE UMA MENINA EM GRANDES ANDANÇAS

BI, menina de 9 anos, é originária do Norte de Moçambique. A família vivia numa aldeia mas vieram para Maputo quando ela era ainda bebé, para procurar emprego. O pai trabalha numa empresa como guarda. A mãe vende capulanas. Vivem juntos e tiveram nove filhos, mas quatro faleceram e ficaram cinco, entre os 15 anos e os 3 meses.

Há um ano e meio chegou um dos irmãos. Começou imediatamente as aulas na escola, mas como os pais não pagavam a mensalidade, ele ficou em casa. Agora vai ao Centro do MDM. Vai começar um curso de costureiro. Este seu irmão vivia na casa da avó. Ela é camponesa, tem cabras e cuida de ovelhas. Outro irmão ainda lá ficou na terra com a avó. BI conhece mal esse irmão, só uma vez que foi à terra numa longa viagem e ficou lá durante uma semana.

BI enumera todos os 6 lugares onde a família viveu, desde que está em Maputo, já lá vão nove anos. Conta que num deles havia bandidos e, às vezes, entravam em casa e ameaçavam com pistola ou com faca. Mas o banditismo nos bairros é arriscado. Nos bairros onde a polícia não tem presença, a população faz a sua própria justiça. Uma justiça rápida que BI testemunhou várias vezes.

No bairro actual têm uma pequena casa, com varanda, dois quartos e uma sala. Uma prima de 11 anos de idade também passou a viver com eles. O mais importante é que ela se dá bem com a prima, apesar de algumas embirrações. No dia-a-dia, na parte da manhã as duas primas escovam, depois lavam a loiça, depois vão varrer dentro e fora. Demora uma hora e depois vão tomar banho. A seguir, e porque ambas não vão à escola, vão passar a manhã no Centro do MDM. BI sabe escrever e cantar em português, assim como recitar suras do alcorão em árabe. Por razões económicas, elas não podem estudar como a maioria das crianças, mas da parte da tarde elas seguem um curso numa escola corânica com uma jovem professora que aprendeu árabe numa mesquita na África do Sul.

BI esboça um plano para o seu futuro: quando for grande, quer ajudar os pobres. Gostaria de fazer uma casa enorme só para eles, muitos, muitos quartos, muitas salas e médicos, uma varanda enorme para eles conversarem. Depois de fazer isso queria ser uma engenheira informática para mexer nos computadores, para comunicar com os outros países e saber como é que o mundo anda em redor do sol. Mas também gostaria de ser médica para cuidar dos doentes. No fundo gostaria de continuar a estudar. A prima sonha ser um dia jornalista para contar histórias.

tes ou até invadem o bairro e arredores. Funciona de segunda a sexta-feira das 8h às 17h. Tem 2 turnos de crianças da parte da manhã e 1 turno da parte da tarde. É frequentado por um conjunto de 120 crianças e jovens habituais e outros tantos intermitentes. Tem uma equipa de 10 elementos (1 psicólogo, 5 educadores, 3 guardas e 1 limpeza) e, para além disso, tem a participação regular de activistas (7 habituais e diversos pontuais, geralmente especialistas em modalidades).

Os utilizadores são crianças maioritariamente provenientes de famílias de acentuada precariedade. Fruto da parceria com o CIES (ONG italiana que já tem experiência de vários anos de cooperação com a MDM), é um Centro Comunitário pluridisciplinar e intensamente animado: civilização, criatividade, saúde e reforço organizacional num bairro crítico. Os objectivos específicos são: reduzir o risco de exclusão social dos meninos/as, adolescentes e jovens do bairro Polana Caniço, através da criação de um ambiente recreativo e pedagógico; apoio à reinserção sócio laboral; melhoramento da prevenção sanitária; reforço de uma rede comunitária de apoio e sensibilização aos direitos das gerações mais jovens. É uma intervenção “a montante”, ou seja, aposta-

se numa intervenção sistemática que impeça que estes meninos e meninas venham a aumentar o contingente dos meninos de rua e na rua.

As suas actividades são multivariadas: desenho e pintura, modelagens em diversos materiais (barro, arame, cartão, etc.), grafismo, fotografia e vídeo, danças, música, teatro, apoio escolar, jornal / boletim, rádio local, futebol, outras modalidades desportivas, passeios, etc.. É também desenvolvido um trabalho sistemático de apoio psicossocial e de despiste vocacional. As quartas-feiras são os dias da saúde, com deslocação de técnicos especialistas. Simultaneamente, o Centro desenvolve projectos de auto-emprego e de geração de rendimentos (articulados com formação) com jovens do bairro, como é o caso, por exemplo da ilustração, de uma loja/oficina de costura e vestuário situada nas proximidades do Centro. Como pólo de desenvolvimento local, a equipa do Centro assegura também um papel de mediação familiar no que respeita a projectos educativos e formativos para as crianças e jovens, nos eventuais conflitos intergeracionais e nos apoios à parentalidade. A relação com a comunidade, através dos seus líderes (Secretário do Bairro, Chefes de Quarteirão, etc..) e organiza-

ções (escola pública e escola comunitária, serviços públicos como o Centro de Saúde, a esquadra policial ou a equipa de acção social do bairro, o Tribunal Comunitário, associações, etc..) é outra vertente societal da intervenção do Centro e da MDM (desde as sensibilizações à opinião pública local às diversas sinergias que podem potenciar as intervenções, como por exemplo os encontros e *workshops* organizados na escola).

A MDM é também promotora de um projecto com incidência nas crianças de rua oriundas do Bairro Luís Cabral. Verificado o estado de pobreza das populações deste bairro, está em desenvolvimento um programa de ajuda às crianças e suas mães, no sentido de minimizar a sua vulnerabilidade. O principal objectivo é o de possibilitar que as jovens mães possam trabalhar. Para isso é necessário que durante o dia as crianças das mães identificadas tenham apoio em saúde, nutricional, psicossocial e educacional (creche), possibilitando a essas jovens mães interessadas em trabalhar a oportunidade de procurar emprego ou apoiá-las em criação de autoemprego.

O programa que foi desencadeado tem variado o número de creches por circunstâncias dos financiamentos, tendo-se verificado uma redução

de quatro para uma, que tem sido gerida por duas educadoras (“babás”) que assistem 15 crianças. A creche funciona com fundos disponibilizados pelas mães das crianças, que estão envolvidas em diversas modalidades ou de emprego ou de geração de rendimentos. Actualmente este programa encontra-se em fase de integração num projecto mais vasto e abrangente em que a MDM faz parte da parceria promotora (“Protecção da Criança” – gerido por 3 ONG e uma entidade estatal), o que implicará a sua “reformatação”.

Outro projecto da responsabilidade do MDM é o combate ao trabalho infantil no Cemitério de Lhanguene. Para a concretização deste objectivo desenvolvem-se várias actividades de apoio às crianças, jovens e respectivas famílias, com a participação dos líderes comunitários, o responsável do Cemitério de Lhanguene, os directores das escolas, os responsáveis dos centros de formação, entre outros. O grupo-alvo de maior incidência são 31 crianças e 22 jovens que foram identificados como trabalhadores indiferenciados na zona do Cemitério. As actividades são, entre outras: contactos regulares com as crianças e jovens da zona, contactos com as famílias das

crianças e dos jovens, a alfabetização e escolarização das crianças e jovens, formação vocacional, criação de autoemprego, prevenção DST / VIH/SIDA, sensibilização da população, apoio psicossocial e plantação de árvores.

Está em curso o processo de construção e abertura de outro centro comunitário que irá abranger os dois programas atrás referidos e permitir aprofundamentos e consistências de programas e medidas que respondam às problemáticas electivas da MDM (trabalho infantil, maternidade precoce, crianças sem abrigo, etc..) ao mesmo tempo que promovem o desenvolvimento comunitário.

Para além dos 3 pólos de intervenção contínua e sistemática (Baixa, Polana Caniço e Bairro Luís Cabral / Cemitério), com as suas equipas fixas e de rua, a MDM desenvolve e cruza vários outros projectos e programas transversais: jovens mães com VIH, Saúde Mental, Protecção da Criança, Projecto Roma, Projecto CPLP, Rede da Criança, etc..

MENTORES E RETAGUARDAS

Os principais mentores da ONG Meninos de Moçambique correspondem aos seus membros fundadores e principais dirigentes, encabeçados pelo seu Presidente Abdul Faquir. A Associação regulamenta-se pelos seus Estatutos e portanto realiza as suas Assembleias e os seus actos eleitorais que legitimam os seus corpos gerentes.

Como é patente nos vários tópicos descritivos da ONG, a MDM mantém um alargado leque de parcerias, desenvolve alianças e cooperações já sedimentadas (caso da relação com o CIES / Itália) e participa nas Redes que estão activadas nas suas áreas de intervenção.

Trata-se de uma organização experiente mas ainda relativamente jovem, onde existem intensas interacções entre a geração dos fundadores e as novas gerações que compõem as equipas de trabalho. Sobressai um “núcleo duro” operativo, constituído pelo Director Geral, pelo Oficial de Programas e pela Directora Financeira, respectivamente Abdul Faquir, Remane e Samira.

EQUIPA(S)

- 1 Director Geral (Abdul Faquir)
- 1 Directora Financeira e Responsável pela Logística (Samira)
- 1 Oficial de Programas (Remane)
- 1 Assistente de Contabilidade
- 1 Chefe dos Educadores (João)
- 1 Psicólogo (Jossyel)
- 1 Responsável pelo funcionamento do Centro de Acolhimento Diurno da Baixa (Benigno)
- 1 Responsável pelo funcionamento do Centro Rayissah Akima - Polana Caniço (Hamilton)
- 1 Secretária do Centro Rayissah Akima (Laudemila)
- 1 Enfermeira (Maria Madalena)
- 1 Agente de Saúde (Ana Majemeja)
- 8 Educadores / Mediadores (Timóteo, Pindula, Hernano, Tânia, Cláudia, Azize, Paulina, Luísa)

Nota: a equipa de Educadores / Mediadores anda na ordem dos 13/15 elementos (incluindo responsáveis) e funciona numa lógica de rotatividades e de polivalências, consoante os programas, as actividades e as respectivas especificidades; há elementos mais focalizados, como por exemplo a Tânia na sua acção junto de meninas e jovens mães.

Activistas e voluntários

- 1 Encarregada de limpezas
- 3 Guardas / Educadores

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

No ano de 2010 a MDM registou o seguinte orçamento:

Financiador	Moeda	Montante Financiado	Valor em %
Street Child Africa	USD	51.815,29	17,15 %
Terre Des Hommes	USD	14.811,92	4,90 %
CIES – Polana Caniço	USD	168.860,00	55,89 %
CIES – ROMA	USD	15.000,00	4,97 %
Egmont Trust	USD	33.614,46	11,12 %
Ministério da Cultura e Juventude	USD	18.000,00	5,96 %
TOTAL	USD	302.101,67	100,00 %

O orçamento disponível em 2010 foi de um total de 302.101,67 USD, atribuído por 5 doadores, 4 ONG Internacionais e 1 entidade governamental nacional. Destaca-se pela sua importância a ONG Italiana CIES / Centro Informazione e Educazione allo Sviluppo, que assegurou nesse ano 60% do financiamento.

RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS / RELACIONAMENTOS COM AS AUTORIDADES

A MDM trabalha em colaboração com a Acção Social (Ministério e Instituto) Ministério e Direcção de Educação e Cultura, Ministério e Direcção da Saúde, Conselho Municipal, Programa Nacional de Luta Contra o SIDA (CNCS), MONASO (Mozambique Network of AIDS Service Organization), PSI / Moçambique (ONG) e a CVM / Cruz Vermelha de Moçambique. É membro animador da Rede da Criança e participa em diversas outras redes consonantes com a sua missão.

Para além dos parceiros institucionais nacionais, a MDM conta com parceiros internacionais que, através das suas cooperações e doações, ga-

rantem os financiamentos para o desenvolvimento dos programas em curso sob responsabilidade da Associação. São os casos da Street Child Africa, Egmont Trust, Terre Des Hommes Alemanha, CIES, Embaixada da Finlândia, Elma Filantropous, etc., só para citar os principais e que se encontram no activo. Também participa em redes no plano internacional, como é o caso da parceria ACEP / CPLP que dinamiza este projecto.

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

No que respeita à intervenção junto de meninos/as de/na rua, focalização principal deste estudo e projecto, a MDM desenvolve as suas actividades em três grandes vertentes, nomeadamente: **Assistência Médica, Assistência Social e Formação (escolar e vocacional)**.

Assistência Médica

O grande objectivo desta actividade é favorecer o acesso às unidades de saúde pública, como direito consagrado para todas as crianças. Os destinatários beneficiam de consultas médi-

cas no Centro de Saúde dos Caminhos de Ferro (no quadro da parceria estabelecida). A MDM oferece também no seu Centro de Acolhimento Diurno, no seu Centro Comunitário e por via das suas equipas de rua: primeiros socorros, assistência psicológica, acompanhamento ao hospital com um educador ou agente de saúde, apoio em medicamentos aos Centros parceiros. As crianças e jovens também dispõem de um balneário onde tratam da sua higiene pessoal, podendo também lavar a sua roupa.

Paralelamente a estas actividades, a MDM desenvolve outros programas, como sejam: vacinação de crianças de rua, emissão de cartões de saúde, prevenção e informação sobre as DST e do VIH/SIDA, palestras educativas e médicas.

Assistência social

O Centro, na Baixa da cidade, dispõe de uma sala de acolhimento onde as crianças podem fazer desenhos, leitura, participar nas sessões de educação para a saúde, ver vídeos e praticar diversas outras actividades de carácter tanto educativas como recreativas e de lazer, ou podem simplesmente descansar. No que respeita às reintegrações, as crianças podem ser reunificadas as suas

famílias quando o desejarem ou também podem ser integradas em centros fechados. Grande parte das reintegrações são feitas espontaneamente pelas crianças como resultado do trabalho de sensibilização e educação realizado pelo pessoal da MDM. A participação nas actividades influenciam bastante as suas decisões e em particular nos casos das meninas grávidas e com bebés. A partir do momento em que se reúnem crianças às suas famílias estabelece-se um calendário de visitas domiciliárias para se monitorar e avaliar o processo de reinserção familiar e social das crianças. A MDM oferece também serviços que possibilitem o registo de nascimento e documentos para todas as crianças que não tenham sido registadas à nascença, bem como possibilita a obtenção do Bilhete de Identidade. A MDM dispõe de um serviço de visita quotidiana aos locais onde as crianças habitam na rua. Este serviço tem como objectivo estabelecer contactos a partir dos quais se reforça a confiança das crianças em relação aos mediadores / educadores e à Associação.

Formação

- *geral*: Formação em primeiros socorros para agentes de saúde dos centros que trabalham com

crianças, formação profissional ou pré-profissional para crianças e jovens, alfabetização, escolarização, formações específicas (por exemplo para representações teatrais alusivas ao combate das DST e do VIH/SIDA).

- *vocacional*: Formações realizadas em unidades apropriadas e credenciadas para o efeito de modo a garantir níveis de conhecimento e qualidade aceitáveis. Após a formação, a MDM proporciona pequenos empreendimentos onde as crianças e jovens possam desenvolver as suas qualificações, o que inclui equipamento necessário e indispensável.

- *escolar*: A MDM pretende garantir a escolarização, como forma de proporcionar às crianças e jovens em situação vulnerável a possibilidade de estudar numa escola em igualdade de circunstâncias com outras crianças. Grande parte de crianças de rua não frequentaram nenhuma classe escolar durante o período em que viviam com as suas famílias. O direito à educação é um imperativo.

Como já foi acima referido (Item Modelo Or-

ganizativo), a MDM desenvolve simultaneamente programas de desenvolvimento comunitário, assim como diversos projectos transversais que implicam outras múltiplas modalidades sinteticamente indicadas.

RESULTADOS OBJECTIVÁVEIS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA OS DESTINATÁRIOS

Em números redondos, a MDM intervém junto de cerca de 600 beneficiários directos: crianças e jovens de rua ou na rua a partir da Baixa-sede / no centro comunitário de Polana Caniço / nos projectos do bairro Luís Cabral / nos projectos transversais.

Num círculo mais alargado (e menos focalizado), com base no seu Relatório Anual de 2010, abrange e alcança acima de 5.000 crianças e jovens que se consideram beneficiários indirectos e que participam ou esporádica ou intermitentemente (as crianças e jovens das comunidades e escolas dentro dos perímetros de acção dos programas em curso).

O quadro seguinte permite uma objectivação

do que é o movimento anual (neste caso referente ao ano de 2010), relativamente aos esforços de reintegração e inserção. Numa visão oblíqua percebe-se que a equipa, em cada momento ou período sazonal, consegue “trânsitos” integradores com um terço (30%) dos seus beneficiários directos, que são muito numerosos (e muito complexos). Em 600 há 200 que se encontram em movimento. E verificam-se todos os procedimentos necessários para a manutenção das reintegrações anteriores (do semestre anterior, do ano anterior).

Reintegrações familiares	61
Integrações em centros de acolhimento	03
Reintegrações Escolares (acumulado dos anos anteriores)	206
Visitas Domiciliárias	402
Visitas às crianças nos centros de acolhimento	39
Visitas às famílias para novas reintegrações	96

Estar em reintegração significa sair da condição de sem abrigo e adquirir vinculações aos sistemas de suporte interpessoal e social (família ou instituição residencial ou comunidade resi-

dencial e escola e oportunidades de qualificação e o exercício dos direitos de cidadania). Como já estará patente, a MDM é uma organização pendular entre a protecção e a projecção e portanto insiste e persiste e assim vai “centrifugando” os seus destinatários.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO

No futuro próximo, a MDM prosseguirá e aprofundará as suas intervenções e programas baseados nos seus pólos fixos e nas suas equipas móveis: sede e Centro da Baixa e o Centro no bairro Polana Caniço.

Está em curso o projecto de construção e criação de 2 novos equipamentos no bairro Luís Cabral: um Centro Comunitário e um Centro de Formação (situado junto à estrada de acesso à cidade). Portanto prefigura-se uma fase, em breve ou seja nos próximos 2 ou 3 anos, em que a MDM terá a responsabilidade de gerir 4 pólos fixos: os 2 actuais e os novos 2. Terá plataformas logísticas e operacionais em 3 zonas da cidade: uma

no centro e 2 em bairros periféricos de grande dimensão. Seguramente manterá e aperfeiçoará o seu traço fundador de itinerância por via das suas equipas de rua e dos seus projectos transversais.

A MDM continuará a apostar na formação e reciclagem dos seus quadros, nomeadamente face aos novos desafios (como por exemplo o Centro de Formação), bem como equaciona as possibilidades de replicação dos seus modelos e processos (com antecedentes na própria cidade de Maputo, na cidade da Beira e em Durban, na África do Sul).

A organização considera necessária a criação e dinamização de uma Rede Africana da Criança, num horizonte mais alargado por referência à Rede da Criança Moçambicana e, com base na sua experiência, considera necessário e urgente a concepção e desencadeamento de programas focalizados nos “meninos que deixam de ser meninos”, ou seja, nos jovens que começam a ultrapassar os 16 ou até os 18 anos, sem que se tenham proporcionado soluções de reintegração ou inclusão.

CONTACTOS

Tel./Fax: (+258) 213 232 88

E mail: mdm@tv cabo.co.mz

www.meninosdemozambique.org

Centro Juvenil Ingrid Chawner

Moçambique

O Centro Juvenil Ingrid Chawner é uma ONG nacional moçambicana que foi criada em 1990 e que deu início à sua actividade em 1996. A organização tem sede na província de Maputo e também abarca crianças das Províncias de Gaza e de Inhambane.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Principal: Acolhimento de crianças em dificuldades durante dois anos ou no tempo necessário para a sua reintegração nas famílias ou em soluções de autonomia.

Secundária: Proporcionar educação secular, educação espiritual (de inspiração cristã), reconciliação familiar, acomodação, alimentação, vestuário e cuidados de higiene e saúde.

DESTINATÁRIOS

Crianças e jovens em situações de risco e dificuldades ou em situações de rua – rapazes dos 7 aos 14 anos.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

O Centro tem capacidade de acolhimento para 36 crianças e jovens. Fica situado numa das saídas da cidade de Maputo e é constituído por um complexo de edifícios: edifícios residenciais (com 6 quartos / camaratas, tendo cada um equipamentos para acomodar 6 pessoas), biblioteca, sala comum de actividades, refeitório, salas de direcção e administração, casa de hóspedes, espaços exteriores, escritórios da empresa ligada à organização, escritórios para aluguer e os vários anexos de logística. No fundo é uma espécie de grande “machamba” dividida em zonas (o Centro, a “Fábrica”, a machamba propriamente dita, os anexos, etc..).

O Centro está ligado a uma empresa de extracção e de comercialização de águas mineralmente credenciadas, cujo rendimento total reverte para a organização. As sinergias entre a organização e a empresa são mais alargadas, desde o sistema de gestão conjunta à possibilidade de estágios e empregos para os destinatários na sua fase de autonomização.

Mediante o projecto da organização, à entrada é suposto que o período de acolhimento residen-

cial se não prolongue por mais de dois anos, mas há casos que obrigam a períodos mais longos, sendo o caso actual mais prolongado de 7 anos. Como ilustração, já houve um caso em que acolhimento só terminou depois da organização ter providenciado a aquisição de um talhão e a construção de uma casa que veio a alojar 3 irmãos (utentes).

Os acolhimentos podem ter diversas origens: ou é a própria equipa do Centro que detecta e actua, ou por parceria e concertação na Rede da Criança (de que fazem parte 72 centros fechados, sendo este um deles), por solicitação de familiares ou líderes locais ou, ainda por solicitação de Autoridades, com os devidos protocolos (Acção Social, Tribunais, etc..). A maioria dos casos são crianças de rua e crianças perdidas.

O Centro tem a rotina de uma unidade residencial com a vida diária toda organizada, desde o acordar até ao deitar, com o vai-vém entre obrigações caseiras, obrigações escolares, actividades organizadas de desenvolvimento pessoal e social e alguns tempos para si-próprio. Todos os utentes participam nas lides da casa, havendo rotatividade nas diferentes tarefas (inclusive na cozinha), o que corresponde a princípios educativos

e formativos da organização.

O Centro dispõe de 18 agentes educativos que designa de “educadores sociais”, distribuídos por Equipa de Rua, Equipa do Internato e Equipa de reintegração, de que fazem parte vários tipos de voluntários (nacionais e internacionais – nomeadamente por via da ICYE do Reino Unido).

No perímetro do Centro existe também uma escola pública, cujo edifício a organização construiu, e que dispõe de 12 salas que funcionam intensamente em 4 períodos, frequentada pela população daquela zona da cidade e também pelos utentes do Centro.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Presidente da Assembleia Geral
- Presidente da Direcção do Centro
- Director do Centro
- Líder Administrativa
- Responsáveis dos Sectores: Social / Contabilidade e Recursos Humanos / Águas

EQUIPA(S)

- Técnicos / profissionais: 1 Educador Técnico de Acção Social e 2 Agentes de Saúde
- Voluntários (com compromissos): 16 nacionais seleccionados entre os jovens reintegrados
- Voluntários estrangeiros (ao abrigo de programas de intercâmbio): 4
- Estagiários: 5
- Pessoal auxiliar / profissionais: 1 cozinheira com 2 auxiliares, 6 auxiliares de vigilância, 2 auxiliares de limpeza e 1 motorista

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

Para o pleno funcionamento anual dos programas do Centro, a organização gasta em média 7.400.000 MT (o que equivale aproximadamente a 205.000€).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Esta organização é um caso (porventura excepcional) de total autofinanciamento, ou seja, a

organização tem como principal e determinante fonte de financiamento a Empresa de Águas, que é rentável e cuja rentabilidade reverte para a organização. E, como já foi referido, também há a prática de autofinanciamento por via de aluguer de salas ou espaços.

Assegurados que estão os custos de funcionamento, a organização procura e consegue mobilizar outros recursos complementares, que se afiguram essenciais: o voluntariado, os intercâmbios com parcerias selecionadas, as cooperações com as redes nacionais e as solidariedades mais interpessoais ou electivas.

RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

O Centro relaciona-se com o Governo através do Ministério da Mulher e da Acção Social.

A nível da sociedade civil, participa na Rede da Criança.

A nível comunitário relaciona-se com as estruturas locais dos bairros, com as Igrejas e com as organizações que também intervêm junto de crianças em situações difíceis.

No plano internacional, relaciona-se com organizações e redes de voluntariado e de intercâmbio, como é o caso do ICYE.

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

No seu eixo principal correspondente às suas funções socializadoras (como unidade de acolhimento residencial), o Centro indicou as seguintes modalidades:

- educação e formação na vida prática - limpeza e higiene, convivência educada, machamba, cultura geral;
- apoio na obtenção de documentos de cidadania – registo de nascimento, bilhete de identidade e outros;
- educação espiritual cristã e apoio sócio-afectivo;
- formação escolar formal e formação profissional (incluindo aulas de explicação e reforço das aprendizagens e estágios);
- Actividades de desenvolvimento pessoal e social – desporto, informática, biblioteca, música; por exemplo, no desporto, o Centro dispõe de

uma equipa de futebol que se encontra federada e, portanto, participa nos campeonatos oficiais.

Complementarmente a esse eixo central da organização, são desenvolvidas intervenções a juzante e a montante:

- Intervenção na rua – com aproximações e abordagens de diagnóstico e de busca de soluções;
- Intervenção junto das famílias e das comunidades – com todas as diligências e concertações necessárias às reintegrações;
- Participação em redes de parceria (nacionais e internacionais) – com modalidades que também implicam a qualificação e reciclagens dos elementos das equipas.

PRINCIPAIS RESULTADOS QUE A ORGANIZAÇÃO DESTACA (NOMEADAMENTE NO PERÍODO TEMPORAL DOS ÚLTIMOS 2 ANOS)

Como foi referido, o Centro tem uma capacidade para 36 utentes, cujos processos de acolhimento temporário variam, tratando-se

portanto de um dispositivo rotativo.

Como principais resultados nos últimos 2 anos, o Centro destaca as suas reintegrações conseguidas: 10 crianças em 2010 e 15 crianças em 2011. Por princípio, a organização não larga os casos dos seus utentes enquanto não os resolve ou não os encaminha. No fundo, as reintegrações indicadas correspondem ao grau de rotatividade atrás referida.

Simultaneamente, o Centro vai controlando os resultados de progresso dos seus utentes residenciais, a par das monitorizações dos casos reintegrados e das prospecções e diligências no terreno.

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

- Desenvolver e aperfeiçoar os programas de intervenção em curso e o modelo organizativo;
- Construção e desenvolvimento de uma Escola Profissional;
- Criação de um Pólo Universitário Cristão;
- Criação e implementação de um Business Center.

CONTACTOS

Tel.: (+258) 214 70 385
Fax: (+258) 823 241 020
Edgar António ou Manuel Banze
Email: cjic@eden.co.mz
Av. de Moçambique
Bairro de Zimpeto, Maputo

ASSOCIAÇÃO MASSANA

Moçambique

A Associação Massana é uma ONG nacional moçambicana de inspiração cristã que foi criada em 2002 e que deu início à sua actividade nesse mesmo ano. A organização tem sede no centro da cidade de Maputo e abarca crianças e jovens de todas as proveniências, com especial incidência na Província de Maputo.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Conforme os seus Estatutos (Boletim da República de 30 de Abril de 2012), apresentam-se os objectivos da Associação:

- Ser um centro aberto para atendimento e acolhimento das crianças da rua;
- Reabilitar as crianças da rua através do evangelho de Cristo, do sistema nacional de educação e alfabetização de adultos;
- Promover os direitos e deveres da criança;
- Reintegrar as crianças nas suas famílias originárias, substitutas ou adoptivas através do Ministério da Mulher e Acção Social e Tribunal de Menores;
- Cooperar com os centros fechados existentes

para enquadramento das crianças que não puderem ter nenhuma oportunidade nas famílias acima citadas;

- Promover palestras de sensibilização às famílias nas comunidades, de modo a mudar ou melhorar a sua prestação no que diz respeito à observância dos direitos da criança e nas suas relações de afecto;

- Contribuir na prevenção e alastramento do VIH/SIDA através de programas educacionais na sociedade e locais de concentração das crianças da rua, formar as crianças da rua para enfrentarem o problema do emprego, financiando-lhes os cursos vocacionais e a geração de pequenos negócios.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

Crianças de rua

- Órfãs
- Em conflito com a lei
- Provenientes de famílias “diluídas”

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

O principal dispositivo operacional da associação é a manutenção e desenvolvimento do seu Centro Massana - um equipamento (edifícios e terreno) situado numa zona central da cidade de Maputo (Baixa).

É um centro semi-fechado, ou semi-aberto, porque frequentado durante o dia, das 7h até ao meio/fim da tarde, por um conjunto fixo de crianças, mais propriamente adolescentes. São 30 rapazes entre os 12 e os 17 anos, que não têm residências fixas ou têm-nas em grande precariedade e, portanto, pernoitam na rua ou algures e vão passar o dia ao Centro.

No início do dia têm as boas vindas, um tempo de higiene pessoal e um momento devocional e segue-se o “mata bicho” (pequeno almoço). A maior parte da manhã é dedicada aos percursos escolares: alfabetização de 1.º a 3.º nível com certificação até à 5.ª classe e obtenção da 7.ª classe do ensino obrigatório. Das 11h às 12h têm recreio, actividades de saúde e oficinas de artesanato. Às 12h30 é a hora do culto religioso e segue-se o almoço. Da parte da tarde acontecem actividades diversas, desde trabalhos escolares a

actividades lúdicas e de desenvolvimento pessoal e tempo livre. A meio da tarde ou no fim da tarde regressam às ruas.

Pela natureza da intervenção, vai-se verificando alguma rotatividade nos frequentadores: crianças/jovens que saem porque são reunificados ou encaminhados para soluções mais estáveis e novos entrantes. É um Centro transitório em que as crianças/jovens não ficam anos a fio.

Paralelamente, a associação desenvolve trabalho de rua, ou seja, faz prospecção e diagnóstico e procura as soluções de encaminhamento, ao mesmo tempo que vai observando as condições de vida extra-muros dos seus frequentadores. A maior parte dos novos recrutamentos são feitos por essa via, muitas vezes em consonância com os outros agentes de terreno (organizações da Rede da Criança, Acção Social e autoridades).

E, transversalmente, a estes programas dentro e fora de casa, a associação desenvolve todas as diligências e contactos necessários à reunificação e reintegração (seja qual for a solução consensualizada por todas as partes envolvidas). Esta dimensão implica também a realização de trabalho comunitário.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

Conselho de Direcção:

1 Presidente – Paulo Zisinho Vijarona
1 Secretário – Francisca Elisabeth Paulo
1 Tesoureiro – Ian Thomas Krhon

EQUIPA(S)

Para o seu funcionamento actual, a organização dispõe de uma equipa de 9 pessoas, dos quais 4 são voluntários e 1 é cozinheira. Para além disso vai contando com o apoio de diversos colaboradores.

Trata-se de uma organização muito baseada no voluntariado e inserida num movimento ecuménico. Neste caso são predominantemente voluntários norte-americanos. Toda a equipa é constituída por elementos que estão integralmente dedicados à organização.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

O Centro Massana dispõe de um orçamento anual que ronda os 40.000 USD, que inclui o pagamento da renda das suas instalações.

FONTES DE FINANCIAMENTO

- Igrejas – de Moçambique e a nível Internacional
- Pessoas e entidades de boa vontade
- Donativos de outras ONG
- Dadas as responsabilidades assumidas pela associação e a sua abrangência (30 crianças em permanências diárias e intervenções complementares), obviamente que grande parte dos recursos necessários se resolvem numa “dupla economia”, assente nos voluntariados, nas doações frequentes e nas solidariedades da sociedade civil.

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Rede da Criança
- Acção Social

- Ministério da Justiça – Registo Civil
- Tribunal de Menores
- Ministério da Educação
- Polícia
- Chefes de Quarteirão
- Paróquias

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

A intervenção principal do Centro é o acolhimento diário e continuado de 30 crianças, o que implica as seguintes modalidades:

- Organização da vida quotidiana no Centro de Acolhimento Diário: cumprimento de rotinas, comida, saúde e higiene;
- Legalização dos documentos de identificação das crianças;
- Programas de alfabetização e de escolaridade obrigatória;
- Apoio escolar e atividades complementares;
- Atividades religiosas e de culto;
- Atividades socioeducativas (oficinas, visitas, participações);
- Enquadramento dos tempos livres;

- Orientação vocacional para prosseguimento de qualificações (formação).

Simultaneamente, a associação assegura as diversas modalidades das intervenções no terreno, tanto nas ruas, como nas comunidades de proveniências das crianças, como junto de outras entidades interlocutoras:

- Intervenção na rua – observação, abordagens, recrutamentos;
- Mediações junto das famílias e das comunidades;
- Cooperação com parcerias e redes.

PRINCIPAIS RESULTADOS QUE A ORGANIZAÇÃO DESTACA (NOMEADAMENTE NO PERÍODO TEMPORAL DOS ÚLTIMOS 2 ANOS)

A associação e o seu Centro procuram ao máximo reintegrar todas as crianças / jovens que são seus frequentadores e que se vão mantendo nas trajetórias que são reguladas pela equipa do Centro. São 30 em permanência, numa composição de entradas e saídas que andarão na ordem dos 40 que circulam em cada ano.

Pode dizer-se que conseguem uma média de 15-20 reintegrações por ano, tendo como referência uma iniciativa a destacar: a edição de um álbum com a identificação de todos os reintegrados durante um ano com fotografias ilustrativas que já reflectem as reunificações.

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

- Adquirir instalações próprias e adequadas à sua função polivalente;
- Procurar soluções de auto-sustentação e de financiamento;
- Aperfeiçoar as metodologias e as linhas de intervenção em curso.

CONTACTOS

Telf: (0058) 846 240 920
Email: massingue.luis@gmail.com
Responsável: Luís Massingue
Av. Marien N°Gouabi, 704
Maputo

Direcção Distrital de Acção Social Kamaxaquene Moçambique

Este organismo é uma das unidades de proximidade do Ministério da Mulher e da Acção Social que tem serviços desconcentrados distribuídos pelo território, no sentido da aplicação das políticas sociais que o Ministério preconiza. Este distrito abarca 8 bairros dos mais problemáticos da cidade de Maputo. É com este tipo de serviços que as ONG contactam regularmente, daí a sua selecção para este estudo aplicado.

O Ministério estabelece como prioridades: a) A criança em idade pré-escolar, pela necessidade de garantir-lhe uma educação básica integral e um desenvolvimento psico-físico harmonioso, que facilite o seu percurso nos diversos estágios de educação e crescimento; b) Criança em situação difícil (criança da rua, órfã, desamparada, deficiente e delinquente que vive em famílias indigentes e aquelas que são vítimas de prostituição e abuso sexual), pela necessidade especial de apoio material, moral educativo e afectivo, com vista à sua reabilitação psicossocial e reintegração social. Mediante as enunciações oficiais, este grupo de crianças merecerá maior atenção de programas específicos de Acção Social.

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA?

Área da Criança – Ministério da Mulher e da Acção Social

Promove e garante a reintegração na família, ou na família substituta, da criança deficiente, de rua, órfã e desamparada, contribuindo para o seu desenvolvimento harmonioso e integral.

Promove e garante a participação da família, da comunidade, do sector privado em particular o não lucrativo, nomeadamente das instituições religiosas na reintegração social, na protecção e recuperação da criança delinquente, da criança vítima de prostituição e do abuso sexual.

Divulga e promove a defesa dos direitos da criança consagrados na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e da Carta Africana para o Bem-Estar da Criança.

Coordena as actividades das instituições de infância – infantários, creches, jardins de infância e escolinhas comunitárias – promove a participação da comunidade, das instituições religiosas e do sector privado na educação das crianças.

Promove a elaboração de normas sobre a organização pedagógica e administrativa das institui-

ções de infância, assim como supervisiona e apoia a implementação das mesmas.

Desenvolve programas integrados e multi-sectoriais de apoio e protecção da criança de mecanismos de prevenção e aconselhamento sobre tais fenómenos, como o serviço legal e justiça juvenil.

Como documentos referenciais são indicados os dois mais recentes e estruturantes: Plano Nacional de Acção para a Criança (PNAC, 2005 a 2010) e Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis (PACOV, 2006).

QUAIS AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS EM RISCO?

Todas as medidas que implicam recursos são também mediadas pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS). Os únicos financiamentos de relevo são no quadro do Plano Alimentar Mundial (PAM), em vias de terminar e de ser substituído por outros programas (pró-ativos).

Os serviços só prestam apoios directos em casos muito urgentes e muito precários, sempre via INAS.

O Ministério dispõe de 1 Centro de Trânsito (INAS – destinado a todos os grupos-alvo), que tem também a valência de Lar de Idosos, e de 2 Infantários de Acolhimento (centros fechados para idades entre os 0 e os 17 anos) – 1.º de Maio e Matola, ambos na região de Maputo.

Os serviços distritais fazem atendimentos e encaminhamentos para além de acompanharem as actividades das diversas organizações, grupos e entidades que intervêm nos domínios da acção social, uma vez que constituem a entidade de tutela e de referência. Mantêm um grupo de trabalho com pontos focais e com ligações à Direcção Provincial, no sentido das articulações e do trabalho em rede.

Nalgumas ocasiões proporcionam formação, nomeadamente a educadores sociais, e participam nos eventos e iniciativas da Rede da Criança. Nos programas que implementam, mobilizam as ONG e outros agentes do terreno para a viabilização operacional das acções. Por exemplo, na actualidade estão a desenvolver uma Campanha sobre Menoridade baseada nessas cooperações e sinergias.

Os serviços participam muito activamente nos processos de reintegrações, muitas vezes concertados entre os diversos intervenientes. A título ilus-

trativo, no último ano o MDM fez 10 reintegrações com os serviços da Acção Social.

APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

Até ao presente, as únicas formas de apoio ou são relacionadas com apoio alimentar ou se traduzem em cooperações e intervenções conjuntas e concertadas. No fundo é mais um sistema de alianças do que atribuições de recursos materiais.

INDICAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS PRÓXIMAS FUTURAS

Aperfeiçoamento dos sistemas de Protecção da Criança, quer por via da legislação e medidas oficiais, quer pela intensificação das parcerias e intervenções em rede.

Maior consolidação das respostas para a reinserção social, nomeadamente pela transferência do Centro Chiango para o âmbito da Justiça e do Tribunal de Menores.

TIMOR-LESTE



Fórum Comunicação e Juventude Oratório DON BOSCO / Centro Miguel Magone

Timor-Leste

O Centro Miguel Magone é um equipamento com respostas sociais para crianças e jovens, situado na cidade de Díli, capital da República Democrática de Timor-Leste, e é o principal dispositivo operacional da ONG Fórum Comunicação Juventude Oratório Don Bosco (FCJ), fundada no dia 16 de Setembro de 1997.

Como ONG local que se orienta pelo trabalho de Don Bosco (Salesiano), proporciona diversas actividades de desenvolvimento de talentos, constituindo-se também como centro de abrigo para crianças e jovens que se encontram “em risco”. Para além das diversas modalidades (formativas, preventivas e outras), o Centro Miguel Magone (CMM) desenvolveu-se como casa segura e temporária para as crianças e jovens “em risco” ou “na rua” ou com problemas com a lei. O nome “Miguel Magone” é uma evocação de um célebre malfeitor italiano que foi convertido pelo santo João Bosco e veio a transformar-se num benfeitor.

Esta ONG tem antecedentes desde o princípio dos anos 90, ainda no período em que o território estava ocupado pela Indonésia, por via de actividades sociais com crianças e jovens promovidas pelas madres Salesianas. Ao ser criado em 1997,

o Fórum formalizou-se ainda antes da independência, que só ocorreria a partir de 1999 (referendo de Agosto) e se concretizaria plenamente em 2002 (primeiras eleições em Maio). As iniciativas e actividades sistemáticas desencadearam-se a partir do início do ano 2000. Todo o processo foi sempre liderado por Cipriano Oliveira, que se mantém como presidente da organização e que mobilizou os cerca de 30 membros da Fundação, todos eles e elas com história e credenciais nas práticas de solidariedade e no processo de independência do país.

A primeira fase decorreu num terreno cedido pelo Ministério da Justiça, conhecido como “Christmas Camp”, relativamente próximo das instalações dos contingentes militares das Nações Unidas. Nessa altura foi efectuado um levantamento em que se contabilizaram cerca de 250 crianças perdidas e com problemas familiares. Uma parceria com a UNICEF em 2001 e a doação de tendas, permitiu um convite às crianças de rua e na rua em Díli para participarem diariamente em actividades e disporem de alimentação durante as suas frequências no campo. De acordo com a UNICEF, foram definidos 2 perfis prioritários: crianças com família, mas sem viverem em sua

casa (categoria A) e crianças registadas na escola mas a maior parte do tempo na rua (categoria B). Nesta fase, na sequência do campo, foi arrendado um primeiro Centro durante 1 ano.

Na fase seguinte, a partir de 2002, deu-se a cedência do terreno onde está actualmente instalado o Centro, que já tinha um edifício, onde se passaram a realizar as actividades. Entre 2006 e 2008 decorreram as obras de adaptação do edifício inicial e de construção das novas infraestruturas, que contou com o apoio da Cooperação Portuguesa, que além de financiar as obras se comprometeu com apoio ao funcionamento. Durante o período das obras, a Fundação alugou novamente o espaço inicial (Centro Coluhum), onde estruturou o conjunto de respostas que continua a assegurar actualmente.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A República Democrática de Timor-Leste é uma nação jovem que conseguiu dar passos significativos em termos de desenvolvimento no período de uma década, ocupando hoje o 147.º lu-

gar em 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano (em 2000, o IDH era de 0.404, enquanto que, em 2011, o indicador passou a ser de 0,495). Na década que passou, as instituições timorenses foram-se estruturando e a educação tem sido uma das áreas prioritárias.

Contudo, cerca de 45% da população ainda vive abaixo do limiar de pobreza, afectando de forma mais severa as crianças e jovens (João Amado Soares / Ministério da Solidariedade Social in Conferência “10 anos depois: a contribuição dos programas sociais na construção de um Estado de bem-estar social em Timor Leste”, Fevereiro de 2012). A taxa de mortalidade infantil é muito elevada (38,01/1000) e o Comité dos Direitos da Criança, em Fevereiro 2008, declarou a sua preocupação em relação à malnutrição infantil, que torna as crianças particularmente vulneráveis a doenças.

Muitas crianças não vão à escola, tendo que contribuir para o sustento familiar (venda nos mercados ou na rua, buscar lenha ao mato,...) e há crianças que vivem na rua, órfãs ou separadas dos familiares. Na rua, desenvolvem várias estratégias de sobrevivência (lavam carros, pedem comida ou roupa,...), ficando também

expostas a abusos e maus-tratos.

Organizações da sociedade civil, com o apoio da UNICEF e de outros doadores internacionais, foram desenvolvendo trabalho junto destas crianças e jovens de/na rua, um grupo particularmente vulnerável devido à sua desinserção familiar e comunitária.

Em 2010 (Censo), a população do país foi contabilizada em 1.066.582 habitantes, culturalmente pertencentes a um mosaico alargado de povos Indo-Malaios e Papuas de que se destacam os principais: Tetum (370.000), Mamba (96.000), Kemak (60.000), Ambenu (60.000), Galoli (60.000), Tukudeste (50.000), Makasae (70.000), Bunak (50.000), Fatukuiu (30.000).

A população do distrito de Díli cresceu cerca de um terço desde 2004, de 175.730 para 241.331 pessoas. Assim, uma nítida maioria, 70.4% da população timorense continua a viver nas zonas rurais.

Com uma população maioritariamente jovem, com a faixa etária dos 0 aos 15 anos a representar cerca de 34% do total, Timor-Leste tem na juventude a sua força presente e o seu futuro. Com 65 e mais anos contabilizou-se 3,6% da população. A taxa de alfabetização é de 58,6%.

Timor-Leste ainda não tem qualquer legislação em vigor que trate da representação da criança em processo de protecção e está actualmente no processo de criação de um sistema judicial e a elaborar a sua própria legislação. Portanto, a legislação sobre os direitos da criança está em fase de projecto. O Governo está também a criar uma Comissão Nacional das Crianças para coordenar programas e políticas que afectam as crianças.

A Constituição da Republica Democrática de Timor Leste dedica expressamente o seu Artigo 18º à Protecção da criança:

“1. A criança tem direito a protecção especial por parte da família, da comunidade e do Estado, particularmente contra todas as formas de abandono, discriminação, violência, opressão, abuso e exploração sexual.

2. A criança goza de todos os direitos que são universalmente reconhecidos, bem como todos aqueles que estejam consagrados em convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas pelo Estado.

3. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozarão dos mesmos direitos e protecção social.”

Timor-Leste também ratificou a Convenção

CASO DA MENINA MAL-TRATADA

MF é uma menina com 10 anos. Em 1999, os seus pais deixaram Timor Lorosae em direcção a Timor Barat, a parte indonésia a Oeste da ilha de Timor. Fugiam aos confrontos na sequência do referendo que foi promovido pelas Nações Unidas, que provocaram a destruição de muitas infra-estruturas e a morte de milhares de pessoas.

Fati viveu esses momentos da sua curta vida ao lado da mãe que ajudava em praticamente todas as actividades. A mãe nasceu num Suco do distrito de Ermera e sempre reproduziu os padrões dos Tais coloridos ao estilo de Ermera. Ambas viviam numa casa de pikus. Além da venda dos Tais que dava algum dinheiro para sustentar a família, a mãe tinha uns porcos e algumas galinhas.

O pai de MF morreu de doença a seguir ao nascimento do seu último filho. Na altura, o casal já tinha nove filhos dos quais três morreram. A seguir à morte do seu marido, a mãe sem meios teve que entregar dois dos seus filhos a um tio, residente também no Timor Barrat. Só o mais novo e MF ficaram com ela. Uns tempos depois, receberam a visita de uma das irmãs mais velhas de MF que tinha regressado com o marido para a capital de Timor-Leste, Díli. Uma outra irmã tinha voltado para a zona de Ermera. Nessa visita, MF seguiu com a irmã até Díli.

A vida na casa da irmã tornou-se bem diferente da vida com a sua mãe. Em primeiro lugar, MF não foi autorizada a ir à escola. MF cuidava das duas crianças da irmã o dia todo, varria, limpava a casa e levava água do poço.

A irmã começou a bater-lhe. Passado um tempo, ela e o marido, espancaram-na. A certa altura a irmã proibiu-a de ir uns bocadinhos a um Centro para crianças onde ela gostava de ir e tinha amigas. Foi assim que o dia-a-dia de MF se tornou infernal: era só trabalho e violência. Numa das vezes, deram-lhe um murro tão violento no peito que MF teve que ir para o hospital.

Da última vez a irmã pendurou-a com um Tais pelo pescoço a uma viga de madeira e saiu dali para não assistir. MF conseguiu desfazer o nó e fugir. Correu para casa de um dos elementos do Centro Miguel Magone, que a ajudou e tirou fotografias das marcas do estrangulamento no seu pescoço e do sangue cuspidido.

No dia seguinte entrou para o Centro. Agora está a viver uma vida nova. Nunca tinha dormido sozinha numa cama nem tinha comido numa mesa. Foi feita a habitual pesquisa sobre a sua vida e descobriu-se que os vizinhos testemunharam que a irmã deixava a comida que sobrava no chão para ela comer. MF confirmou, mas nunca quis contar essa triste e impensável realidade. É agora uma menina alegre e cheia de vontade de viver. Quando for grande MF quer ser médica para poder tratar bem da sua mãe, do seu pequeno irmão e das pessoas em geral. Voltar a casa da mãe é o seu sonho.

da ONU sobre os Direitos da Criança em Abril de 2003.

No plano estatal, no âmbito do Ministério da Solidariedade Social (MSS), tem vindo a ser montada uma rede de assistência social com serviços de atendimento, com animadores e Oficiais de Protecção de Crianças (OLP) – Labariks em tétum) ao nível dos distritos e sub-distritos, num sistema de pontos focais e grupos referais. Esta rede de sinalizações, atendimentos e encaminhamentos, tem tido o apoio directo da UNICEF e articula com o conjunto de Instituições de Protecção Social da sociedade civil (nas várias áreas problemáticas são cerca de 70 as que mantêm relacionamentos com o MSS). Pela sua importância, também é de destacar o Programa “Bolsa de Mãe” que em 2012 já tem 15.000 famílias registadas, mas tem uma meta de 36.000 famílias com crianças dos 0 aos 7 anos, promovendo assim o combate à precariedade e o cumprimento da escolaridade obrigatória (dos 6 aos 14 anos) por via da atribuição de pequenas bolsas mensais numa rede extensiva que também mobiliza os chefes de sucos / aldeias (Antónia Carmem da Cruz / Ministério da Solidariedade Social in Conferência “10 anos depois: a contribuição dos programas

sociais na construção de um Estado de bem-estar social em Timor-Leste”, Fevereiro de 2012).

O facto de existirem 55 Orfanatos identificados nos 13 Distritos do país, com um total de 3.951 crianças residentes (em lotações entre 5 e 290 utentes - numa média de 72 crianças por unidade) demonstra bem a dimensão das crianças que podem estar privadas de suportes familiares consistentes (dados do levantamento do Fórum Tau Matan).

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Apoio social, formação não-formal e advocacia (defesa e promoção dos Direitos), sem distinção de religião, étnica, raça e política, a crianças e jovens em risco e/ou com problemas com a lei, fornecendo as instalações temporárias para hospitalagem e ensino às crianças e jovens em regime residencial provisório e seguro enquanto decorra o processo de reunificação.

Para além da sua missão principal, a Fundação também desenvolve intervenção com a comunidade, quer com integração de crianças locais em

regime aberto, quer com períodos regulares de actividades sócio-educativas. A Fundação também participa nas dinâmicas de rede e cooperação com as outras entidades focalizadas nesta problemática dos direitos e protecção de crianças e jovens.

PERFIS DOS DESTINATÁRIOS

- Rapazes ou raparigas vítimas de violências físicas, sexuais e abandonados;
- Rapazes ou raparigas vítimas de tráfico e exploração;
- Rapazes ou raparigas confiados pela Polícia VPU (Vulnerable Person Unit / Polícia Comunitária) e DNRS (Divisão Nacional de Reinserção Social);
- Mães grávidas vítimas de violências físicas ou abandonadas pelo marido ou “negadas”;
- Rapazes ou raparigas livres da prisão e rejeitados pela comunidade;
- Rapazes ou raparigas confiados pelo Juiz ou Tribunal por causa de problemas graves.

Nota: idade limite para acolhimento – 18 anos

MODELO ORGANIZATIVO

As instalações do Centro são constituídas pelas seguintes unidades: 2 dormitórios (para rapazes e para raparigas com capacidade para 40 pessoas), 3 salas de aula, 1 sala para atendimentos e consultas, 1 gabinete de direcção, 1 gabinete de gestão e contabilidade, 1 secretariado, 1 refeitório, 1 cozinha, 2 salas para armazém, 4 casas de banho, 1 biblioteca, 1 pátio polivalente.

Deve assinalar-se que se trata de um Centro em que a sua componente residencial é confidencial e reservada, ou seja, uma “casa-abrigo” que acolhe crianças e jovens que se encontram em situações complexas que podem implicar perseguições ou até mesmo sequestros. Essa função mais delicada não impede que o Centro mantenha as suas práticas mais extensivas e de polivalência.

Os acolhimentos dos(as) jovens são efectuados por solicitação de entidades externas, seja a Polícia, sejam os serviços do Ministério da Solidariedade Social (por via da rede de Oficiais de Protecção de Crianças – Labarik), seja a rede de entidades cooperantes na mesma problemática, sejam as próprias famílias ou líderes comunitários. Pela sua experiência anterior e pelas suas

CASO DO ADOLESCENTE AO “DEUS-DARÁ” E AGORA UNIVERSITÁRIO E ACTIVISTA

Durante a infância, AN vivia em Viqueque, com os pais, as 2 irmãs e o irmão. Quando o pai, um condutor de Bis, morreu, AN tinha 11 anos. A vida tornou-se extremamente difícil para a pequena família: a sua mãe encontrou-se sem meios para sustentar os filhos. Quando, pouco tempo depois, uma das suas filhas morreu, a mãe tomou a decisão de entregar AN e a outra irmã ao Orfanato Seroja, uma entidade pública indonésia, em Díli, para ter a certeza que, pelo menos, eles iam sobreviver. Só um menino ficou com ela, o mais pequeno. Essa separação aconteceu antes do referendo de 1999 sobre o futuro de Timor-Leste. Logo a seguir ao resultado do referendo, as forças de oposição à independência do Timor-Leste atacaram civis e criaram uma situação de violência generalizada. Foi um mês depois dessa crise que a sua irmã, um ano mais nova que AN, voltou para Viqueque para viver com a sua mãe.

Ele continuou sozinho no orfanato indonésio até ao seu encerramento em 2001 e, a seguir, foi acolhido no Centro Miguel Magone, onde começou algumas das actividades que ainda hoje pratica no Centro: tocar guitarra, cantar e desenhar. Nos dias de hoje, e por causa da sua experiência, AN é como o irmão mais velho das crianças que chegam ao centro até os seus casos serem resolvidos. Oficialmente, ele não faz parte dos quadros do Centro, mas isso não o impede de orientar e ajudar os outros o mais que pode. O facto de ficar no Centro foi uma decisão sua. Na escola, já andava no sétimo ano e não quis parar os estudos. Durante as férias, AN vai sempre passar uns dias com os seus familiares em Viqueque. Ainda tem por lá amigos, todos eles já com trabalho e, muitas vezes, com família.

“A Universidade não é muito cara porque é pública”, explica AN. Mesmo assim é preciso que haja alguém de boa vontade para pagar as propinas. O seu tio, irmão da sua mãe, dá-lhe o apoio necessário. AN sabe que, se quer continuar a licenciatura, terá que trabalhar fora do Centro para poder pagar os seus estudos. Anda à procura de soluções. Já tentou obter bolsas para ir estudar na Austrália, mas o seu nível de inglês não lhe deu oportunidade e, por enquanto, teve que desistir dessa hipótese.

Construir casas foi sempre o maior desejo de AN. Uma vez concluído o bacharelato em Construção Civil, em finais de 2011, AN começou a sonhar com a etapa seguinte: completar a licenciatura. Ele sabe que Timor-Leste precisa de pessoas formadas para construir edifícios e portanto acha que vale a pena continuar os estudos nesse sentido.

Observando a sua prática quotidiana, percebe-se que AN é atraído pelas artes, quaisquer que sejam. As suas acções desencadeiam frequentemente desenhos, músicas, contagens (BD)... AN, 24 anos, é o pensionário mais velho e também o mais antigo do Centro Miguel Magone, em Taibesi. Os 11 anos que ali já passou fizeram com que o Centro fosse a sua casa (colectiva e protectora).

práticas continuadas, a própria equipa do Centro também tem as suas “antenas”.

As crianças acolhidas têm o seu lar provisório no Centro, base da sua vida quotidiana, onde resolvem a sua vida prática e onde dispõem de atendimento e acompanhamento e de actividades

sócio-educativas. Ou frequentam as escolas da comunidade ou têm enquadramento por parte da equipa até concordarem com uma solução para o seu futuro imediato. Há crianças que nunca frequentaram a escola e que são renitentes a fazê-lo.

Durante o período em que são residentes (que

pode ser ou de semanas ou de meses ou de anos), a equipa procede de forma a conseguir o máximo de reunificações com famílias / comunidades (o que implica a frequência da escola formal). Outros casos em que são inviáveis as reunificações, são encaminhados para a rede de respostas ou de

CASO DO ADOLESCENTE QUE RESOLVEU FICAR POR SUA CONTA

GB nasceu em Veninalé, uma pequena cidade rodeada por montanhas localizada na estrada que vai de Baucau até Viqueque. GB tinha apenas um ano quando o seu pai morreu. Proprietária duma grande horta onde a família planta milho, mandioca, arroz e batata doce, a sua mãe não quis ficar sozinha e, portanto, resolveu casar novamente com outro homem. Desse casamento, nasceram mais quatro filhos. GB diz que não conhece o seu padrasto, mas esclarece que não se dá bem com ele. GB foi entregue pela sua mãe à sua tia e, por isso, nunca conviveu muito com o padrasto.

Antes de integrar a família da tia, moradora dum bairro de Díli, ela já tinha sete filhos, e todos mais velhos que GB, excepto uma menina. GB gosta da sua tia e dava-se bem com o seu marido, um carpinteiro perito na construção de cadeiras, armários e mesas e gostava de acompanhá-lo na carpintaria.

Um dia, em 2009, o tio fez uma mesinha e pediu a GB para a levar até o Mercado para a vender. GB dirigiu-se até ao mercado e vendeu a mesinha. Mas, a seguir e por alguma razão que mal explica, GB não voltou para casa do tio e ficou a entreter-se com amigos dentro do mercado. Entretanto, nem o tio, ocupado com o trabalho na sua oficina, nem a tia foram atrás de GB para dele. Foi como se ninguém quisesse saber onde ele andava. E ele ficou fora de casa até esgotar o dinheiro todo da venda. Uma noite, já com fome e sem meios, em vez de regressar para a casa do tio, tentou roubar uma galinha e um galo dentro do mercado para poder continuar a sua “vida de liberdade”. Aconteceu que foi apanhado. No mercado, são muitos os comerciantes que fazem das suas bancas de madeira as suas camas. Uns porque são camponeses e vivem muito longe e não podem regressar aos seus lares, outros porque querem proteger os seus haveres dos ladrões. Foi apanhado por dois jovens adultos que logo o entregaram aos guardas do posto da polícia situado ao lado do mercado. Os guardas entregaram-no a trabalhadores sociais que o levaram ao Centro Miguel Magone. Mais tarde, os responsáveis do Centro encontraram-se com os seus tios para que aceitassem GB de volta no seio da família. Mas eles, desiludidos com o seu comportamento, não o quiseram de volta. Na situação de sem abrigo, GB teve que ficar no Centro até haver uma solução conveniente. Ele já sabe que o seu futuro terá que passar pela casa da mãe e do padrasto em Venilalé. Apesar de não nutrir simpatia pelo padrasto, GB manteve sempre contacto com a sua mãe e duas vezes por ano vai visitá-la.

Se pudesse voltar atrás e rectificar o passado, GB entregaria o dinheiro da venda da mesinha ao seu tio de quem tem saudades. No Centro Miguel Magone, GB fez muitos amigos e gostou muito dos ateliês de desenho porque conseguiu melhorar muito e aprender técnicas novas. Anda na escola e um dia quer ser doutor.

soluções do conjunto de entidades actuautes no sector.

A organização assegura sistematicamente a monitorização dos casos de reunificação e desenvolve mediações com outras organizações e agentes de terreno no sentido de facilitar as integrações. Essa monitorização é casuística e pode ocorrer em intervalos de 3 meses, 6 meses ou 1 ano.

A lotação da unidade residencial é bastante variável, podendo oscilar entre 4 e 40 consoante os meses ou períodos sazonais ou conjunturais. A título de ilustração, em finais de 2011 deu-se a reunificação e retorno de 13 desses recentes residentes (para os Distritos de Ainaro, Biqueque, Locau e Ermera). Algumas crianças das comunidades envolventes (eram 5 em Fevereiro de 2012) são integradas em regime aberto (continuam a residir nas suas casas familiares). A natureza da organização determina o carácter rotativo dos seus destinatários. Ao longo de um ano, com maiores ou menores permanências, nunca serão menos do que 40. Como não podia deixar de ser neste universo multivariado e complexo, há casos de excepção como um dos animadores actuais, que foi durante anos utente e agora é profissional

e estudante universitário, sendo um caso de residente activista.

A organização actua em Díli e a partir de Díli, mas sua abrangência é nacional, ou seja, tem como destinatários/as crianças provenientes de todos os distritos do país. Aliás, a maior parte dos casos são referentes a crianças que, por circunstâncias variadas e perversas, andam em pendularidades entre os seus sucos (comunidades aldeãs), relativamente distantes, e a cidade capital de Díli que proporciona muitos “esquemas” de sobrevivência (e também de exploração).

Para além destas rotinas da componente de acolhimento residencial, o Centro organiza semanalmente uma tarde de actividades alargadas que são frequentadas por 80 a 100 crianças e jovens das comunidades envolventes. Para além das actividades e respectivos monitores e recursos (pintura, música, jogos, desporto, informática, apoio escolar, inglês, biblioteca), este programa implica um dispositivo que inclui transporte e lanche (reforço alimentar). Há circunstâncias que podem obrigar a indesejadas intermitências neste programa, relacionadas com problemas de financiamento e/ou de transportes.

MENTORES E RETAGUARDAS

O principal mentor e responsável pela FCJ é o seu presidente e fundador, Cipriano Oliveira. A Direcção é constituída por 5 elementos e a sua retaguarda é o conjunto de membros fundadores (cerca de 30), de que se destaca o Conselho Consultivo que funciona regularmente e que tem como membros outros líderes destacados deste sector de intervenção cívica (como por exemplo, João Pequinho, presidente do Fórum Tau Matan ou Adaljiza Ximenes, Comissária Nacional dos Direitos da Criança). A organização está também a implementar o funcionamento regular do Conselho Fiscal, no quadro de uma reestruturação em curso.

A Administração e os serviços operacionais asseguram o desenvolvimento dos diversos programas e compromissos. A Fundação está envolvida nas dinâmicas da Rede de Protecção das Crianças de Timor-Leste e nesse quadro desenvolve diversas cooperações focalizadas.

EQUIPAS

- 1 Director do Centro – Presidente da Fundação (Cipriano Oliveira)
- 1 Vice Directora – gestora de casos (Madalena)
- 3 Educadores (Domingas, Paulino e Angelino)
- 1 Vigilante (Elias)
- 1 Professora de Educação não-formal (Regina)
- 1 Mediador com famílias e comunidade (Agostinho)
- 2 técnicos de média-comunicação (Januário e José Espanhol)
- 1 Administrador (Viriato)
- 2 técnicas de finanças (Ana Paula e Juliana)
- 1 motorista (Ludovico)
- 1 Responsável pela limpeza (Delia) + 2 assistentes
- 3 Cozinheiras assistentes (coordenadas pela Domingas)
- 3 Seguranças
- Animadores voluntários (Natalino, ex-utente, José Raul, Rosito, Johny, Amin, Norberto, Carlos, etc.)

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

No ano de 2011 o FCJ registou o seguinte orçamento:

Descrição	Doadores		
	Total USD		
	Justice Facility	Gov. RDTL	Coop. Port.
Salários	32.280,-	5.000,-	-
Custos Operacionais	17.630,-	-	-
Equipamento	24.137,-	-	-
Custos em Recursos Humanos	7.380,-	-	-
Custos com Actividades	67.180,-	10.000,-	-

O orçamento disponível em 2011 foi de um total de 163.607 USD, atribuído por 2 doadores – a organização australiana Justice Facility com 148.607 USD (91%) e o Governo da RDTL com 15.000 USD (9%). Como se verifica no quadro, era também previsível o apoio da Cooperação Portuguesa que não se concretizou (o que contraria o Acordo estabelecido,

que inclui apoio ao funcionamento).

No início de 2012, o FCJ Oratório Don Bosco estava em procedimentos preparatórios para aprovação do relatório de Actividades ao principal doador – Justice Facility – prévio à apresentação de novo programa a financiar e também desenvolvia contactos exploratórios com a ONG Save the Children com vista à possibilidade de futuros apoios, para além das diligências junto do Governo Timorense e da Cooperação Portuguesa.

Há também uma preocupação de conseguir algum autofinanciamento, quer por via da chamada “economia social”, quer por via das solidariedades, doações ou mecenatos. A título de ilustração, indica-se a existência de uma empresa residente no Centro Miguel Magone (no seu edifício mais público). É uma empresa que trabalha em sectores analógicos com o Fórum Comunicação e Juventude, mediação e capacitação familiar e actividades geradoras de rendimento, o que possibilita ao mesmo tempo cooperação e rentabilização (pagamento de um aluguer do espaço).

RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS / RELACIONAMENTOS COM AS AUTORIDADES

No seu funcionamento regular o FCJ relaciona-se principalmente com as seguintes entidades:

- MSS – Ministério da Solidariedade Social
- Polícia VPU (Vulneravel Person Unit)
- DNRS - Divisão Nacional de Reinserção Social
- Tribunais
- Pradet Timor Leste
- CNDC – Comissária Nacional dos Direitos das Crianças
- Forum Tau Matan. (Advocacia, Monitorização)
- Rede Protecção das Crianças de Timor-Leste
- Justice Facility (ONG Australiana com mandato em Timor-Leste até 2013 – principal doador actual)
- Cooperação Portuguesa
- ACEP / Associação para a Cooperação Entre os Povos (ONG Portuguesa)

No seu historial de relacionamentos e apoios constam diversas outras entidades credenciadas:

- UNICEF (financiamentos entre 2001 e 2006)
- Forças Internacionais das Nações Unidas – INTERFER (doação de uma carrinha e de equipa-

mento de cozinha)

- Silverton Found (ONG EUA)
- Banco Mundial (bolsas para estudantes – reunião – 2004 e 2005)
- World Vision (ONG EUA – apoio em formação – 2005 e 2006)
- KNK Japan (ONG – treinamento – 2010)

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Para responder às suas missões e para cumprir os seus programas de ação, o FCJ desenvolve modalidades em diferentes eixos estratégicos, sucessivamente articulados:

Protecção de Crianças

- Fornecimento de “acomodação “ e “protecção “ para as crianças e jovens em risco – situações urgentes e situações planeadas e concertadas (função de casa abrigo)
- Organização e acompanhamento dos processos (casos e perfis) das crianças - individualmen-

te e com confidencialidade (“case management”)

Para a sua função residencial, o Centro assegura as suas múltiplas obrigações “caseiras”: organização da vida e da rotina diária; alimentação diária; vestuário e higiene; assistência médica e medicamentosa; aquisição de documentos legais de cidadão; regresso ou ingresso no sistema formal de educação e acompanhamento nos desempenhos escolares (em escolas na comunidade); acompanhamento pessoal e socioafectivo; actividades de desenvolvimento pessoal e social: desporto, artes visuais, música, informática, línguas, jogos, biblioteca e leitura, passeios ou visitas.

Simultaneamente estuda e acompanha cada caso, desde as diligências necessárias em termos formais, continuando com a pesquisa dos dados o mais realistas possível e prosseguindo com a inerente dupla focagem em cada residente: por um lado, uma vida acolhedora enquanto permanecem no Centro, o mais integrada possível no sistema social e, por outro lado, a procura activa de condições ou de reunificação ou de autonomização. O Centro é uma casa de passagem e tem que ser segura e acolhedora.

Advocacia – Direitos das Crianças e Jovens

- Serviços de atendimento e de “out reach” / prospecção na cidade de Díli - para estabelecer canais de comunicação e de interação

- Acção pública e cívica de “Advocacia” focada nas crianças desprotegidas e expansão / enunciação dos assuntos e problemas das crianças e jovens através das redes e dos “media”

Nesta sua vertente da Advocacia, o FCJ desenvolve todas as modalidades das parcerias e dos “lobbings”, ou seja, não só tem “antenas” de rua como assegura “atendimento” a qualquer momento e para além disso toma iniciativas de visibilidade social e de conjugação de esforços com parceiros e aliados.

Educação Não Formal

- Identificação e desenvolvimento das vocações e oferta de formações / qualificações adequadas

- Promoção e viabilização de “espaços de criatividade” para as crianças e jovens

A vertente da Educação não Formal implica

também múltiplas modalidades: desde o diagnóstico vocacional aos encaminhamentos até aos vários instrumentos de animação e de produção criativa. É uma vertente transversal, que já vem da historicidade da organização (dos primeiros tempos do “Christmas Camp”) e que se exerce regularmente, quer no Centro Residencial (em permanência), quer nas iniciativas extensivas e alargadas que a organização promove e naquelas em que participa em parceria (intermitentes).

RESULTADOS OBJECTIVÁVEIS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA OS DESTINATÁRIOS

O FCJ é responsável por intervenção intensiva junto de uma média anual de cerca de 40 / 50 destinatários directos por via do seu programa de acolhimento temporário. Nas suas actividades regulares comunitárias abrange mais cerca de 80 a 100 crianças e jovens e, para além disso, nas suas iniciativas de “advocacia” atinge um universo ora mais extensivo, ora mais “casuístico” (os casos “reveladores” ou “paradigmáticos”). Abrange também famílias e entidades conectadas.

Pelos dados disponibilizados e pelo que foi observado, a organização não dispõe de um dispositivo de controle e sistematização de resultados com indicadores e medições periódicas. A organização e as suas equipas estão muito concentradas na estabilidade do Centro e nos vários casos em que intervém. O controle é casuístico. Os resultados vão sendo percebidos e tratados em equipa. O Centro tem um “saber fazer” cuidadoso (fechado ou semi-fechado) e ao mesmo tempo aberto à pluralidade de soluções. As crianças ficam a residir no Centro o tempo que tiver que ser, a maioria sai com destinos já concertados e viabilizados (que serão monitorizados), mas também ocorrem casos em que as crianças usam muito transitivamente o Centro e depois desaparecem da sua esfera de influência.

No que respeita às perspectivas futuras dos destinatários, como se depreende de indicações anteriores, há diversos cenários possíveis (com historial de ocorrências em todos eles): ou se processa a sua reunificação plena, ou seja, retornam às suas famílias e comunidades e vão cumprir a sua escolaridade e a sua normal trajectória de socialização, ou são encaminhados para soluções alternativas que podem ir da institucionalização

(ingresso num orfanato, por exemplo) à inserção num contexto de aprendizagem e de qualificação. Há casos que se prolongam e portanto o Centro tem que os ir orientando até se chegar a uma solução de autonomização. E há os referidos casos muito transitórios, ou porque alguma entidade parceira ou de tutela o solicita, ou porque as crianças usam o Centro como espaço de intervalo e/ou de recuperação para reequacionarem o seu futuro próximo.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO

Em relação ao futuro da organização, o FCJ, por via do seu presidente, expressa a tendência para aumentar e intensificar a acção actual de acolhimento temporário.

Outra orientação vai no sentido de intervir mais acentuada e intencionalmente no problema e nas situações do trabalho infantil, em consonância com outras entidades e parceiros.

A organização também enuncia um projecto de criação de um pólo no Enclave de Oikussi, uma vez que se têm verificado sucessivos casos

de utentes do Centro, em que as interacções são muito condicionadas no que respeita às deslocações (dependentes ou de vistos de fronteira com valores incomportáveis ou de viagens de barco em que o preço também constitui obstáculo ou de clandestinidades)

A organização manifesta a necessidade premente do estabelecimento ou de um Acordo Social ou de um Contrato Social entre o Governo e as Organizações que efectivamente trabalham e intervêm no terreno. Essa premência relaciona-se com o receio do pós-2012 no quadro dos recursos possíveis para a solidariedade social por parte da sociedade civil, uma vez que terminará o mandato das Nações Unidas e o país ficará entregue à sua sorte.

CONTACTOS

Tel.: (+670) 77 375 989
Centro Miguel Magone
Estrada Colégio das Madres
Balide Díli

Fórum Tau Matan

Timor-Leste

O Fórum Tau Matan é uma ONG nacional fundada em Dezembro de 2003, o que também coincide com o início do seu funcionamento. É uma das 67 ONG nacionais e internacionais que intervêm junto de crianças em Timor-Leste. É uma associação focada na “advocacia” dos Direitos da Criança e tem um âmbito de abrangência de 5 Distritos do país: Manatuto, Aileu, Ermera, Liquiçá e Díli.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

- Pesquisa, análise, relato e intervenção em todas as situações que afectem e prejudiquem os Direitos Humanos, nomeadamente nas várias formas de violência contra as pessoas e, em especial, contra as crianças;
- Denúncia e sensibilização pública e institucional de todas as situações de violação dos Direitos e da dignidade humana. Apoio nos litígios no domínio dos direitos sociais;
- Prevenção das exclusões forçadas. Promoção de debates. Mobilização de voluntários e de líderes para as lutas contra as discriminações e

violências, em especial contra mulheres e crianças;

- Assistência às comunidades em desvantagem quanto à equidade de acesso a habitação condigna;
- Promoção dos “melhores interesses para as crianças”, em função dos programas governamentais de Protecção, das políticas sociais, da legislação, dos programas sectoriais e das regras de financiamento e suporte;
- Cooperação regional e internacional na área dos Direitos Humanos e da educação cívica.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

- Crianças e jovens em situações de risco ou de perigo ou de manifesta injustiça
- Pessoas vítimas de violência ou discriminação
- População carenciada sem habitação condigna
- Crianças e jovens no geral
- Cidadãos e cidadãs do país e do mundo
- Comunicadores e dirigentes

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

Segundo o seu quadro lógico de planeamento para o Programa 2011 – 2013, a organização desenvolve 5 Programas focalizados:

- Desenvolvimento e Protecção de Crianças (CP&D)
- Debate dos Direitos Humanos (HRDP)
- Direitos de Habitação e Combate à Exclusão (HREP)
- Relato dos Direitos Humanos (HRRP)
- Redes Regionais e Internacionais (RIN).

Para a operacionalização dos Programas, a organização está estruturada em 3 Departamentos: Protecção de Crianças, Direitos Humanos e Direitos à Habitação. Para tal, dispõe de uma equipa de 17 pessoas, incluindo uma cooperante internacional e 3 voluntários (CEFOP).

No que diz mais directamente respeito a este estudo, destaca-se aqui o vector da Protecção de Crianças, em que estão priorizadas e em progressão três principais linhas de trabalho:

- a advocacia por um Sistema de Justiça Juvenil compatível com as aspirações das gerações presentes do país – Lei da Justiça Juvenil, Código da Criança, Responsabilidades dos Tri-

bunais, Defensores Legais, Centros de encaminhamento, Comissão Nacional para o Trabalho Infantil, Alianças Educativas, entre os instrumentos sujeitos a análises, pareceres, recomendações e debates com os diversos interlocutores;

- seguimento e defesa de crianças em situação prisional – só no período mais recente, a organização efectuou 46 visitas;
- iniciativas promotoras da participação cívica de crianças e jovens;
- cooperação e articulação inter-pares, ou seja, desenvolvimento de acções conjuntas com parcerias e redes, incluindo iniciativas de visibilidade social que influenciem a opinião pública e as elites.

A par destas linhas de trabalho de Protecção da Criança, há um outro Programa que se destaca porque mobiliza uma parte significativa dos recursos da organização: a habitação social para famílias pobres e vulneráveis. Este Programa tem em curso a distribuição, construção e monitorização de 11.200 novas casas, adoptando soluções seguras, económicas e participadas e também desenvolve advocacia na legislação sobre a propriedade das terras.

O Programa de Debates também não pode

deixar de estar na agenda desta organização com uma identidade de Advocacia tão vincada e cultivada, tendo sido realizados, no período mais recente, cerca de 120 debates, que envolvem Institutos de Ensino Superior e diversas outras entidades e grupos. Nos últimos anos (nomeadamente 2010 e 2011) a organização também tem estado envolvida nos “Diplomacy Training Programs” numa rede de 12 países asiáticos.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- 1 Conselho com 5 elementos
- 1 Director Executivo – João Pequinho
- 1 Secretário Geral
- 1 Responsável Financeiro

EQUIPA(S)

O Fórum Tau Matan dispõe de uma equipa de 17 elementos, não se dispondo de uma categorização. Esse elenco tem um leque diversificado

de papéis / funções e tem desde especialistas (incluindo “experts” com frequência) a “experientes”. Em todos os Programas há coordenadores e assistentes, havendo também especialistas de comunicação e, necessariamente, “staff” logístico e administrativo, para além dos mediadores de terreno.

Dada a sua natureza, a organização mobiliza diversos tipos de voluntários, quer regulares, quer esporádicos, tanto a nível local como societal. Também recorre a estagiários e a colaboradores de vários tipos.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

O Fórum Tau Matan dispõe de um orçamento anual que ronda os 200.000 USD.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Os financiamentos têm a seguinte proveniência:
- 10% do Governo Timorense

- 90% de Organizações Internacionais (40% australianas; 30% norte-americanas; 20% Europeias, principalmente holandesas).

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Gabinete do Primeiro-ministro
- Ministério da Solidariedade Social
- Ministério da Justiça – nomeadamente Direcção Nacional de Serviços Prisionais
- Polícia Nacional
- Parceiros e doadores internacionais: Save the Children, PLAN, HIVOS / Humanist Institut for Development Cooperation, OHCHR / Office of the High Commissioner for Human Rights, OXFAM, Justice Facility, entre outros.

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

No que respeita à Protecção de Crianças, vector em foco neste estudo, a organização desenvol-

ve as seguintes modalidades:

- Estudo e apresentação de Propostas;
- Pesquisa e diagnóstico de situações;
- Atendimento, aconselhamento e encaminhamento de processos;
- Interação com crianças e suas redes e com entidades ou autoridades de tutela (o que inclui procedimentos de defesa e de mediação);
- Divulgação de informações e debate público.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Uma vez que se trata de uma organização extensiva e polivalente, que não está centrada sobre grupos restritos de destinatários em programas de continuidade, os seus resultados são difusos e não contabilizáveis neste tipo de estudo. São resultados que vão sendo induzidos e incorporados nas práticas e nos sistemas e que são objecto de reflexividades regulares por parte da equipa da organização e dos seus parceiros e doadores.

INDICAÇÕES QUANTO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Programas estrategicamente desenhados e em curso e melhoria das capacitações e desempenhos de todos os agentes envolvidos.

Reforço das capacidades institucionais e da sustentabilidade financeira.

CONTACTOS

Fórum Tau Matan

Rua Kaikoli, Díli

Telf: 00670 3010570

Email: forumtaumatan@yahoo.com

Director Executivo: João Pequinho

Orfanato Santa Bahkita Becora

Timor-Leste

O Orfanato Santa Bahkita Becora é uma organização independente de solidariedade social sem fins lucrativos, ou seja, é mais precisamente um tipo de Organização Individual Não Governamental (“OING”). É da iniciativa e responsabilidade da sua promotora e mentora, D. Inácia Faria, e tem antecedentes num grupo de Mulheres Resistentes e contou com 6 fundadoras. Esta casa colectiva, que não tem ainda Estatutos formais, é um dos 55 Orfanatos existentes em Timor-Leste que, no conjunto, albergam cerca de 4.000 crianças, havendo seguramente outros casos de “OING”. Este Orfanato iniciou a sua actividade no ano 2000 e pode abranger crianças de qualquer ponto do país.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

No documento de divulgação que tem disponível, a organização expressa a sua missão: Protecção das crianças abandonadas e órfãs. Para tal identifica três componentes fundamentais: casa segura para a criança, cuidado e protecção da criança e desenvolvimento e participação da criança.

O Orfanato tem assim como objectivo principal acolher meninos/as de rua, sobretudo órfãos ou filhos/as de pais em situações impeditivas de proporcionar educação. Tem um projecto educativo que promove o desenvolvimento pessoal e social das crianças, empenhando-se na sua integração social e profissional futura.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

Crianças e jovens entre os 3/5 e os 18 anos nas seguintes condições:

- sem familiares directos que se responsabilizem;
- provenientes de famílias que não têm condições para as sustentarem e/ou prestarem cuidados.

No início, as crianças eram entregues por enfermeiras, polícias, pais e funcionários da Acção Social e, com base na experiência adquirida, foi decidido que o Orfanato acolheria crianças que perderam o pai, a mãe ou ambos ou que tenham pai ou mãe física ou psicologicamente incapaz.

Os novos acolhimentos estão sujeitos aos vários procedimentos de legitimação, que incluem desde certidões de nascimento às declarações necessárias nestas situações.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

O Orfanato é uma casa grande e colectiva dirigida pela sua principal (e única) responsável: D. Inácia, a mentora e fundadora que é viúva e conta com a ajuda de 2 dos seus 6 filhos.

Está instalado num terreno numa das periferias da cidade de Díli, onde foram construídos 3 edifícios devidamente infraestruturados que dispõem das seguintes instalações: 2 dormitórios, 4 quartos, cozinha e refeitório, 3 casas de banho, 1 sala de recreio, 1 sala de aulas e actividades, 1 sala de visitas, 1 escritório, dispensa e diversos espaços exteriores ou protegidos para convívio.

Neste momento residem no Orfanato 16 meninas/raparigas e 18 meninos/rapazes, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. Desenvolvem as suas rotinas quotidianas a partir dessa sua acolhedora casa: participam nas lides e vida da casa, partilham as suas refeições, frequentam as respectivas escolas públicas existentes no bairro e nessa zona da cidade e frequentam a Igreja ou associações a que estejam ligados/as. Também aí se desenrolam diversas actividades suplementares (português, inglês e catequese).

As crianças e adolescentes estão divididos em

3 grupos: A com os/as que frequentam a escola primária, B com os/as que frequentam a pré-secundária e C com os/as que frequentam a escola secundária.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

- Responsável geral: D. Inácia

EQUIPA(S)

- D. Inácia mais 5 pessoas, incluindo cozinha, limpezas e funções técnicas

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

O Orfanato não tem um orçamento anual formal nem utiliza dispositivos orçamentais. É gerido ao longo do tempo e quotidianamente como uma casa onde vivem 30 e tal pessoas. É possível

fazer contas previsionais: se cada pessoa custar 100 USD por mês (cálculo mínimo para todas as despesas de uma vida normalizada e integrada) vezes 30 pessoas vezes doze meses, atinge um mínimo de 36.000 USD anuais. Na realidade, é a responsável e mentora que gere a sua casa alargada e vai resolvendo.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A principal base de sustentação do Orfanato é o programa de apadrinhamento à distância, com o apoio regular da ONG portuguesa Tane Tiimôr. Existe um padrinho ou madrinha para cada criança, que enviam os seus contributos de 2 em 2 ou de 3 em 3 meses, perfazendo uma média anual na ordem dos 10.000 USD.

Paralelamente, o Orfanato vai obtendo diversas doações, nomeadamente: da Fundação Alola, da Embaixada de Portugal, da Embaixada do Reino Unido e de diversos doadores/as individuais (da Austrália, de Portugal, das comunidades de cooperantes no quadro das Nações Unidas, etc.).

Anteriormente, já tiveram apoios do Banco

Mundial, da Care Internacional, da Embaixada da Austrália, da Cooperação Portuguesa / MTSS, entre outros.

A organização sempre teve a preocupação de conseguir autofinanciamentos e para tal tem desenvolvido iniciativas de empreendedores de economia social: de 2003 a 2006 explorou um café (que incluía fotocópias e computadores), onde conseguia um lucro média de 10 USD diários, que revertiam para o Orfanato, mas que se encontra inactivo por ter sido destruído na crise de 2006; também dispõem de um táxi de dupla função, ou seja, por um lado assegura os transportes necessários ao funcionamento do Orfanato e por outro lado constitui uma fonte de autofinanciamento.

O Governo timorense oferece arroz de 3 em 3 meses e diversos indivíduos e entidades oferecem intermitentemente géneros alimentícios, roupas e livros.

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Ministério da Solidariedade Social
- Fundação Alola
- Tane Timor
- ONG que intervêm na Protecção de Crianças
- Embaixadas

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

- Acolhimento de crianças e jovens;
- Organização da vida diária das crianças em acolhimento: dormida, comida, saúde e higiene, apoio escolar, actividades lúdicas e de aprendizagem informal;
- Contactos com as famílias e autoridades;
- Orientação vocacional e acompanhamento dos percursos educativos e formativos;
- Aprendizagens de utilidade para a vida prática;
- Participação em iniciativas externas relacionadas com a Protecção de Crianças.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Desde 2000 até ao presente, o Orfanato recebeu e cuidou de mais de 60 crianças. Neste momento os/as residentes são cerca de 30, o que significa que já saíram entre 25 e 30 ex-utentes. A maioria completou o ensino secundário ou pré-secundário antes de se reinserirem na comunidade de forma autónoma e/ou regressarem às suas famílias.

Alguns dos/as residentes, de acordo com a organização, decidiram prolongar as suas estadias, tornando-se assim activistas ao serviço do Orfanato. Das crianças que foram acolhidas inicialmente, há 2 jovens que ainda são residentes e que frequentam actualmente a Universidade, participando portanto na equipa de enquadramento.

INDICAÇÕES QUANTO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

Continuar a desenvolver a acção do Orfanato, aperfeiçoando os seus modelos de funcionamento e melhorar as condições de sustentação, no-

meadamente por via de maior institucionalização (no quadro da consolidação das Políticas Sociais do país).

A sua responsável e mentora manifestou a disposição de responder a pedidos de apoio vindos de Baucau no sentido de se conseguir a recuperação de um edifício já existente e de se poder aí criar um novo Orfanato, o que é extensivo a outros pedidos de outros Distritos.

CONTACTOS

Telf: (+670) 723 25 68

Email: ina_faria@yahoo.com

Responsável: D. Inácia Faria

Caixa Postal 363, Díli

COMISSÁRIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

TIMOR-LESTE

A Comissão Nacional dos Direitos da Criança é uma entidade governamental ou mais propriamente uma função ou uma “figura institucional”, ou seja, por enquanto não se trata de um organismo com independência e autonomia. É uma função assumida por cidadã de prestígio – Adaljiza Ximenes – que dispõe de um Gabinete e que está na dependência do Ministério da Justiça.

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA ?

A Comissão tem uma missão específica definida para este nível de Protecção da Criança que é o acompanhamento das iniciativas e actividade do Governo neste domínio. Não é uma entidade implementadora, mas sim uma entidade de “*advocacy*” dentro da estrutura do Governo.

Faz o acompanhamento da elaboração das novas leis e preconiza orientações e prioridades. Neste momento, a Comissão está especialmente implicada no Código da Criança e na Lei de Justiça Juvenil, que estão em concepção e em discussão.

A Comissão trabalha com todos os Ministérios, mas mais incisivamente com aqueles que estão directamente relacionados com crianças e jovens: desde logo o seu, Ministério da Justiça, mas também com destaque para os Ministérios da Educação, da Solidariedade Social, da Saúde, da Juventude e Desportos, da Formação Profissional e da Promoção da Igualdade.

QUAIS AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS EM RISCO?

A Comissão não tem respostas directas, intervencionistas para as problemáticas da Criança. Actua através de Apreciações e de Recomendações. Procura fazer “lobbing” e exercer influências. Actua também por via da sensibilização da opinião pública, nomeadamente por via da Comunicação Social. É uma voz de “Provedora” da Criança.

A Comissão considera que, dentro do Governo, é o Ministério da Solidariedade Social o organismo que tem maiores responsabilida-

des directas nas respostas aos problemas que se apresentam. Destaca que para isso, existem OPL em cada Distrito (Oficiais de Protecção de Labarik=Crianças), que são técnicos com apoio e enquadramento da UNICEF, e em cada Sub-Distrito existe 1 Animador Social, que constituem um Grupo Referal com vários pontos focais. Esses técnicos são responsáveis pelas sinalizações, pelos encaminhamentos e pelos processos de reunificação.

A Comissária refere que em Timor-Leste ainda não existe o Tribunal de Menores e que a Advogada de Menores ainda só actua nos assuntos civis (divórcios e dissoluções familiares) e ainda não actua no plano do crime (sendo que a Lei de Justiça Juvenil ainda está em processo de elaboração).

APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

A relação da Comissária com as ONG é no plano das cooperações e parcerias e da actuação em Rede.

Sendo Timor-Leste uma nação marcadamente jovem, a principal preocupação e actuação directa da Comissária tem sido ao nível da aprendizagem do exercício cívico, nomeadamente no envolvimento das crianças e jovens nos processos eleitorais. Para tal missão conta com os apoios da ONG e também com uma rede de representantes dos sucros (comunidades).

INDICAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS PRÓXIMAS FUTURAS

- Insistência e persistência na consolidação de dispositivos universais e abrangentes de Protecção das Crianças, nomeadamente por via legislativa e regulamentar;
- Promover a articulação integrada de Políticas de Protecção da Criança;
- Evoluir para uma estrutura autónoma de influência inter-sistémica (nas esferas do Governo e da sociedade civil).

Educação INCLUSIVA do Ministério da Educação

TIMOR-LESTE

A Educação Inclusiva é um departamento do Ministério da Educação, que tem como coordenador o professor José da Silva Monteiro. Tem como missão assegurar igualdade equidade de direitos nos acessos à escola pública. Tem várias linhas de orientação: fornecer uma educação de qualidade a todos, melhorar a eficiência do sistema educacional reduzindo o número de alunos com idades acima da média, reduzir as taxas de abandono e de repetência nas escolas do sistema público, conseguir matricular um mínimo de ¼ das crianças timorenses que nunca foram à escola, implementar com sucesso as línguas de instrução com um número suficiente professores adequadamente preparados e com materiais pedagógicos apropriados e suficientes para todos.

No que diz directamente respeito a este estudo, este departamento governamental manifesta-se desafiado e empenhado em conseguir reenviar à escola as crianças de rua e na rua, nomeadamente através das redes existentes e das pressões institucionais no sentido da inclusão.

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA?

Por parte deste departamento, a principal política, traduzida em iniciativas e medidas, é a da integração máxima de crianças sinalizadas para ingressarem ou regressarem à escola, quer nos processos de reunificação, quer na integração de crianças deficientes ou de outras situações de crianças em exclusão escolar.

Quais as respostas governamentais para a problemática das crianças em risco?

No que respeita ao sector da Educação a resposta é a actuação e exercício de pressão sobre as escolas e as entidades de coesão social para que se encontrem soluções imediatas para todos os casos de crianças que estão fora do sistema de ensino, com especial incidência nas crianças com idades dos primeiros 4 anos de escolaridade (dos 6 aos 10 anos).

Estão identificados diversos problemas: inventário e diagnóstico dos universos excluídos da escola, a receptividade das escolas, a formação dos professores, os transportes, as acessibilidades, para referir os principais.

Complementarmente, o departamento promo-

ve e disponibiliza um Centro de Recursos, onde existem materiais de apoio e se processam facilitações e mediações para avaliação de competências e progressões escolares certificadas. Este departamento tem uma abrangência que vai do pré-escolar até ao ensino universitário.

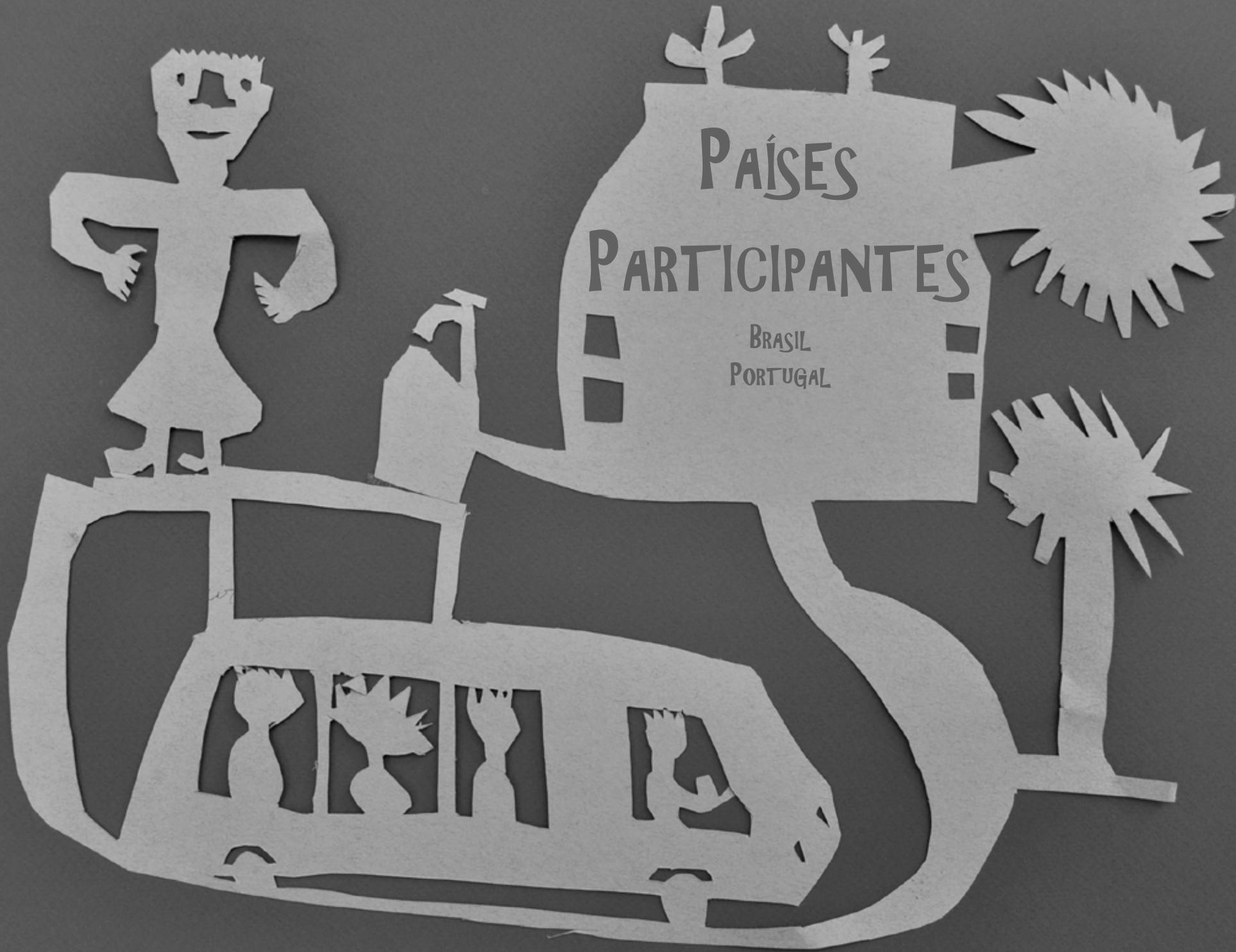
Defesa do predomínio do capital escolar como condição de cidadania e de desenvolvimento pessoal e social – com os respectivos instrumentos de intervenção e de regulação.

APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

O departamento trabalha em conjunto com as ONG e vice-versa em tudo o que respeita à inclusão das crianças de rua no sistema público de ensino. As próprias ONG têm o hábito de solicitar os “bons ofícios” do departamento nos seus diversos processos de reunificação ou de acolhimento temporário.

INDICAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS PRÓXIMAS FUTURAS

Implementação da legislação e das medidas de Política de Educação Inclusiva – processo em curso ao nível ministerial.



PAÍSES

PARTICIPANTES

BRASIL
PORTUGAL

BRASIL



Centro de Referência Integral de Adolescentes

BRASIL

O Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA) é uma ONG nacional fundada por Maria Eugenia Milet, em 1994, dando início no mesmo ano à sua actuação política. Desenvolveu, durante cinco anos, o Projecto Educação: Um Exercício de Cidadania, formando profissionais de educação e saúde e jovens multiplicadores, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Educação de Salvador e a Fundação Odebrecht, sob a coordenação pedagógica de Maria Eleonora D. L. Rabêllo, sócia fundadora do CRIA.

O CRIA actua no Brasil com acções sistemáticas em Salvador, capital do estado e em 16 municípios da região do semiárido baiano. Realiza há 12 anos Intercâmbio com Itália, em Castelfiorentino – Florença numa relação de trocas de metodologia com o C'Art Teatro.

Colaborou por duas vezes com Moçambique num Programa de Formação de Professores e Adolescentes vinculados ao Projecto ESH-Escolas sem HIV, apoiado pela FDC - Fundação para o Desenvolvimento Comunitário, com sede em Maputo e coordenou um intercâmbio para difusão de metodologias em arte-educação para jovens e educadores de Maputo e outras províncias de Moçambique, envolvendo também organiza-

ções com trabalhos de arte-educação na Baía.

O CRIA, também actua de forma articulada com a AITS- Rede Latino Americana de Arte e Transformação Social, contribuindo principalmente com a elaboração de políticas culturais e de saúde na América Latina.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Principal: A missão do CRIA é, por meio da arte-educação e do despertar de sensibilidades, provocar nas pessoas atitudes transformadoras de si e da sociedade em que vivem, de forma colectiva e comunitária.

O Objectivo Geral é implementar processos de formação, criação, fruição e disseminação culturais, que provoquem transformações pessoais e movimentos colectivos de cidadania para a melhoria das condições de vida dos participantes e de seus pares comunitários e dos territórios onde actuem. Para tanto, desenvolve um Projecto Institucional trienal, estruturado por Eixos de Actuação onde estão organizadas as actividades pertinentes a cada eixo.

Eixo I- Formação, Criação e Difusão de Arte

Objectivo: Promover a formação continuada dos dinamizadores culturais e a difusão da arte produzida pelo CRIA

Eixo II- Dinamização e Fortalecimento da Rede Ser-Tão Brasil

Objectivo: Apoiar o desenvolvimento de grupos culturais da região do Semiárido da Baía e dinamizar acções articuladas dos grupos integrantes da Rede

Eixo III- Participação em Redes e Espaços de Controlo Social

Objectivo: Proporcionar a participação da juventude em redes e espaços de controlo social.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

As acções do CRIA destinam-se prioritariamente para adolescentes, e jovens entre 12 e 20 anos, moradores de bairro da chamada periferia da cidade de Salvador, estudantes de escolas

públicas, oriundos de famílias com baixa renda familiar, sendo quase que a totalidade negros. Organizados em grupos de teatro, são formados através do Programa de Educação para a Cidadania, que no seu currículo, integra também acções de formação e acompanhamento das famílias.

Em parceria com outras instituições, o CRIA realiza também acções de formação para educadores e outros profissionais que trabalham directamente com jovens em escolas, centros de saúde da rede pública e de outras organizações afins.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

O CRIA funciona num casarão antigo no Centro Histórico/Pelourinho de Salvador, imóvel cedido pelo acordo de comodato pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), com 3 andares, com salas que abrigam as equipas de cada área técnica, duas salas para formação e ensaios dos grupos artísticos, dois banheiros e uma cozinha.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

Conselho Directivo

Presidente: Fernanda Emma Maria Cabrini (Formação/profissão: Profissional de turismo e empresária hoteleira)

Vice-Presidente: Alcides Valverde V. Júnior (Formação/profissão: Engenheiro Civil / Representante Comercial)

Secretária: Antonia Elita Santos (Formação/profissão: Secretária/Conselheira Tutelar)

Conselho Fiscal

Dilton Machado dos Santos (Formação/profissão: Graduação em Economia)

João Francisco da Silva Junior (Formação/profissão: Graduação em Ciências Contábeis)

Williams Silva Diaz (Formação/ profissão: Graduação em Engenharia Eléctrica)

Conselho Gestor

Maria Elizabeth Nascimento Vieira (Formação/profissão: Bacharel em Serviço Social, pós Graduada em Planeamento e Administração de Projectos Sociais)

Tássia Maria Batista de Souza (Formação/pro-

fissão: Graduada em Relações Públicas)

Carla Araújo Lopes (Formação/profissão: Graduada em Pedagogia com habilitação em Orientação Pedagógica)

A gestão institucional, dos processos para a sustentabilidade política, pedagógica e financeira é feita por um Conselho de Coordenação que se reúne quinzenalmente, composto por coordenadoras e lideranças de áreas técnicas.

EQUIPA(S)

Área de Arte-Educação

- Carla Araújo Lopes – Coordenadora Artística
- Maria Eleonora Dantas Lemos Rabêllo – Coordenadora Pedagógica
- Jedjane Mirtes de Souza – Orientadora/Preparação Corporal
- Rosete Silva de Jesus – Orientadora / Directora de Teatro
- Alessandro Souza- Orientador/Director de Teatro
- Leila Batista Pimenta Brito – Orientadora do

ELE- Espaço de Linguagem e Expressão

- Romilson S. Freitas – Assistente / Preparador musical

Área de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

- Irene Peso Piñeiro – Coordenadora
- Cássia Regina Santos Lima – Orientadora

Área de Produção Cultural

- Maria Elizabeth N. Vieira – Coordenadora
- Nei Lima - Assistente

Área de Comunicação

- Tássia Maria B. de Souza – Coordenadora
- Rafael Almeida- Estagiário de Design
- Leandro Sanção S. Maia- Estagiário de Jornalismo

Área de Sustentabilidade

Equipa Administrativo-Financeira:

- Ana Lúcia Silva Alves – Líder de Equipa
- Cristina Maria dos Anjos Costa – Orientadora

Equipa de Mobilização de Recursos:

- Camila Veiga de Oliveira – Líder de Equipa
- Patrícia Maria dos Santos- Auxiliar de limpeza

Voluntários: O CRIA não trabalha sistematicamente com voluntariado, mas integra temporariamente ao seu trabalho jovens estudantes, pesquisadores que procuram a instituição para estágios e ou trabalhos voluntários ligados às suas área de interesse e/ou pesquisa, que, avaliados como experiências agregadoras de conhecimentos, tecnologias contribuindo para o crescimento institucional são acolhidos por períodos definidos.

Contratados ocasionais: Para a realização de algumas acções o CRIA contrata temporariamente profissionais das áreas demandadas pelas acções. Para isso, prioriza jovens profissionais que já tenham passado pela experiência

do CRIA ou jovens estudantes universitários.

Contratos ocasionais também são feitos para os seguintes serviços:

- Consultoria para Avaliação Externa
- Serviço de Auditoria Externa
- Serviço de Contabilidade Externa
- Técnico em Informática

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

O CRIA recebe anualmente cerca de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), equivalente a cerca de 455.000€, para execução das suas actividades de formação e disseminação cultural e acções de mobilização social.

FONTES DE FINANCIAMENTO

- Comissão Europeia (40%)
- Recursos Públicos - municipal, estadual e federal (39%)

- Outras organizações internacionais (18%)
- Outros (vendas de espectáculos, consultorias) (3%)

Principais apoios do CRIA hoje:

- Bröt fur Die Welt / PPM (Pão para o Mundo)
- Instituto Winrock / Fundação OAK
- Fundação Ford
- Johnson & Johnson
- Pelourinho Cultural / Centro de Culturas Populares e Identitárias
- IPAC / Fundo de Cultura / Secretária da Fazenda / Secretaria de Cultura do Estado da Baía
- União Europeia
- VIVO / Fazcultura

E para potencializar a sua política de formação de jovens dinamizadores, mais especificamente na promoção e formação de leitores, estabelece as seguintes parcerias estratégicas:

- ICI – Instituto da Ciência da Informação / UFBA
- IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia / Governo da Baía

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

O CRIA relaciona-se com entidades públicas nos níveis nacional, estadual e municipal, por acreditar que tais parcerias são fundamentais para garantir a sustentabilidade política e financeira, contribuindo para o alcance da sua missão institucional.

No âmbito nacional o CRIA tem parcerias estabelecidas com o Ministério da Cultura, através do Programa Mais Cultura, sendo reconhecido desde de 2005 como Ponto de Cultura e desde 2008 como Ponto de Leitura. Há também parcerias estabelecidas com o Ministério da Saúde.

Na esfera estadual o CRIA tem uma intensa parceria com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com apoio às actividades através do Fundo de Lei de Incentivo - Faz Cultura e na implementação de políticas culturais como por exemplo exemplo da política de formação de leitores desenvolvida pela Biblioteca Zeca de Magalhães do CRIA em parceria com a Biblioteca Manoel Querino, vinculada ao IPAC. O CRIA também contribui para a elaboração de políticas públicas culturais integrando a Rede Estadual de

Qualificação em Cultura.

No território municipal, o CRIA vem estabelecendo diversas parcerias, com entidades públicas como a Câmara de Vereadores e a Secretaria Municipal do Trabalho, da Saúde e da Assistência Social e Direitos do Cidadão.

Tendo na sua origem um perfil articulador, o CRIA também se vincula estrategicamente com organizações da sociedade civil, compondo colectivos, fóruns, na perspectiva de promover intercâmbios, visibilidade para experiência de educação para a cidadania e fortalecer a luta pelos direitos constitucionais.

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

No seu Projecto Institucional, o CRIA toma como orientação metodológica e temática, as seguintes questões transversais: Promoção dos direitos humanos, a igualdade de género, a democracia, os direitos das crianças e a luta contra o VIH/SIDA.

A essência do projecto, bem como da missão institucional do CRIA, é promoção dos direitos

humanos, com foco no enfrentamento a todo e qualquer tipo de violência, principalmente àquela voltada contra a população infanto-juvenil e feminina. Através da arte-educação, do seu teatro, a instituição se propõe abordar de forma crítica os problemas enfrentados pelas crianças, adolescentes, jovens e adultos de Salvador e do interior do estado da Baía, tais como a violência, o preconceito e a desigualdade social.

A igualdade de género é trabalhada sistematicamente no contexto das suas diferentes acções, desde a composição da equipa, até à constituição dos grupos de teatro, sempre mantendo o equilíbrio na representação de meninos e meninas.

Um dos grandes temas de luta do CRIA é a luta contra o VIH/SIDA, trabalhando junto à jovens, educadores, familiares, as formas de contaminação, bem como informações sobre prevenção, direitos, serviços... O CRIA actua em redes de apoio e de formação, bem como centros de saúde e outras instituições públicas das áreas da saúde, dos direitos humanos e da educação.

Formação

O CRIA, através do seu Programa de Educação para a Cidadania que integra o seu Projecto Institucional, promove por ano, a formação directa de cerca de 80 adolescentes e jovens. Esta formação se dá a partir de actividades artístico-pedagógicas, com aproximadamente 150 encontros de formação por ano para cada grupo artístico.

Para participarem do CRIA, estes adolescentes e jovens passam por uma Oficina de Identificação e, aqueles que se identificam com a proposta de actuação do CRIA e se comprometem com a instituição, passam a compor grupos de teatro. Para estes grupos, foi estruturado um currículo aberto que promove a formação, integrando as dimensões da arte, do desenvolvimento pessoal, das questões da vida cidadã e do desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Este Programa, além de contribuir com a formação geral dos participantes para uma vida cidadã, produz a montagem de espectáculos de teatro, que levam à cena muitos dos temas do currículo, de forma leve e sem dar respostas para as questões levantadas, provocando reflexão e mobilização para a superação destas questões.

As principais temáticas trabalhadas com os jovens e que depois, muitas delas são tratadas cenicamente nos espectáculos são: Identidade e identidade de grupo através de um método desenvolvido pelo CRIA que parte das questões: “Quem sou eu?” “Quem somos nós?”, confiança; projecto de vida e sonho; cultura da infância; direito de brincar e direito de ser criança; violências (na escola, urbana, policial, psicológica, etc.); exploração sexual; estatuto da criança e do adolescente; sexualidade, prostituição e turismo sexual; direito à terra e direito a moradia; cultura popular e cultura negra; actuação comunitária; a Baía e as suas culturas; religiosidades; criação e criatividade.

Com o Grupo CriaPalhaço, por ser constituído por um número menor de integrantes e com idades mais avançadas, sendo que já passaram por outros grupos artísticos do CRIA, o seu Programa de Formação é definido em diálogo com o Grupo C’Art/Itália e é focada nas técnicas de palhaço, no mundo urbano, leitura, identidade, cidadania, preparação cómico relacional.

Os encontros de formação de familiares são realizados considerando temáticas que contribuam para o fortalecimento das mulheres por serem

das mães a maior participação e por ser a mulher mais excluída socialmente e para a qualificação das relações parentais.

As questões de Género também são trabalhadas a partir de uma reflexão sobre o exercício dos papéis preestabelecidos de homens e mulheres na sociedade, provocando desigualdades em vários sectores da vida social. Nos encontros de formação também acontecem sensibilizações para o enfrentamento ao VIH/SIDA.

A relação com os familiares responsáveis pelos jovens dinamizadores culturais dá-se nestes encontros de formação, nos ensaios abertos das peças, que são seguidos de rodas de conversa para o acompanhamento do desenvolvimento dos jovens dinamizadores e, em encontros festivos onde também acontecem rodas de conversa sobre os jovens e as suas impressões sobre o trabalho realizado pelo CRIA.

Quando o jovem apresenta alguma conduta que merece uma atenção mais especializada, este é encaminhado para a psicóloga e coordenadora da Área de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos que, em diálogo com as coordenadoras da Área de Arte-Educação identificam os encaminhamentos necessários. Os pais ou responsáveis

também são chamados e definidos os procedimentos no diálogo com as famílias. Em alguns casos, se for necessário é encaminhado para instituições especializadas em atendimento psicológico para a superação, na maioria das vezes, do uso e abuso de substâncias psicoativas e de traumas trazidos pela violência intrafamiliar.

A formação também contempla conteúdos que preparam os jovens para actuação nas comunidades onde vivem. São trabalhados os sentidos da actuação, metodologias de abordagem, negociação, elaboração de projectos, produção cultural, comunicação, leis, e assim os jovens desenham, a partir do perfil e demandas de cada comunidade projectos de actuação comunitária. A estes projectos são integrados outros jovens, educadores, militantes comunitários e são desenvolvidos em espaços das comunidades como centros culturais, escolas, associação de bairros.

No contexto da sua participação na Rede Sertão Brasil, o CRIA também coordenada encontros de formação, sendo reconhecido como uma instituição referência para a Rede em temáticas e metodologias. Nestes encontros, quando participam jovens que integram os grupos artísticos e comunitários de Salvador e grupos de arte-edu-

cação das cidades que compõem a Rede, são trabalhados temas que buscam qualificar as acções autónomas e integradas dos referidos grupos.

Para promover o desenvolvimento, fortalecimento e autonomia desta Rede também são trabalhados conteúdos mais específicos da área de gestão. Destes, participam os gestores de cada grupo comunitário de Salvador e de arte-educação das cidades do interior, quando são trabalhados temas como: Rede, gestão participativa, políticas culturais e são também, nestes encontros, elaboradas agendas políticas e planos de acção que posteriormente são apresentados, discutidos e validados pelo colectivo maior.

O CRIA investe muito fortemente também na formação continuada da sua equipa, aprofundando temas pertinentes às suas acções: O Teatro do CRIA; Teatro e Arte-Educação como ferramentas para transformação social; Redes de Arte-Educação; teatro comunitário; culturas tradicionais rurais e cultura da infância; processos improvisacionais como campo para o desenvolvimento da espontaneidade; o palhaço como linguagem artística; auto-estima e auto-conhecimento como princípios para o desenvolvimento de professores directores e alunos-actores. Com a equipa,

também são realizadas actividades destinadas a aperfeiçoar a dramaturgia das peças de teatro do CRIA.

Difusão

O CRIA realiza acções de difusão levando para o debate público, sensibilizando e mobilizando a sociedade em geral para temáticas sociais ligadas ao universo das crianças, adolescentes e jovens. Através da sua arte e difunde a sua metodologia como forma mais democrática e eficiente de educação. As acções de difusão do teatro criado com os jovens são voltadas para a população infanto-juvenil, educadores, arte-educadores e a sociedade em geral.

Para tanto, são realizadas as seguintes acções:

- Ensaios Abertos: Estas acções são voltadas prioritariamente para os familiares, equipa e colaboradores do CRIA, ainda em processo de montagem, as peças são apresentadas para que sejam aperfeiçoadas a partir de um “olhar externo” no que se refere às temáticas e forma de apresentá-las;

- Mostra de Arte Cénica: No segundo semes-

tre, as peças são apresentadas num teatro, levando esta arte para jovens, educadores, familiares e sociedade em geral. As apresentações são seguidas de debates com a plateia, coordenados pelos próprios jovens actores/dinamizadores culturais e sempre são convidadas pessoas que trabalham com a temática veiculada pela peça para enriquecer o debate;

- Festivais: Com o intuito de difundir a sua arte e valores e dar visibilidades a outras experiências afins, o CRIA realiza grandes festivais de arte-educação, promovendo trocas de experiências, divulgação e valorização das expressões cénicas realizadas por e para jovens, também aprofundando temas relacionados com estas acções;

- Circuito Comunitário: Após a apresentação no teatro, as peças circulam a cidade, priorizando os bairros onde moram e actuam os jovens dinamizadores. Para isso, é montada com os grupos uma agenda de circulação e os jovens organizam a sua comunidade para receber a acção, identificando espaço, fazendo a divulgação, mobilizando a comunidade. Esta acção também contribui para a legitimação e fortalecimento das acções de actuação comunitária empreendidas pelos jovens nas suas comunidades;

- Actuação Comunitária: As acções de actuação comunitária são realizadas pelos jovens dinamizadores culturais, organizadas num “Plano de Actuação Comunitária”. Este Plano é elaborado com bases na metodologia de arte-educação e dos princípios norteadores das acções do CRIA: colectividade, democratização do conhecimento, relação intergeracional, solidariedade, criatividade. Cada Plano respeita as demandas e perfil de cada comunidade, envolvendo outros sujeitos como jovens, educadores, profissionais de saúde, gestores comunitários... e são realizadas em parceria com escolas, centros culturais e grupos de juventude;

- Intercâmbios: o CRIA realiza também intercâmbios nacionais e internacionais que promovem ao mesmo tempo novos aprendizados e a difusão da sua metodologia e experiência. Neste sentido já foram realizados intercâmbios com Moçambique, Alemanha, Itália, Pernambuco, Ceará e outros estados do Brasil, assim como com a Alemanha e Bélgica.

O CRIA, além das acções de formação, concebe colectivamente e produz a cada dois anos o Encontro Ser-tão Brasil. Este encontro que acontece a cada ano em uma das cidades que integram

a Rede, agrega os grupos comunitários de Salvador, grupos de arte-educação de cada cidade do interior, pesquisadores, artistas, escolas, grupos culturais, gestores públicos e moradores locais. A programação dos encontros é definida colectivamente e contempla oficinas de diferentes linguagens artísticas, artesanatos populares, rodas de conversa temáticas, apresentações artísticas, intervenção urbana, conversa com gestores públicos, durante 3 dias de encontros. Estes encontros configuram-se como Conferências Livres de Cultura, reconhecidas oficialmente pela Secretaria de Cultura do Estado da Baía, também apoiando esta acção. As actividades do Encontro correspondem aos projectos dos grupos participantes de onde são gerados subsídios para elaboração de Planos Municipais de Cultura, elaborados também com a participação da população dos municípios.

Nestes encontros são priorizados os Eixos Temáticos (Expressões Artísticas; Patrimônio e Memória; Pensamento e Leitura; Transversalidade da Cultura e Gestão da Cultura), definidos a partir das indicações para a realização da Conferência Estadual de Cultura, garantindo assim, a vinculação dos resultados com as políticas culturais do

estado. As propostas aprovadas são integradas ao Plano Municipal de Cultura de cada cidade e norteiam todas as acções do poder público local no que se refere à cultura.

Projectos em Parceria: Visando a sustentabilidade financeira e política e a difusão de metodologia, o CRIA realiza também, em parceria com escolas e outras instituições, projectos de formação de educadores, profissionais de saúde, arte-educadores e jovens multiplicadores. Estes projectos, no geral, respondem às solicitações das instituições proponentes e apoiadoras.

Sistematização: Sistematizando para difundir a sua metodologia, experiência, aprendizados, princípios, o CRIA produz cartilhas, DVD, panfletos que são distribuídos em acções educativas e disponibilizados para escolas, centros de saúde e para a actuação dos jovens nas suas comunidades. Neste sentido já foram produzidos e editados 10 volumes impressos e 11 vídeos.

Participação em Redes e Espaços de Controlo Social: Além de integrar a Rede Ser-tão Brasil, o CRIA colabora com outras Redes como

a Rede Latino Americana de Arte e Transformação Social, a Rede da Campanha Nacional pelo Direito a Educação Pública. Participa também de colectivos de controlo das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes como o Comité Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e o Comité Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Nestes espaços, articula-se com outras instituições como: a 1.^a e 2.^a Varas da Infância, Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (ABIH), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CECA), o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (SEDES), o Centro Projecto Axé, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Centro de Referência do Adolescente Isabel Souto (CRADIS), o Ministério Público Estadual, a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, a SEST/SENAT, a Defensoria Pública, o Sindicato dos Caminhoneiros (SINDICAM), a Visão Mundial, a Concessionária Litoral Norte (CLN), a Câmara Municipal de Salvador (Vereadores Paulo Câmara e Vânia Galvão), a Fundação Instituto São Geraldo, o

Instituto Winrock Internacional, a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), o CREAS (Simões Filho), o Centro de Estudos e Terapia ao Uso e Abuso de Drogas (CETAD), o CREAS (Pelourinho e Bonocô), o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado da Bahia (SETCEB), o Fórum Permanente Metropolitano dos Conselhos Tutelares, a Associação dos Conselheiros Tutelares/BA, a ABAV/BA, o SALTUR e o OLODUM.

O CRIA também tem uma actuação focada no Centro Histórico, onde está situada a sua sede. A metodologia de actuação do CRIA está pautada em acções colectivas e por isso promove a articulação com organizações governamentais e não governamentais que actuam neste território, realizando acções de formação para a cidadania com arte-educação, voltada para os moradores e acções de mobilização nas ruas desta região. Esta articulação envolve cerca de 10 instituições que representam uma diversidade de actores e serviços, sendo elas: Escola Azevedo Fernandes, Escola Estadual Senhor do Bomfim, Movimento de População de Rua/ MPR, Movimento dos Sem Teto da Bahia/ MSTB; Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti; IPAC; Centro Cultural

da Câmara Municipal, Força Feminina, Escola de Dança da Funceb; Federação Espírita da Bahia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O projecto institucional do CRIA vem alcançando os seus objectivos promovendo o diálogo intercultural entre remanescentes das diferentes etnias formadoras do povo brasileiro, bem como a formação continuada dos dinamizadores culturais, além disso vem viabilizando processos de criação e difusão das produções e metodologia através da arte-educação, apoiando a articulação e actuação de grupos comunitários disseminadores da metodologia de arte-educação e o desenvolvimento de grupos culturais do Semi-árido da Baía. O projecto também vem desenvolvendo metodologias de acções culturais ao mesmo tempo em que proporciona a participação da juventude em redes de controlo social. Com a formação continuada da equipa, o CRIA vem aprimorando da sua proposta de artes cénicas e comunicação.

Os intercâmbios permitem que os conhecimentos produzidos se irradiem para as cidades

do interior da Baía, integrantes da Rede Ser-tão Brasil: indígenas das tribos Pataxó e Missão de Sahy, quilombolas de Tijuacú, e jovens Palhaços da Itália.

As acções do CRIA, a cada ano, chegam a cerca de 1.135 pessoas através das suas actividades formativas, incluindo os jovens dinamizadores e seus familiares além dos participantes dos intercâmbios culturais, das oficinas e rodas de leitura e dos Encontros da Rede Ser-tão Brasil e 5.661 pessoas nas actividades de difusão, acções de mobilização social e activismos.

A avaliação externa, feita por uma organização especializada, envolvendo os educadores e jovens participantes, apontam alguns contributos aos grupos-alvo e beneficiários finais do projecto, tais como: i) melhoria da capacidade de expressão oral e escrita; ii) aumento da capacidade dos jovens de buscar soluções para os problemas da vida pessoal; iii) melhoria na capacidade de organização e auto-gestão do grupo; iv) surgimento de novas lideranças; v) maior difusão da cultura popular em espaços públicos; vi) formação de novas parcerias públicas e privadas, voltadas para a arte-educação e a defesa dos direitos das crianças

e dos adolescentes; vii) maior compromisso dos jovens para com as actividades previstas no projecto; e viii) bom nível de percepção crítica dos jovens para com a conjuntura social.

A avaliação sistemática do projecto institucional do CRIA é feita através de um Sistema de Planeamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS). Este Sistema foi elaborado de forma participativa a partir das práticas de acompanhamento e avaliação dos educadores responsáveis pela formação dos jovens que integram os Grupos Artísticos, pela difusão da arte e de outras acções que integram o Projecto Institucional do CRIA. Este vem sendo aperfeiçoado ao longo dos últimos três anos, adequando às questões, formas de registo e fluxograma aos indicadores definidos no Planeamento Estratégico.

Ao longo de 18 anos de actuação, o CRIA teve o seu trabalho reconhecido com 13 premiações.

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

O CRIA ao longo dos últimos anos, vem buscando a sustentabilidade das suas acções, através de planeamentos estratégicos, organizando e definindo seu Projecto Institucional a cada três anos. Isso permite um tempo maior de planeamento, acompanhamento e execução de um conjunto de actividades para o alcance da sua missão institucional e dos seus objectivos. Essa estratégia permite, ao mesmo tempo, uma maior permanência dos educadores e demais profissionais envolvidos na proposta, bem como dos parceiros e apoiantes.

Para garantir a continuidade das actividades realizadas neste projecto, ou seja, do trabalho de arte-educação junto de crianças, adolescentes, jovens e adultos de Salvador e interior do estado da Baía, através da Rede Ser-tão Brasil, o CRIA mantém uma área de Mobilização de Recursos, que junto aos demais profissionais da instituição, identifica oportunidades de financiamento, novos parceiros, apoiadores e patrocinadores, que possam contribuir com recursos financeiros, tecnológicos e humanos.

Os desafios para as organizações da sociedade civil no Brasil, especialmente para aquelas que actuam no campo da garantia dos direitos são muitos. Até meados da década de 90, ainda havia muito investimento da cooperação internacional que via o país com muitos problemas e aportavam recursos para projectos especialmente na área da educação de crianças, adolescentes e jovens e nos processos de empoderamento da mulher. Com as mudanças conjunturais no Brasil, de crescimento económico, embora este não garanta ainda hoje uma justa distribuição de renda promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações historicamente excluídas, os investimentos da cooperação internacional foram-se tornando cada vez mais escasso, quando estas agências de cooperação se voltaram mais para os países do continente africano e mais recentemente para a própria Europa.

Outro grande desafio é a falta de uma definição clara do que é o Terceiro Sector. Um conceito um tanto ambíguo, que em geral abarca as organizações representativas da sociedade civil, como as ONG, entidades filantrópicas, institutos e fundações empresariais e familiares. Ou seja, tudo aquilo que não é tipicamente Governo ou sector pri-

vado. Assim, analisa-se todas as instituições que integram o chamado terceiro sector sem uma distinção clara entre os seus propósitos, princípios e as acções empreendidas por estas, gerando, muitas vezes uma desconfiança sobre as intenções daquelas organizações que se propõem a um trabalho sério e politizado na busca da garantia dos direitos.

A falta de um Marco Regulatório para as ONG também dificulta o acesso a Fundos Públicos, restringindo assim fontes de financiamento à cooperação internacional e empresas privadas, muitas vezes incompatíveis com ideais e métodos das ONG.

Três outros grandes desafios para as organizações da sociedade civil em geral são: a manutenção da transparência, da sustentabilidade política e da ética institucional considerando a interconecção e a velocidade de circulação de informações; a garantia de permanência destes três elementos passam pela capacidade de as pessoas compreenderem perfeitamente os seus papéis, e as suas responsabilidades nas acções empreendidas pela organização, no equilíbrio e respeito entre os membros da equipe, na garantia dos seus direitos básicos e na manutenção de um espaço educati-

vos para todos, requerendo formação e acompanhamento sistemáticos das equipas, e mobilização de recursos financeiros para a garantia dos direitos trabalhistas, o que na maioria das vezes não é compreendido como um investimento importante pelos parceiros apoiantes.

CONTACTOS

Telf. :(+71) 332 213 34/ 850 189 02

Maria Eleonora Dantas Lemos Rabêllo (Coordenadora Institucional / eleonora@criando.org.br)

Rua Engenheiro André Falcão, nº 03, Praia de Ipitanga, Lauro de Freitas.

--

Telf. 71 33221334/88002916

Carla Lopes- Coordenadora Institucional

carla@criando.org.br

Rua Mirante dos Aflitos nº 64, edf. Gabriel Soares/Centro

CIPÓ - Comunicação Interativa

BRASIL

A CIPÓ – Comunicação Interativa é uma ONG fundada em 1999 e com início de funcionamento nesse mesmo ano, sediada em Salvador, estado da Baía.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Principal: Criar oportunidades para o pleno desenvolvimento e a participação social, cultural e política de crianças, adolescentes e jovens, por meio da democratização da comunicação e da educação.

A CIPÓ, através de seus conceitos, acções, metodologias e projectos, actua na Melhoria da Educação e no Direito Humano à Comunicação, tendo as áreas da Cultura, Participação e Trabalho como eixos transversais que perpassam a idealização das acções e projectos.

Direito à comunicação – a comunicação faz parte dos direitos humanos fundamentais e deve ser garantida em seus quatro pilares: (1) acesso universal aos produtos e veículos de comunicação; (2) produção de conteúdo em diversos suportes mediáticos, permitindo o direito de voz e

expressão; (3) difusão das informações e conhecimentos gerados, e (4) reconhecimento como forma de valorização e identificação social e cultural dos grupos e indivíduos produtores de informações e conhecimentos.

Educação pela Comunicação – metodologia de ensino-aprendizagem em que o educando participa activamente da produção de peças de comunicação que, uma vez disseminadas, geram novos processos de educação e/ou de mobilização social.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

O público prioritário da CIPÓ são os adolescentes e jovens, moradores de comunidades populares, que estudam em escola pública, participam em movimentos ou interessam-se por questões sociais, têm afinidade com a área de comunicação, possuem motivação e espírito de liderança.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

A CIPÓ desenvolve actividades de formação direta de adolescente na área de educação e projectos com actores estratégicos para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

As actividades acontecem tanto na sede da Instituição, quanto em espaços de instituições parceiras, tais como escolas, associação de bairro, entre outros.

ALGUNS PROJECTOS EM CURSO

Sede da Instituição, no bairro do Rio Vermelho, cidade de Salvador, estado da Baía

1.1. Através de metodologia de *Educação pela Comunicação*, promove a formação de adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos, nas linguagens multimédia: Vídeo, Design Gráfico, Computação Gráfica, Fotografia, Impressos. A formação contempla também conteúdos transversais importantes para o desenvolvimento do adolescente: Desenvolvimento Pessoal e Social, Cultura Digital, Acção Comunitária. É um processo formativo

complementar à escola. O processo de formação resulta em produtos de comunicação que uma vez apresentados ao público geram novos processos de mobilização social e educação. Os produtos de comunicação são compartilhados com o público em exposições multimédia, festivais, mostras nacionais e internacionais, nos media em geral.

A CIPÓ também desenvolve estratégias para favorecer a inserção dos jovens no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, a participação comunitária.

1.2. Observatório de Mídia e Direitos Humanos

Outro projecto que acontece neste espaço é o Observatório de Mídia e Direitos Humanos na Baía, uma parceria entre a CIPÓ – Comunicação Interativa, o Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA) e o Coletivo Brasil de Comunicação Social – Entrevoces, tem como objectivo o fortalecimento e a articulação da sociedade civil em torno dos direitos humanos e das políticas públicas de comunicação. Para isso, o projecto investe em di-

versas frentes: (1) Fortalecimento do um Observatório de Mídia e Direitos Humanos, ampliando a capacidade deste de gerar dados e análises para subsidiar as acções dos movimentos sociais em relação à violação dos DH pelos veículos de comunicação da Baía; (2) construção colectiva de um fluxo de encaminhamento dos dados para subsidiar a sociedade civil no caminho que se deve percorrer para denunciar a violação dos Direitos Humanos nos Media e (3) mobilização da sociedade civil para incidir sobre o poder público na elaboração e implementação de políticas públicas de comunicação no estado. Este projecto é desenvolvido por uma equipa de dois jornalistas e seis estagiários.

Associação de Moradores Joanes Leste

Através da parceria com a Associação de Moradores, é desenvolvido na sede da Associação o Projecto **Agência de Comunicação do Subúrbio Ferroviário**, experiência educativa gerida por uma equipa de 1 Coordenador, 1 educador e 1 apoio pedagógico/administrativo fixo, e 4 educadores pontuais.

Este Projecto tem como objectivo contribuir para garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens por meio do uso educativo e democrático da comunicação e da participação juvenil. O Projecto forma jovens para actuar como Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento de suas comunidades, utilizando as linguagens de vídeo, fotografia, comunicação impressa, blog, rádio.

A CIPÓ utiliza a comunicação para mobilizar e/ou formar actores sociais estratégicos, a fim de que promovam eles próprios a Comunicação para o Desenvolvimento de suas comunidades e criem condições para a garantia direitos, o desenvolvimento e a participação de crianças, adolescentes e jovens:

- Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

- Conselhos Tutelares – Criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069/1990, os Conselhos Tutelares são órgãos municipais autónomos e permanentes, independentes do Poder Judiciário, que têm a função de garantir o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esses órgãos integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança

e do Adolescente junto com outras instâncias do poder público e da sociedade civil, tais como a Justiça da Infância e Juventude, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Segurança Pública e os Centros de Defesa.

- Comunicadores
- Multiplicadores Comunitários
- Poder Público (executivo, legislativo, judiciário, Ministério Público)
- Profissionais de Educação (espaços formais e não formais) –
- Empresários
- Representantes de organizações da sociedade civil (ONG, fóruns, igrejas, associações, sindicatos, grupos de jovens)
- Agentes culturais
- Professores e estudantes universitários

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

A CIPÓ é administrada por um Comité Gestor, formado pelos coordenadores dos quatro núcleos estruturantes das acções da instituição: O Núcleo de Desenvolvimento Institucional, O Núcleo de

Disseminação, O Núcleo de Formação e o Núcleo de Incidência Política.

Vinculados aos Núcleos estão os Projectos, geridos pelos coordenadores. Cada Projecto conta com uma equipa multidisciplinar dimensionada a partir das metas, processos, prazos e recursos disponíveis.

Os Planeamentos Estratégicos, os planos de acção anuais são realizados de forma participativa, liderado pelo Comité Gestor com a participação dos coordenadores e equipas fixas dos projectos. Estes Planeamentos são validados e acompanhados pelos Conselhos Directivo e Fiscal.

A Assembleia Geral é a instância máxima da instituição. Os associados que a integram são responsáveis por eleger os membros do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal, traçar as directrizes, os planos e os relatórios programáticos e financeiros.

Comité Gestor

- Ana Fernanda Souza: Jornalista (UFBA) e Mestre em Estudos Multidisciplinares da Cul-

tura (PosCultura/UFBA). Trabalhou em jornais impressos, em assessorias de comunicação, no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA-BA) e no Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRIA). Coordena o Núcleo de Disseminação.

- Isabel Gouvea: Fotógrafa (ECA/USP) e Mestre em Artes Visuais (UFBA) realiza há 30 anos exposições fotográficas colectivas e individuais e actua há 12 anos em projectos de educação, arte e comunicação.

- Luciano Simões: Administrador (UFBA) e Mestre em Comunicação (UNISINOS). Actua há 17 anos como gestor de projectos socioculturais e de organizações não governamentais.

- Melina Silveira: Administradora (UNIFACS) com especialização em Gestão de Projectos Sociais (ESAMC), actua há 12 anos na gestão de organizações não governamentais.

- Nilton Lopes: jornalista (UFBA) e especialista em Artes Visuais: Cultura e Criação (SENAC) e em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais (UFMG). Atua como educador na CIPÓ – Comunicação Interativa, desde 2007, e atualmente é o coordenador do Núcleo de Incidência Política da Instituição.

EQUIPA(S)

I. Coordenadores, Educadores e apoios dos Projectos de Educação e Comunicação

- Coordenadores de Projecto – 3
- Coordenadora Pedagógica – 1
- Coordenador de Produção - 2
- Educomunicadores – 13
- Profissionais de Comunicação – 3
- Apoio a Gestão Pedagógica – 2

II. Profissionais de Gestão

- Auxiliar Administrativo- Financeiro – 3
- Assessor de Comunicação - 1

III. Outro pessoal auxiliar

- Vigilantes - 2
- Auxiliares de Limpeza - 2

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

A CIPÓ gere anualmente um orçamento na ordem de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), equivalente a cerca de 1.000.000 €,

para o seu funcionamento e implementação das suas actividades.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Para o seu funcionamento e desenvolvimento das suas actividades, a CIPÓ faz parcerias com fundações empresariais, poder público e agências internacionais. De notar que cerca de 60% do orçamento é proveniente de fontes empresariais.

FONTES	%
Governo	0,6
ONG, Fundações e Institutos empresariais	10,4
Fundações e Organismos de Cooperação Internacional	9,2
Fundos e Leis de Incentivo	12,5
Empresas	58,9
Prestação de Serviços	8,2
Doação de Pessoa Física	0,2

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

a) Apoio Financeiro

Fundações e Instituições Empresariais

- Oi Futuro
- COFIC – Comité de Fomento Industrial de Camaçari

Organizações Internacionais

- Ford Foundation
- UNICEF

Poder Público

- SETRE – Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Estado da Bahia
- SECULT – Secretaria de Cultura do estado da Baía – Fundo de Cultura
- FECRIANÇA – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Ministério da Cultura – Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura)

Empresas

- AMBEV e Grupo EVA

b) Apoio Técnico

- Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia
- CCDC – Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania
- Creche Monsenhor Luigi Giussani
- Olivieri Associados
- SECULT – Secretaria de Cultura do estado da Baía

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Melhoria da Educação - a CIPÓ articula parcerias com secretarias de educação; mobiliza organizações sociais e incide junto ao poder público; capacita professores e alunos que possam multiplicar e trabalhar os conteúdos curriculares a partir de produção de peças de comunicação escolares e comunitárias.

Contribui para o Direito Humano à Comunicação e à Cultura: a instituição apoia a implantação e fortalecimento de centros comunitários de multimédia; capacita comunicadores locais em

comunicação comunitária e técnicas de jornalismo; forma jovens para actuarem como produtores de media, educadores ou mobilizadores sociais, luta para a criação de políticas públicas de democratização da comunicação, através de articulação com o poder público, conselhos de direito e redes.

No campo da Cultura, utiliza as linguagens de comunicação e desenvolve práticas educativas, voltadas para o registo, a visibilidade e a disseminação de conteúdos e estéticas que:

- fortaleçam a diversidade cultural;
- aproximem as políticas de educação e de cultura;
- valorizem o património cultural imaterial e material de grupos sociais historicamente desfavorecidos;
- estimulem a acção cultural de comunidades populares e dos movimentos sociais;
- garantam o acesso à bens culturais;
- favoreçam que os jovens se reconheçam como sujeitos culturais;

No campo da Participação Política

- capacita adolescentes e jovens para acções de monitoramento e *advocacy* (busca de apoio para

os direitos de uma pessoa ou causa);
- actua em fóruns, redes, conselhos e influencia atores estratégicos no âmbito político, empresarial e social;
- estudo e elabora propostas de leis, políticas e programas;
- estimula às organizações sociais a incorporarem a participação de crianças e jovens em seus processos decisórios.

No campo do Mundo do Trabalho

- mobiliza empresas para inserção de jovens no mundo do trabalho;
- capacita para o Mundo do Trabalho os adolescentes que participam dos projectos da CIPÓ, com ênfase no empreendedorismo e na economia criativa.

PRINCIPAIS RESULTADOS / 2011 – CIPÓ EM NÚMEROS

A) Formação

Adolescentes e Jovens

- 223 adolescentes e jovens formados pelos Projectos da CIPÓ

- 2.200 adolescentes e jovens mobilizados por palestras, oficinas pontuais e 500 mobilizados indiretamente

Educadores

- 20 professores formados pelo Projecto Escola Interactiva
- 160 professores sensibilizados pelo Projecto Escola Interactiva
- 70 professores na palestra “Criança Saudável, Criança Feliz”

Actores sociais

- 32 actores sociais de 18 municípios do Semiárido capacitados em Comunicação para a Garantia de Direitos e Combate ao Trabalho Infantil
- 27 actores sensibilizados sobre uso indevido de álcool

Oficinas / Eventos

- 24 oficinas de formação com jovens
- 11 oficinas de sensibilização de educadores, actores sociais e comunicadores
- 2 oficinas de formação com actores sociais
- 2 Seminários (Seminário de Arte e Tecnologia Oi Kabum Salvador e Seminário Observatório de

Mídia e Direitos Humanos)

- 1 Mostra de Cinema (6ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos da América do Sul)
- 1 Festival de Cinema (14º Festival Nacional de 5 Minutos)

Comunicadores

- 17 comunicadores de 18 municípios do Semiárido capacitados em Comunicação para o Combate ao Trabalho Infantil

B) Acção Política ou Mobilização

Comunidades

- 11 organizações e lideranças locais mobilizadas

Actores sociais

- 14 parcerias estabelecidas
- Mobilização de outras 12 organizações, através do projecto Caminhos e Trilhas
- Actuação em conjunto no Conselho Nacional de Juventude com 11 organizações das Entidades de Apoio
- 297 professores de escolas públicas sensibilizados para o uso da educomunicação

Comunicadores

- 334 comunicadores mobilizados através do envio de produtos de comunicação

Escolas

- 41 escolas públicas mobilizadas para o uso da educomunicação
- 3 escolas públicas mobilizadas para a disseminação de acções e peças de comunicação para o Desenvolvimento

Conselhos, fóruns e articulações

- 1 rede / articulação acompanhada: (Projecto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento – Lauro de Freitas)
- 2 conselhos de direitos acompanhados (Conjuve / Cejuve)
- 06 redes e articulações acompanhadas (Rede ANDI / Rede Sou / Frente Baiana pelo Direito à Comunicação / GT criação do Conselho Estadual de Comunicação / Pacto do Semiárido / Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores/ Grupo Gestor Intermunicipal Lauro de Freitas)
- 02 Fóruns acompanhados (Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil – FETIPA, e o Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio);
- Articulação de 15 organizações da sociedade

civil em torno das acções para fortalecer a participação da sociedade civil no Conselho Estadual de Juventude

Universidades

- 1 universidade de comunicação mobilizada (FACOM/ UFBA)

Acção Política

- 3 reuniões para construção e acompanhamento do Plano de Comunicação para o Combate ao Trabalho Infantil no Estado da Bahia
- Co-realização com a Frente Baiana pelo Direito à Comunicação do Seminário Marco Regulatório e Políticas Locais de Comunicação
- Coordenação do grupo de trabalho Políticas de Comunicação para a Juventude na II Conferência Nacional de Juventude

Veículos de Comunicação

- 5 jornais impressos monitorados (A Tarde, Correio, Tribuna, Massa e Sertão Acontece)
- 2 programas televisivos monitorados (Se Liga Bocão; Na Mira)

C) Inserção

Empresas

- 27 jovens contratados por empresas Adolescentes e Jovens
- 149 jovens inseridos e acompanhados no mundo do trabalho
- 4 jovens educadores inseridos na equipa da CIPÓ
- 13 jovens aprovados no vestibular

D) Produção

Eventos

- 2 Evento de lançamento de peças de comunicação
- 26 Cine Clubes realizados, 2 oficinas sobre uso indevido de álcool
- 7 Mostras / exposições promovidos

Veículos de comunicação

- 11 meios de comunicação veiculando produtos de jovens

Produtos

- Pesquisa A Construção da Violência na Tele-

visão da Baía

- Livro 10 Anos da Rede ANDI Brasil em 20 anos do ECA
- Análise de media (In)visibilidade do Trabalho Infantil na Mídia da Bahia
- Guia Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil – Guia para actores sociais e comunicadores
- CD com 3 spots sobre Eliminação do Trabalho Infantil
- Cartilha “Vamos devolver a infância a nossas crianças!”
- 1 Novo Guia de Educação pela Comunicação nas Escolas, produzido no contexto do Projecto Escola Interactiva: Sistematizar e Disseminar em Parceria
- 3 produtos de comunicação elaborados e/ou enviados para os media (Revista Viração)
- 36 produtos de comunicação elaborados durante actividades de formação dos Agentes de Comunicação
- 20 blogs e 5 sites produzidos
- 1 instalação gráfica apresentada na primeira mostra do Pelourinho Digital
- 25 produtos de comunicação elaborados em processo formativo na Oi kabum!

Inserções nos media

- 20 inserções nos media (TV, Jornal Impresso, Rádio e Internet)
- Centros comunitários de multimédia
- 1 Agência de Comunicação a funcionar

E) Núcleo de Disseminação

Disseminação

- 1 Novo Guia de Educação pela Comunicação nas Escolas, produzido no contexto do Projecto Escola Interactiva: Sistematizar e Disseminar em Parceria

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

Desafios da instituição para os próximos anos:

1) Conquistar resultados sustentáveis e em escala, através da:

- a) *Disseminação as Metodologias* criadas, testadas e sistematizadas, proporcionando um am-

plado e gratuito acesso a professores, a educadores sociais e a pesquisadores do Brasil;

b) *Ampliação das acções de incidência nas políticas públicas de educação*, utilizando nossa metodologia de Educação pela Comunicação para contribuir com:

- a ampliação da participação de comunidade escolar na proposição, acompanhamento e controle das políticas e programas de educação (interacção entre sociedade civil e o Estado);

- a formulação e concretização de políticas que proporcionem o uso contextualizado, criativo, crítico e democrático da comunicação na educação;

c) *Empoderamento de Actores Estratégicos de cada Território de actuação da CIPÓ*

No planeamento estratégico da CIPÓ, elaboramos como horizonte para os próximos cinco anos trabalhar com três territórios estratégicos da cidade de Salvador, Baía: o Subúrbio Ferroviário e o Centro Antigo.

A CIPÓ já desenvolve projectos nestes três espaços. O diferencial que buscamos a partir do próximo ano (2013) é integrar em cada um desses espaços as três dimensões de actuação da CIPÓ (a formação directa em Educação pela Comuni-

cação, a Incidência Política e a Disseminação) em acções continuadas, monitoradas e sistematizadas. O resultado esperado é o fortalecimento de actores estratégicos do território, que passam a actuar através de uma articulação local e em rede.

A ideia é que, uma vez conquistado resultados demonstráveis em cada um desses territórios, possamos compartilhar o processo de maneira que sirva de referência para outros espaços.

2) Formação continuada da equipa de Gestão Institucional da CIPÓ, através de um Programa permanente de formação da equipa, da aquisição do sistema que aperfeiçoe os nossos controlos administrativos-financeiros, de consultorias em gestão e planeamento;

3) Ampliar a comunicação e a transparência com os diversos públicos de relacionamento, através da realização de uma auditoria externa anual, da publicação online de um Relatório Institucional com dados financeiros e análises de resultado, da comunicação de causa.

4) Gerar recursos próprios, através da implantação do Estúdio CIPÓ de Multimeios

O Estúdio CIPÓ de Multimeios será um grupo formado por profissionais de comunicação e jovens egressos do Programa da CIPÓ, voltado para prestar serviços de consultoria em comunicação e produção de peças de comunicação para o mercado. A perspectiva é gerar recursos que possam ser reaplicados na gestão institucional, ao mesmo tempo que proporciona ao jovem o ingresso numa formação avançada.

CONTACTOS

Luciano Simões -luciano@cipo.org.br
/ Telf.: 55.71.3503.4477 / 9936.4371
Melina Silveira – melina@cipo.org.br
Tel: 55.71.3503.4477

CONSELHO MUNICIPAL DOS Direitos das Crianças e Adolescentes

BRASIL

O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) é um órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. É deliberador, formulador e controlador das políticas públicas voltadas para atendimento à criança e ao adolescente, criada pela Lei n.º 4.231 de 29/11 de 1990. Além de formulador das Políticas Públicas, é também atribuição do CMDCA manter o registo das entidades que actuam com crianças e adolescentes, bem como de seus programas e projectos, zelando para que esta acção seja realizada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dispõe do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Funciona através das Assembleias regulares, abertas à participação pública ou através das Câmaras Técnicas que são Grupos de Trabalho que analisam os temas para posterior deliberação da plenária.

Referência aos anos 2011 e 2012:

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA?

Desenvolvida pela Fundação Cidade Mãe - órgão municipal, que executa uma política supletiva de atendimento a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social em duas linhas de actuação: Protecção Básica realizando actividades socioeducativas com crianças e adolescentes e de Protecção Especial de Alta Complexidade (Unidades de Acolhimento Institucional) e Média Complexidade (Central de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto).

- Fundação da Criança e do Adolescente/ Política Estadual (FUNDAC) – Alta Complexidade (abrigo para situações de Transtorno Mental, Média Complexidade Ato Infracional com Privação de Liberdade).

- Políticas de Protecção Básica na área de Saúde.
- Políticas de Protecção Básica na área de Educação.

Além desses órgãos, as 415 organizações não governamentais (ONG) regularmente registadas no CMDCA executam programas de protecção e socioeducativos destinados a crianças e adoles-

centes em regime de: orientação e apoio socio-familiar, apoio socioeducativo em meio aberto e unidade de acolhimento institucional.

QUAIS AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS EM RISCO?

As que existem não são consideradas eficazes, efectivas e eficientes – da parte das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, entre outras. Não actuam na intersectorialidade.

APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

Apoia nas seguintes modalidades:

- Com aprovação de projectos direccionados na protecção de crianças e adolescentes a serem financiados com o recurso do Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Estes são resultados da dedução de imposto de renda

pessoa física e jurídica. Além disso, o município tem que aportar recursos da fonte do tesouro para esta finalidade.

- Com promoção de oficinas para elaboração de projectos e prestação de contas;
- Realizando encontros com diversos segmentos da Sociedade, objectivando sensibilizá-los para acções voltadas para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, em situação de risco social;
- Câmaras Técnicas de Políticas Públicas, Orçamento, Registo de Entidades, Legislação e Infraestrutura acompanhando, assessorando e discutindo acções as Instituições/Órgãos que actuam na área da criança e do adolescente.

INDICAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS PRÓXIMAS FUTURAS

O município de Salvador não tem Diagnóstico da situação da Criança e Adolescente da cidade de Salvador. Conseguiram-se recursos, através de parceria, mas há 2 anos o projecto não foi realizado por motivos burocráticos. Aguarda-se a sua

execução até o próximo ano.

Desenvolver a educação permanente para Conselheiros de Direitos e Conselheiros Tutelares e demais órgãos do Sistema de Garantias de Direitos (SGD). Mobilização Social para dar maior visibilidade aos actores do SGD.

PORTUGAL



Chapitô

Portugal

Com sede na Costa do Castelo em Lisboa, o Chapitô iniciou o seu funcionamento em 1989, com suporte jurídico numa Associação (a CCRSC – Colectividade Cultural e Recreativa Santa Catarina) fundada em 1981, sendo uma organização pluridisciplinar onde se desenvolvem continuamente actividades em três áreas distintas em permanente articulação: Acção Social, Formação e Cultura. É um projecto aberto a todo o tipo de públicos e população, mas que tem uma predominância de públicos, pessoas e destinatários jovens.

O Chapitô é, e sempre foi, um projecto e, simultaneamente, uma Instituição e uma ONG (pertencente à Plataforma Portuguesa de ONGD), mantendo persistentemente uma relação dinâmica com a sociedade e os meios socioculturais onde se insere, guiando-se por princípios de solidariedade e de desenvolvimento social, onde as artes desempenham um papel central e gerador na valorização pessoal, na educação integrada, na sociabilização e na construção das trajetórias de vida.

Inserido em múltiplas redes nacionais e internacionais ligadas às artes e à inclusão social, o Chapitô focaliza-se especialmente no campo

da acção sócio-educativa (integração social de jovens através das artes circenses e performativas) e da formação cívica e artística. Através da sua contínua e intensiva experiência ao longo do tempo, o que inclui a manutenção de uma Escola Profissional integrada no sistema educativo nacional, o Chapitô foi gradualmente adquirindo as suas singulares capacidades e competências para este tipo intervenção propiciadora de inclusões jovens: o potenciar das capacidades e recursos de jovens em dificuldades sociais ou de socialização. É este o desafio que aqui se destaca e que sempre animou a já longa experiência do projecto Chapitô, agora com mais de 30 anos de história, e com as consequentes responsabilidades de se ter constituído como referente.

O Chapitô incorpora também os valores e princípios característicos das organizações que se inscrevem no chamado sector da Economia Social, ao empenhar-se no seu auto-financiamento e na criação de actividades geradoras de rendimentos e de satisfação profissional para os seus destinatários, não podendo dispensar a sua própria complexa gestão. Para tal contribuem as receitas geradas pelas Animações, Organização de Eventos, espectáculos públicos e programações

culturais, *workshops* formativos, itinerâncias de espetáculos e eventos, ao que acrescem os rendimentos provenientes da vertente “espaço público e turístico” (esplanada, restaurante, Bartô, etc.). A existência dessas receitas também se traduz em múltiplas oportunidades de exercício profissional e de carreira.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Conforme o Artº 4.º dos Estatutos:

- Promover intervenções contínuas e projectos para a integração social, sociocultural e comunitária de crianças e jovens em situações de vulnerabilidade ou exclusão social, nomeadamente em regime de tutela estatal, em consonância com as autoridades e entidades oficiais;

- Promover a educação e a formação profissional através das artes e ofícios do espectáculo, quer na perspectiva das aprendizagens ao longo da vida, quer por via da formação profissional mencionada no decreto Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro, nomeadamente através da Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo;

- Promover as artes e expressões circenses no sentido da dignificação e desenvolvimento deste sector da cultura e das artes, incluindo a pesquisa científica e a difusão pública;

- Promover, produzir, organizar, desenvolver e criar iniciativas e projectos nas áreas do espectáculo, da animação e dos eventos, podendo criar companhias profissionais ou pólos de iniciativa no âmbito destas áreas;

- Manter e desenvolver equipamentos de utilidade pública que integrem as artes e ofícios do espectáculo, as artes circenses, o convívio de restauração, a animação cultural, a promoção da cidadania e da solidariedade e o acolhimento e difusão de espectáculos e programas;

- Promover a Igualdade e a Não Discriminação e desenvolver os princípios inerentes à economia social e solidária, de acordo com os valores éticos e cívicos do Chapitô-CCRSC e na procura permanente da inovação social.

- Promover o intercâmbio de jovens e artistas no território nacional e no estrangeiro.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

Na área da Acção Social do Projecto / Instituição:

- Jovens tutelados (pela Justiça) – em conflito com a lei

- Jovens ex-tutelados sem suporte de confiança

- Crianças e jovens provenientes de famílias carenciadas

- Jovens com comportamentos prejudiciais e/ou com dificuldades de integração

Nota: nas áreas de Formação e Cultural os destinatários são de carácter universal: Jovens vocacionados para as artes circenses, artes do espectáculo e ofícios do espectáculo, artistas, mediadores, pessoas que procuram formação artística e públicos (de fruição e de convivencialidade). Uma das apostas do projecto é o cruzamento contínuo dos destinatários da área social com os destinatários universais.

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

No que diz respeito a este projecto, interessa destacar essencialmente os pólos operativos do Chapatô na área Social.

Desde a fundação do Chapatô, um “eixo fundador” e objectivo primordial do Projecto tem sido o de promover e assegurar processos de inclusão social junto de crianças e, principalmente, de adolescentes e jovens que se encontram em situações de risco, vulnerabilidade e/ou impasse de trajectória, abrindo horizontes e metas de formação, inserção profissional e desenvolvendo uma cidadania consciente e participação cívica solidária. Ao longo dos anos (acima de 30), a acção social tem-se consolidado e alargado progressivamente.

Relativamente a espaços, o Chapatô dispõe da sua sede na Costa do Castelo, que é ramificada em instalações e multiusos.

A Área Social tem 3 “terrenos” de acção: as valências que funcionam na sede (atendimentos, acompanhamentos, acolhimentos), a equipa que intervém nos 2 Centros Educativos e as múltiplas intervenções no “exterior”, ou seja, nas comunidades e junto de entidades.

Pólos a Funcionar no Exterior

Actualmente, o projecto Animação em Acção (o mais antigo da instituição) decorre em dois Centros Educativos da Direcção-Geral de Reinserção Social do Ministério da Justiça, ambos em Lisboa, e intervém com jovens dos 12 aos 21 anos.

Nos casos de particular emergência ou pertinência, este projecto prolonga-se na sede do Chapatô com a Comunidade de Inserção: Alojamento – “Casa do Castelo” (Lar de Transição) e pólo de Atendimento / Acompanhamento (Apoio Psicossocial), ambos destinados a jovens.

Centro Educativo da Bela Vista (Ministério da Justiça)

Uma equipa do Chapatô assegura o funcionamento de ateliers do Projecto “Animação em Acção” nos dias úteis da semana, das 20h às 22h e ao Sábado, com um total de 35 horas semanais, em média. Os destinatários são 40 jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos.

ATELIERS
Atelier de Artes Circenses
Atelier do Jornal “Os Pensadores”
Atelier de Capoeira
Atelier “Casa das Histórias”
Atelier de Rap
Atelier de Dança Circo
Atelier de Artes Plásticas
Atelier de Música

No início de cada trimestre é apresentado aos jovens um leque de opções de actividades que podem, de forma voluntária, integrar nos serões dos dias úteis e aos sábados.

Durante todo o ano lectivo, o Chapatô disponibiliza, em cada dia útil, pelo menos dois ateliers de expressão artística. Aos sábados, estão sempre presentes quatro ateliers, de forma a poder oferecer várias actividades diferentes que sejam do agrado dos jovens.

Durante as férias lectivas e feriados, os horários dos ateliers são alterados. Tendo em conta as necessidades do Centro Educativo, decorrentes das interrupções de formação escolar e profissional, a equipa do Chapatô deixa de intervir duran-

te os serões, dinamizando actividades durante as tardes.

Nestes períodos, a planificação de actividades proposta aos jovens é alterada, optando-se por actividades alternativas às realizadas durante as épocas lectivas.

Centro Educativo Navarro de Paiva

A equipa do Chapatô assegura o funcionamento do Projecto no Centro Educativo Navarro de Paiva, com uma carga horária de cerca de 50 horas semanais, distribuídas entre a Unidade Masculina e Unidade Feminina. Os destinatários são 46 jovens (18 raparigas com 2 bebés e 28 rapazes) com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos.

Durante os dias úteis da semana, as actividades decorrem das 20h às 21h30; ao domingo as actividades são dinamizadas da parte da manhã, das 10h30 às 13h.

A inscrição dos rapazes e raparigas nas actividades é voluntária, dentro do leque de opções que lhes é apresentado trimestralmente.

Todas as tardes de sábado mantém-se a totali-

dade dos rapazes inseridos em actividades – cinco ateliers em funcionamento, das 14h30 às 18h e deste modo, o Chapatô assegura actividades para cerca de 30 jovens, que se inscrevem semanalmente.

ATELIERS
Atelier de Artes Circenses
Atelier de Capoeira
Atelier "Casa das Histórias"
Atelier "Histórias da Lua"
Atelier de Escultura em Barro
Atelier de Break Dance
Atelier de Rap
Atelier de Artes Plásticas

Durante as férias lectivas e feriados, as actividades do Projecto do Chapatô continuam a decorrer, embora durante o período da manhã. Os jovens podem realizar, com os animadores, diferentes actividades dificilmente realizáveis durante o ano lectivo. A mudança de horário e a dinamização de actividades alternativas contribui para que os jovens aprendam a diferenciar as diversas fases do ano, estruturando os ciclos de

tempo através da mudança de actividades.

Para além das rotinas dos 2 Centros, as equipas do Chapatô dinamizam o designado Projecto Mala, que assume um papel nuclear em todo o projecto "Animação em Acção". De sublinhar que o Projecto foi escolhido pelo Estado português para representar Portugal, no ano de 2011, no Concurso Europeu de Prevenção da Criminalidade.

Trata-se de um projecto que visa contribuir para o processo de melhoria da auto-estima dos jovens, bem como de uma apropriação e vivência diferentes do espaço público, ao apresentarem, em diversos contextos sócio-culturais, conhecimentos, habilidades e competências adquiridos durante a sua permanência no Centro Educativo. São momentos privilegiados de formação informal em contexto de animação. Contando com o apoio de todos os animadores (em reportagens fotográficas ou planeamento de actividades), de entre as animações feitas por protagonistas do 'Projecto Mala', ressaltam-se as seguintes (2011): Externato João XXIII, Sana Metropolitan Hotel, "International Marcial Arts Awards", Quinta Pedagógica dos Olivais, Enc. Internacional Capoeira (Monsanto), Associação Raízes (Bairro da

Ameixoeira), Centro Ecuménico de Mafra, Encontro Bolsa Voluntariado Lisboa, *Workshop* Capoeira Escola Secundária Gil Vicente.

Durante o ano, as equipas do Chapatô também proporcionam saídas lúdicas, culturais e pedagógicas, por exemplo (2011): Chapatô (em diversas modalidades), idas a espectáculos, visita à Caravela Vera Cruz, Estádio Nacional do Jamor - Federação Portuguesa de Golfe, EPAOE / Chapatô – Mostra dos Alunos do 1.º ano, Exercício-espectáculo dos Alunos do 2.º ano e Provas de Aptidão Profissional dos Alunos do 3.º ano, idas à Praia, visitas a Museus.

As equipas também dão especial atenção aos rituais festivos: Natal, Carnaval, Páscoa, Dia da Criança no Centro Educativo Navarro de Paiva, Aniversário do Centro Educativo da Bela Vista, encerramentos de anos letivos, entre outras, em que se proporciona um ambiente de animação e de notória informalidade tanto na preparação como na realização das festas e comemorações, provocando a entreajuda e o trabalho conjunto dos ateliers, sempre com o intuito de intervir de forma positiva, alegre e construtiva.

Pólos a Funcionar na Sede

Na sede do Chapatô (Costa do Castelo em Lisboa) funcionam os serviços administrativos do Sector Social e as restantes valências: uma Residência de acolhimento de jovens, o atendimento e acompanhamento, o ATL e o CAAPI. A Escola Profissional, os Cursos Fim de Tarde e a Produção, embora sejam unidades de outros sectores (Formação e Cultura), encontram-se em contínuas conexões com o Sector Social.

Alojamento / Casa do Castelo

Caracterização da População Alvo Abrangida: jovens, maiores de 18 anos, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e sem residência. A Casa tem uma média de 4 a 6 residentes e uma rotina auto-regulada e acompanhada. Aí se desenvolve a vida quotidiana dos jovens residentes, centrados na resolução das suas vidas presentes (muito marcadas pelo estabelecimento das condições para a sua plena inserção e para a sua progressão) e se configuram os projectos de vida após os períodos transitórios na Casa. É atribuída

uma especial importância às regras e também ao ambiente sócio-afectivo e sociabilidades.

Atendimento / Acompanhamento

Caracterização da População Alvo Abrangida: jovens, dos 18 aos 25, em situação de risco e emergência social, provenientes dos Centros Educativos da Direção Geral de Reinserção Social, da Escola Profissional que o Chapatô promove e de outras situações provenientes de projectos específicos do Chapatô (de extensão), da Comunidade e /ou encaminhadas por entidades parceiras que concertem e para as quais seja pertinente a intervenção da equipa de Acção Social do Chapatô. Acompanhamento no processo inclusão social de 27 jovens (em média mensal).

Ainda, no espaço do Chapatô, o ATL Jovem – Porta Aberta torna acessíveis as instalações e recursos, humanos, culturais e pedagógicos, a crianças e jovens dos 6 aos 25 anos e o Centro de Acolhimento e Apoio para a Infância (CAA-PI) “João dos Santos” acolhe crianças até aos 15 anos.

O CAAPI, frequentado por uma média de 15

crianças de proveniências muito diversas, desde famílias carenciadas das vizinhanças (bairros históricos), aos colaboradores e frequentadores do Chapitô, constituindo uma resposta atípica (nem creche, nem pré-escolar) com práticas poli-pedagógicas e com elasticidade nos regimes em que as crianças frequentam.

O Chapitô desenvolve sistematicamente sinergias entre estes pólos acima indicados e a sua principal unidade organizacional que é a Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo (EPAOE), integrada na rede nacional de Escolas Profissionais no nível 3, ou seja, com 2 cursos de 3 anos com equivalência ao 12.º ano, que é frequentada por uma média de 100 / 120 alunos/as, universo onde se integram alguns dos destinatários referidos nos anteriores pólos, casos que já se traduzem em trajetórias de inclusão. Cerca de um terço dos alunos/as da Escola Profissional constituem um dos grupos-alvo da acção da Área Social, pela natureza das trajetórias atribuídas de uma parcela deste tipo de alunos/as. Ainda na área da Formação, os Cursos de Fim de Tarde (uma espécie de academia livre) constituem um recurso usado recorrentemente pelos diversos pólos. A Produção proporciona experiências

pré-profissionais aos destinatários dos programas sociais.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

Elementos dos Corpos Gerentes do Chapitô / CCRSC:

Direcção

- Presidente - Maria Teresa Madeira Ricou (fundadora e mentora do projecto)
- Vice-Presidente - José Carlos Garcia dos Santos
- Secretário - Manuela Filipa da Cruz Tavares
- Tesoureiro - Ana Maria Bello Pereira Coutinho
- Vogal - Albertine Frognier Santos

Conselho Fiscal

- Presidente - Bento Manuel Grossinho Dias
- 1.º Vogal - Helena Quintanilla Gelpi
- 2.º Vogal - Ana Rita Lucas Quintela

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente - Orlando Alves Garcia
- 1.º Secretário - Maria Noémia Fernandes

- 2.º Secretário - Helena Lapas Evans

Os diversos sectores da organização têm os seus dirigentes específicos, indicando-se aqui os (5) da Área Social: Teresa Ricou (Presidente da Instituição e supervisora desta Área), Albertine Santos (Pedagoga e responsável pela retaguarda pedagógica), Américo Peças e Filipa Baptista (coordenadores da equipa dos Centros Educativos) e Luísa Martins (Psicóloga e responsável pelas outras equipas da Área Social).

EQUIPA(S)

Equipas dos Centros Educativos (da responsabilidade da Direcção Geral da Reinserção Social):

- Directora do Projecto: Teresa Ricou
- Retaguarda Pedagógica: Albertine Santos (Pedagoga)
- Coordenador no C.E. da Bela Vista: Américo Peças (Ciências da Educação)
- Coordenadora no C.E. Navarro de Paiva: Filipa Baptista (Política Social)

Animadores sócio-culturais responsáveis pelos ateliers a funcionarem no Centro Educativo da Bela Vista:

ANIMADOR	ATELIER
José Ramos	Atelier de Artes Circenses
Rita Quintela	Atelier do Jornal “Os Pensadores”
Ermis Quaresma	Atelier de Capoeira
Mário Correia	Atelier de Capoeira
António Fontinha	Atelier “Casa das Histórias”
Rui Constante	Atelier de Rap
Sâmara Botelho	Atelier de Dança Circo
Ana Lage	Atelier de Artes Plásticas
Ricardo Crespo	Atelier de Música

Animadores sócio-culturais responsáveis pelos ateliers a funcionarem no Centro Educativo Navarro de Paiva:

ANIMADOR	ATELIER
David Leitão	Atelier de Artes Circenses
Luza Manuel	Atelier de Capoeira
Ermis Quaresma	Atelier de Capoeira
Mário Correia	Atelier de Capoeira
António Fontinha	Atelier “Casa das Histórias”
Cláudia Fonseca	Atelier “Histórias ao Serão”
Nuno Oliveira	Atelier de Escultura em Barro
Ivan Silva	Atelier de Break Dance
Rui Constante	Atelier de Rap
Ana Lage	Atelier de Artes Plásticas
Ricardo Rodrigues	Atelier de Artes Plásticas

- Coordenadora Técnica: Luísa Martins (Psicóloga)
- 1 Psicólogo
- 1 Educador Social Responsável (residente)
- 2 Educadores Sociais dos fins-de-semana
- Estagiários
- Apoio de 1 Advogada
- Professores e Animadores Sociais especializados
- 1 Auxiliar de Limpeza

Equipa do CAAPI / Centro de Acolhimento e Apoio para a Infância e do ATL “Porta Aberta”:

- Coordenadora Técnica: Luísa Martins (Psicóloga)
- Coordenadora Pedagógica: Albertine Santos (Pedagoga)
- 3 Educadoras
- Animadores rotativos (6)
- 1 Auxiliar de Limpeza

Equipa do Programa “Comunidade de Inserção nas modalidades de Atendimento, Acompanhamento e Alojamento”:

- Supervisão: Teresa Ricou

Nesta Área Social, para além da equipa dos Centros com cerca de 20 elementos, a organização dispõe de um conjunto de 25 elementos fixos / regulares a que se acrescentam os rotativos e

ocasionais. Não estão considerados os elementos de logística que são assegurados pelos serviços centrais da organização.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

No ano de 2011, o Chapitô dispendeu na sua Área Social (que abarca as problemáticas em foco neste estudo) um montante na ordem de 400.000€ (num orçamento global da organização na ordem de 1.000.000€).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Na Área Social a principal fonte de financiamento teve como base o Protocolo com a Segurança Social (ISS), que assegurou 240.000€ da despesa do ano de 2011.

O outro Protocolo relevante nesta área é aquele que está estabelecido com o Ministério da Justiça, que se traduz numa contrapartida entre os serviços que o Chapitô presta regularmente (ao

longo dos últimos 30 anos) aos Centros Educativos e a cedência das instalações, onde o Chapitô tem a sua sede.

O diferencial (160.000€) entre o financiamento directo obtido (240.000€) e o total das despesas (400.000€) é resolvido por via de autofinanciamento (gerado nos pólos de economia social do Projecto – Animações, Programação, Produção de Eventos, Restauração) e de candidaturas que permitem complementaridades e extensões.

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Ministério da Justiça (Protocolo)
- Direcção Geral da Reinserção Social
- Instituto da Segurança Social (Protocolo)
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Protocolo)
- CPCJ – Comissões de Protecção de Crianças e Jovens
- Estabelecimentos Prisionais
- Câmara Municipal de Lisboa (Protocolo)
- Outras Autarquias – Câmaras Municipais e Jun-

tas de Freguesia

- 4 Centros de Saúde
- IPJ / Instituto Português da Juventude (Protocolo até 2011)
- IIEFP / Instituto do Emprego e Formação Profissional (estágios)
- Ministério da Defesa Nacional - Marinha – relação institucional que beneficia os alunos da EPA-OE e os jovens apoiados pela Área Social, seja pela cedência de instalações no Alfeite para treinos, seja pelas viagens a bordo do navio Creoula
- Fundação Calouste Gulbenkian (que atribuiu ao Chapitô o Prémio Gulbenkian de Beneficência no ano de 2009)
- Plataforma Portuguesa das ONGD
- FIC – Federação Ibero-Americana de Circo (membro-fundador da Federação); participação em Belo Horizonte (Setembro 2011) nas sessões de preparação do Festival Internacional de Circo
- FEDEC – Federação Europeia de Escolas de Circo
- Real Embaixada da Noruega
- Instituições Bancárias: Montepio, BES, Santander
- EPIS / Empresários pela Inclusão Social
- Prémio Europeu de luta contra a Delinquência

Juvenil – Vencedor em 2011 e Representante de Portugal em Varsóvia (Polónia)

- Para além destas, consta no Relatório de Actividades de 2011 um elenco de outros 20 relacionamentos institucionais específicos

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Nos Centros Educativos da Direcção Geral de Reinserção Social / Ministério da Justiça, os jovens estão agrupados por Regimes (Regime Semi Aberto e Regime Aberto) e, dentro destes, por Unidades: Unidade de Acolhimento e Unidade de Progressão. A inclusão nos Regimes decorre da medida judicial decretada pelo Juiz baseada na Lei Tutelar Educativa. A inclusão na Unidade decorre da fase de progressão em que o jovem se encontra e é gerida pelo Centro Educativo. Na Unidade Feminina do Centro Educativo Navarro de Paiva existem os três Regimes: Regime Fechado, Regime Semi-Aberto e Regime Aberto. As equipas dos Centros (pertencentes aos quadros da DGRS) são responsáveis pelas componentes institucionais e a equipa do Chapitô intervém nos

tempos intervalares, com actividades de rotina (ateliers) e com actividades de vivências positivas (serões, saídas, fins de semana, férias, comemorações, etc.).

As intervenções visam desenvolver competências de auto-regulação e de expressão criativa; valorizar os processos vocacionais de trabalho e de disciplina e a qualidade das relações; proporcionar relações positivas e gratificantes entre os jovens e a sociedade; proporcionar “vida pública” aos jovens por via do acesso a instituições, eventos e iniciativas; estabelecer bases sócio-afectivas que permitam aos jovens a sua reconcetualização pessoal e a sua projecção de destino social.

A fim de garantir a coerência e a adequação das actividades aos objectivos do Projecto, realizam-se reuniões de equipa semanais com os animadores responsáveis pelas actividades desenvolvidas em ambos os Centros Educativos, com a coordenação e a retaguarda pedagógica. A coordenação participa nas reuniões do Conselho Pedagógico dos Centros. A equipa do Chapitô colabora com os técnicos dos Centros nos documentos de assessoria técnica aos Tribunais, integrando informações sobre os jovens quer nos Projectos Educativos Pessoais (PEP), quer nos Relatórios

Periódicos. Intervém a partir dos primeiros dias de acolhimento de cada jovem, através da integração no Plano de Intervenção Imediata, dando-lhe um conhecimento prévio das actividades que poderá vir a integrar.

O Lar “Casa do Castelo” (Comunidade de Inserção), com alojamento para 6 jovens, desenvolve as seguintes modalidades: controle de gestão financeira e de funcionamento da casa; acompanhamento no processo de integração de jovens utentes candidatos a residir na casa; acompanhamento e avaliação no processo de integração sócio-profissional e ocupacional dos jovens; acompanhamento no apoio escolar; promoção e acompanhamento ao nível da saúde; apoio na obtenção de documentação; apoio na alimentação, vestuário e medicamentos; acompanhamento na frequência de formações (incluindo cursos de fim de tarde); dinamização de actividades de convívio na casa (almoços e /ou jantares semanais) e saídas externas semanais (teatro; cinema; passeios, concertos, praia, futebol); realização de reuniões de grupo entre equipa e jovens residentes; contactos e mediações com familiares e redes dos jovens; elaboração e acompanhamento do Dossier de Utente (Compromisso entre Jovem / Chapitô

+ Regulamento da Casa do Castelo + Projecto de Vida Pessoal) para cada jovem residente; promoção e acompanhamentos de inserções sócio-profissionais; articulações de retaguarda (advogada, apoio escolar, etc).

A valência de Atendimento / Acompanhamento desenvolve as seguintes modalidades: manutenção da rede de apoio ao nível do alojamento em Pensões; manutenção da rede de apoio ao nível do alojamento em IPSS com resposta diferenciada ao nível do alojamento especializado (população com doença mental e/ou défice cognitivo); manutenção da rede de apoio ao nível do alojamento em IPSS com resposta diferenciada ao nível terapêutico (Comunidades Terapêuticas); acompanhamento no processo integração sócio-profissional; articulação institucional; parcerias formais e informais e interligação com vários sectores do Chapatô; integração de jovens em actividades ocupacionais do Chapatô; apoio técnico, orientado por profissionais, nas áreas de Serviço Social, Apoio Educativo (escolar e apoio na certificação de competências), Psicossocial, Psicológico e de Justiça; promoção e acompanhamento ao nível da saúde; apoio na obtenção de documentação; apoio na alimentação e vestuário; apoio a jovens com

múltiplos problemas agudos (Deficiência mental, Doença mental/Psicoses e Delinquência); apoio a jovens com medidas jurídicas em cumprimento - com o objectivo de substituição de penas de prisão por trabalho comunitário em instituições parceiras.

O Centro de Acolhimento e Apoio para a Infância (CAAPI) “João dos Santos” acolhe crianças até aos 15 anos e o “ATL Jovem – Porta Aberta”, destinado a crianças e jovens até aos 25 anos, em situação de risco ou emergência social, desenvolvem as seguintes modalidades: desenvolvimento de actividades lúdico-formativas (actividades de expressão plástica; jogos de construção orientados; leitura e representação de histórias; jardinagem; expressão corporal e motora; expressão musical); actividades culinárias e de reciclagem; realização de eventos festivos, comemorações e festas de aniversário; realização de ateliers específicos (artes circenses; hora do conto, etc.) em parceria com outros sectores do Chapatô; Ateliers de Formação (técnicas circenses, capoeira, expressão dramática, interpretação teatral, malabarismo, breakdance); utilização acompanhada em Biblioteca, Centro de Documentação e Informática; visitas e *workshops* no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Na sua área Social, o Chapatô intervém em diversos planos e assegura as progressões e encaminhamentos dos seus múltiplos destinatários directos - numa média de 400 anuais – e indirectos (acima de 2.000/ano):

- Média (rotativa) de 86 adolescentes e jovens nos 2 Centros Educativos (40 + 46);
- Média de 6 / 8 jovens residentes no Lar;
- Média de 30 jovens /mês - 50 /ano no Atendimento / Acompanhamento;
- Média de 30-40 jovens /ano entre os 110 alunos da EPAOE (a parcela que requer acompanhamento e apoio social);
- 15 crianças mês / média 60 /ano (sazonalidades) no CAAPI;
- Média de 150 jovens/ano nos programas ATL Jovem – Porta Aberta (os casos com participações mais intensivas);
- Acima de 2.000 crianças e jovens – beneficiários indirectos (porque intermitentes, esporádicos, ocasionais ou participantes em iniciativas externas).

Dada a natureza rotativa dos destinatários directos da área Social (gente jovem e infantil em

trânsito), em cada momento as equipas da área Social do Chapitô concentram as intensidades das suas intervenções em cerca de 200 jovens (incluindo uma pequena parcela de crianças) de cada vez. Grosso modo, 100 no exterior e 100 na sede. Esse movimento anual é de cerca de 400, ou seja, é como se houvesse 2 turnos por ano. Essa totalidade é encaminhada para soluções de inclusão.

Como foi indicado, simultaneamente é abrangido um universo mais alargado de beneficiários indirectos porque ou intermitentes ou esporádicos ou ocasionais que, em certos casos, vêm a transformar-se, periodicamente, em destinatários directos.

Como destinatários indirectos, resta ainda referir umas centenas (média anual) de estudantes e interventores que visitam o Chapitô ou que realizam programas de intercâmbio e/ou cooperação (aos níveis nacional, europeu e internacional).

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

Ao longo da sua história, o Chapitô foi-se desenvolvendo como um Projecto / Instituição complexo, polivalente e permanente, o que significa que está em funcionamento 365 dias por ano e 24 horas por dia. Em tempos de crise, coincidentes com a elaboração desta ficha, a principal preocupação da organização é a do suporte e sustentação da “casa” nas suas (3) áreas e nas suas (n) valências.

A área Social constitui um traço fundador do Projecto e a determinação da organização é a de cada vez mais continuar a qualificação e a renovação das suas intervenções. Prevê-se a continuidade e desenvolvimento de todos os pólos que funcionam a partir da sede: Lar, Atendimento/Acompanhamento, CAAPI, ATL e social/alunos, tal como se prevê o desenvolvimento das intervenções socioeducativas junto dos Centros Educativos da Justiça, havendo inclusivé espaço para possíveis extensões e focalizações deste tipo intervenção (de cruzamentos qualitativos com os sistemas de justiça e de protecção). Para além

destes eixos estruturantes na acção social, o Chapitô continuará a apostar em parcerias e em candidaturas que permitam cruzamentos coerentes e efeitos geradores ou multiplicadores.

Para as outras áreas – Formação e Cultura – também se prevê a continuação nas suas linhas condutoras: a Escola Profissional, os Cursos Livres, a Companhia (com criação, produção e itinerância), a Produção (agência de eventos, animações e espetáculos), a Programação do espaço Chapitô/Castelo (Tenda, Esplanada, Bartô), a Biblioteca / Centro de Documentação e todos os serviços e dispositivos anexos que tal diversidade cruzada implica. Uma das preocupações contínuas é a de apurar cada vez mais as sinergias entre os diversos pólos e sectores (entre si e nas suas conexões com “o Social”), por forma a beneficiar os resultados (e os seus “timings”) e a rentabilizar / maximizar os recursos. E continuará em agenda, em busca de oportunidade, a criação de um novo pólo (Chapitô Rio).

Outra preocupação transversal em relação ao presente e ao próximo futuro prende-se com os modelos e práticas da chamada Economia Social (do Terceiro Sector), ou seja, com a necessidade de aumentar os processos e mecanismos de auto-

financiamento, quer por via da realização de receitas próprias (prática presente em toda a história da organização e a exigir inovações frequentes), quer por via dos mecenatos, patrocínios, dádivas, acordos de contrapartidas e outras modalidades de responsabilidade social e de participação por parte da sociedade civil. Em contraponto, também a organização considera desejável e necessária uma maior estabilização e segurança nos compromissos com o Estado no que respeita aos serviços públicos que são prestados mediante procedimentos protocolares.

CONTACTOS

Telf.: (+351) 21 885 55 50

Fax: (+351) 21 886 14 63

Email: mail@chapito.org

Site: www.chapito.org/

Costa do Castelo, nº 1 / 7

1149-079 Lisboa

INSTITUTO de Apoio à Criança

Portugal

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1983 por um grupo de pessoas de diferentes áreas profissionais – médicos, magistrados, professores, psicólogos, juristas, sociólogos, técnicos de serviço social, educadores e tantos outros. Tem por objectivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo a criança encarada na sua globalidade como sujeito de direitos na família, na escola, na saúde, na segurança social ou nos seus tempos livres.

Pretende estimular, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da Criança em Portugal, assim como colaborar com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras, não querendo substituir-se a quaisquer organismos existentes, nem duplicar acções já assumidas por outras entidades.

O IAC realiza acções de sensibilização e outras iniciativas para reflexão dos problemas da infância, promove pareceres relativos à efectivação dos Direitos da Criança, apostando nas parcerias a nível nacional e internacional, sempre, em defesa de melhores condições, de mais bem-estar e

de mais dignidade para a Criança.

Para a prossecução dos seus Projectos, tem ainda intervenção directa em domínios não cobertos nem pelo Estado, nem por outras entidades, nomeadamente os Serviços SOS – Criança / Criança Desaparecida (atendimento telefónico, atendimento personalizado e mediação escolar); Projecto Rua / Em Família para Crescer; Actividade Lúdica; Serviço Jurídico; Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança; Fórum Construir Juntos – Coimbra (trabalho em rede a nível nacional) e o Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância.

Dentro do quadro geral do IAC, aqui apenas se abordará o Projecto Rua. Criado em 1989, foi o único projecto inovador aprovado para Portugal ao abrigo do 3.º Programa de Luta Contra a Pobreza, focalizado nas crianças em risco ou situação de marginalidade na cidade de Lisboa. Surgiu para intervir junto de crianças que vagueavam e dormiam na rua, nas grelhas do metropolitano, estando “a descoberto” das respostas institucionais. Introduziu em Portugal a figura dos “Animadores de Rua”, que iam ao encontro da Criança e, através de uma relação personalizada e afectiva, de companheirismo compreensivo, pro-

curavam soluções integradoras. Fruto desta intervenção, a situação das crianças de rua alterou-se: mais de 600 crianças saíram da rua, tendo voltado à família ou às instituições de onde tinham fugido.

Desde 1994, decorre a 2.^a Fase do Projecto, denominado Trabalho com Crianças de Rua – “Em Família para Crescer”. A fim de sustentar o problema nas suas origens e prevenir o aparecimento de novos casos, o Projecto fixou equipas nas comunidades de residência das crianças/jovens que se encontravam na rua. Foi nesta fase que surgiram as figuras do Animador de Residência e os Agentes de Solidariedade.

Importa referir que a realidade com que nos deparamos hoje é diferente. Quase não existem crianças a viver na rua. Um novo contexto social leva-nos a falar de crianças e jovens com múltiplas problemáticas.

O Projecto Rua aposta, agora, numa metodologia centrada na educação e formação, utilizando o lúdico como uma ferramenta pedagógica, recorrendo a equipas multidisciplinares e reforçando o trabalho em parceria.

MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO

Conforme o Artº 5.º dos Estatutos:

- Sensibilizar a opinião pública no que toca aos problemas das crianças, nomeadamente as que se encontram em situações mais carenciadas, ou em risco de perturbação física, mental ou social;
- Estimular, apoiar e promover acções de solidariedade social que visem a melhoria das condições de vida das crianças e a sua adequada inserção na comunidade;
- Estimular, apoiar e promover iniciativas de âmbito cultural que visem o desenvolvimento da personalidade das crianças e a sua integração no património vivo do país;
- Estimular, apoiar e promover estudos e trabalhos de divulgação relativos à infância e à salvaguarda dos direitos da criança na família e na sociedade;
- Cooperar com entidades públicas e privadas na definição de uma política nacional de protecção e apoio à criança bem como em outras acções coincidentes com os objectivos do Instituto;
- Colaborar com instituições congéneres estrangeiras.

FINALIDADE DO PROJECTO RUA

Contribuir para a diminuição do número de crianças e jovens em risco e/ou perigo promovendo a sua reinserção sócio-familiar.

TIPO(S) DE DESTINATÁRIOS

- No Projecto Rua / Em Família para Crescer:
- Crianças e jovens vítimas de abandono e/ou negligência
 - Crianças e jovens vítimas de violência
 - Crianças e jovens em conflito com a lei
 - Crianças e jovens pertencentes a famílias disfuncionais
 - Crianças e jovens pertencentes a famílias com acentuadas carências
 - Esporadicamente – crianças e jovens em situações transitórias “a viver na rua”
 - Crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem; abandono e insucesso escolar
 - Crianças e jovens desaparecidas e exploradas sexualmente
 - Crianças e jovens vítimas das piores formas

de exploração do trabalho infantil (prostituição, mendicidade e tráfico)

ESQUEMA OPERATIVO DA ORGANIZAÇÃO

Relativamente ao esquema operativo da Organização, reportar-se-á apenas à operacionalização do Projecto Rua que se divide em 3 níveis de intervenção distintos – Recuperar, Prevenção e Revalorizar.

A estes 3 níveis de intervenção correspondem 4 Centros de Intervenção:

- Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil / CDIJ - Zona Centro (Almirante Reis) e Zona Oriental (Marvila) – equipa de rua (dos “giros”), apoio psicológico, social e jurídico, aplicação de um Programa de Treino de Competências Pessoais e Sociais (PTC), ações lúdico-pedagógicas, ações de sensibilização e formação, encaminhamento para formação profissional, formação em contexto real de trabalho, articulação com uma Turma PIEF ao nível da aplicação do PTC, colaboração nas medidas aplicadas aos jovens (Medidas de Promoção e Proteção, Tutelares Educa-

tivas e/ou Penais – Protocolo com Ministério da Justiça), participação/representação em grupos interinstitucionais e em projectos desenvolvidos por redes nacionais e internacionais.

- Centro Móvel de Apoio Comunitário (UM / Unidade Móvel) – Intervenção em Comunidades situadas em contextos adversos (Bairro da Arroja em Odivelas, Bairro Dr. Alfredo Bensaúde nos Olivais e Bairro da Boavista em Benfica - utiliza como metodologia adaptada a acção “Aprender na Rua” desenvolvendo acções lúdico-pedagógicas, saídas lúdico- pedagógicas, auto-biblioteca, acções concertadas entre instituições-âncora, articulação entre as escolas e as comunidades, encaminhamento de situações de risco, participação em projectos e representação em grupos interinstitucionais.

- Centro das Redes Sociais a funcionar a partir da sede – estruturada em 4 Eixos (Divulgação / Transferibilidade, Formação, Cooperação Nacional, Cooperação Internacional) – recepção de estudantes e profissionais nacionais e estrangeiros, estagiários, protocolos, materiais de informação e disseminação, comunicação social, acções de formação, bolsa de formadores, participação em seminários, participação na Rede Europeia Anti-

Pobreza, Rede “Construir Juntos”, participação na Federação Europeia das Crianças de Rua (EFSC), cooperação/protocolos com Cabo Verde.

Estes Centros de Intervenção, apresentados de forma sucinta, estão interligados entre si e serão alvo de destaque os mais focalizados neste estudo:

- No Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) – Zona Centro, a equipa actua junto de crianças e jovens em contexto de rua, com especial atenção na problemática do desaparecimento e exploração sexual de menores, com particular incidência nos que se encontram em situação de fuga, bem como na actualização do diagnóstico social na cidade de Lisboa face às situações de risco envolvendo crianças e jovens, sempre numa perspectiva de inclusão, segundo as duas vertentes que já constituem prática metodológica do projecto – Denúncia e Diagnóstico. Responde às situações de denúncia que lhe são encaminhadas pelo SOS Criança, via Linha 116 000 – número europeu para as crianças desaparecidas, ou via outras entidades públicas e particulares. Estas situações correspondem, na maioria dos casos, a denúncias de fugas de menores

que, devido a múltiplas vivências problemáticas, fogem de casa ou da instituição onde estão acolhidas. Embora a recepção de denúncias se encontre circunscrita ao Distrito de Lisboa, sempre que exista uma situação de desaparecimento fora desta área geográfica, outras instituições parceiras (Rede Construir Juntos) são mobilizadas para intervir na recuperação do(a) menor em causa. Utilizando os giros diurnos e nocturnos como metodologia privilegiada, técnicos e animadores percorrem a cidade, a pé ou com recurso à Unidade Móvel Lúdico - Pedagógica, com especial incidência nas zonas de elevado risco social e cujas problemáticas se inscrevem nas piores formas de exploração de trabalho infantil, nomeadamente a mendicidade, tráfico e a prostituição infantil. O CDIJ - Zona Centro é a referência da “equipa de rua” que realiza os “giros”, que responde à Linha SOS e que mantém um diagnóstico contínuo.

- No Centro Móvel de Apoio Comunitário (UM / Unidade Móvel) a equipa garante o acompanhamento das crianças a descoberto de respostas institucionais, nos bairros de origem, com o recurso a uma Unidade Móvel (UM) que assegura as rotatividades inerentes, com intervenções de regularidade semanal nos 3 bairros (Arroja/

Alfredo Bensaúde e Boavista). Nos respectivos bairros, tem sido promovida a criação de grupos interinstitucionais quando não existem, ou a equipa integra os já existentes, quer sejam formais ou informais, como são exemplo os Consórcios do Programa Escolhas, privilegiando o trabalho em rede e a capacitação dos recursos locais. É também nesse quadro que é desenvolvida a Acção “Aprender na Rua” em que a UM lúdico-pedagógica demonstra que na rua também é possível aprender regras, comportamentos adequados, coisas sérias e outras mais divertidas. Embora num contexto informal, a equipa está atenta às situações de risco e mobiliza todos os parceiros que podem ajudar a resolvê-las. Esta Acção vai igualmente visitar os meninos à escola, levando na sacola direitos e deveres para ensinar ou simplesmente recordar. Crianças, jovens e técnicos também aprendem em cada intercâmbio, em cada momento que se está com outras pessoas, com crianças e jovens de bairros diferentes e até de outros países, onde se misturam saberes e experiências. Pelas suas inserções locais, para além de outras funções mais transversais, os 2 CDIJ (Zona Centro e Zona Oriental, em especial este último por estar em contexto de “bairro”) tam-

bém desenvolvem rotinas e iniciativas de apoio às comunidades envolventes.

Pela sua importância para este estudo analógico no quadro dos países da CPLP, também aqui se configura outro serviço e outro sector do IAC, com quem o Projecto Rua está articulado e que actua sistemática e continuamente na problemática em foco: o serviço SOS Criança.

Este serviço, em funcionamento desde 1988, tem como principais objectivos: Prevenir situações de perigo ou problema; Promover e Defender os Direitos da Criança; Apoiar a Criança e a Família; Ouvir e dar Voz à Criança e ao Jovem; Promover a integração social da Criança e da Família; Contribuir para o desenvolvimento harmonioso e integral da Criança e do Jovem; Garantir à Criança o direito à palavra, protecção em situação de risco/ou mau trato, quando privada de afeição, isolada, abandonada, ameaçada de agressão física, sexual, negligenciada ou obrigada a trabalhar prematuramente; Sensibilizar as estruturas oficiais e particulares, e da sociedade em geral, para a problemática da Criança; Combater as situações de desaparecimento, rapto, e abuso sexual de Crianças.

O SOS Criança é um serviço de âmbito na-

cional, que tem como populações-alvo: Crianças e jovens até aos 18 anos e suas famílias ou seus próximos; Profissionais que trabalham nestas áreas; Cidadãos com preocupações neste âmbito. O serviço SOS dispõe das seguintes valências:

- Atendimento Telefónico: Linha SOS-Criança (nº europeu - 116 111) e Linha SOS-Criança Desaparecida (nº europeu – 116 000);

- E-mail;

- Atendimento Personalizado: Social, Jurídico e Psicológico;

- Mediação Escolar/ Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família.

No Atendimento Telefónico cada técnico tem um nome de código para que possa ser garantido duplo anonimato. A partir da descrição que é feita no telefone o caso será objecto de intervenção por parte da equipa. O encaminhamento consiste na triagem, registo de dados e contacto telefónico, escrito ou personalizado, por parte do técnico, com as entidades que, na comunidade, analisam o problema apresentado e formulam o plano de intervenção. Os apelos recebidos via e-mail são igualmente analisados e encaminhados. No Atendimento Personalizado, os técnicos do SOS-Criança dão apoio especializado a uma multipli-

cidade de situações, nomeadamente às solicitadas pelas Escolas, ou às provenientes de apelantes que anteriormente contactaram o Atendimento Telefónico ou comunicaram por email. Pode ainda haver necessidade de fazer Atendimentos Personalizados para complementar informações, oriundas de outras valências do SOS-Criança, ou para fazer a triagem e apoiar situações especiais para as quais o apelante não encontrou a resposta e/ou o apoio pretendido na comunidade.

DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO

A Direcção do IAC é constituída por 5 elementos:

- Presidente: Manuela Ramalho Eanes

- Vice-Presidente: Dulce Rocha

- Secretário Geral: Manuel Coutinho

- 2 Vogais: Pina e Silva e Vasco Alves

Os diversos sectores da organização têm os seus dirigentes específicos, sendo que o Projecto Rua tem como coordenadora Matilde Esteves Sargado, havendo também responsáveis por cada

uma das suas equipas:

- CDIJ / Zona Centro – Conceição Alves

- CDIJ / Zona Oriental – Ana Isabel Carichas

- Centro Móvel de Apoio Comunitário – Cármen Lopes

- Centro das Redes Sociais – Paula Paçó

O Serviço SOS Criança tem como coordenador Manuel Coutinho.

EQUIPA(S)

Projecto Rua

- 1 Coordenadora de Sector (Política Social)

- no CDIJ / Zona Centro (6):

- 1 Responsável (Pedagoga Social)

- 1 Assistente Social

- 1 Pedagoga Social

- 1 Técnica de Política Social

- 2 Animadores

- no CDIJ / Marvila (6):

- 1 Responsável (Política Social)

- 1 Técnica de Política Social

- 1 Psicopedagogo

- 1 Pedagoga Social
- 1 Animadora
- 1 Educadora Social
- no Centro Móvel de Apoio Comunitário (6):
 - 1 Responsável (Política Social)
 - 3 Animadores
 - 2 Técnicos de Educação Social
- na Equipa das Redes (4)
 - 1 Responsável (Política Social)
 - 1 Psicóloga Social e das Organizações
 - 1 Assistente Social
 - 1 Pedagoga Social
- no Apoio Logístico e Administrativo (2)
 - 2 Técnicas Auxiliares Administrativas

O Serviço SOS Criança constitui outro sector e tem uma equipa constituída por cerca de 20 elementos, dispondo também de outra equipa do GAAF / Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família que tem 5 elementos e recebe um conjunto alargado de estagiários (cerca de 20). Como já foi referido, produzem-se as sinergias necessárias entre as várias equipas.

RECURSOS DE FUNCIONAMENTO

No ano de 2010, o Projecto Rua dispôs de um financiamento de cerca de 770.000€.

FONTES DE FINANCIAMENTO

- Programa para a Inclusão e Cidadania
- Acordo Interministerial: Ministério da Justiça, Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Ministério da Educação, Ministério da Administração Interna, Ministério da Saúde
 - Protocolo com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
 - Candidatura ao Ano Europeu Contra a Pobreza
 - Outras Candidaturas

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

- Federação Europeia das Crianças de Rua (Membro)

- Rede Europeia de Acção Social (Membro)
- Rede “Construir Juntos” (Membro e Instituição Mediadora)
- EAPN / Rede Europeia Anti-Pobreza (Membro)
- Direcção Geral da Reinserção Social (Protocolo)
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Protocolo)
- Instituto da Segurança Social
- Autarquias – Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional
- Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Representação nas 4 Comissões de Lisboa)
- Tribunais (Equipas EMAT e EATTL)
- Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves (Protocolo)
- Centros de Saúde
- Instituto da Droga e da Toxicoddependência
- Polícia Judiciária
- Polícia de Segurança Pública
- Guarda Nacional Republicana
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Direcção Regional de Educação de Lisboa
- Instituto Português do Desporto e da Juventude

- IPSS / Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações
- Empresas (ex: Gebalis, Zoo Marine, etc.)

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Giros diurnos e nocturnos

Metodologia privilegiada de intervenção utilizada pelos técnicos e animadores do Projecto Rua, que consiste na realização de percurso a pé ou com recurso à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica, através de zonas consideradas de risco social e cujas problemáticas se inscrevem nas piores formas de exploração de trabalho infantil, com o objectivo de diagnosticar situações de risco envolvendo crianças e jovens na cidade de Lisboa. A equipa de rua realiza semanalmente horários diurnos e noturnos. São realizados “giros de diagnóstico” (de observação, escuta e encontro) e “giros de denúncia” (directamente relacionados com as sinalizações das Linhas SOS ou com as redes de parceria).

- **Acompanhamento Psicológico:** assegurado

por 5 Psicólogas da equipa SOS e 5 Psicoterapeutas da Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves realizado no espaço do CDIJ / Zona Centro, de acordo com as necessidades e marcações prévias.

- **Acção “Aprender na Rua”:** ocupação de tempos livres, apoio escolar, animações (do sentido lúdico às competências), diagnósticos focalizados, interações com parcerias (funcionamento de grupos interinstitucionais).

- **Intervenções de carácter educativo e formativo:** Turmas PIEF / Programa Integrado de Educação e Formação; Acções de sensibilização e formação; Treino de competências pessoais e sociais (cooperação com a Fundação Carrefour – Guia Metodológico – componente de competências básicas, componente teórica e componente de prática profissionalizante); Formação parental; Dinamização de intercâmbios de crianças e jovens; Dinamização de sessões temáticas em escolas.

- **Actividades de carácter lúdico-pedagógico:** Dinamização de ateliês; Animações familiares; Animações comunitárias; Actividades de exterior; Fins-de-semana e períodos de férias; Visitas socio-

educativas; entre outras.

- **Intervenções de carácter psicossocial:** Avaliação/acompanhamento psicológico de situações familiares; Visitas domiciliárias; Reuniões familiares; Encaminhamento/acompanhamento a serviços; Orientação na organização das tarefas domésticas.

- **Modalidades de carácter interinstitucional:** Articulação com os parceiros; Participação em grupos comunitários; Mediação; Intervenção em Modelo Integrado; Participação em redes sociais nacionais e internacionais; Intercâmbios; Elaboração de planos integrados de intervenção; Consultadoria a projectos de âmbito nacional e internacional.

- **Promoção de acções protagonizadas pelas próprias crianças e jovens:** participação em projectos nacionais e internacionais no âmbito da participação e sensibilização para os seus direitos e deveres; dinamização de intercâmbios, constituição e participação em redes juvenis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Relativamente ao ano de 2011 podemos verificar no quadro que se segue, e que objectiva em grandes números a intervenção anual do Projecto Rua, que foram abrangidos 58 crianças e jovens em contexto de rua, na sua grande maioria adolescentes ou jovens (90 % com idades compreendidas entre os 13 e os 21 anos e maioritariamente do sexo feminino – 57%) e beneficiaram da intervenção de apoio às comunidades cerca de 350 crianças e jovens com regularidade sistemática (maioritariamente crianças com menos de 12 anos) a que acrescem cerca 1.500 crianças e jovens destinatários intermitentes. Simultaneamente beneficiaram do Projecto Rua 832 Interventores Sociais (nas diversas iniciativas ou formativas ou de intercâmbio), bem como cerca de 400 jovens que foram abrangidos na Área das Redes Sociais.

Níveis de Intervenção	Áreas de Intervenção	Crianças / jovens sistematicamente abrangidos				Famílias	Beneficiários não sistematicamente abrangidos	
		Género		Idade			Inter-ventores sociais	Crianças e Jovens
		M	F	0-12	13-21			
Nível Directo	Área das Crianças em Contexto de Rua - Denúncia - Diagnóstico	25	33	4	54	27	–	–
Nível Local	Área de Apoio às Comunidades	197	160	188	89	30	123	1.477
	Área de Intervenção em Modelo Integrado	15	9	12	12	10	17	–
	Área de Educação e Formação	40	21	–	61	9	–	–
Nível Nacional / Internacional	Área das Redes Sociais Eixos Divulgação / Transferibilidade, Formação, Cooperação Nacional, Cooperação Internacional	16	22	13	25	-	692	400
	TOTAL	293	245	217	241	76	832	1.877

INDICAÇÕES QUANTO ÀS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PROJECTOS EM RELAÇÃO AO PRESENTE E PRÓXIMO FUTURO

No futuro próximo (a partir de finais de 2012), o Projecto Rua depara-se com novos desafios uma vez que, mediante as novas condições dos enquadramentos institucionais no seio da rede interministerial comprometida com o desenvolvimento do Projecto, será necessário redireccionar o sistema operativo e logístico em função de alterações inevitáveis no processo de financiamento e, conseqüentemente, nos compromissos de intervenção.

Em termos gerais, e numa abordagem simplista, o Projecto Rua está em fase de transitar de uma predominância de relacionamento com o Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC) para uma predominância de relacionamento com o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF). Esta alteração levou já ao compromisso do Projecto em gerir, já a partir do presente ano lectivo 2012/2013, 9 Turmas PIEF em 6 escolas situadas em 4 bairros/zonas (Olivais, Olaias, Pontinha e Prior Velho). O Projecto já tem experiência anterior, no âmbito de um projecto piloto

“Educar e Formar para Inserir” e no último ano na intervenção integrada numa Turma PIEF, em Marvila.

Com este novo compromisso, parte dos técnicos das equipas terão que assumir funções como Técnicos de Intervenção Local (TIL, figura operacional dos PIEF) e as incidências territoriais de maiores intensidades das intervenções terão de ser alteradas, ou seja, por exemplo as regularidades semanais nos 3 bairros referidos relativamente à Unidade Móvel (Arroja, Alfredo Bensaúde e Boavista) serão substituídas por outro esquema operativo que obrigatoriamente privilegiará as zonas das escolas com Turmas PIEF, sem deixar de acompanhar os vários processos de transição. Aliás, há alguma unidade territorial e sociológica entre as zonas da cidade onde se situam as actuais Turmas PIEF e os bairros que, ultimamente, têm tido intervenções regulares.

As preocupações das equipas do Projecto Rua centram-se, na fase actual, nos processos de compatibilização entre o funcionamento dos seus (4) centros e a nova dispersão que os compromissos presentes (9 PIEF) implicam. Nomeadamente, o Projecto insistirá na importância da manutenção e desenvolvimento da intervenção da sua equipa

de rua e na rotina dos “giros” (de diagnóstico e de denúncia), quer pela sua ligação à Linha SOS Criança, quer pela acentuação de condições sociais propícias a episódios de vida na rua, mendicância infantil ou juvenil e outras situações de risco e/ou perigo.

CONTACTOS

Tel.: (+351) 21 7818590

Fax: (+351) 21 7818599

E mail: Iac-prua@iacrianca.pt

Site: www.iacrianca.pt/

Centro das Redes Sociais

(C.R.S.) / Rua António Patrício, nº 20, 2º Esq.

1700-049 Lisboa

INSTITUTO de Segurança SOCIAL Portugal

O Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I.P.), é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

O ISS prossegue atribuições do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS), sob superintendência e tutela do respectivo ministro.

Foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de instituir um novo modelo de organização administrativa, aumentar a capacidade de gestão estratégica e implementar a coordenação nacional.

Com organismo central, tem jurisdição sobre todo o território nacional, sem prejuízo das atribuições e competências das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O ISS tem sede em Lisboa e para o desenvolvimento da sua actividade conta com o Centro Nacional de Pensões, 18 Centros Distritais e uma rede de Serviços de Atendimento.

Referência a 2012:

QUAIS AS POLÍTICAS DEFINIDAS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA?

Prioridades provenientes do último Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI):

- promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações de risco;
- promover medidas que eliminem situações de pobreza ou exclusão social de que são objecto as crianças e jovens;
- garantir a disponibilidade de estruturas de acolhimento para as crianças, até à idade da escolaridade obrigatória;
- promover respostas que actuem precocemente, permitindo prevenir as situações de risco infantil e juvenil;
- promover o incentivo à manutenção da criança/jovem no seu meio natural de vida, garantindo, junto da família, as condições que permitam a assunção das responsabilidades parentais;
- favorecer a desinstitucionalização;
- agilizar o processo de adopção;
- contrariar a tendência para a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho.

As **Comissões de Protecção de Crianças e Jovens** são instituições oficiais não judiciais, implementadas por concelho/comarca, que têm por objectivo a protecção das crianças e jovens em perigo, envolvendo a participação dos pais ou representante legal, por forma a evitar ou protelar a intervenção judicial. Estas Comissões são acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, à qual cabe a planificação da intervenção do Estado e a coordenação, acompanhamento e avaliação dos organismos públicos e da comunidade na protecção das crianças e jovens em risco.

O **Tribunal** acima referido pode ser um Tribunal de Comarca ou de competência especializada de Família e de Menores, onde pode ser apresentada qualquer situação própria ou de que tenha conhecimento.

Em todos os Tribunais, o **Ministério Público** assume o papel de defensor dos direitos das crianças e jovens. Ao nível dos Tribunais de Menores, os Procuradores do Ministério Público assumem a designação de Curador de Menores e há sempre um Curador de turno para atender e avaliar a participação das situações de perigo.

QUAIS AS RESPOSTAS SOCIAIS (ESTATAIS) PARA CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO?

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

Objectivos

- Promover o estudo e a avaliação de famílias em risco psicossocial;
- Prevenir situações de perigo;
- Evitar rupturas que possam levar à institucionalização;
- Assegurar a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais das crianças e jovens;
- Reforçar as competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar das crianças e jovens através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade;

- Promover a mediação entre a família e os serviços envolvidos para facilitar a comunicação, potenciar contactos e promover a solução de eventuais dificuldades;
- Contribuir para a autonomia das famílias.

Destinatários

- Crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias.

Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sócio-familiar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

Objectivos

- Promover a sua reintegração na família, escola e comunidade;
- Recuperar as crianças e jovens de rua incentivando a construção de um projecto de vida saudável;
- Fazer prevenção primária da toxicod dependência

e de comportamentos desviantes e eventual encaminhamento para estruturas de rede existentes para promover a inserção social;

- Despistar situações de risco ao nível do jovem consumidor e sensibilizar para a mudança de comportamentos e para o abandono do consumo de droga;
- Fazer a prevenção do contágio pelas doenças sexualmente transmissíveis e satisfazer necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde e vestuário;
- Promover o contacto e a ligação com as famílias e o envolvimento da comunidade, tendo em vista a prevenção, o apoio e a resolução de problemas.

Destinatários

- Crianças e jovens em ruptura familiar, social e em risco, sem qualquer contexto de apoio institucional e suas famílias.

Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma

pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar.

Objectivos

- Garantir integração em meio familiar adequado, que lhe assegure os cuidados e a atenção que a sua família não lhe pode proporcionar;
- Assegurar alojamento à criança e ao jovem;
- Garantir prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e ao seu desenvolvimento integral;
- Assegurar os meios necessários ao desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a integração na sua família de origem.

Destinatários

- Crianças e jovens, de ambos os sexos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção assim o determine.

Centro de Acolhimento Temporário

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

Objectivos

- Permitir a realização do diagnóstico de cada criança e jovem bem como a definição dos respectivos projectos de vida, com vista à inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adegue à situação em estudo;
- Assegurar alojamento temporário;
- Garantir às crianças e jovens a satisfação das suas necessidades básicas;
- Proporcionar o apoio sócio-educativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem;
- Promover a intervenção junto da família, em articulação com as entidades e as instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos das crianças e jovens.

Destinatários

- Crianças e jovens de ambos os sexos até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção determine um acolhimento de duração inferior a seis meses.

Lar de Infância e Juventude

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

Objectivos

- Assegurar alojamento;
- Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar;
- Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;

- Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e as comissões de protecção de crianças e jovens, com vista à sua gradual autonomização.

Destinatários

- Crianças e jovens de ambos os sexos, até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção assim o determine.

Apartamento de Autonomização

Resposta social, desenvolvida em equipamento - apartamento inserido na comunidade local - destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais. Resposta contextualizada em termos institucionais (criada no âmbito da intervenção da Casa Pia de Lisboa, I.P.), com pouca expressão quantitativa.

Objectivos

- Mediar processos de autonomia de vida e de participação activa de jovens, minimizando riscos de exclusão social;
- Desenvolver processos individuais de acompanhamento e de apoio a nível psicossocial, material, de informação e de inserção sócio-laboral;
- Dinamizar programas de formação específicos destinados ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais, escolares e profissionais dos jovens;
- Partilhar competências com outros serviços e promover domínios comuns de conhecimentos e de práticas com o objectivo de estabelecer uma intervenção articulada e integrada facilitadora da transição de jovens para a vida adulta.

Destinatários

- Jovens de idade superior a 15 anos com medida de promoção e protecção definida.

Centro de Férias e Lazer

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de la-

zer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

Objectivos

Proporcionar aos utentes:

- Estadias fora do quadro habitual de vida;
- Contactos com comunidades e espaços diferentes;
- Vivências em grupo, como formas de integração social;
- Promoção do desenvolvimento do espírito de interajuda;
- Fomento da capacidade criadora e do espírito de iniciativa.

Destinatários

- Todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade.

Para as crianças e jovens em perigo existem, ainda:

Linhas Telefónicas de Emergência

- SOS Criança, do Instituto de Apoio à Criança

(Telefone – 217 931 617, Horário de funcionamento – das 9,30H às 18,30H)

- Serviço telefónico de emergência – Criança Maltratada, do projecto de Apoio à Família e à Criança (PAFAC) (Telefone – 213 433 333)
- Recados da Criança da Provedoria da Justiça (Telefone - 800 20 66 56)
- Equipa de Acolhimento de Emergência, do Instituto da Segurança Social – Rua Afonso Lopes Vieira, nº 38, 2º Esq. - 1700-015 Lisboa (Telefone - 217 827 250, Fax - 217 827 251)

APOIA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS?

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, objectivos de apoio a crianças e jovens e apoio à família

Para levar a cabo os objectivos da Segurança Social e de acordo com as necessidades locais, o Instituto da Segurança Social, I.P., pode celebrar:

- Acordos de Cooperação com as IPSS ou equiparadas, através dos quais garantem a concessão directa de prestações em equipamentos e serviços à população, ou
- Acordos de Gestão através dos quais transferem a gestão de serviços e equipamentos pertencentes ao Estado.

Além dos apoios financeiros previstos nestes acordos, que concorrem para o funcionamento de estabelecimentos de equipamento social, são-lhe ainda concedidos apoio técnico específico e outros apoios financeiros destinados a investimentos na criação ou remodelação dos estabelecimentos, através de vários programas e medidas.

As IPSS podem ter natureza:

Associativa

- as associações de solidariedade social (são, em geral associações com fins de solidariedade social que não revestem qualquer das formas das associações a seguir indicadas)
- as associações de voluntários de acção social

- as associações de socorros mútuos ou associações mutualista
- as irmandades da Misericórdia.

Fundacional

- as fundações de solidariedade social
- os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social.



PISTAS
DE LEITURA

AS Artes da Praxis

ORLANDO Garcia

Esta leitura de finalização é da responsabilidade e autoria do coordenador / relator deste estudo e é breve e sintética e realizada em parcelas que se baseiam na estrutura dos guiões (3) estabelecidos inicialmente e das suas principais 10 categorias (que suportam também o corpo descritivo organizado por entidades): Tempo de existência / Missão / Destinatários / *Modus Operandi* / Equipa / Recursos / Relacionamentos / Resultados / Projectos / Papel do Estado – Governo. A partir dessa aproximação a uma análise de conteúdo (categorial temática) procuram-se fios de discernimento modelar e prospectivo.

Por motivos de ordem metodológica / cronológica organizam-se as séries de quadros em consonância com as fases porque as recolhas de informação ocorreram em anos distintos (de 2010 a 2012) e, portanto, as configurações que se seguem são datadas e as realidades, inclusive organizacionais, estão em contínua transformação. Estão aqui **focalizadas 30 organizações** (de um total de 32 descritas – *vide* fichas de caracterização no capítulo anterior), com **especial incidência nas 22 ONG** que constituem a *amostra intencional* deste estudo (numa dinâmica de “cacho” a partir da selecção e ade-

são dos 6 parceiros principais do projecto).

As “Artes da Praxis” aqui entendidas no sentido conceptual de H. Arendt relativamente à *praxis* (derivada de um longo caminho desde Aristóteles), que se pode traduzir sinteticamente na capacidade humana de enfrentar problemas com ideias (que assumem a força das convicções e a energia das apostas), numa sequência de actos, práticas e experiências vivenciadas e partilhadas, num jogo contínuo entre concretização, participação e “teorização” (pensamento concentrado), que vai desenvolvendo consciências críticas acerca das condições em que essas práticas se processam e que efeitos têm na transformação do mundo.

Também nos serve o uso estratégico e organizacional da noção de *praxis*, traduzido na necessidade de ciclos de discernimento sobre os significados do que pode ser aprendido com a experiência, com efeitos na reformulação de modelos estratégicos e operacionais. Na intervenção social a *praxis* refere-se ao encadeamento das interações sociais conducentes ao desenvolvimento de novas “teorias” (modelos / fórmulas / sistemas inteligíveis) e à refinação das anteriores.

Todos os parceiros deste projecto estão nesse

caminho. Existem e *produzem* social, porque desencadearam iniciativas e conseguiram congregação de recursos para enfrentarem e responderem aos problemas das crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade e de exclusão. São “artes aplicadas”, porque implicam o contínuo accionamento toda a componente subjectiva da empatia, das intuições, da inventividade, da imaginação social, da dádiva, da entrega, da “*utopia à vista*”, da infinita resiliência, da fusão de saberes e memórias, da superação dos determinismos. Engenharias e artes para fabricar melhores sortes.

TEMPO DE EXISTÊNCIA

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	17 anos (1995)
2 - Casa dos Rapazes	4 anos (2008)
3 - Centro de Acolhimento de Meninas Centro de Acolhimento de Meninas Omwenho-Ukola	17 anos (1995)

Guiné-Bissau

1 - AMIC	20 anos (1984/ 1992)
2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	11 anos (2001)
3 - Aldeia Infantil SOS	18 anos (1994)

São Tome e Príncipe

1 - Fundação Novo Futuro	9 anos (2003)
2 - ARCAR	21 anos (1991)
3 - Cáritas	31 anos (1981)

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 – ACRIDES	18 anos (1998)
2 – Centro Juvenil Chã de Matias	8 anos (1996-2001-2004-2006-2008)
3 – Associação Juvenil Black Panthers	32 anos (1980)

Moçambique / Maputo

1 - MDM	13 anos (1994-1999)
2 – Centro Juvenil Ingrid Chawner	16 anos (1990-1996)
3 – Associação Massana	10 anos (2002)

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	17 anos (1997)
2 – Fórum Tau Matan	9 anos (2003)
3 – Orfanato Bahkita Becora	12 anos (2000)

Casos dos países participantes / colaboradores

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	18 anos (1994)
2 – CIPÓ	13 anos (1999)

Portugal / Lisboa

1 – IAC – Projecto Rua	23 anos (1983-1989)
2 – Chapitô	31 anos (1981-1989)

Relativamente ao tempo de existência das 22 ONG focalizadas, verifica-se que estamos perante o intervalo entre 4 e 32 anos e uma média em torno dos 15 anos. Tendo em conta que as Independências de 6 destes 8 países ocorreram em décadas recentes (entre 10 e 37 anos atrás), trata-se já de organizações emergentes da sociedade civil que detêm um considerável capital de experiência, de possibilidade de controle de resultados e de percepção de modelos de sustentação.

MISSÃO

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	- Contribuir para a promoção do desenvolvimento das comunidades vulneráveis - Acolhimento e integração social de crianças e jovens sem enquadramento familiar ou sem família
2 - Casa dos Rapazes	- Acolher crianças desfavorecidas e proporcionar-lhes formação e integração social
3 - Centro de Acolhimento de Meninas Omwenho-Ukola	- Acolher e dar uma educação integral a crianças e jovens do sexo feminino

Guiné-Bissau

1 - AMIC	- Promoção e defesa dos direitos das crianças junto das próprias crianças, dos seus agentes de socialização e da comunidade onde vivem - Melhorias duráveis na qualidade de vida das crianças, de suas famílias e comunidades respectivas
2 - Djamatul-Huda, SOS Crianças Talibés	- Protecção e Prevenção das crianças vulneráveis e Promoção dos seus Direitos - Sensibilização, Consciencialização, Escolarização
3 - Aldeia Infantil SOS	- Proporcionar uma família às crianças necessitadas - Participação no desenvolvimento das comunidades locais

São Tomé e Príncipe

1 - Fundação Novo Futuro	- Apoio a crianças e jovens privados de um ambiente familiar estável, facultando-lhes um acolhimento - Proporcionar actividades de tempos livres àquelas pessoas que mais necessitem
2 - ARCAR	-Integração /reintegração de crianças de risco na família, através de acolhimento - Proporcionar Orientação e Formação Profissional
3 - Cáritas	- Assistência social às populações carenciadas - Adopção , integração familiar e encaminhamento

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 – ACRIDES	- Promover bem-estar junto das crianças e famílias (incluindo sensibilização e defesa dos Direitos da Criança e da Família) - Promoção social e económica das famílias no sentido da integração social e familiar das crianças e jovens de e na rua
2 – Centro Juvenil Chã de Matias	- Promover e apoiar iniciativas populares de desenvolvimento com projectos que visem melhorar as condições de vida da população local - Dinamizar actividades de apoio às camadas mais desfavorecidas
3 – Associação Juvenil Black Panthers	- Melhoramento das condições de vida dos mais vulneráveis e ocupação dos tempos livres dos jovens

Moçambique / Maputo

1 - MDM	- Prestar auxílio médico, social e formação a crianças, adolescentes e jovens em estado de vulnerabilidade - Proporcionar uma melhoria na qualidade de vida das crianças, adolescentes e jovens
2 – Centro Juvenil Ingrid Chawner	- Acolhimento de crianças em dificuldades durante dois anos e reintegração nas famílias ou em soluções de autonomia
3 – Associação Massana	- Proporcionar um centro aberto para atendimento e acolhimento das crianças da rua - Reabilitar e reintegrar as crianças e jovens

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone	- Apoio social, formação não-formal e advocacia (defesa e promoção dos Direitos a crianças e jovens em risco e/ou com problemas com a lei , ... incluindo regime residencial provisório e seguro enquanto decorra o processo de reunificação
--------------------------	---

2 – Fórum Tau Matan	- Pesquisa, análise, relato e intervenção em todas as situações que afectem e prejudiquem os Direitos Humanos , nomeadamente nas várias formas de violência contra as pessoas e, em especial, contra as crianças - Promoção dos “ melhores interesses para as crianças ”, em função dos programas governamentais
3 – Orfanato Bahkita Becora	- Acolher meninos/as de rua, sobretudo órfãos ou filhos/as de pais em situações impeditivas de proporcionar educação

Casos dos países participantes / colaborantes

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	- Por meio da arte-educação e do despertar de sensibilidades, provocar nas pessoas atitudes transformadoras de si e da sociedade em que vivem, de forma colectiva e comunitária - Implementar processos de formação, criação, fruição e disseminação culturais, que provoquem transformações pessoais e movimentos colectivos de cidadania para a melhoria das condições de vida
2 – CIPÓ	- Criar oportunidades para o pleno desenvolvimento e a participação social, cultural e política de crianças, adolescentes e jovens , por meio da democratização da comunicação e da educação

Portugal / Lisboa

1 – IAC – Projecto Rua	- Contribuir para a diminuição do número de crianças e jovens em risco e/ou perigo promovendo a sua reinserção sociofamiliar - Estimular, apoiar e promover acções de solidariedade social que visem a melhoria das condições de vida das crianças e a sua adequada inserção na comunidade
2 – Chapitô	- Promover intervenções contínuas e projectos para a integração social, sociocultural e comunitária de crianças e jovens em situações de vulnerabilidade ou exclusão social , nomeadamente em regime de tutela estatal, em consonância com as autoridades e entidades oficiais

Relativamente à Missão, temos situações relativamente diversas, uma vez que na Guiné-Bissau prevalecem as ONG com missões de “largo espectro”, caracterizadas por uma “*advocacy activa*”, ou seja, referem-se directamente aos Direitos e à Protecção, em que os acolhimentos são

tendencialmente de transição e curta duração. Em S. Tomé e Príncipe e em Angola os acolhimentos estão na primeira linha, com predominância dos processos de substituição familiar nas trajectórias de socialização infantil e juvenil. Em Moçambique, as 3 ONG intervêm junto do “núcleo duro” das crianças e jovens sem suportes familiares, mas em regimes diferenciados (e até complementares): acolhimento, semi-acolhimento e sustentação com encaminhamentos. Em Cabo Verde as 3 ONG intervêm nas comunidades, focam públicos vulneráveis e apostam nas oportunidades. Em Timor-Leste estão configuradas 2 organizações com acolhimentos e uma de nítida “*advocacy*” extensiva. No Brasil, as 2 ONG intervêm nas comunidades com públicos carenciados e desenvolvem projectos de participação social. Finalmente, em Portugal as 2 ONG intervêm junto de públicos de risco com projectos polivalentes.

Estas diferenças, que reflectem características específicas das respectivas realidades contextuais, permitem configurar **três grandes tipos de organizações** intervenientes: as “*organizações-radar*” que penetram nas redes perversas e promovem os retornos, com situações de acolhimentos de transição, as “*organizações-morada*” que

acolhem as crianças e jovens e se responsabilizam pela sua socialização inclusiva (predominantes nos seis países em que existiram parcerias neste projecto), e as “*organizações rede/animação*” que desenvolvem serviços e programas de promoção com dispositivos polivalentes.

Para além das suas missões principais, a maioria das organizações dos 6 países parceiros nas 2 fases (10 em 18) desenvolvem funções complementares de promoção de desenvolvimento sócio-educativo e sócio-comunitário nas suas envolventes.

DESTINATÁRIOS

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças órfãs; - Crianças perdidas da família; - Crianças abandonadas pela família ou em famílias disfuncionais; - Crianças com famílias de extrema pobreza e/ou com problemas comportamentais (alcooolismo, droga, demência..).
2 - Casa dos Rapazes	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças / Adolescentes órfãs rapazes – de ambos os pais ou de pai ou mãe; - Crianças / Adolescentes rapazes provenientes de famílias de grande pobreza; - Crianças / Adolescentes rapazes provenientes de famílias que o solicitam por razões específicas de disfuncionamentos parentais.
3 - Omwenho Ukola	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças / Adolescentes órfãs raparigas – de ambos os pais ou de pai ou mãe; - Crianças / Adolescentes raparigas abandonadas pelas famílias biológicas; - Crianças / Adolescentes raparigas provenientes de famílias de grande pobreza.

Guiné-Bissau

1 - AMIC	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças vítimas do tráfico e as que se encontrem em situação de rua (Convenção de Palermo); - Crianças trabalhadoras (Convenção 138 e 182 da OIT); - Crianças vítimas de casamento precoce e forçado e outras práticas nefastas (MGF, meninos de criação); - Crianças portadoras da deficiência (alvo transversal).
2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças, adolescentes e jovens vulneráveis de idades compreendidas entre 8 e 23 anos, das tabancas da região de Bafatá em situação de tráficos, casamento forçado e precoce, mutilação genital feminina e em conflito com a lei
3 - Aldeia Infantil SOS	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças com menos de 18 anos que perderam os cuidados parentais e crianças em vias de os perder.

São Tome e Príncipe

1 - Fundação Novo Futuro	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças órfãs; - Crianças abandonadas; - Crianças provenientes de famílias em pobreza extrema; - Crianças de famílias com problemas sociais como alcoolismo ou outras dependências; - Crianças que provêm de famílias com alguns meios mas que vivem muito distantes da escola; - Crianças com problemas de integração na sociedade devido ao seu comportamento.
2 - ARCAR	<p>Crianças e jovens rapazes com idades compreendidas entre os 4-17 anos, nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crianças de Rua; - Crianças de Risco; - Crianças na Rua.
3 - Cáritas	<p>Crianças do sexo masculino dos 0-6 anos e crianças do sexo feminino dos 0-18 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crianças Deficientes Físicas; - Crianças Abandonadas; - Crianças Vítimas de violência; - Crianças para Adopção; - Crianças com problemas familiares (alcoolismo) e desnutrição aguda.

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 - ACRIDES	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças pobres, abandonadas, órfãs; - Crianças vítimas de maus tratos e negligências, de abusos sexuais e em situação de risco; - Crianças portadoras de deficiência e suas famílias; - Jovens e adolescentes provenientes de contextos vulneráveis; - Famílias desestruturadas em situação de pobreza.
2 - Centro Juvenil Chã de Matias	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças na rua, incluindo as que estejam sujeitas a trabalho infantil; - Crianças provenientes de famílias de extrema pobreza; - Crianças provenientes de famílias disfuncionais; - Crianças órfãs; - Crianças portadoras de deficiência; - Crianças com problemas comportamentais e de integração e com abandono ou atraso escolar. <p>Nota: cerca de 70% das crianças envolvidas, vivem só com a mãe e irmã/os.</p>

3 – Associação Juvenil Black Panthers	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças dos 3 aos 6 anos, com prioridade para as que são provenientes de famílias extremamente carenciadas; - Crianças e jovens em idade de percurso escolar (do 1º ao 12º); - Jovens praticantes – de desporto e de cultura.
---------------------------------------	--

Moçambique / Maputo

1 - MDM	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças órfãs de mãe ou pai ou ambos; - Crianças vítimas de recomposição familiar; - Crianças e jovens vítimas de pobreza extrema; - Crianças sujeitas ao trabalho infantil; - Crianças e jovens provenientes de famílias muito vulneráveis; - Jovens mães e seus bebês provenientes de famílias muito vulneráveis.
2- CJ Ingrid Chawner	- Crianças e jovens em situações de risco e dificuldades ou em situações de rua – rapazes dos 7 aos 14 anos.
3 – Assoc. Massana	<p>Crianças de rua:</p> <ul style="list-style-type: none"> - órfãs; - em conflito com a lei; - provenientes de famílias “diluídas”.

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	<ul style="list-style-type: none"> - Rapazes ou raparigas vítimas de violências físicas, sexuais e abandonados; - Rapazes ou raparigas vítimas de tráfico e exploração; - Rapazes ou raparigas confiados pela Polícia VPU (Vulnerable Person Unit / Polícia Comunitária) e DNRS (Divisão Nacional de Reinserção Social); - Mães grávidas vítimas de violências físicas ou abandonadas pelo marido ou “negadas “; - Rapazes ou raparigas livres da prisão e rejeitados pela comunidade; - Rapazes ou raparigas confiados pelo Juiz ou Tribunal por causa de problemas graves. Nota: idade limite para acolhimento – 18 anos.
2 – Fórum Tau Matan	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças e jovens em situações de risco ou de perigo ou de manifesta injustiça; - Pessoas vítimas de violência ou discriminação; - População carenciada sem habitação condigna; - Crianças e jovens no geral; - Cidadãos e cidadãs do país e do mundo; - Comunicadores e dirigentes.

3 – Orfanato Bahkita Becora	<p>Crianças e jovens entre os 3/5 e os 18 anos nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sem familiares diretos que se responsabilizem; - provenientes de famílias que não têm condições para as sustentarem e/ou prestarem cuidados.
-----------------------------	---

Casos dos países participantes / colaboradores

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Adolescentes e jovens, entre 12 e 20 anos, moradores de bairro da chamada periferia da cidade de Salvador, estudantes de escolas públicas, oriundos de famílias com baixa renda familiar, sendo quase que a totalidade negros; - Educadores e outros profissionais que trabalham diretamente com jovens em escolas, centros de saúde da rede pública e de outras organizações afins.
2 – CIPÓ	<ul style="list-style-type: none"> - Adolescentes e jovens, moradores de comunidades populares, que estudam em escola pública, participam em movimentos ou interessam-se por questões sociais, têm afinidade com a área de comunicação, possuem motivação e espírito de liderança.

Portugal / Lisboa

1 – IAC – Projecto Rua	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças e jovens vítimas de abandono e/ou negligência; - Crianças e jovens vítimas de violência; - Crianças e jovens em conflito com a lei; - Crianças e jovens pertencentes a famílias disfuncionais; - Crianças e jovens pertencentes a famílias com acentuadas carências; - Esporadicamente – crianças e jovens em situações transitórias “a viver na rua”; - Crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem; abandono e insucesso escolar; - Crianças e jovens desaparecidas e exploradas sexualmente; - Crianças e jovens vítimas das piores formas de exploração do trabalho infantil (prostituição, mendicidade e tráfico).
2 – Capítulo	<ul style="list-style-type: none"> - Jovens tutelados (pela Justiça) – em conflito com a lei; - Jovens ex-tutelados sem suporte de confiança; - Crianças e jovens provenientes de famílias carenciadas; - Jovens com comportamentos prejudiciais e/ou com dificuldades de integração.

O leque etário, percepcionado no conjunto das 22 organizações, vai dos 0 aos 23 anos, embora os 18 anos sejam o limite predominante. Na soma do conjunto, os parceiros indicaram 80 itens, com formulações diferenciadas na maioria dos casos, sendo possível objectivar 25 tipos de crianças e adolescentes destinatários/as:

- a viver na rua (sem abrigo) e em risco acentuado
- sujeitas ao trabalho infantil
- vítimas de tráfico e exploração (mendicidade, prostituição, etc.)
- vítimas de casamento precoce e forçado
- jovens mães sem suporte e seus bebés
- vítimas de abusos sexuais
- vítimas de práticas nefastas (MGF, “meninos/as de criação”, etc.)
- com deficiência
- em conflito com a lei
- tutelados/as ou confiados pelo Tribunal ou outra entidade credenciada
- ex-tutelados/as sem suporte
- injustiçadas
- vítimas de violência, maus tratos e negligências
- órfãs de mãe ou pai ou ambos
- perdidas da família e/ou desaparecidas
- que perdem os cuidados parentais

- abandonadas
- provenientes de famílias disfuncionais (doença mental, alcoolismo, toxicodependências, etc.)
- provenientes de famílias de pobreza extrema
- vítimas de recomposição familiar
- para adopção
- provenientes de famílias isoladas sem acesso à escola
- com problemas comportamentais e dificuldades de integração e/ou abandono ou atraso escolar
- rejeitadas ou discriminadas pela comunidade
- provenientes de periferias e comunidades populares de baixos recursos

Mesmo sabendo que em diversos casos estas condições são cumulativas, este elenco demonstra a enorme diversidade deste universo das crianças e jovens que requerem medidas, intervenções e políticas por parte das sociedades em que são pessoas cidadãs e parcela da geração futura.

Ao longo do estudo, nas apresentações dos 6 parceiros directos do projecto, surgem “caixas”, ou “janelas”, com ilustrações reais das diversas categorias que surgem no elenco dos/as destinatários/as, numa sequência de 19 casos em que os próprios sujeitos protagonistas

irrompem neste estudo:

- *Caso de casamento forçado e precoce (criança portadora da deficiência, órfã e menino de criação)*
- *Caso da criança trabalhadora (prostituição e outros males)*
- *Caso da criança vítima de tráfico e que se encontrava em situação de rua*
- *Caso do menino rejeitado*
- *Caso do menino que ficou sem suporte familiar*
- *Caso do menino órfão que ia ficar sem a avó e que optou por ir viver com os amigos*
- *Caso do menino que vive no Comando da Polícia*
- *Caso da menina órfã*
- *Caso do menino vítima de família que não era família*
- *Caso do menino de rua órfão e vítima de maus-tratos*
- *Caso das meninas que vivem debaixo da árvore na cidade de cimento e que querem voltar à escola*
- *Caso do menino em fuga de uma aldeia muito pequena para uma aldeia muito grande*
- *Caso dos planos de uma menina em grandes andanças*

- *Caso da menina que não se conforma com ter que deixar de estudar*
- *Caso do rapaz aplicado num bairro difícil*
- *Caso do menino nas encruzilhadas ... da vida ... e do futuro ...*
- *Caso da menina maltratada*
- *Caso do adolescente ao “deus-dará” e agora universitário e activista*
- *Caso do adolescente que resolveu ficar por sua conta*

MODUS OPERANDIS - OS DISPOSITIVOS

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	- 1 Residência / Centro de Acolhimento - vivem 59 crianças e jovens em regime de residência, todos rapazes dos 7 aos 22 anos (cidade do Huambo); - Actividades formativas - frequentam as actividades 110 crianças e jovens provenientes das comunidades envolvidas, das quais 25 são raparigas.
2 - Casa dos Rapazes	- 1 Lar / Centro de Acolhimento com 24 rapazes com idades entre os 7 e os 15 anos (média de idades – 12/13 anos) – cidade do Huambo.
3 - Omwenho Ukola	- 1 Lar / Centro de Acolhimento com 35 raparigas com idades entre os 3 e os 17 anos (maioria no grupo etário dos 7 aos 12 anos) – cidade do Huambo.

Guiné-Bissau

1 - AMIC	- 1 Centro de Acolhimento Temporário em Gabú, com capacidade para 30 crianças, onde permanecem no máximo 1 mês. Acolhe crianças vítimas de tráfico que foram resgatadas e a aguardar regresso às suas famílias; - 1 Centro de Actividades e 1 Centro de Acolhimento Temporário (com capacidade para 40 crianças) construído de raiz no bairro do Enterramento, na periferia de Bissau (nova sede); - 12 jardins infantis construídos com apoio da AMIC a nível nacional e que funcionam sob o enquadramento da organização; abrangem cerca de 720 crianças; - intervenção nos bairros / equipas (≈ 12) de animadores de rua (Bairros periféricos de Bissau - Missira, Belém, Bandim 1, Santa Luzia, Enterramento – e regiões) – abrangem acima de 100.000 crianças; - 9 Delegacias Regionais – com actividades formativas.
----------	--

2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	- Centro de Acolhimento para 90 crianças, adolescentes e jovens (Bafatá); - Escola com 4 salas para as aulas (2 para ensino corânico e 2 para ensino público vigente no país) com a capacidade de acolher 140 crianças, adolescentes e jovens da região de Bafatá e 1 sala para corte e costura; - Departamento de Comunicação, informação e sensibilização.
3 - Aldeia Infantil SOS	- 3 Aldeias de Crianças SOS – com capacidade para 110 beneficiários / crianças cada Aldeia (Bissau, Gabú e Canchungo/Caió); - 1 Lar de Jovens – com capacidade para 40 beneficiários/jovens (Bissau); - 1 Centro Social Comunitário – com salão polivalente com capacidade para cerca de 100 lugares (Bissau).

São Tomé e Príncipe

1 - Fundação Novo Futuro	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Lar / Centro de Acolhimento com 16 crianças e jovens dos 10 aos 19 anos, dos quais 3 são raparigas, em regime residencial, e mais 5 crianças dos 8 aos 16 anos, em regime de externato nas actividades formativas; - Intervenção junto de cerca de 25 outras crianças cujo apoio é dado de forma pontual e não diário; - Na comunidade de Porto Real na Ilha do Príncipe é desenvolvida intervenção com 50 crianças em idade de pré-escolar; - Em curso a criação de um Espaço Multiusos no parque central da cidade de São Tomé.
2 - ARCAR	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Centro de Acolhimento de regime interno - com 50 crianças apenas do sexo masculino (Mesquita, periferia da cidade de S. Tomé); - 2 Centros Socioeducativos: 95 crianças na comunidade de Mulundo (das quais 27 na pré-escolar) e 65 crianças no Bairro da Liberdade.
3 - Cáritas	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Lar / Centro de Acolhimento - acolhe 19 crianças de ambos os sexos (8 meninas e 11 rapazes) – cidade de S. Tomé.

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 - ACRIDES	<ul style="list-style-type: none"> - 5 Centros Comunitários Socioeducativos – frequência regular de 188 crianças
2 - Centro Juvenil Chã de Matias	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Centro Comunitário Juvenil – frequência regular de 100 crianças e jovens
3 - Associação Juvenil Black Panthers	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Infantário frequentado por 62 crianças entre os 3 e os 6 anos - Sistema de bolseiros – 300 estudantes - 1 Escola de Dança - 1 Placa Desportiva – cerca de 400 utilizadores – crianças e jovens

Moçambique / Maputo

1 - MDM	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Centro de Acolhimento Diurno – média de 15 a 20 rapazes e raparigas em situações de rua – rotativos – num universo restrito de 30/40 e num universo alargado de 100/200 - 1 Equipa de Rua – circula diariamente pelas cerca de 30 zonas identificadas onde vivem crianças de rua (7 ou 8 zonas mais recorrentes) - 1 Centro Comunitário frequentado por 120 crianças e jovens habituais mais cerca de 100 intermitentes
2 - CJ Ingrid Chawner	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Lar / Centro de Acolhimento (períodos de 2 anos) com 36 rapazes entre os 7 e os 14 anos - 1 Equipa de Rua e 1 Equipa de Reintegração
3 - Assoc. Massana	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Centro Semi-fechado frequentado por 30 rapazes entre os 12 e os 17 anos

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	- 1 Centro de Acolhimento (períodos variáveis – entre meses e anos) – capacidade para 40 rapazes e raparigas - Actividades socioeducativas semanais com crianças das comunidades envolventes (média de 80 a 100)
2 – Fórum Tau Matan	- Programa de Desenvolvimento e Protecção de Crianças – advocacia por um Sistema de Justiça Juvenil, seguimento e defesa de crianças em situação prisional, iniciativas de participação cívica e cooperação em rede
3 – Orfanato Bahkita Becora	- 1 Lar – 16 meninas/raparigas e 18 meninos/rapazes entre os 6 e os 18 anos

Casos dos países participantes / colaboradores

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	- 1 sede patrimonial no Centro Histórico / centro de trabalho - Intervenção artístico-pedagógica com grupos de jovens em circuitos comunitários e em redes (80 jovens em regime intensivo com abrangência de 1.100 pessoas)
2 – CIPÓ	- 1 sede – formação de adolescentes e jovens (223 jovens e 20 professores) e Observatório de Mídia e Direitos Humanos - Projecto baseado numa Associação Comunitária - Diversidade de destinatários com actividades que acontecem tanto nas sedes quanto em espaços de instituições parceiras, tais como escolas, associação de bairro, etc.

Portugal / Lisboa

1 – IAC Proj Rua	- 1 sede - 2 Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil - 1 equipa de rua - 1 unidade móvel – com intervenção regular em 3 comunidades
2 – Chapatô	- 1 Equipa em 2 Centros Educativos do Min. da Justiça (68 rapazes e 18 raparigas – entre os 14 e os 19 anos – tutelados) - 1 Lar (6 rapazes residentes – entre os 14 e os 25 anos) - 1 Centro para a Infância – média de 15 crianças até aos 15 anos - 1 equipa de atendimentos e acompanhamentos (média de 40 jovens – rotativos) - Animações na comunidade e nas instituições sociais

A categoria aqui designada “*modus operandi* - dispositivos” é concebida numa aceção muito funcional, ou seja, sistematizam-se as “unidades” ou “pólos” operativos com que trabalham e intervêm estas 22 organizações e focalizam-se os seus destinatários directos. É nesta categoria que se pode ter uma percepção geral das “arquitecturas operativas”, das componentes, das dimensões e dos universos numéricos. Vejamos a síntese geral:

- no plano do acolhimento: **19 Centros de Acolhimento** ou Unidades Residenciais ou Lares ou ainda Aldeias (acolhimentos residenciais com naturezas variadas) - com um total de **715 residentes** em simultâneo, o que atingirá seguramente **acima de 1.500 beneficiários / ano** neste tipo de resposta, dada a rotatividade de algumas destas unidades (nomeadamente no caso da Guiné-Bissau); há ainda uma unidade de Acolhimento diurno (com uma média de 20 rotativos num universo de 200) e uma unidade “Semi-fechada” (não residencial - com 30 beneficiários); algumas destas unidades também aceitam e acolhem beneficiários externos, multiplicando assim os seus efeitos;

- no plano dos equipamentos e **intervenção**

comunitária: 19 Centros (Socioeducativos ou Comunitários ou Polivalentes) – com um total de **3.000 utilizadores regulares e 18 equipas de rua** ou de animadores de rua ou de reintegração (algumas delas a actuar junto dos “núcleos duros” das crianças e jovens à deriva – abrangendo no conjunto cerca de **500 dos casos mais “agudos”**); para além dos utilizadores / beneficiários directos, regulares e intensivos, o conjunto destas unidades abrange acima de 200.000 utilizadores ocasionais, ou esporádicos ou intermitentes;

- no plano da acção educativa: **14 Jardins de Infância** ou equivalente (com **827 utilizadores regulares**), uma equipa de intervenção pré-escolar (com 50 utilizadores regulares), 1 escola básica (com 140 alunos), 1 escola profissional (com 120 alunos), 1 sistema de bolsas escolares (com 300 estudantes).

Como seria expectável, começa por se destacar a **intervenção centrada no acolhimento e nas correcções / adaptações das trajetórias de socialização** de muitas centenas de crianças que têm ficado sem suportes familiares e sócio-comunitários. No seu conjunto, acima de 1.500 / ano. São estes os dispositivos de maior inten-

sidade. São casas grandes e complexas em funcionamento permanente. Umas são residências onde as crianças e jovens vivem até à passagem para a vida adulta e outras (nítidas nos casos da Guiné-Bissau) são casas de transição para períodos relativamente curtos.

Mas é relevante a diversidade e capacidades dos outros dispositivos de incidência comunitária ou adicionais e extensivos das respostas residenciais e de acolhimento. **Catorze dos vinte e dois casos** abarcados por este estudo, têm e mantêm, e planeiam, **intervensões e respostas nas comunidades envolventes**, com diversos tipos de registo (das actividades regulares em espaços próprios às animações e acções de rua, aos fóruns, aos *workshops*, aos eventos, ao porta a porta, etc.). A **acção socioeducativa** é muito visível e directa, incluindo apostas na escolarização inicial, nos despistes vocacionais e na criação de oportunidades de qualificação, verificando-se também que todos os Centros Residenciais de Acolhimento têm ligações contínuas e activas com o sistema público de ensino, frequentado por quase todas as crianças e jovens em idade escolar que estão acolhidas.

No conjunto total das 22 organizações foram

inventariados 56 equipamentos operativos e que são da sua directa responsabilidade: 21 centros de acolhimento + 19 centros comunitários + 14 infantários + 2 escolas.

Não estão aqui identificados os dispositivos mais difusos das redes de contactos com famílias e com autoridades, que estão em contínua activação na maioria das organizações, sem esquecer também as acções de sensibilização e difusão junto da sociedade e das comunidades.

Este conjunto de dispositivos permite-nos vislumbrar **cerca de 6.000 utilizadores directos** (1.500 nos acolhimentos, 3.000 nas intervenções comunitárias e 1.500 na acção educativa), sendo seguro que há pelo menos outros tantos que circulam continuamente na órbita das acções e intervenções destas 22 organizações. E todos têm a percepção de que é necessário e urgente fazer este tipo de intervenção com, pelo menos, o dobro destes que conseguem ter acesso e entrada nestas malhas, para além da premência nas melhorias de condições para sucessivas qualificações dos dispositivos e dos seus recursos, métodos e instrumentos.

Como já se referiu, o universo dos indirectos e/ou intermitentes (onde também se produ-

zem efeitos induzidos), **ultrapassa os 200.000**. Sabemos pelas estatísticas que se trata apenas de uma pequena parcela do universo crítico em foco neste projecto e neste estudo.

MODUS OPERANDI — AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	<p>Apoio directo em regime de “internato” e “externato” (residentes e envolventes):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização residencial; - Acompanhamento pessoal e socioafectivo; - Assistência médica e medicamentosa; - Alimentação diária; - Distribuição de vestuário e de produtos higiénicos; - Aquisição de documentos legais de cidadão; - Ingresso no sistema formal de educação, e acompanhamento nos desempenhos escolares; - Acompanhamento psicoterapêutico (por enquanto não especializado); - Actividades de desenvolvimento pessoal e social: desporto, artes plásticas, dança, música, teatro comunitário, novas tecnologias digitais, troca de experiências, leitura, cultura geral, viagens de férias ou fim-de-semana; - Aprendizagem de línguas (especialmente francês e inglês). <p>Há, por exemplo, o compromisso de todos lerem um livro por mês. De referir que existe um Grupo Carnavalesco que começa a fazer tradição e aproveitam o Carnaval como pretexto para sensibilizar para a protecção do ambiente, nomeadamente utilizando por exemplo materiais recicláveis. De igual modo, o grupo de teatro tem a preocupação de sensibilizar para a problemática do VIH ou outras questões sociais.</p>
--------------	--

1 - Okutiuka	<p>Em diversas ocasiões os jovens da Okutiuka organizam pequenas exposições performativas (sobretudo à base de dança e música) e participam nos eventos da cidade.</p> <p>Desenvolve ainda as seguintes actividades:- Reintegração familiar;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento para cursos técnico profissionais; - Sessões centradas nas responsabilidades sociais e individuais; - Legalização de terrenos e construção de casas individuais para os jovens que se autonomizam; - Apoio à integração no mercado de trabalho; - Visitas às famílias dos jovens e crianças para aconselhamento e unificação de laços afectivos e identitários; - Apoio a pesquisas universitárias sobre a incidência de traumas de violência e abandono na vida dos jovens e crianças; - Campanhas de sensibilização sobre os direitos da criança, e necessidade de actuação conjunta para a integração activa e participativa dos jovens na vida social. <p>A cada início de ano lectivo, a Okutiuka faz questão em divulgar a orientação da Constituição Angolana sobre o direito ao ensino, para que todos saibam que as crianças têm direito de frequentar a escola primária, que não têm que pagar nada e por isso é ilegítimo (e factor de atraso) que as crianças sejam impedidas de frequentar a escola.</p> <p>A Okutiuka continua implicada no desenvolvimento do projecto de reforço organizacional e institucional de uma Cooperativa Agrícola a 60 km de Huambo (a que é feita referência no historial). Não existe qualquer relação entre esse projecto (de cariz comunitária rural) e o Espaço de Acolhimento e de Actividades Infantis e Juvenis que aqui está em foco.</p>
--------------	--

2 - Casa dos Rapazes	<ul style="list-style-type: none"> - Organização da vida quotidiana; - Alojamento; - Refeições; - Higiene e saúde dos utentes; - Acompanhamento e apoio na escola; - Catequese; - Actividades lúdicas e desportivas; - Formação.
3 - Omwenho Ukola	<ul style="list-style-type: none"> - Organização da vida quotidiana; - Alojamento; - Refeições; - Higiene e saúde das utentes; - Acompanhamento e apoio na escola; - Formação regular em capacitações; - Catequese; - Actividades lúdicas e passeios; - Contacto com as famílias; - Contacto com as ex-residentes.

Guiné-Bissau

1 - AMIC	<p><u>Tráfico e exploração do trabalho infantil</u> - Raptos e tráficos das crianças (crianças Talibés - crianças entre 5 e 18 anos, sobretudo meninos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação e acompanhamento da criança no país de acolhimento - Pesquisa e localização da criança no país de origem - Preparação do regresso e reintegração da criança - Reinserção e seguimento personalizado da criança no país de origem - Cooperação transnacional - Desenvolvimento de acções comunitárias <p><u>Defesa e Protecção dos Direitos da Criança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Divulgação da CDC / Convenção dos Direitos da Criança e outros instrumentos internacionais de defesa e protecção da criança - Informação e comunicação radiofónica - Palestras, seminários e encontros - Grupos infantis de intervenção teatral, que fazem trabalho de sensibilização junto da comunidade. - Djumbai (discussões em pequenos grupos) - Comemoração de datas alusivas às crianças para sensibilização e lobby - Sensibilização e mobilização comunitária para o desenvolvimento da criança num ambiente saudável e equilibrado <p><u>Protecção da criança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Denúncia, assistência e seguimento de casos de violação sexual, abusos e maus-tratos, castigos físicos e tratamentos humilhantes
----------	--

<p style="text-align: center;">AMIC</p>	<p>(amputações dos membros ou dedos, queima das mãos e outras partes do corpo)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aconselhamento, negociação e orientação jurídica (separação de pais, casamento forçado, rapto e tráfico, violação sexual, abusos e maus-tratos) - Acolhimento temporário em centros sociais e em famílias de substituição e acompanhamento psico-social <p><u>Lobby e plaidoyer sobre CDC / Convenção dos Direitos da Criança e problemática da criança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Influência junto aos Deputados (Assembleia Nacional Popular) e Governo para adopção da lei sobre a criança, ratificação dos instrumentos internacionais de protecção, defesa e bem-estar da criança e harmonização da legislação guineense - Lobby para adopção de políticas, estratégias e um plano de acção no domínio da infância <p><u>Consultas às crianças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Parlamento Infantil - Consultas directas às crianças nas escolas e comunidades <p><u>Intervenção Comunitária</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação de Animadores - Criação e legalização de Associações - Criação de grupos teatrais infanto-juvenis que fazem trabalho de sensibilização (Grupo “Netos de Bandim” tornou-se grupo de referência) <p><u>Educação, Cultura e Lazer</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção, reabilitação e melhoria de infra-estruturas escolares
<p style="text-align: center;">AMIC</p>	<p>no meio rural e urbano (auto-construção de escolas de gestão comunitárias)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação pedagógica e reciclagem de educadores da pré-escolar - Fornecimento de equipamentos, mobiliários e materiais escolares - Formação e acompanhamento dos Comités de Auto-Gestão Escolar (Professores, Pais e Encarregados de Educação, Alunos e Representantes das Comunidades) - Apoio as Cantinas e hortas escolares - Formação e orientação profissional para crianças/jovens - Assistência social aos alunos e famílias mais desfavorecidos ou em situação de vulnerabilidade (apoio material e financeiro) - Incentivos à escolarização das raparigas - Água potável e saneamento escolar - Criação de grupos culturais infanto-juvenis (teatro, dança, música, poesia) - Organização de eventos e espectáculos com os grupos culturais infantis (festivais infantis de canção, dança, poesia e teatro) - Animação e mobilização cívica, sanitária, escolarização e divulgação da CDC com os grupos culturais infantis - Comemoração das datas nacionais, regionais e internacionais dedicadas as crianças (Dia da Criança Africana, Dia Internacional da Criança e quinzena da criança) - Visitas de estudo e de intercâmbio - Organização de actividades desportivas e recreativas - Organização do Carnaval infantil <p><u>Saúde e Ambiente</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção e reabilitação dos centros de saúde unidades de saúde de base

	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de agentes de saúde comunitária e matronas - Planeamento familiar - Educação nutricional - Acompanhamento, assistência médica e medicamentosa as crianças vítimas de maus-tratos, tráfico, abusos ou violação sexual e de engenhos explosivos - Animação e sensibilização sobre o paludismo (distribuição de tendas impregnadas), IST e VIH/Sida - Prevenção da cólera - Saúde reprodutiva - Práticas nefastas a saúde da mulher e da criança - Educação ambiental e sanitária - Mudanças de comportamento
2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	<p>Os animadores têm a missão de seguir as crianças no terreno, fazer os levantamentos dos casos de violações dos direitos das crianças da Região de Bafatá.</p> <p>As mães enquadradoras asseguram o funcionamento do Centro de Acolhimento em termos de vida diária das crianças no Centro.</p> <p>Actividades complementares: escolarização das crianças, campanhas de sensibilização para as boas práticas, trabalho de recuperação das crianças em conflito com a lei, enquadramento das crianças nas escolas das suas tabancas</p>
3 - Aldeia Infantil SOS	<p>Todas as actividades inerentes à organização da vida comunitária de uma aldeia: modalidades relacionadas com a vida prática quotidiana, a vida caseira, o apoio à escola e à formação, actividades lúdicas, orientação para as vidas adultas autónomas, acção junto das famílias e da comunidade mais alargada e relacionamento com as redes institucionais nacionais e internacionais e acompanhamentos quando necessário.</p> <p>O que faz a organização na problemática dos abusos infantis:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> a. Consciencialização: Aumentar a consciencialização acerca do abuso de crianças e os seus riscos b. Prevenção: Fornecer orientação em como salvaguardar as crianças de abuso c. Reporte: Estabelecer e aderir a procedimentos de reporte claros e simples d. Resposta: Garantir que acções claras são tomadas quando há suspeitas ou relatos de abuso de menores
--	--

São Tomé e Príncipe

1 - Fundação Novo Futuro	<p>Vida quotidiana no Centro de Acolhimento</p> <p>Acompanhamento da vida escolar e da formação da crianças e jovens</p> <p>Desenvolvimento de outras actividades e projectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação e adequação de um Espaço Multiusos; - Organização de sessões de formação com realização de actividades educativas e promocionais da saúde; - Visitas de estudo guiadas ou acompanhadas de monitores, para diferentes locais de interesse e devidamente seleccionados; - Realização de actividades lúdicas, desportivas, culturais e noções de criação e cuidado da horta com as crianças e jovens na fundação ou outro local seleccionado; - Deslocações às comunidades com objectivo de sensibilizá-las sobre a importância do aleitamento materno, nutrição em diferentes fases do crescimento, o papel social das jovens e mulheres, noções de nutrição, higiene e aproveitamento integral dos alimentos.
--------------------------	--

2 - ARCAR	<ul style="list-style-type: none"> - Vida quotidiana no Centro de Acolhimento; - Formações pré-profissionais; - Alfabetização; - Apoio escolar (ATL) e actividades complementares; - Actividades socioeducativas (educação física, visitas de estudos, etc.); - Legalização dos documentos de identificação dos meninos; - Ação junto às famílias (considerada actividade chave); - Ateliers de formação: 1 costura; 1 bordado; 1 culinária
3 - Cáritas	<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento de crianças; - Contactos com famílias e autoridades; - Organização da vida prática das crianças em acolhimento: dormida, comida, saúde e higiene, apoio na escola, actividades lúdicas e de aprendizagem informal; - Saídas profissionais (encaminhamento para formação); - Integração Familiar; - Encaminhamentos para a ARCAR; - Encaminhamentos para Adopção; <p>A organização possui uma média empresa (Roça) no Distrito de Cantagalo para encaminhamento dos meninos que vendem nas ruas, mas no entanto, a empresa não tem tido sucesso, por falta de transportes e meios.</p>

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 - ACRIDES	<p>Intervenção de terreno (ruas de zonas identificadas):</p> <ul style="list-style-type: none"> - estabelecimento de confiança para interações regulares com as crianças e jovens; - contactos com as redes que essas crianças mantêm; - integração das crianças nos programas e equipamentos da ACRIDES (seja nalgum dos pólos fixos, seja nos programas transversais); - procedimentos de encaminhamento (desde documentação a resolução de conflitos ou de impasses), o que implica diligências de vários tipos; - soluções de regresso ou ingresso em relação à escola ou às ofertas de qualificação; - equação do suporte familiar ou institucional. <p>Intervenção nos Centros Comunitários: apoio nos trabalhos escolares, trabalhos e dinâmicas de grupos, jogos de descoberta e aprendizagem, actividades desportivas, ateliers de teatro e de “estórias”, danças e música, atelier de leitura, reciclagem de materiais, artes visuais, artes tradicionais, fotografia e cartazes, informática e tecnologias digitais, actividades de higiene e de saúde, visitas de estudo e passeios, palestras e sessões com convidados, encontros e intercâmbios com as famílias (incluindo Conselhos de Pais e de Famílias), acções de formação, participação em eventos e datas comemorativas, articulação com as escolas e com as organizações comunitárias e sociais, sessões de sensibilização com a comunidade, entre outras.</p>
--------------------	--

	<p>Outras intervenções: Semana da Criança (campo de férias anual – rotativo nos bairros), Convívios, Palestras, Jornadas de Reflexão, Formação Parental, Intercâmbios, Visitas de Estudo, Marketing Social e Relações Públicas.</p>
<p>2 – Centro Juvenil Chã de Matias</p>	<p>Acolhimento diário e continuado de crianças e adolescentes, o que implica as seguintes modalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização das rotinas dos 2 turnos do Centro: horários, regras, alimentação, higiene, apoios personalizados; - Apoio e reforço escolar; - Atividades socioeducativas e formativas (artesanato, capoeira, dança, desporto, visitas e passeios, etc.); - Orientação vocacional para prosseguimento de qualificações (formação). <p>Intervenção junto da famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio na habitação; - Encontros periódicos com encarregados de educação; - Visitas domiciliárias; - Despistagens de saúde e acompanhamento; - Convívios e passeios. <p>Intervenção junto das Escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visitas periódicas para acompanhamento das crianças e adolescentes; - Participação nos encontros e actividades das escolas; - Participação no Núcleo de Apoio a Crianças com Necessidades Educativas Especiais; <p>Participação na Rede de Apoio às Cantinas Escolares</p>

<p>3 – Associação Juvenil Black Panthers</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Vertente Social: <ul style="list-style-type: none"> • Infantário – com educação pré-escolar e apoio à vida diária (higiene, saúde, alimentação, ligação à família, etc.); • Apoio a Idosos e Deficientes – com cabazes alimentares e auxílios na saúde e higiene e, em preparação, um Centro de Dia. - Vertente Educativa – sistema de bolseiros e de apadrinhamentos. - Vertente Cultural – Escola de Dança e Grupo de Dança e eventos. - Vertente Desportiva: <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de um equipamento desportivo; • Prática desportiva – futebol, basquetebol e andebol; • Escola de futebol. - Vertente Recreativa e de Ocupação dos tempos livres: <ul style="list-style-type: none"> • Cibercafé; • Iniciativas temáticas (campanhas, encontros, etc.); • Iniciativas comemorativas e festivas.
--	---

Moçambique / Maputo

<p>1 - MDM</p>	<p><u>Assistência Médica:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - destinatários beneficiam de consultas médicas no Centro de Saúde; - balneário e lavandaria no Centro de Acolhimento Diurno; - enfermeira de despistagem e encaminhamento - em permanência no Centro de Acolhimento Diurno; - primeiros socorros, assistência psicológica, acompanhamento ao hospital com um educador ou agente de saúde – equipa de rua; - apoio em medicamentos aos Centros parceiros; - vacinação de crianças de rua e das crianças abrangidas pelo Centro Comunitário e emissão de cartões de saúde; - prevenção e informação sobre as DST e o VIH/SIDA e pales-
----------------	---

MDM (cont)	<p>tras educativas e médicas.</p> <p><u>Assistência social:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - sala de acolhimento com horário diário regular diurno – programa e utilização livre (centro da cidade); - desenvolvimento de processos de reintegração (ou para famílias de origem ou para centros fechados ou semi-abertos); - obtenção de documentos de identidade e cidadania; - diagnóstico contínuo das situações de vida na rua na cidade e acompanhamento ou encaminhamento de casos. <p><u>Formação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - formação profissional ou pré-profissional para jovens (em entidades credenciadas); - apoios a pequenos empreendimentos onde os jovens possam desenvolver as suas qualificações; - encaminhamentos para alfabetização e para a escolaridade básica; - formação em primeiros socorros para agentes de saúde dos centros que trabalham com crianças; - apoios suplementares à frequência escolar (no Centro Comunitário); - programas socioeducativos com actividades multivariadas (desenho e pintura, modelagens em diversos materiais (barro, arame, cartão, etc.), grafismo, fotografia e vídeo, danças, música, teatro, jornal / boletim, rádio local, futebol, outras modalidades desportivas, passeios, etc..). 	<p>2- CJ Ingrid Chawner</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação e formação na vida prática - limpeza e higiene, convivência educada, machamba, cultura geral; - Apoio na obtenção de documentos de cidadania – registo de nascimento, bilhete de identidade e outros; - Educação espiritual cristã e apoio sócio-afectivo; - Formação escolar formal e formação profissional (incluindo aulas de explicação e reforço das aprendizagens e estágios); - Actividades de desenvolvimento pessoal e social – desporto, informática, biblioteca, música; por exemplo, no desporto, o Centro dispõe de uma equipa de futebol que se encontra federada e, portanto, participa nos campeonatos oficiais; - Intervenção externa: Intervenção na rua – com aproximações e abordagens de diagnóstico e de busca de soluções; Intervenção junto das famílias e das comunidades – com todas as diligências e concertações necessárias às reintegrações; Participação em redes de parceria (nacionais e internacionais) – com modalidades que também implicam a qualificação e reciclagens dos elementos das equipas.
	<p>3 – Assoc. Massana</p> <p>Acolhimento diário e continuado de crianças e adolescentes, o que implica as seguintes modalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização da vida quotidiana no Centro de Acolhimento Diário: cumprimento de rotinas, comida, saúde e higiene; - Legalização dos documentos de identificação das crianças; - Programas de alfabetização e de escolaridade obrigatória; - Apoio escolar e actividades complementares; - Actividades religiosas e de culto; - Actividades socioeducativas (oficinas, visitas, participações); - Enquadramento dos tempos livres; - Orientação vocacional para prosseguimento de qualificações (formação). 	

A. Massana	<p>Intervenções no terreno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intervenção na rua – observação, abordagens, recrutamentos; - Mediações junto das famílias e das comunidades; - Cooperação com parcerias e redes.
------------	---

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	<p><u>Protecção de Crianças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de “acomodação “ e “protecção “ para as crianças e jovens em risco – situações urgentes e situações planeadas e concertadas (função de casa abrigo) - Organização e acompanhamento dos processos (casos e perfis) das crianças - individualmente e com confidencialidade (“case management”) <p>Para a sua função residencial, o Centro assegura as suas múltiplas obrigações “caseiras”: organização da vida e da rotina diária; alimentação diária; vestuário e higiene; assistência médica e medicamentosa; aquisição de documentos legais de cidadão; regresso ao, ou ingresso no sistema formal de educação e acompanhamento nos desempenhos escolares (em escolas na comunidade); acompanhamento pessoal e socioafectivo; actividades de desenvolvimento pessoal e social: desporto, artes visuais, música, informática, línguas, jogos, biblioteca e leitura, passeios ou visitas.</p> <p>Simultaneamente estuda e acompanha cada caso, desde as diligências necessárias em termos formais até à procura ativa de condições para reunificação ou autonomização.</p> <p><u>Advocacia – Direitos das Crianças e Jovens</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviços de atendimento e de “out reach” / prospecção
--------------------------------	---

Centro Miguel Magone (FCJ)	<p>para estabelecer canais de comunicação e de interação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acção pública e cívica de “Advocacia” focada nas crianças desprotegidas e expansão / enunciação dos assuntos e problemas das crianças e jovens através das redes e dos “media”. <p>O FCJ Oratório Don Bosco desenvolve todas as modalidades das parcerias e dos “lobbings”, ou seja, não só tem “antenas” de rua como assegura “atendimento” a qualquer momento e para além disso toma iniciativas de visibilidade social e de conjugação de esforços com parceiros e aliados.</p> <p><u>Educação não Formal</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação e desenvolvimento das vocações e oferta de formações / qualificações adequadas; - Promoção e viabilização de “espaços de criatividade” para as crianças e jovens. <p>A vertente da Educação não Formal implica também múltiplas modalidades: diagnóstico vocacional, encaminhamentos e actividades de animação e de produção criativa.</p>
2 – Fórum Tau Matan	<p><u>Protecção de Crianças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudo e apresentação de Propostas; - Pesquisa e diagnóstico de situações; - Atendimento, aconselhamento e encaminhamento de processos; - Interação com crianças e suas redes e com entidades ou autoridades de tutela (o que inclui procedimentos de defesa e de mediação); - Divulgação de informações e debate público.

3 – Orfanato Bahkita Becora	<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento de crianças e jovens; - Organização da vida diária das crianças em acolhimento: dormida, comida, saúde e higiene, apoio escolar, actividades lúdicas e de aprendizagem informal; - Contactos com as famílias e autoridades; - Orientação vocacional e acompanhamento dos percursos educativos e formativos; - Aprendizagens de utilidade para a vida prática; - Participação em iniciativas externas relacionadas com a Protecção de Crianças.
-----------------------------	---

Casos dos países participantes / colaborantes

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	<p><u>Formação:</u> Programa de Educação para a Cidadania - formação directa de cerca de 80 adolescentes e jovens. Esta formação se dá a partir de actividades artístico-pedagógicas, com aproximadamente 150 encontros de formação por ano para cada grupo artístico.</p> <p>Para participarem, os adolescentes e jovens passam por uma Oficina de Identificação e, aqueles que se identificam com a proposta de actuação e se comprometem com a instituição, passam a compor grupos de teatro.</p> <p>Para estes grupos, foi estruturado um currículo aberto que promove a formação, integrando as dimensões da arte, do desenvolvimento pessoal, das questões da vida cidadã e do desenvolvimento da linguagem oral e escrita.</p> <p>Os encontros de formação de familiares são realizados considerando temáticas que contribuam para o fortalecimento das mulheres.</p>
----------	--

CRIA (cont)	<p>Com o Grupo Cria Palhaço o seu Programa de Formação é definido em diálogo com o Grupo C'Art/Itália e é focada nas técnicas de palhaço, o mundo urbano, leitura, identidade, cidadania, preparação cómica relacional.</p> <p>Formação continuada da equipa da organização.</p> <p><u>Difusão:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ensaios Abertos - Mostra de Arte Cénica - Festivais - Circuito Comunitário - Actuação Comunitária - Intercâmbios - Encontro Sertão Brasil (bienal). <p><u>Projectos em Parceria:</u> de formação de educadores, profissionais de saúde, arte-educadores e jovens multiplicadores.</p> <p><u>Sistematização:</u> produção de cartilhas, DVD, panfletos.</p> <p><u>Participação em Redes e Espaços de Controle Social</u></p> <p><u>Intervenção no Centro Histórico:</u> acções colectivas</p>
2 – CIPÓ	<p><u>Melhoria da Educação</u> - articula parcerias com secretarias de educação; mobiliza organizações sociais e incide junto ao poder público; capacita professores e alunos que possam multiplicar e trabalhar os conteúdos curriculares a partir de produção de peças de comunicação escolares e comunitárias.</p> <p>Para o Direito Humano à Comunicação e à Cultura, a instituição apoia a implantação e fortalecimento de centros comunitários de multimédia; capacita comunicadores locais em comunicação comunitária e técnicas de jornalismo; forma jovens para actuarem como produtores de média,</p>

CPIÓ (cont)	<p>educadores ou mobilizadores sociais, luta para a criação de políticas públicas de democratização da comunicação, através de articulação com o poder público, conselhos de direito e redes.</p> <p><u>Participação Política:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - capacita adolescentes e jovens para acções de monitoramento e <i>advocacy</i> (busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou causa); - actua em fóruns, redes, conselhos e influencia actores estratégicos no âmbito político, empresarial e social; - estuda e elabora propostas de leis, políticas e programas; - estimula às organizações sociais a incorporarem a participação de crianças e jovens em seus processos decisórios. <p><u>Mundo do Trabalho:</u> mobiliza empresas para inserção de jovens no mundo do trabalho; capacita para o Mundo do Trabalho os adolescentes que participam dos projectos, com ênfase no empreendedorismo e na economia criativa.</p>
-------------	--

Portugal / Lisboa

1 – IAC Projecto Rua	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Giros diurnos e nocturnos</u> Metodologia privilegiada de intervenção utilizada pelos técnicos e animadores do Projecto Rua, que consiste na realização de percursos a pé ou com recurso à Unidade Móvel Lúdico - Pedagógica, através de zonas consideradas de risco social - “giros de diagnóstico” (de observação, escuta e encontro) e “giros de denúncia” (directamente relacionados com as sinalizações das Linhas SOS ou com as redes de parceria). - <u>Acompanhamento Psicológico</u> - <u>Acção “Aprender na Rua”</u>: ocupação de tempos livres, apoio escolar, animações (do sentido lúdico às competências), diagnósticos focalizados, interações com parcerias (funcionamento de grupos inter-institucionais). - <u>Intervenções de carácter educativo e formativo</u>: Turmas PIEF / Programa Integrado de Educação e Formação; Acções de sensibilização e formação; Treino de competências pessoais e sociais; Formação parental; Dinamização de intercâmbios de crianças e jovens; Dinamização de sessões temáticas em escolas. - <u>Intervenções de carácter psicossocial</u>: Avaliação/accompanhamento psicológico de situações familiares; Visitas domiciliárias; Reuniões familiares; Encaminhamento / acompanhamento a serviços; Orientação na organização das tarefas domésticas. - <u>Modalidades de carácter interinstitucional</u> - <u>Promoção de acções protagonizadas pelas próprias crianças e jovens</u>
----------------------	---

Centros Educativos (do Ministério da Justiça): intervenção nos tempos intervalares, com actividades de rotina (ateliers - Artes Circenses, Jornal “Os Pensadores”, Capoeira, ”Casa das Histórias” e “Histórias ao Serão”, Rap, Dança Circo, Artes Plásticas, Música, Escultura em Barro), com actividades de “vivências positivas” (serões, saídas, fins de semana, férias, comemorações, etc..) e participação nos procedimentos e análises institucionais.

Lar / Comunidade de Inserção - alojamento: acompanhamento e avaliação no processo de integração sócio-profissional e ocupacional dos jovens; acompanhamento no apoio escolar; promoção e acompanhamento ao nível da saúde; apoio na obtenção de documentação; apoio na alimentação, vestuário e medicamentos; acompanhamento na frequência de formações; dinamização de actividades de convívio na casa (almoços e /ou jantares semanais) e saídas externas semanais (teatro; cinema; passeios, concertos, praia, futebol); contactos e mediações com familiares e redes dos jovens; elaboração e acompanhamento do Dossier de Utente para cada jovem residente; promoção e acompanhamentos de inserções sócio-profissionais; articulações de retaguarda (advogada, apoio escolar, etc..).

Atendimento / Acompanhamento: rede de apoio ao nível do alojamento em IPSS (Comunidades Terapêuticas) e em Pensões; acompanhamento no processo integração sócio-profissional; integração de jovens em actividades ocupacionais; apoio técnico nas áreas de Serviço Social, Apoio Educativo (escolar e apoio na certificação de competências), Psicossocial, Psicológico e de Justiça; promoção e acompanhamento ao nível da saúde; apoio na obtenção de documentação; apoio na alimentação e vestuário; apoio a jovens com múltiplos problemas agudos (Deficiência mental, Doença Mental/Psicoses e Delinquência); apoio a jovens com medidas jurídicas em cumprimento - com o objectivo de substituição de penas de prisão por trabalho comunitário em instituições parceiras.

Acolhimento e Apoio para a Infância e ATL Jovem: actividades lúdico-formativas, actividades culinárias e de reciclagem; realização de eventos festivos, comemorações e festas de aniversário; realização de ateliers específicos; utilização acompanhada em Biblioteca, Centro de Documentação e Informática; visitas e participação em *workshops*.

A categoria aqui designada “*modus operandi* – modalidades” está centrada nos procedimentos, quer instrumentais, quer metodológicos, ou seja, permite configurar as combinatórias singulares de cada organização nas suas “artes de fazer” e possibilita a percepção de zonas comuns (propícias a replicações e/ou interações). Os elencos e as sequências (em formulações muito resumidas) permitem uma relativa aproximação às metodologias (que não foram directamente objecto de estudo). Apesar da sua extensão optou-se por transcrever os elencos de modalidades indicadas pelas 22 organizações porque configuram um **manual de procedimentos para esta área da intervenção social**, quer na focagem dos dispositivos e dinâmicas de acolhimento e socialização prolongada, bem como de resgate e reintegração, quer na especificidade das acções de “*advocacy*”, quer ainda na multiplicidade de modalidades

de desenvolvimento social e comunitário. Estes elencos, além de esclarecedores e referenciais, permitem-nos objectivar os **4 Eixos Instrumentais** que correspondem à prática social deste tipo de organizações:

- acolhimento e socialização;
- resgate e reintegração;
- *advocacy* e sensibilização;
- capacitações.

O acolhimento e socialização implica toda a panóplia de modalidades necessárias ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social, com organização e orientação das integralidades de vidas quotidianas em trânsito social, em universos que, nesta amostra, ultrapassam as **1.500 crianças e jovens**. São intervenções sem interrupções que exigem graus máximos de dedicação por parte dos agentes de referência, a criatividade e habilidade na obtenção e utilização de recursos permanentes e especiais qualidades na produção e reprodução de laços de coesão identitária. Neste eixo estão todas as modalidades da vida quotidiana de qualquer menino ou menina, rapaz ou rapariga, que tenha oportunidades de uma socialização sem constrangimentos excessivos.

O *resgate e reintegração* implica uma enorme complexidade de modalidades e instrumentos, desde a pesquisa e capacidade de sinalização, até à viabilização de soluções e condições de regresso e posteriores acolhimentos temporários, reintegrações familiares e comunitárias, inclusões nos sistemas de ensino e acompanhamentos. Este estudo detectou acima de 1.850 crianças e jovens que nos últimos anos beneficiaram destas intervenções contra os atropelos dos Direitos da Criança.

A *advocacy e sensibilização* constituem um eixo em que predominam as modalidades de observação, de denúncia, de defesa, de marketing social, de influência nas opiniões públicas comunitárias e locais e de lobbying com autoridades, agentes de ação política e agências internacionais.

No Eixo das *capacitações* está toda a diversidade abrangente da acção educativa, socioeducativa e formativa, da animação comunitária, da ação política e da acção sociocultural, da produção de eventos e também da acção social e sociofamiliar especialmente focalizada nas condições básicas de saúde, ambiente e condições habitacionais. E também são nítidos neste Eixo os

multivariados recursos das expressividades, da criatividade e da produção artística, intrinsecamente ligados às componentes sócio-simbólicas e identitárias. A natureza das organizações e das suas historicidades práticas sempre foi implicando metodologias participativas e de empoderamento. Este Eixo abrange **mais do que 3.000 crianças e jovens** como utilizadores regulares e dezenas de milhares de utilizadores esporádicos.

EQUIPA

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	11 (equipa do Centro de Acolhimento) + 11 (pessoal auxiliar) + 5 (voluntários e estagiários) – total de 27
2 - Casa dos Rapazes	2 (dirigentes) + 5 (pessoal auxiliar) + 1 voluntária – total de 8
3 - Omwenho Ukola	3 (Irmãos – dirigentes) + 7 (equipa técnica) + 5 (pessoal auxiliar) – total de 15

Guiné-Bissau

1 - AMIC	5 (quadros dirigentes) + 12 (2 equipas dos Centros de Acolhimento + 54 (12 equipas de Jardins de Infância) + 195 (13 equipas de Animadores) – total de 266 (3.000 associados)
2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	55 (equipa técnica) + 8 (pessoal auxiliar) + 120 (jovens ativistas voluntários) – total de 183
3 - Aldeia Infantil SOS	17 (equipa técnica) + 18 (pessoal auxiliar) + mães (50 ?)

São Tome e Príncipe

1 - FNF	5 (dirigentes voluntários) + 5 (equipa operacional) + 4/5 voluntários (especializados) – total de 14/15
2 - ARCAR	24 (equipa do Centro de Acolhimento) + 7 (equipa do Centro do Mulundo) + 8 (equipa do Centro do Bairro da Liberdade) – total de 39
3 - Cáritas	9 (equipa do Centro de Acolhimento) + 9 (pessoal auxiliar) – total de 18

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 - ACRIDES	3 (dirigentes operacionais, incluindo a presidente) + 8 (equipas dos Centros) + 2 (pessoal auxiliar) – total de 13 + voluntários
-------------	--

2 – Centro Juvenil Chã de Matias	1 (coordenadora) + 7 (equipa técnica) + 3 (pessoal auxiliar) + 3 (voluntários regulares) – total de 14
3 – Associação Juvenil Black Panthers	7 (equipa técnica) + 4 (pessoal auxiliar) – total de 11

Moçambique / Maputo

1 – MDM	3 dirigentes operacionais + 16 (equipa técnica) + 4 (pessoal auxiliar) – total de 23
2- CJ Ingrid Chawner	3 (técnicos profissionais) + 16 (voluntários ex-utentes) + 4 (voluntários estrangeiros) + 5 (estagiários) + 12 (pessoal auxiliar) – total de 40
3 – Assoc. Massana	5 (elementos da organização) + 4 (voluntários) – total de 9

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	2 (dirigentes) + 8 (técnicos) + 3 (administrativos) + 10 (pessoal auxiliar) + 7/8 voluntários – total de 30
2 – Fórum Tau Matan	17 elementos (que abrangem as várias áreas de acção)
3 – Orfanato Bahkita Becora	1 (mentora responsável) + 5 (elementos auxiliares) – total de 6

Casos dos países participantes / colaboradores

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	7 (equipa 1) + 2 (equipa 2) + 2 (equipa 3) + 3 (equipa 4) + 2 (equipa 5) + 2 (equipa 6) – total de 18 + voluntários + contratados ocasionais
2 – CIPÓ	6 (coordenadores) + 13 (educadores) + 3 (comunicação) + 2 (gestão pedagógica) + 4 (gestão) + 4 (pessoal auxiliar) – total de 32

Portugal / Lisboa

1 – IAC Proj Rua	1 (coordenadora) + 6 (equipa 1) + 6 (equipa 2) + 6 (equipa 3) + 4 (equipa 4) + 2 (apoio logístico e administrativo) – total de 25
2 – Chapiro	5 (coordenação) + 15 (equipa centros) + 10 (equipa social) + 10 (equipa programas) – total de 40

A soma total dos elementos das equipas das 22 organizações, ultrapassa as **930 pessoas**. A Guiné-Bissau é o país com maior número de pessoas envolvidas, ultrapassando os 500 elementos, embora se deva ter em conta que acima de 300 são voluntários e activistas das duas organizações que trabalham em largo espectro e que abarcam um conjunto alargado de populações e localidades com intervenções muito diversificadas e intensas ao nível da acção educativa e do desenvolvimento comunitário.

Ainda dos países da 1ª fase, as 3 organizações santomenses totalizam 72 elementos nas suas equipas e as 3 organizações angolanas totalizam 50 elementos, numa variação que está entre o mínimo de 8 elementos e um máximo de 39 elementos.

Nos países da 2ª fase, as 3 organizações moçambicanas também totalizam 72 elementos, as 3 organizações timorenses totalizam 53 elementos e as 3 organizações cabo-verdianas somam 38 elementos, numa variação que está entre o mínimo de 6 elementos e um máximo de 40 elementos. Nos 2 países participantes, as 2 organizações brasileiras somam 50 elementos e as 2 organizações portuguesas totalizam 65 elementos.

Excluindo o caso da Guiné-Bissau, o leque de variação das dimensões das restantes 19 equipas estabelece-se entre um mínimo de 6 elementos e um máximo de 40 elementos.

Deve-se ter presente que estão contabilizados os elementos das equipas técnicas (que nalguns casos incluem os próprios dirigentes) e os elementos das equipas auxiliares.

RECURSOS

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	180.000 USD (mas precisa de 270.000)
2 - Casa dos Rapazes	50.000 USD (mas precisa de 100.000)
3 - Centro de Acolhimento de Meninas Centro de Acolhimento de Meninas Omwenho-Ukola	20.000 USD

Guiné-Bissau

1 - AMIC	664.000 €
2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	71.690 €
3 - Aldeia Infantil SOS	???

São Tome e Príncipe

1 - Fundação Novo Futuro	25.000 €
2 - ARCAR	150.000 €
3 - Cáritas	25 a 30.000 €

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 - ACRIDES	30.000 €
2 - Centro Juvenil Chã de Matias	125.000 €
3 - Associação Juvenil Black Panthers	38.000 €

Moçambique / Maputo

1 - MDM	302.000 USD
2 – Centro Juvenil Ingrid Chawner	205.000 €
3 – Associação Massana	40.000 USD

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	163.607 USD
2 – Fórum Tau Matan	200.000 USD
3 – Orfanato Bahkita Becora	36.000 USD

Casos dos países participantes / colaboradores

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	455.000 €
2 – CIPÓ	1.000.000 €

Portugal / Lisboa

1 – IAC – Projecto Rua	770.000 €
2 – Chapitô	400.000 €

Relativamente aos Recursos, constam aqui apenas os números redondos dos orçamentos anuais de 17 das 18 organizações dos 6 países parceiros, o que não esgota o conjunto mais extenso e sinérgico dos recursos correntes que as organizações conseguem mobilizar. Estes **orçamentos anuais variam entre 20.000 USD e 664.000 USD** nos dois limites encontrados, sendo o mais baixo referente a uma organização religiosa (que promove um Lar) e o mais alto referente a uma organização complexa e abrangente que intervém em largo espectro.

A soma do conjunto dos orçamentos anuais das 17 organizações que prestaram informação, atinge o equivalente a **2.083.000 €**. As 4 organizações dos 2 países participantes / colaboradores, somam orçamentos no valor de 2.625.000 €.

Uma primeira observação imediata é a de que se trata de um quantitativo relativamente baixo por analogia com orçamentos anuais de organizações equivalentes dos países do Norte ou com orçamentos de projectos internacionais no quadro da promoção do desenvolvimento. No Norte seria muito difícil (ou impossível) encontrar 17 organizações equivalentes com um total orçamental desta ordem e com os níveis de resultados

e graus de eficácia que aqui são objectivados.

Apesar do risco de abstracção demasiado elevada, se efectuarmos um cálculo simplista na lógica do orçamento “per capita”, temos **4.708.000 €** (considerando o conjunto total das 21 organizações que prestaram informação) a dividir por **6.000 utentes regulares / contínuos** (em períodos de um ano, sabendo-se que uma parcela significativa é rotativa e que não estamos a incluir todos os que são abrangidos de forma descontínua), o que dá um resultado de **2,15 € / dia por cada utilizador do círculo contínuo e intensivo das intervenções**. Dentro desse círculo contínuo das intervenções estão acima de 1.500 crianças e jovens que estão em acolhimento integral, o que significa que as organizações asseguram as suas vidas quotidianas por completo, bem como as suas trajectórias de socialização e os seus custos de reintegração ou de autonomização.

Sem deixar de realçar a transparência demonstrada pelas organizações, que permite esta objectivação, deve ter-se em conta que se trata de um nível primário de visibilidade orçamental. Estes quantitativos traduzem os orçamentos contabilísticos formais, não havendo cálculos disponíveis dos “pacotes” de “recursos sinérgicos”,

ou seja, do conjunto de recursos que todas estas organizações conseguem mobilizar por via dos seus impactos e implantações no terreno, por via das suas “malhas” de solidariedade e cooperação. Esse 2º reservatório de recursos, que não estão contabilizados e que se desdobram em “n” práticas e modalidades, de proximidade e à distância, revela-se condição indispensável para a sustentação e manutenção do conjunto de respostas que não admite a possibilidade de interrupções. Muitas destas organizações estão em condições em que são obrigadas a resolver a sua governação material nas aflições do dia a dia.

Por analogia com os orçamentos das organizações governamentais que têm funções idênticas e dos recursos circulantes nos financiamentos institucionais internacionais, não faz sentido (numa lógica de cidadania global) que se verifiquem e/ou mantenham restrições e limitações às possibilidades materiais destas organizações (com provas dadas) realizarem em pleno as suas missões.

RELACIONAMENTOS

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	Parceiros Internacionais: TOTAL, Rede Solidária “Um camião para o Huambo” (funcionários da TOTAL), ACEP e, no historial da organização, “Save the Children”, “World Learning”, PAM, Cruz Vermelha, Cooperação Suíça, Cooperação Britânica, Cooperação Francesa, Cooperação Espanhola, Médicos do Mundo, Médicos Sem Fronteiras Parceiros nacionais: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, MINARS / INAC, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, ONG angolanas
2 - Casa dos Rapazes	Arquidiocese do Huambo

3 - Omwenho Ukola	Parceiros internacionais: Fundação Calouste Gulbenkian Parceiros nacionais: MINARS / Ministério da Assistência e Reinserção Social, INAC / Instituto Nacional da Criança (Serviços Provinciais do Huambo), Governo Provincial, Ministério da Educação
-------------------	--

Guiné-Bissau

1 - AMIC	Rede transnacional que envolve 7 organizações ao nível da sub-região: Enda Jeunesse Action no Senegal, Enda Tiers Monde no Mali, Keeogo em Burkina-Faso, BICE em Cote d’Ivoire, Sabou Guiné na Guiné Conacri, EPAD Níger no Níger, e CEDAG em Gâmbia. Parceiros internacionais: IPHD, FSSSI, IIDE, Embaixada dos EUA, Save the Children - Suède, UNICEF, PNUD, ACEP, Fundo Global Parceiros nacionais: Ministério da Coesão Social, Família, Mulher e Luta Contra a Pobreza, Instituto da Mulher e da Criança, Ministério da Educação Nacional, Ministério da Saúde Pública e os Governos Regionais
----------	---

2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	Parceiros internacionais (e financiadores): UNICEF, Embaixada de França, Embaixada do Canada Parceiros nacionais: Governo Local, Régulos da Região, Imames da Região, ONG que trabalham no domínio da protecção dos menores, Comunidades locais
3 - Aldeia Infantil SOS	SOS Kinderdorf International Parceiros nacionais: Governo, Autoridades locais, ONG, Autoridades tradicionais

São Tome e Príncipe

1 - FNF	Parceiros Internacionais: Associação Novo Futuro de Portugal, FIDM / Federação Internacional Democrática das Mulheres (membro), IBFAN / Rede Internacional para a Promoção do Aleitamento Materno (membro), ACEP, IED, UNICEF, OMS, FNUAP, PAM, Escola Secundária de Leiria; Parceiros nacionais: Governo nacional e Governo da Região Autónoma do Príncipe, Câmaras distritais de Água Grande e de Lobata, Polícia e Militares / Empresas parceiras: Oliveira Irmãos, Recer, Pneulis de Portugal (portuguesas) e CST, BISTP, Grupo HB, Mimo 21, Recaudo (nacionais)
---------	---

2 - ARCAR	Parceiros Internacionais: Cooperação Portuguesa (Ministério do Trabalho e da Segurança Social), PAM Parceiros nacionais: Governo (Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais), Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé (Rede), Polícia Nacional
3 - Cáritas	Parceiros Internacionais: Cooperação Portuguesa (Ministério do Trabalho e da Segurança Social), PAM, Projecto Padrinhos com CARITAS de Setúbal Parceiros nacionais: Diocese, Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé, Governo de São Tomé

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 - ACRIDES	Organismos do Estado: Ministério do Desenvolvimento Social e Família e Ministério da Educação – relação sistemática; outros Ministérios ou organismos consoante as circunstâncias Administração Local: Câmara Municipal da Praia Autoridades: Ministério da Justiça / Serviços de Reinserção Social, Polícia, Tribunais
-------------	---

ACRIDES	ONG cabo-verdianas, nomeadamente enquanto membro da Plataforma das ONG de Cabo Verde Associações e grupos locais e comunitários Parceiros Internacionais: como o IAC e a ACEP Patrocinadores, mecenas e doadores: CV Telecom, ASA, Gabinete do 1º Ministro, Embaixada de Espanha, Impor Frutas, Hotel Trópico, entre outros
2 - Centro Juvenil Chã de Matias	Parceiros nacionais: ICCA / Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, Centro de Desenvolvimento Social do Sal, Centro do Emprego e de Formação Profissional, Delegacia de Saúde, Polícia Nacional, Direcção Regional do Trabalho (Projecto Amamentação no local de trabalho), Ministério da Educação e do Desporto, Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos - Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, Membro da Rede do Projecto Nós Kaza, ACRIDES (ONG cabo-verdiana), “Acarinhar” (ONG cabo-verdiana – na área da Deficiência), Rede Sol (violência de género), Plataforma Nacional de ONG (de que é membro e a organização que assume a vice-presidência)

	Parceiros internacionais: Cooperação Portuguesa / Ministério da Segurança Social, Fundação Odemira / Portugal – Escola Profissional, Federação das Associações de Juventude do Distrito de Santarém / Portugal, “África 70” / ONG italiana
3 – Associação Juvenil Black Panthers	Ministério do Desenvolvimento Social e Família, Ministério da Educação, Outras entidades governamentais relacionadas com os programas e iniciativas da associação, Câmara Municipal da Praia, Entidades e grupos comunitários ou de acção comunitária, Cooperação Portuguesa

Moçambique / Maputo

1 - MDM	Parceiros institucionais nacionais: Acção Social (Ministério e Instituto) Ministério e Direcção de Educação e Cultura, Ministério e Direcção da Saúde, Conselho Municipal, Programa Nacional de Luta Contra o SIDA (CNCS), MONASO (Mozambique Network of AIDS Service Organization), PSI / Moçambique (ONG) e a CVM / Cruz Vermelha de Moçambique + membro animador da Rede da Criança Parceiros internacionais: Street Child Africa, Egmont Trust, Terre Des Hommes Alemã, CIES, Embaixada da Finlândia, Elma Filantropous, etc..
---------	---

2- CJ Ingrid Chawner	Ministério da Mulher e da Acção Social Rede da Criança ICYE / International Cultural Youth Exchange
3 – Assoc. Massana	Parceiros nacionais: Rede da Criança, Acção Social, Ministério da Justiça – Registo Civil, Tribunal de Menores, Ministério da Educação, Polícia, Chefes de Quarteirão, Paróquias Parceiros internacionais: Igrejas

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	Parceiros nacionais: MSS – Ministério da Solidariedade Social, Policia VPU (Vulneravel Person Unit), DNRS - Divisão Nacional de Reinserção Social, Tribunais, Pradet Timor Leste, CNDC – Comissária Nacional dos Direitos das Crianças, Forum Tau Matan, Rede Protecção das Crianças de Timor-Leste Parceiros internacionais: Justice Facility (ONG Australiana), Cooperação Portuguesa, ACEP / Associação para a Cooperação Entre os Povos (ONG Portuguesa), UNICEF, Forças Internacionais das Nações Unidas – INTERFER, Silverton Found (ONG EUA), Banco Mundial, World Vision (ONG EUA), KNK Japan
--------------------------------	--

2 – Fórum Tau Matan	Parceiros nacionais: Gabinete do Primeiro Ministro, Ministério da Solidariedade Social, Ministério da Justiça – nomeadamente Direcção Nacional de Serviços Prisionais - Policia Nacional - Parceiros e doadores internacionais: Save the Children, PLAN, HIVOS / Humanist Institut for Development Cooperation, OHCHR / Office of the High Commissioner for Human Rights, OXFAM, Justice Facility, entre outros
3 – Orfanato Bahkita Becora	Ministério da Solidariedade Social, Fundação Alola, Tane Timor, ONG que intervêm na Protecção de Crianças, Embaixadas

Casos dos países participantes / colaboradores

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	<p>Âmbito nacional: Ministério da Cultura - Programa Mais Cultura e Ministério da Saúde. Esfera estadual: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com apoio às atividades através do Fundo de Lei de Incentivo - Faz Cultura, Biblioteca Manoel Querino, vinculada ao Instituto do Patrimônio Artístico da Bahia - IPAC e Rede Estadual de Qualificação em Cultura</p> <p>Esfera municipal: Câmara de Vereadores e a Secretaria Municipal do Trabalho, da Saúde e da Assistência Social e Direitos do Cidadão Vinculações estratégicas com organizações da sociedade civil, compondo coletivos e fóruns e promovendo intercâmbios</p>
2 – CIPÓ	<p>Apoio Financeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundações e Instituições Empresariais: Oi Futuro, COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - Organizações Internacionais: Ford Foundation, UNICEF - Poder Público: SETRE – Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Estado da Bahia, SECULT – Secretaria de Cultura do estado da Bahia – Fundo de Cultura, FECRIANÇA

CIPÓ (cont)	<ul style="list-style-type: none"> – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério da Cultura – Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura) - Empresas: AMBEV e Grupo EVA Apoio Técnico: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, CCDC – Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania, Creche Monsenhor Luigi Giussani, Olivieri Associados, SECULT – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
-------------	--

Portugal / Lisboa

1 – IAC Proj Rua	<p>Federação Europeia das Crianças de Rua (Membro), Rede Europeia de Acção Social (Membro), Rede “Construir Juntos”(Membro e Instituição Mediadora), EAPN / Rede Europeia Anti-Pobreza (Membro), Direcção Geral da Reinserção Social (Protocolo), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Protocolo), Instituto da Segurança Social, Autarquias – Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Representação nas 4 Comissões de Lisboa), Tribunais (Equipas EMAT e EATTL), Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves (Protocolo), Centros</p>
------------------	---

IAC	<p>de Saúde, Instituto da Droga e da Toxicodependência, Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Direcção Regional de Educação de Lisboa, Instituto Português do Desporto e da Juventude, IPSS / Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações, Empresas (ex: Gebalis, Zoo Marine, etc.)</p>
2 – Capítulo	<p>Ministério da Justiça (Protocolo), Direcção Geral da Reinserção Social, Instituto da Segurança Social (Protocolo), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Protocolo), CPCJ – Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, Estabelecimentos Prisionais, Câmara Municipal de Lisboa (Protocolo), Outras Autarquias – Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, 4 Centros de Saúde, IPJ / Instituto Português da Juventude, IEFPP / Instituto do Emprego e Formação Profissional (estágios), Ministério da Defesa Nacional – Marinha, Fundação Calouste Gulbenkian, Plataforma Portuguesa das ONGD, FIC – Federação Ibero-Americana de Circo (membro-fundador da Federação), FEDEC – Federação Europeia de Escolas de Circo, Real Embaixada da Noruega, Instituições Bancárias: Montepio, BES, Santander, EPIS / Empresários pela Inclusão Social</p>

Relativamente aos Relacionamentos, começa-se por uma visão global que nos permite perceber que o conjunto das 18 organizações dos 6 países parceiros identifica, neste período 2010-2012, um total aproximado de **210 entidades nos seus relacionamentos habituais e correntes** (havendo várias recorrências nos parceiros). Dos países da 1ª fase, foram 14 indicações nas 3 organizações de Angola / Huambo e 35 tanto nas 3 organizações da Guiné-Bissau como nas 3 organizações de S. Tomé e Príncipe. Nos países da 2ª fase, houve 50 indicações em Cabo Verde, 35 em Moçambique e 42 em Timor-Leste.

Complementarmente, nas 4 organizações dos países participantes verificaram-se aproximadamente 30 indicações nas 2 organizações brasileiras e 60 indicações nas 2 organizações portuguesas, o que projecta o total dos 22 casos para a **ordem das 300 indicações de parceria**. Seria possível estabelecer um MAPA da Rede de Envolvência e Viabilização deste campo específico das ONG nacionais que actuam na problemática das crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade / exclusão.

Por categorias, 60 indicações referem-se a parcerias ou relacionamentos internacionais, que

envolvem 50 entidades se excluirmos as acumulações. São cerca de 200 as indicações de interlocutores e parceiros nacionais, que se traduzem em mais do que 100 entidades referenciadas.

Para além das Redes nacionais centradas na Criança, nítidas em 4 dos 8 países (Moçambique, Timor-Leste, Brasil e Portugal), também surgem 2 categorias singulares: uma Rede Transnacional Regional na Guiné-Bissau (com 7 organizações em diversos países da região) e alguns conjuntos de empresas parceiras (Angola, S. Tomé, Cabo Verde, Brasil, para além de Moçambique com um caso muito singular de empresa-suporte).

RESULTADOS

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	<p>Até ao presente já saíram do projecto 59 jovens. A organização procura acompanhar as trajectórias de todos os que vão saindo e se vão autonomizando. Do conjunto total dos ex-residentes que já se autonomizaram, identificam-se 6 casos de insucesso, jovens que, depois das suas saídas não encontraram formas satisfatórias e desejáveis de integração e mobilidade social. Todos os outros têm a sua casa, as suas famílias e estão a trabalhar (Luanda, Benguela, Huambo) em áreas como informática, mecânica, construção... Alguns têm vindo a fazer a formação profissional nos Centros acreditados pelo Governo. Há também os casos que conseguem fazer percursos universitários. De forma a criar condições concretas e materiais de autonomização, a Okutiuka tem vindo a comprar talhões de terreno num bairro urbanizado da periferia da cidade que são registados em nome dos residentes que vão saindo. Até este momento já adquiriu 9 talhões, 5 dos quais já têm casas implantadas e habitadas.</p>
2 - Casa dos Rapazes	<p>Ainda não têm resultados objectiváveis uma vez que se encontram no 2º ano de funcionamento.</p>

3 - Omwenho Ukola	<p>Das 10 raparigas que saíram do Centro nos últimos 3 anos apenas registam 1 caso de sucesso na sua trajectória de inserção social, encontrando-se as outras 9 em situações e trajectórias de marginalidade ou exclusão.</p>
-------------------	---

Guiné-Bissau

1 - AMIC	<p>Desde 2005 até ao presente (2010), o projecto já resgatou e inseriu junto da sua aldeia de origem e dos respectivos familiares: 253 crianças vítimas do tráfico. Também, neste mesmo período, o projecto apoiou a reintegração de cerca de 500 crianças vítimas do tráfico que voltaram ao País pelos próprios meios, fugindo dos seus cativos. Entre 2005 e 2006 ocorreram 30 casos de crianças reincidentes que, na sua maioria, tinham sido obrigadas pelos próprios familiares a voltar para os seus Centros Corânicos em Dacar. Actualmente, com o acelerar da resposta dos projectos de reinserção das crianças, com a criação dos Comités de vigilância das mobilidades das crianças nas aldeias focalizadas, com o reforço do seguimento personalizado às crianças reintegradas e com a implicação das autoridades (Governador da Região e Tribunal Regional de Gabú) na entrega formal das crianças vítimas aos familiares, já quase não se verifica a reincidência das crianças. Em relação às crianças em situação de rua e às crianças trabalhadoras, a AMIC tem vindo a trabalhar nos Bairros periféricos de Bissau (Enteramento, Quelélé, Cuntum, Bairro Militar, Bôr) e nas regiões de Bafatá e Gabú, proporcionando acções concretas a estas crianças – Projecto Meninos de Rua: Inserção e inclusão.</p>
----------	--

2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	Em 2008 foram reintegradas 334 crianças nas suas famílias e 247 em 2009. Quanto a reinserção escolar foram reinseridas 385 crianças nas escolas, entre as quais 177 do sexo feminino e 208 do sexo masculino.
3 - Aldeia Infantil SOS	---

São Tome e Príncipe

1 - FNF	Uma menina e um menino foram enviados para Portugal para continuar os seus estudos, encontrando-se em casa de seus pais: um menino está em Évora com uma bolsa de estudo para continuar a sua formação em Gestão, 2 estão a trabalhar como aprendizes em áreas como electricidade e cozinha num hotel e continuam a estudar no ensino nocturno (continuam no entanto a residir no Lar). Um menino regressou por vontade própria para a casa de familiares. Os outros meninos continuam a estudar e a perspectiva é a Fundação conseguir uma bolsa para continuarem estudos dentro ou fora do país, ou seguirem para uma área de formação profissional com aprendizagem mais prática.
---------	---

2 - ARCAR	Saídas para: Emprego, Serviço Militar, integração familiar, escolar, profissional, comunitária. Gosto pelo estudo (entrada para Universidades – com um caso actual - e formação profissional) e mudanças de comportamentos.
3 - Cáritas	Integração escolar, profissional, familiar e saídas para formação superior e profissional Adopção (casos recentes) a nível Internacional: 10 em Libreville, Gabão; 3 em França; 1 em Portugal Integração familiar: 1 Libreville, Gabão

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 – ACRIDES	Efeitos induzidos em 200 destinatários – apoios socioeducativos regulares
2 – Centro Juvenil Chã de Matias	Efeitos induzidos em 100 destinatários – apoios socioeducativos regulares
3 – Associação Juvenil Black Panthers	Efeitos induzidos em 60 destinatários – apoios socioeducativos regulares e 350 bolseiros

Moçambique / Maputo

1 - MDM	No período de 1 ano (em cerca de 600 destinatários): 61 Reintegrações familiares, 3 Integrações em centros de acolhimento, 206 Reintegrações Escolares, 402 Visitas Domiciliárias, 39 Visitas às crianças nos centros de acolhimento, 96 Visitas às famílias para novas reintegrações. 120 crianças em rotinas socioeducativas
2- CJ Ingrid Chawner	Reintegrações conseguidas nos últimos 2 anos: 25 crianças / jovens (na rotatividade dos 36 utentes)
3 – Assoc. Massana	Média de 15-20 reintegrações por ano

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	Média anual de 40 / 50 crianças e jovens em processos de reinserção
2 – Fórum Tau Matan	Resultados difusos dada a natureza da organização
3 – Orfanato Bahkita Becora	Num total de 60 crianças acolhidas já se autonomizaram 30 ex-uteses

Casos dos países participantes / colaborantes

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	Em cada ano as actividades abrangem cerca de 1.150 pessoas
2 – CIPÓ	Num ano: 223 adolescentes e jovens formados + 20 professores + cerca de 50 atores sociais e comunicadores + sensibilização e mobilização de jovens, educadores, organizações comunitárias, comunicadores, escolas, fóruns + cerca de 200 jovens inseridos no mundo do trabalho + eventos e produtos

Portugal / Lisboa

1 – IAC Proj Rua	No período de um ano: encaminhadas 58 crianças e jovens em contexto de rua + 350 crianças e jovens com apoios socioeducativos regulares + redes e intercâmbios
2 – Chapiro	Média anual de 400 jovens e crianças em progressões e acompanhamentos de rotina + redes e intercâmbios + eventos e produtos + 20/30 inserções socioprofissionais

No que diz respeito a resultados directos, aqueles que são óbvios e evidentes, imediatamente mensuráveis (são apenas esses que aqui estão expostos), o conjunto de indicações que se obtiveram (no conjunto das 21 organizações que responderam), levam-nos a um total geral que anda na ordem das **3.000 crianças e jovens que, nos anos recentes, já foram beneficiários / destinatários** das intervenções e respostas que estão disponibilizadas pelas organizações e que **já se encontram socialmente inseridas e em condições de trajectórias de vida autónomas**.

É de notar que estão aqui em evidência apenas as crianças e jovens que constituíram os sujeitos das intervenções mais intensivas: as *acolhidas* e as *resgatadas / reintegradas*. Não estão contabilizadas as crianças e jovens que beneficiam e são destinatárias das diversas intervenções extensivas que vão sendo sistematicamente desenvolvidas por 14 dos 22 casos abarcados por este estudo. Esse universo de utilizadores, em termos quantitativos, é seguramente muito superior ao universo restrito e intensivo a que acima se alude. Só a organização (guineense) que intervém em maior extensão indica acima de 100.000 abrangidos nas suas intervenções de largo espectro.

Numa panorâmica muito abrangente sobre os resultados em termos de destinatários podemos observar que, neste conjunto de organizações, temos focalizado um conjunto de **cerca de 6.000 utilizadores regulares na actualidade** (como se demonstra no Modus Operandi / Dispositivos), a que se acrescenta **cerca de 3.000 que já foram recentes beneficiários** e que já estão lançados nas suas vidas autónomas, a que deve acrescentar ainda todo o conjunto de crianças e jovens (e respectivas famílias e grupos de pertença) que vão sendo abrangidas pelas extensões socioeducativas das organizações-projectos que preconizam e desenvolvem essa frente de trabalho e que, em cálculo grosseiro, andam entre os 6.000 que são beneficiários frequentes e acima dos 200.000 que pontual e esporadicamente são abrangidos.

Com estas 22 organizações abarca-se um universo geral de sujeitos-resultados que anda na ordem dos **8.000 / 10.000** considerando os “intensivos” e os “*extensivos frequentes*” da actualidade e os resolvidos recentemente que foram seguindo as suas próprias trajectórias.

Como se verifica nos quadros dos Resultados, os números grandes são da Guiné-Bissau, que objectiva acima de 1.300 dos recentemente resol-

vidos / inseridos, o que se explica pelo modelo de intervenção de curta duração que aí predomina, como adiante se explicitará.

Em S. Tomé e em Angola / Huambo temos números que andam à volta dos 60 em cada subconjunto, o que também se explica pelo modelo de acolhimento de longa duração que é praticado por todos os casos destes dois países.

Em Cabo Verde há números na ordem dos 500 / 600 que andam a ser acompanhados/as, todos em programas de intervenção comunitária.

Em Moçambique, com 3 organizações que trabalham com o “núcleo duro” da problemática, ou seja, com crianças e jovens à deriva (sem suporte familiar), os números sobre os que vão sendo reintegrados andam na ordem dos 300.

Em Timor-Leste, com organizações de naturezas diferenciadas, em que 2 delas praticam os acolhimentos e as correspondentes inserções, os números recentes andam na ordem dos 100 “reunificados”.

Os principais números das (4) organizações do Brasil e de Portugal referem-se a públicos mais abrangentes, uma vez que os seus principais programas e projectos incidem sobre públicos (vulneráveis) identificados e comunidades populares

(acima de 2.500 crianças e jovens “in progress”), havendo uma das organizações portuguesas que também intervém nos acolhimentos e respectivas inserções (com uma média de 100 casos anuais).

Esta leitura tem sido predominantemente quantitativa porque este estudo não teve condições de explorar e pesquisar as dimensões qualitativas no universo dos resultados, mas não deixa de ser evidente que estamos perante um conjunto muito significativo de pessoas / cidadãos e cidadãs cujas vidas tiveram um “*turning point*” (um ponto de partida para uma reviravolta do destino) determinante no estabelecimento de oportunidades para vivenciar o presente com dignidade e para perspectivarem futuros abertos e com aspirações. Este trocar de voltas aos (maus) destinos é o desafio sempre renovado para as intervenções que estas organizações projectam e viabilizam. Nestes milhentos *sujeitos-resultados* há muitas e interessantes histórias de sucesso e de muitas vidas que puderam começar e continuar a resolver-se nos padrões da inclusão e da dignidade humana e social.

Estes jovens cidadãos e cidadãs sobrevivem e governam-se pelo desenvolvimento de excepcionais capacidades tácticas. Aprenderam isso du-

rante as suas experiências de exclusão. O que estes resultados nos indicam é que os interventores mantêm e renovam as apostas de que é possível estabelecer “*zonas de incerteza*” ou “*espaços de oportunidade*”, ou “*efeitos trampolim*” nas trajectórias pessoais ligadas a histórias de vida que prefiguram destinos adversos e perversos.

Estas organizações asseguram continuadas e persistentes manobras de inclusão das crianças e jovens em “*quadros de interacção*” que provocam e favoreçam descoincidências entre situações-posições indesejáveis nas vidas passadas e disposições desejáveis para as vidas futuras. As intervenções são predominantemente direccionadas para as condições de moldagem das disposições, através da criação e sedimentação de laços de pertença (um lar, uma casa, um grupo, uma família, uma organização, uma comunidade) e das capacidades para circulação em redes de inclusão.

Estas intervenções-resultados integram a produção de auto-confiança associada à “*arte de utilizar o social*” nas suas possibilidades sistémicas, entendida como sentido prático e habitualidade, tanto no uso dos direitos de cidadania (residência, escolaridade, formação profissional, segu-

rança), como na determinação e capacidade de ir melhorando a sua sorte, em conexão com vocações, capacitações, aspirações e projectos voluntariamente congeminações.

Tudo isto, e bastante mais, que é preciso procurar, faz parte intrínseca das dimensões qualitativas que estas organizações, com as suas respostas e intervenções prolongadas, vão engendrando e “*engenheirando*” e que constituem a sua força e o seu “*ethos*” de legitimação. Os resultados qualitativos não se encontram mais imediatamente visíveis porque ainda não existem condições de enunciação e reflexividade que permitam aos protagonistas a produção dessa complexa objectivação (que também não pode deixar de incluir os resultados mediatos e induzidos).

PROJECTOS

Países da 1.ª Fase

Angola / Huambo

1 - Okutiuka	<p>Processo de aquisição das instalações da Fábrica onde funciona a sua sede desde a sua cedência em 2000, para que seja pertença da organização e se possa desenvolver a sua recuperação integral. Projecto de sustentabilidade e auto-financiamento que faz parte do Plano de Reabilitação: estabelecimento de uma “Casa de Passagem”, ou hospedaria, ou “residência”, destinada a clientelas dos circuitos dos cooperantes de curta ou média duração e dos circuitos dos viajantes alternativos e dos turismos solidário e social. A organização encontra-se num processo de formalização e efectivação do seu funcionamento associativo regular e pretende-se que esse processo introduza a animação de novos activistas e permita uma reestruturação organizacional. A organização não pretende aumentar o número actual de crianças, mas manter o actual nível de entradas por saídas.</p>
2 - Casa dos Rapazes	<p>Reabilitação das Oficinas Gráficas de forma a poderem reiniciar actividades regulares de Formação Profissional e de autofinanciamento.</p>

3 - Omwenho Ukola	<p>Criação de uma Residência Tutelada para encaminhamento das raparigas que atingem os 17/18 anos e que ainda não tenham consolidações suficientes para autonomias nas suas trajectórias de vida (projecto conectado com a constatação dos constrangimentos nas saídas do Centro de Acolhimento e autonomizações das raparigas acima dos 18 anos).</p>
-------------------	--

Guiné-Bissau

1 - AMIC	<p>Proposta reformista da AMIC para o futuro próximo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Redimensionamento da organização e sua adaptação a uma estrutura mais flexível, eficiente e eficaz capaz de agir rapidamente para dar resposta às situações de violação dos Direitos da Criança; 2. Adequação da missão da AMIC ao contexto actual do país e aos novos desafios institucionais e não institucionais da organização (desafios internos e externos da organização); 3. Redefinição do grupo alvo da organização e por conseguinte a especialização na sua área de intervenção; 4. Criação de condições para a profissionalização dos quadros da organização mediante a definição de uma política de pessoal da AMIC.
2 - Djamatul-Huda SOS Crianças Talibés	<p>Construção de 5 Centros de Estudos Corânicos/Português na Guiné-Bissau dentro de 10 anos equipados com materiais que facilitem as actividades sócio profissionais para as crianças, jovens e adolescentes da região de Bafatá. A curto prazo um curso de alfabetização das mães e encarregados de educação das crianças da região de Bafatá.</p>

3 - Aldeia Infantil SOS	--
-------------------------	----

São Tome e Príncipe

1 - FNF	Na data de 2010 a Fundação pensa criar na capital, um centro para crianças, jovens e idosos, que permitirá uma interacção de gerações e está a reabilitar uma estrutura para o efeito - será o Espaço Multiusos. O objectivo é ter vários pólos. Na ilha do Príncipe, a Fundação já tem um pólo a funcionar, em Porto Real, que não tem vertente internamento. Abertura de mais 3 Lares para albergar um total de 50 crianças de cada vez. Tem neste momento 50 meninos à espera para internamento. A maior aposta da Fundação são os Lares e as actividades comunitárias.
2 - ARCAR	Melhoria das Infraestruturas (ampliação / criação de novo espaço). Diversificação de Fontes de Financiamento e procura de formas de Auto-Financiamento (Ex: implementação de um carrossel no centro da cidade). Projecto de espaço creche para mães Feirantes (de 0-6 anos) - em parceria com o Governo.
3 - Cáritas	Melhorar Infra-estruturas actuais (aumentar a cozinha e a lavandaria e outras beneficiações). Construir um Orfanato de raiz com um projecto de Centro de Acolhimento para Crianças com Deficiências Auditivas e Visuais.

Países da 2.ª Fase

Cabo Verde / Praia e Sal

1 - ACRIDES	Criação de um novo equipamento – 1 Centro de Acolhimento – em edifício próprio que albergue também uma nova sede para a Associação.
2 - Centro Juvenil Chã de Matias	- Assegurar a sustentabilidade do Centro Juvenil nomeadamente através de compromissos mais consistentes com o Estado e com a Autarquia e com um aumento das fontes e iniciativas de auto-financiamento - Desenvolver o projecto já em curso de implementação e criação de uma “Casa de Solidariedade” – unidade de acolhimento residencial para 30 utentes numa 1ª fase, que incluirá valências de formação.
3 - Associação Juvenil Black Panthers	- Implementar 1 Centro Internacional para Intercâmbios Juvenis – com alojamentos para 20 pessoas; - Abrir e iniciar o funcionamento regular de uma valência de Centro de Dia – para idosos e deficientes; - Prosseguir os apoios domiciliários a pessoas extremamente carenciadas; - Desenvolver e continuar a qualificar os programas correntes da associação; - Criar novos pólos de rentabilização, nomeadamente uma unidade de bar / convívio.

Moçambique / Maputo

1 - MDM	<p>Projecto de construção e criação de 2 novos equipamentos num bairro da cidade: um Centro Comunitário e um Centro de Formação. Nos próximos 2 ou 3 anos, a organização terá a responsabilidade de gerir 4 pólos fixos: os 2 actuais e os novos 2. Terá plataformas logísticas e operacionais em 3 zonas da cidade: uma no centro e 2 em bairros periféricos de grande dimensão.</p> <p>Empenhamento na criação e dinamização de uma Rede Africana da Criança.</p>
2- CJ Ingrid Chawner	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e aperfeiçoar os programas de intervenção em curso e o modelo organizativo; - Construção e desenvolvimento de uma Escola Profissional; - Criação de um Pólo Universitário Cristão; - Criação e implementação de um Business Center
3 – Assoc. Massana	<ul style="list-style-type: none"> - Adquirir instalações próprias e adequadas à sua função polivalente; - Procurar soluções de auto-sustentação e de financiamento; - Aperfeiçoar as metodologias e as linhas de intervenção em curso.

Timor-Leste / Díli

1 – Centro Miguel Magone (FCJ)	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar e intensificar a acção actual de acolhimento temporário; - Intervir mais acentuada e intencionalmente no problema e nas situações do trabalho infantil, em consonância com outras entidades e parceiros; - Projecto de criação de um pólo no Enclave de Oikussi; - Empenhamento no estabelecimento ou de um Acordo Social ou de um Contrato Social entre o Governo e as Organizações que efectivamente trabalham e intervêm no terreno.
2 – Fórum Tau Matan	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Programas estrategicamente desenhados e em curso e melhoria das capacitações e desempenhos de todos os agentes envolvidos; - Reforço das capacidades institucionais e da sustentabilidade financeira.
3 – Orfanato Bahkita Becora	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a desenvolver a acção do Orfanato, aperfeiçoando os seus modelos de funcionamento e melhorar as condições de sustentação, nomeadamente por via de maior institucionalização (no quadro da consolidação das Políticas Sociais do país); - Disposição de responder a pedidos de apoio vindos de Baucau no sentido de se conseguir a recuperação de um edifício já existente e de se poder aí criar um novo Orfanato.

Casos dos países participantes / colaboradores

Brasil / S. Salvador da Baía

1 – CRIA	<p>Reforço da sustentabilidade de suas acções através de planeamentos estratégicos, organizando e definindo seu Projeto Institucional a cada três anos – permitindo uma maior permanência dos educadores e demais profissionais envolvidos, bem como dos parceiros e apoiadores.</p> <p>Desenvolvimento da área de Mobilização de Recursos que, junto aos demais profissionais da instituição, identifica oportunidades de financiamento, novos parceiros, apoiadores e patrocinadores, que possam contribuir com recursos financeiros, tecnológicos e humanos.</p> <p>Empenhamento na existência de um Marco Regulatório para as ONG e manutenção da transparência, da sustentabilidade política e da ética institucional.</p>
2 – CIPÓ	<p>Desafios da Instituição para os próximos anos:</p> <p>1) Conquistar resultados sustentáveis e em escala, através da:</p> <p>a) Disseminação as Metodologias criada, testadas e sistematizadas, proporcionando um amplo e gratuito acesso a professores, a educadores sociais e a pesquisadores do Brasil;</p> <p>b) Ampliação das acções de incidência nas políticas públicas de educação, utilizando nossa metodologia de Educação pela Comunicação para contribuir com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a ampliação da participação de comunidade escolar na proposição, acompanhamento e controle das políticas e programas de educação (interacção entre sociedade civil e o Estado); - a formulação e concretização de políticas que proporcione o uso contextualizado, criativo, crítico e democrático da comunicação na educação;

CIPÓ (cont)	<p>c) Empoderamento de Actores Estratégicos de cada Território de actuação da CIPÓ</p> <p>No planeamento estratégico da CIPÓ, elaboramos como horizonte para os próximos cinco anos trabalhar com três territórios estratégicos da cidade de Salvador, Baía, onde já se desenvolvem projectos. O diferencial que buscamos a partir do próximo ano (2013) é integrar em cada um desses espaços as três dimensões de actuação da CIPÓ (a formação directa em Educação pela Comunicação, a Incidência Política e a Disseminação) em acções continuadas, monitoradas e sistematizadas.</p> <p>2) Formação continuada da equipe de Gestão Institucional da CIPÓ;</p> <p>3) Ampliar a comunicação e a transparência com os diversos públicos de relacionamento, através da realização de uma auditoria externa anual, da publicação on line de um Relatório Institucional com dados financeiros e análises de resultado, da comunicação de causa;</p> <p>4) Gerar recursos próprios, através da implantação do Estúdio CIPÓ de Multimeios.</p>
-------------	--

Portugal / Lisboa

1 – IAC Proj Rua	<p>Redireccionamento do sistema operativo e logístico com manutenção do mesmo tipo de destinatários: gestão de Turmas alternativas em 6 escolas situadas em 4 bairros/zonas.</p> <p>Compatibilização entre o funcionamento dos seus (4) centros os novos compromissos. Manutenção e desenvolvimento da intervenção da sua equipa de rua e na rotina dos “giros” (de diagnóstico e de denúncia), quer pela sua ligação à Linha SOS Criança, quer pela acentuação de condições sociais propícias a episódios de vida na rua, mendicidade infantil ou juvenil e outras situações de risco e/ou perigo.</p>
------------------	---

2 – Capítulo	<p>Continuidade e desenvolvimento de todos os pólos que funcionam a partir da sede: Lar, Atendimento/Acompanhamento, programas com crianças e jovens e apoios sociais aos alunos da escola profissional. Desenvolvimento das intervenções socioeducativas junto dos Centros Educativos da Justiça, com projectos para possíveis extensões e focalizações deste tipo intervenção (de cruzamentos qualitativos com os sistemas de justiça e de protecção).</p> <p>Reforço dos dispositivos de Economia Social - nos processos e mecanismos de auto-financiamento, quer por via da realização de receitas próprias (prática presente em toda a história da organização e a exigir inovações frequentes), quer por via dos mecenatos, patrocínios, dádivas, acordos de contrapartidas e outras modalidades de responsabilidade social e de participação por parte da sociedade civil.</p> <p>Empenhamento em conseguir maior estabilização e segurança nos compromissos com o Estado no que respeita aos serviços públicos que são prestados mediante procedimentos protocolares.</p>
--------------	---

No conjunto das indicações acerca dos projectos configurados e assumidos pelas 21 organizações, dos 8 países, que responderam a este item, é possível discernir quais as suas principais linhas estratégicas de desenvolvimento. Num historial que quase poderia ser classificado como “táctico” para uma parte das organizações, porque são histórias de entidades e respectivos mentores (e os mentores constituem uma variável muito influente) que foram avançando em processos

muito “*praxiológicos*”, ou seja, binómios de pessoas-entidades com raízes locais que foram respondendo a necessidades e realidades muito prementes e foram moldando as intervenções e montando as respostas consoante as circunstâncias. Derivam de uma praxis, entendida como habilidade e idealização, ou *teoria empreendedora*, que se atinge por via de ir conseguindo pôr na prática e concretizando, fazendo e refazendo, avançando e recuando e depois avançando outra

vez, ou seja, experiência vivida, revista, repensada e remontada. São organizações em intensa sintonia com os seus sítios, com os seus tempos e com as suas circunstâncias, cada uma com o seu singular caminho *praxiológico*.

No entanto, verificamos que nesta fase dos historiais, quanto mais experiência e capitais acumulados, mais nítidas são as linhas de rumo e mais apurada pode ser a visão estratégica prospectiva.

Na Guiné-Bissau, a AMIC aposta no redimensionamento, na flexibilização e na especialização, com maior grau de concentração nos grupos-destinatários e criação de condições de profissionalização de quadros, enquanto a SOS Talibés estabelece um horizonte de 10 anos para a criação de Centros de Estudos Corânicos, o que evitaria o envio de tantas crianças para regiões afastadas das suas comunidades, o que tem potenciado as múltiplas situações de tráfico e exploração infantil. Neste estudo, e nesta amostra, a Guiné-Bissau tem esta especificidade de organizações que trabalham em circuitos alargados de mobilidades infantis propícias a episódios perversos de tráfico e exploração, ao mesmo tempo que sensibilizam e comprometem os “agentes de poder” e as popu-

lações locais, promovendo também extensões da acção educativa directa, por via de jardins infantis, escolas e animação comunitária.

Em S. Tomé, a Fundação Novo Futuro tem em perspectiva o seu alargamento, apontando para a triplificação, ou seja, a criação de mais 3 Lares e o acolhimento de mais cerca de 50 crianças e jovens, mantendo portanto o seu modelo de pequenos lares, cada um como “casa grande” onde mora uma espécie de família alargada, para além do reforço da sua acção sociocultural através do projecto intergeracional do espaço multiusos no parque central da capital. A ARCAR perspectivase num futuro próximo de sedimentação, quer nas infraestruturas, quer no modelo de sustentação, procurando também alargar a sua intervenção social através de um projecto de espaço creche para crianças filhas de mães feirantes. A Caritas tem um horizonte de especialização direccionado para crianças deficientes. Temos aqui a ilustração de uma sociedade civil de um pequeno país insular que está em plena produção social na criação e aperfeiçoamento de “cachos” de respostas de pequena e média dimensão, em conexão com as suas realidades singulares.

Em Angola / Huambo, a Okutiuka prepara e

projecta a sua consolidação por via da recuperação integral das suas instalações, pela “reforma-tação” do seu modelo operativo, nomeadamente pelo reforço da sua “rectaguada de pilotagem” (o “conselho” da mentora), pela instalação de um sistema de sustentabilidade mais aberto e diversificado e pela opção de manter a dimensão actual, o que favorece o aperfeiçoamento e especialização. A Casa dos Rapazes está muito centrada na sua refundação (25 anos como obra social da Igreja, depois 30 anos como Lar do Estado Angolano e há apenas 2 anos, novamente obra social da Igreja) e ainda na fase de projectos de curto prazo para dimensionamento e recuperação. A Omwenho-Ukola (obra social de uma congregação religiosa para acolhimento de meninas) perspectiva o futuro próximo com uma estratégia de prolongamento, ou seja, com a criação de uma Residência Tutelada para raparigas que atingem os 17/18 anos, uma vez que a organização tem a consciência de que não consegue atingir resultados desejáveis nas saídas (finalização do acolhimento) das suas utentes nos 2 ou 3 últimos anos. Em sintonia com a restante sociedade angolana, esta sub-amostra dá-nos uma panorâmica de organizações que estão a reequacionar-se e a prepa-

rar as suas condições de acção institucionalizada numa sociedade-nação simultaneamente emergente e em reconstrução.

Em Cabo Verde, tanto a ACRIDES como o Centro Juvenil de Chã de Matias, que desenvolvem predominantemente intervenções comunitárias, têm projectos e disposições para criarem e desenvolverem Centros de Acolhimento, para além das preocupações com a qualificação dos seus programas e com a melhoria das condições de sustentabilidade. A Associação Juvenil Black Panthers está em vias de implementar um Centro Internacional para Intercâmbios com alojamentos, ao mesmo tempo que alargará a sua acção aos deficientes e seniores. Isto significa que temos as ONG cabo-verdianas a apostar também no Eixo dos Acolhimentos e Socialização, neste caso como complemento ao Eixo do Desenvolvimento pessoal, social e comunitário.

Em Moçambique, a MDM aposta na extensão e aprofundamento da sua vertente comunitária, com um novo equipamento noutra dos bairros mais populosos e críticos da cidade, onde já intervém, nomeadamente ao nível do trabalho infantil, bem como na criação de um centro de formação, abrindo portanto uma nova frente de

trabalho, consequência da premência de abertura de oportunidades para trajetórias de qualificação/inclusão. É uma organização em crescimento e ramificação que, simultaneamente, está determinada em manter e qualificar a sua acção sistemática de rua / na rua. O Centro Juvenil Ingrid Chawner, constituindo parcela de uma organização autosuficiente e totalmente autofinanciada, tem um pacote de projectos também centrados na qualificação e no empreendedorismo (1 Escola profissional, 1 Pólo Universitário e 1 Business Center), o que indicia um alargamento do seu raio de acção. A Associação Massana procura condições de consolidação mais ajustadas à sua missão, nomeadamente no plano das instalações / equipamento e pretende melhorar as condições de sustentação e as metodologias de intervenção.

Em Timor-Leste, o Centro Miguel Magone / FFCJ pretende criar condições para intensificar as suas intervenções, quer ao nível dos acolhimentos temporários e respetivos encaminhamentos, como ao nível do trabalho infantil, mantendo também um projecto de criação de um pólo no Enclave de Okussi, o que requer Acordo Social com o Governo no quadro das Políticas Sociais emergentes. O Fórum Tau Matan pretende pros-

seguir a sua acção mais alargada, de *advocacy*, nomeadamente no quadro das Políticas de Infância e Juventude, mantendo o seu observatório contínuo na área dos direitos da criança. O Orfanato é uma casa grande e simpática e vai continuar a sê-lo e, muito provavelmente, vai ter que estar mais institucionalizado (nas formalidades), mantendo e melhorando o seu sistema de apadrinhamentos e de apoios complementares, sendo possível que ainda venha a ter mais alguma replicação noutra Distrito, apesar dos 55 Orfanatos já existentes.

Relativamente às 4 organizações dos 2 países participantes / colaborantes, Brasil e Portugal, encontramos basicamente preocupações de disseminação e replicação, de redireccionamentos com manutenção de eixos fundadores estruturantes e de reforço das condições de sustentabilidade.

PAPEL DO ESTADO / GOVERNO

<p>Angola / Huambo INAC – Instituto Nacional da Criança - MINARS / Ministério da Assistência e Reinserção Social Serviços Provinciais do Huambo</p>	<p>Acompanhamento dos processos relativos a Menores e Famílias que têm tratamento na Sala do Cível Administrativo, instância que assegura as funções do Tribunal de Família e Menores e da Comissão Tutelar. Não existem apoios a nível financeiro na comparticipação das despesas das ONG que intervêm na problemática da Protecção da Criança, no entanto existem apoios ao nível da comparticipação alimentar e vestuário e a nível da reabilitação de infraestruturas. Não têm respostas directas ao nível de intervenção ou acolhimento de crianças em risco, mas brevemente vai abrir um Centro de Acolhimento de Crianças em Perigo, de âmbito regional (Províncias do Huambo, Cuambo Cubango e Bié), situado na cidade de Cambiote, com uma previsão de capacidade final de 1.200 crianças. Ainda não se dispõe de uma Política definida de Protecção da Criança.</p>
<p>Guiné-Bissau IMC / Instituto da Mulher e da Criança</p>	<p>Em curso, o processo da elaboração da Política de Protecção da Criança. A UNICEF assumiu o compromisso de apoiar a criação de dispositivos para protecção social da criança. Criação de um Fórum de Protecção de Menores com entidades governamentais, ONG e Instituições</p>
<p>São Tomé e Príncipe Direcção de Protecção e Solidariedade</p>	<p>Não existe ainda uma Política definida no que respeita à Protecção da Criança. Existe um estudo recente sobre Trabalho Infantil,</p>

<p>São Tomé e Príncipe (cont)</p>	<p>promovido pela UNICEF. Neste âmbito está previsto o início de um Projecto para 2011. Programa “Mãe Carentiada” para apoio às famílias para que as crianças atinjam a escolaridade obrigatória. Apoia regularmente 4 ONG credenciadas (incluindo as entidades abrangidas neste estudo), mas de forma praticamente simbólica: cerca de 50 milhões de Dobras anuais a cada organização (equivalentes a cerca de 2.000 € anuais). No futuro próximo previsto a criação de um Centro de Acolhimento no Príncipe e de Centros Sociais nos Distritos.</p>
<p>Cabo-Verde ICCA / Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente Serviços de Reinserção Social</p>	<p>O ICCA / Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente na tutela do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, é um caso singular, e porventura único, no quadro da CPLP: um instituto público focado neste segmento etário da população e especialmente nos seus problemas. Em fase de finalização e aprovação uma ampla Reforma Legal e Institucional em matéria de Infância e Adolescência que contempla, entre outros, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe dos seguintes instrumentos e respostas: - 5 Delegações: S. Catarina, Fogo, Sal, S. Vicente e St. Antão; - Comitês Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – rede de parceiros locais (Municípios, Saúde, Educação, Polícia, Tribunais,</p>

<p>Cabo Verde (cont)</p>	<p>Procurador, etc.) – existem 17 (num total de 22 municípios);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centros de Desenvolvimento Social – ICCA com parcerias institucionais – nas várias ilhas e municípios; - Programas e Projectos: <ul style="list-style-type: none"> • Promoção – com destaque para a iniciativa Parlamento Infanto-juvenil – já realizada a 6ª edição (periodicidade de 2 em 2 anos) • Educação – com múltiplas acções nas vertentes sócio-educativas e no reforço das condições de acesso à escolaridade e à progressão escolar e qualificação • Linha SOS Criança • Atendimento a Crianças Vítimas (em parceria com Polícia Judiciária e outras entidades intervenientes) • Famílias Substitutas e/ou de Acolhimento • Projeto Nos Casa – retirar as crianças da rua e reintegração familiar e escolar – radar de rua, mapeamento, pontos focais, monitores / mediadores; - 2 Centros de Emergência Infantil – 1 na Praia e 1 no Mindelo; - 5 Unidades de Protecção e Reinserção Social – 1 Centro de Dia e 4 Centros Juvenis (1 deles residencial); - Centros de Acolhimento de Dia – S. Nicolau, Boavista, Fogo, St. Antão, S. Vicente, Stª. Cruz, Stª Catarina, Praia (65 crianças). <p>A relação do ICCA com as ONG não passa por apoios ou financiamentos directos, mas antes por parcerias</p>
<p>Cabo Verde (cont)</p>	<p>e protocolos a propósito de programas e projectos concretos, com as respectivas distribuições de responsabilidades, mediante concertações prévias.</p> <p>No quadro deste estudo refere-se também os Serviços de Reinserção Social do Ministério da Justiça que assegura a Área Tutelar Educativa (jovens entre os 12 e os 16 anos), bem como a Área Penal (jovens entre os 16 e os 21 anos), incluindo os programas de reinserção social nos estabelecimentos prisionais. Os Serviços dispõem de um Centro Sócio-Educativo com capacidade para 12 jovens (rapazes). Prevê a criação de novo Centro com capacidade para 50 tutelados (incluindo raparigas).</p>
<p>Moçambique Ministério da Mulher e da Acção Social INAS / Instituto Nacional de Acção Social</p>	<p>Área da Criança – Ministério da Mulher e da Acção Social</p> <p>Promove e garante a reintegração na família, ou na família substituta, da criança deficiente, de rua, órfã e desamparada, contribuindo para o seu desenvolvimento harmonioso e integral.</p> <p>Promove e garante a participação da família, da comunidade, do sector privado em particular o não lucrativo, nomeadamente das instituições religiosas na reintegração social, na protecção e recuperação da criança delinvente, da criança vítima de prostituição e do abuso sexual.</p> <p>Divulga e promove a defesa dos direitos da criança consagrados na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e da Carta Africana para o Bem-estar da Criança.</p>

<p>Moçambique (cont)</p>	<p>Coordena as actividades das instituições de infância - infantários, creches, jardins de infância e escolinhas Comunitárias – promove a participação da comunidade, das instituições religiosas e do sector privado na educação das crianças.</p> <p>Promove a elaboração de normas sobre a organização pedagógica e administrativa das instituições de infância, assim como supervisiona e apoia a implementação das mesmas.</p> <p>Desenvolve programas integrados e multi-sectoriais de apoio e protecção da criança de mecanismos de prevenção e aconselhamento sobre tais fenómenos, como o serviço legal e justiça juvenil.</p> <p>Como documentos referenciais são indicados os dois mais recentes e estruturantes: PNAC / Plano Nacional de Acção para a Criança (2005 a 2010) e PACOV / Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis (2006).</p> <p>Os serviços só prestam apoios directos em casos muito urgentes e muito precários, sempre via INAS / Instituto Nacional de Acção Social.</p> <p>O Ministério dispõe de 1 Centro de Trânsito (INAS – destinado a todos os grupos alvo), que tem também a valência de Lar de Idosos, e de 2 Infantários de Acolhimento (centros fechados para idades entre os 0 e os 17 anos).</p> <p>Os serviços distritais fazem atendimentos e encaminhamentos para além de acompanharem as actividades das diversas organizações, grupos e entidades que</p>
<p>Moçambique (cont)</p>	<p>intervêm nos domínios da acção social, uma vez que constituem a entidade de tutela e de referência. Mantêm um grupo de trabalho com pontos focais e com ligações à Direcção Provincial, no sentido das articulações e do trabalho em rede.</p> <p>Está em curso o aperfeiçoamento dos sistemas de Protecção da Criança, quer por via da legislação e medidas oficiais, quer pela intensificação das parcerias e intervenções em rede, bem como uma maior consolidação das respostas para a reinserção social, nomeadamente pela transferência do Centro Chiango para o âmbito da Justiça e do Tribunal de Menores.</p>
<p>Timor-Leste Ministério da Solidariedade Social / MSS Comissária Nacional dos Direitos da Criança Educação Inclusiva – Ministério da Educação</p>	<p>Timor-Leste ainda não tem qualquer legislação em vigor que trate da representação da criança em processo de protecção e está actualmente no processo de criação de um sistema judicial e a elaborar a sua própria legislação. Portanto, a legislação sobre os direitos da criança está em fase de projecto. O Governo está também a criar uma Comissão Nacional das Crianças para coordenar programas e políticas que afectam as crianças.</p> <p>No plano estatal, no âmbito do Ministério da Solidariedade Social (MSS), tem vindo a ser montada uma rede de assistência social com serviços de atendimento, com animadores e “OPL” (Oficiais de Protecção de Crianças – Labariks em tétum) ao nível dos distritos e sub-distritos, num sistema de pontos focais e grupos referais. Esta rede de sinalizações, atendimentos e encaminhamentos, tem tido o apoio directo da</p>

<p>Timor-Leste (cont)</p>	<p>UNICEF e articula com o conjunto de Instituições de Protecção Social da sociedade civil (nas várias áreas problemáticas são cerca de 70 as que mantêm relacionamentos com o MSS).</p> <p>Também no âmbito do Ministério da Solidariedade Social é de destacar o Programa “Bolsa de Mãe” que em 2012 tem 15.000 famílias registadas mas tem uma meta de 36.000 famílias com crianças dos 0 aos 7 anos, promovendo assim o combate à precariedade e o cumprimento da escolaridade obrigatória (dos 6 aos 14 anos) por via da atribuição de pequenas bolsas mensais numa rede extensiva que também mobiliza os chefes de sucos / aldeias.</p> <p>A Comissária Nacional dos Direitos da Criança é uma entidade governamental ou mais propriamente uma função ou uma “figura institucional” que está na dependência da Ministra da Justiça: faz o acompanhamento da elaboração das novas leis e preconiza orientações e prioridades - Código da Criança e Lei de Justiça Juvenil, que estão em concepção e em discussão. É uma voz de “Provedora” da Criança.</p> <p>A Educação Inclusiva é um departamento do Ministério da Educação que, entre outras missões, como por exemplo conseguir matricular um mínimo de ¼ das crianças timorenses que nunca foram à escola, intervém em aliança com as ONG para reenviar à escola as crianças de rua e na rua, nomeadamente através das redes existentes e das pressões institucionais no sentido da inclusão.</p>
--------------------------------------	--

Relativamente aos 3 países da 1ª fase (Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), é muito nítido que o Papel do Estado e dos Governos é manifestamente diminuto e que os seus meios e recursos têm sido rudimentares nesta área dos problemas sociais. Em nenhum dos países existe uma Política definida de Protecção da Criança, embora na Guiné-Bissau tenha havido um processo de elaboração em curso. Também é pouco perceptível o papel da Justiça e das Autoridades Policiais neste domínio dos Direitos e das condições de Cidadania. No entanto, de todos os lados há indicações de relacionamentos entre as organizações e os organismos oficiais, bem como do interesse em prolongar e aprofundar esses relacionamentos.

De uma maneira geral, a maior parte dos contributos estatais para as ONG são “em géneros”, digamos, ou seja, traduzem-se principalmente em alguns envios de bens de primeira necessidade, em facilitações, em algumas reabilitações de instalações, em acessos a serviços ou, nalguns casos, em destacamentos de técnicos que têm vínculo com o Estado.

Ainda nos países da 1.ª fase e sobre equipamentos e respostas de responsabilidade estatal,

sugiram 2 indicações: a intenção do Estado santomense criar um Centro de Acolhimento na ilha do Príncipe (onde a Fundação Novo Futuro também intervém e pretende expandir a sua acção) e, em Angola, a abertura, prevista para breve, de um Centro de Acolhimento de Crianças em Perigo, de âmbito regional (Províncias do Huambo, Cuambo Cubango e Bié), situado na cidade de Cambiote, com uma previsão de capacidade final de 1.200 crianças. Isto significa que há processos em curso neste sector e seria da máxima conveniência e pertinência que se promovessem debates e trocas de experiências entre as ONG com experiência e as agências estatais com responsabilidades e/ou iniciativas. É surpreendente detectar a possibilidade próxima de um equipamento de tal dimensão para responder a estas problemáticas da criança em perigo.

Já nos países da 2.^a fase a situação é bastante distinta: em Cabo Verde estão definidas as Políticas Sociais e as Políticas de Justiça referentes à Criança e Adolescente e estão em funcionamento os dispositivos de aplicação, inclusivé com um organismo estatal com essa vocação específica, com serviços que vão da emergência e acolhimento às intervenções extensivas. Dos 6 países

directamente parceiros, pode considerar-se que Cabo Verde é o único em que todo o sistema de protecção e promoção está montado e em funcionamento. As ONG cabo-verdianas são complementares e supletivas, não sendo sustentadas pelo Estado (de forma significativa).

Em Moçambique, o Estado garante enquadramentos e tutela o sector, nomeadamente nas respostas tipificadas de infância – creche e jardim de infância / pré-escolar, na adopção, nas famílias de acolhimento, etc., promovendo e implementando Planos orientadores. Ao nível das respostas directas no terreno, os serviços estatais (com ramificações Provinciais e Distritais) só asseguram os atendimentos de 1.^a linha, encaminhando os casos para a Rede de ONG atuantes, só intervindo directamente em casos muito urgentes e muito precários (dispondo de 1 Centro de Trânsito). No quadro da Justiça / Reinserção Social está em curso um processo de aperfeiçoamento e de estabilização de dispositivos e equipamentos.

Em Timor-Leste, país que comemorou os seus primeiros 10 anos de independência na 2.^a fase deste projecto, o Estado está na fase de elaboração das suas Políticas Sociais, nomeadamente no que respeita à Protecção da Criança (35% do to-

tal populacional do país tem entre 0 e 15 anos), encontrando-se em funcionamento programas de apoio (bolsas, escolarização, etc.) e um cruzamento de sistemas de intervenção no terreno: uma rede de mediadores promovida pelo Ministério de Solidariedade Social (com pontos focais e grupos referais) e uma rede de cerca de 70 ONG actuantes nesta problemática (onde se integram os casos deste estudo), para além de diversas entidades informais.

Os países participantes / colaboradores, Brasil e Portugal, apesar de contarem neste estudo com um caso de entidade governamental em cada um dos países, não estão contemplados no quadro em análise, uma vez que são abordagens demasiado parcelares face à complexidade dos enquadramentos estatais e legislativos, em diferentes escalas, de qualquer destes dois países que não tiveram parceiros directos no projecto e, consequentemente, não puderam ser mais detalhadamente estudados.

ARRUMAÇÕES FINAIS

OS MODELOS

No conjunto das 22 organizações focalizadas neste estudo, e com base nos vários traços que foram sendo esboçados na leitura analítica das 10 categorias consideradas, é possível re-ensaaiar uma tipologia com 3 modelos organizacionais / conceptuais que implicam diferentes práticas sociais e distintas estratégias de desenvolvimento:

Organização Plataforma-Radar

Incluem-se aqui 2 organizações da 1.^a fase (Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), 5 organizações da 2.^a fase (Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste) e as 4 organizações dos países participantes / colaboradores (Brasil e Portugal), num total de 11 em 22 casos estudados. Dentro deste modelo, é possível discernir variantes, nomeadamente no que se refere a acolhimentos transitórios e aos tipos de destinatários e raios de acção.

Relativamente à 1.^a fase, este modelo está visível em 2 organizações da Guiné-Bissau: a AMIC e a SOS Talibés. Como não podia deixar de ser, a matriz que aqui se focaliza é a AMIC, ONG parceira deste projecto. São organizações que não se responsabilizam pela reeducação ou re-socialização integral das crianças e jovens seus destinatários. É quase uma intervenção de emergência para conseguir, em tempo útil, apanhar o máximo de crianças “desorbitadas” e devolvê-las aos seus contextos. E depois é preciso reanimar as suas socializações. Acolhem só transitoriamente, escolarizam, sensibilizam e promovem o desenvolvimento social nas comunidades da sua zona de influência. Trabalham com números grandes e em redes alargadas. Plataformas que viabilizam os circuitos de recuperação e reintegração. Recentemente, só nestas duas organizações, já beneficiaram desta plataforma de circuitos mais de 1.000 crianças.

São organizações que se estruturam “em teias” de largo espectro. Têm parcerias especializadas nos países vizinhos, actuam nas regiões envolventes, negociam sistematicamente com as autoridades estatais e com as autoridades tradicionais locais, desenvolvem continuamente

acções de terreno com envolvimento das populações, mantêm ligações com as redes de cooperação internacional. Para combater as teias de tráfico respondem com teias de reposição de direitos. São organizações Provedoras. “Teias” porque intervêm em múltiplos fios e em toda a envolvimento.

São *organizações-RADAR* porque dispõem de múltiplas “antenas”, porque se baseiam num sistema de vigilâncias activas e comunicantes. Desenvolvem dinâmicas centrípetas, ou seja, vão à procura de crianças que, a pretexto da sua formação religiosa e escolar, são enviadas para regiões distantes das suas comunidades e que acabam por cair em circuitos de tráfico e exploração e promovem e concretizam os seus regressos e as suas reintegrações familiares. Ao mesmo tempo intervêm no alargamento das respostas escolares, e até pré-escolares, e incentivam a escolarização local generalizada em conexão com processos de desenvolvimento comunitário.

Nas organizações da 2.^a fase também encontramos este modelo nítido de *Plataforma-Radar* no MDM, neste caso sem alojamento e sem apoios directos de sustentação material. Há a manutenção de um radar contínuo e abrangente.

te nas ruas da cidade grande que desencadeiam sucessivos “links” com plataformas transitórias (acolhimento diurno, saúde, encaminhamentos, tentativas de solução, mediações com as autoridades, etc.). É uma variante do modelo focada no “núcleo duro” da problemática: crianças e adolescentes que vivem nas ruas e se encontram à deriva. Paralelamente a organização tem vindo a reforçar e desenvolver a sua vertente de plataforma a montante, ou seja, de intervenção comunitária com equipamentos e rotinas e, proximamente, com dispositivos de formação sistémica.

Os casos de Cabo Verde são todos classificáveis também neste modelo Plataforma-Radar, uma vez que intervêm principalmente por via de centros comunitários que desenvolvem estratégias socioeducativas com implicação dos diversos agentes. Dispõem das antenas, nos diagnósticos, na selecção de candidatos a utentes, na interacção com as comunidades e com as autoridades e disponibilizam pólos e programas. Procuram efeitos de “trampolim social” e intervêm em contextos em que os seus destinatários (crianças, adolescentes e jovens) andariam pelas ruas, “ao deus-dará”, caso não existissem os seus programas, serviços e iniciativas.

Em Timor-Leste há também uma organização (relativamente atípica do conjunto dos 22 casos estudados) que é classificável neste modelo, embora nesta variante, muito mais acentuadamente Radar e não tanto Plataforma, caso do Fórum Tau Matan que está especializado na advocacy e, portanto, actua como observatório, como denunciante e como defensor público no plano dos atropelos dos Direitos e da promoção de “boas regras” e “regras bem governadas”. Uma espécie de “Provedoria” da sociedade civil (nacional e internacional).

As 4 organizações do Brasil e de Portugal são também classificáveis neste modelo e todas elas com o binómio Radar-Plataforma bem visível. Os 2 casos da cidade de S. Salvador da Baía e os 2 casos da cidade de Lisboa dispõem de plataformas cruzadas (com ligações orgânicas entre zonas centrais e periferias), são polivalentes e pluridisciplinares, participam em redes e exercem contínua e renovadamente a sua função radar nos círculos extensivos que abrangem (com focos territoriais e/ou sociológicos). Num dos casos, Portugal / Chapitô, há um modelo combinatório (misto), porque insere o modelo morada-comunidade no seu mosaico de radar-plataforma, com

apoio externo a acolhimento institucional (em malha fechada) e com um pólo de acolhimento residencial (semi-transitório em malha aberta) que parece ter tendência para ser alargado e incluir raparigas.

Organização Morada-Comunidade

É o modelo de 4 organizações deste estudo: em Angola / Huambo, a Okutiuka (parceira deste projecto), em S. Tomé e Príncipe, a Fundação Novo Futuro (parceira deste projecto) e a AR-CAR e em Timor-Leste, o Centro Miguel Magone (parceiro deste projecto). Na diversidade do leque dos 22 casos, há ainda 2 organizações com modelo misto de morada-comunidade e morada em malha fechada, a Aldeia SOS Criança na Guiné-Bissau e a Associação Massana em Moçambique (que tem um centro semi-fechado em que as crianças e jovens não pernoitam mesmo quando estão na condição de sem-abrigo).

Este modelo corresponde ao paradigma da principal resposta universal ao problema dos chamados meninos e meninas de rua e na rua: o seu acolhimento e a responsabilização pela sua so-

cialização até ao início da vida adulta autónoma, ou durante um período suficiente para possibilitar soluções adequadas. É suposto que, na sua intervenção contínua e tendencialmente prolongada, consigam criar condições para que os seus destinatários e destinatárias atinjam a autonomia e se consigam orientar, governar e serem cidadãos e cidadãs em pleno exercício dos seus direitos e deveres. São organizações tutelares e encarregadas de educação.

Como os nossos casos ilustram, tendem a ser organizações de pequena ou média dimensão que, numa mesma casa-morada acolhem entre 15-20 e 50-60 crianças e jovens. “Small is beautiful”. Só com estas dimensões é que conseguem dominar tantos factores, de tantas vidas complicadas. Organizam necessariamente a integralidade das vidas quotidianas das suas crianças e jovens e de parte dos seus colaboradores. Na maioria dos casos, estas organizações requerem que alguns dos seus mentores e principais colaboradores tenham vidas muito “coladas” a essas comunidades. São organizações muito centradas nas pessoas e nas suas construções de identidade e definição de um rumo. São organizações onde as dinâmicas colectivas e grupais são substitutas dos ambientes

familiares e onde tem que existir espaço para as intimidades.

Nestes casos e neste modelo, a sua especificidade é que todas estas organizações também intervêm activamente e persistentemente nas comunidades envolventes, por diversas vias, prestando serviços de educação e desenvolvimento pessoal a crianças e jovens das vizinhanças das suas moradas, mantendo pólos regulares de actividades socioeducativas em comunidades e promovendo iniciativas, eventos e campanhas com cariz identitário (os rituais) e com cariz cívico (os direitos).

É um modelo duplamente comunitário porque, por um lado produzem um “caldo de socialização reservada”, uma vivência caseira num ambiente que também é comunitário, cuja coesão depende de laços electivos e não tanto de laços de pertença e, por outro lado, interagem e intervêm persistentemente com a comunidade envolvente alargada, na integração social dos seus educandos e na promoção de respostas e iniciativas de desenvolvimento social comunitário. São organizações propícias a redes de malha aberta e a dinâmicas centrífugas.

Organização Morada em Malha Fechada

Este modelo abrange outras 5 organizações incluídas neste estudo: em Angola / Huambo, a Casa dos Rapazes e a Omwenho-Ukola, em S. Tomé e Príncipe a Caritas, em Moçambique o Centro Juvenil Ingrid Chawner e em Timor-Leste o Orfanato Bahkita Becora. Como já se referiu, há 2 casos mistos, as Aldeias SOS com um modelo de organização em malha semi-aberta e a Associação Massana com um modelo de organização semi-fechada.

Parte dos traços do modelo anterior também estão presentes nesta tipologia: estão centradas no acolhimento de crianças de rua ou na rua ou similares (sem suporte, sem retaguarda consistente), responsabilizam-se pela sua socialização em períodos temporais e de idades que variam, ou seja, também são organizações tutelares e encarregadas de educação e também são de pequena ou média dimensão (nestas casos entre 20 e 35, se excluirmos as Aldeias SOS que estão dimensionadas para os 110). Ao nível do funcionamento, também organizam a integralidade das vidas quotidianas das suas crianças e jovens e de parte dos seus colaboradores.

A principal diferença em relação ao modelo anterior é a de que estas organizações estão quase totalmente centradas sobre si próprias e sobre os seus grupos e equipas. Intervêm com a comunidade envolvente como mandatários dos seus e suas utentes, ou seja, integram o mais possível as suas crianças e jovens no mundo institucional (escola, saúde, administração pública, etc.). Não socializam crianças não residenciais (não acolhidas) nem mantêm pólos ou iniciativas regulares em comunidades extramuros institucionais, o que não significa que não sejam cooperantes ou até promotoras de serviços de utilidade social e de iniciativas ocasionais de solidariedade e de visibilidade social.

Trata-se de organizações centradas sobre si próprias e sobre as suas missões e destinatários. Geralmente inserem-se em redes sistémicas dentro de universos restritos e mantêm parcerias-âncora com Instituições Superiores, em simultâneo com redes locais de solidariedade militante, como são os casos de obras sociais da Igreja que estão ilustrados neste estudo.

AS INOVAÇÕES

No fundo, aqui nesta rubrica, mais do que “inovações” (que é uma designação *chamariz*), estão elencados alguns “traços singulares” que foram sendo encontrados neste estudo e que podem ser geradores de futuras linhas de trabalho e de reflexividade:

- Encontraram-se casos de parcerias e redes operativas regionais e locais, para além das redes de financiamento à distância. Uma vez que os Estados dos 6 países parceiros do Projecto não financiam substancialmente nenhuma das (18) ONG incluídas no estudo, embora se mantenham abertos os canais de comunicação e cooperação, todas elas têm que ir encontrando soluções de financiamento necessariamente combinatórias. Para a sua sustentação e desenvolvimento, as ONG aqui presentes ou pertencem a redes especializadas ou têm parcerias privilegiadas no binómio especialização / localização, ou encontram parcerias privilegiadas (“alianças de confiança”), ou conseguem substanciais autofinanciamentos, ou operam com custos mínimos, ou combinam soluções.

Entre as (6) organizações directamente par-

ceiras do projecto, a Okutiuka em Angola tem tido alianças (externas), a AMIC na Guiné-Bissau está integrada numa rede transnacional que envolve mais 7 organizações sedeadas noutros 7 países da sub-região, a Fundação Novo Futuro em S. Tomé e Príncipe tem um consórcio de empresas parceiras, a ACRIDES em Cabo Verde opera com baixos custos e com um combinado de contratos-programa/semi-voluntariado/cadeia de patrocinadores e tanto a MDM em Moçambique como o Centro Miguel Magone em Timor-Leste têm tido também alianças (externas).

- Todas as ONG, cada uma à sua maneira, têm conseguido manter e animar o que poderíamos designar de “2.º reservatório”, ou seja, a disponibilização frequente e recorrente de um conjunto significativo de recursos sinérgicos, na maioria das situações “em géneros” (alimentos, roupas, mobiliários ou equipamentos, mediações para resolver problemas prementes do dia-a-dia, etc, etc.). Todas as organizações têm à sua volta uma espécie de “dispensa social” de “banco de ajudas” com sustentação nas suas redes informais. Este “2.º reservatório” baseia-se principalmente em pessoas (que podem estar ou não ligadas a organizações ou entidades) e nas suas adesões

e contributos e é muito relevante como amortecedor das dificuldades e carências. Esta é a retaguarda que não falha em tudo aquilo que for essencial no aqui e agora. É a “zona dos milagres”: quando é mesmo indispensável aparece. Este tipo de corrente de sinergias só é possível e viável quando as organizações e os seus agentes estão intensamente intrincados na sociedade e tanto interagem com os poderes constituídos como com os poderes difusos. Este capital também não pode deixar de ser relacionado com os impactos e considerações que se geram nas envolventes sociais destas organizações.

- Alguma observação-participante permitiu perceber que há, no subconjunto das (6) organizações diretamente parceiras, exemplos excepcionais e invulgares no plano da modelagem da intervenção que importa destacar pela sua importância matricial e epistemológica.

Um deles ilustra e demonstra o que é, e pode ser, a *AUTOREGULAÇÃO* como “ambiente educativo” alternativo e como sistema de organização residencial, de funcionamento institucional e de “pilotagem” das socializações e percursos educativos e formativos. O exemplo mais nítido e paradigmático (e não o único) é a Okutiuka no

Huambo / Angola, onde se pratica uma socialização “terrena”, profundamente realista e coerente com os constrangimentos do segmento social destinatário, livre de qualquer tipo ou forma de assistencialismo ou de normatização compulsiva. Os residentes auto-organizam-se e constituem uma espécie de clã com regras e normas que vão sendo consensualizadas. Ressalta como virtude evidente que o sistema de autoridades é fluente, eficiente, reciclável e coerente com as autênticas *maneiras de ser* dos co-protagonistas que estão combinados: as crianças e jovens no presente, as pessoas da história vivida que vão ficando na *órbita* da casa, as pessoas que constituem o “pessoal de enquadramento”, os mentores e o seu “núcleo duro”. Numa fluência quase utópica todos aprendem a ser pessoas uns com os outros, todos aprendem a lidar com o mundo, todos praticam “artes de viver” e estão todos lançados para os futuros. Este Princípio da Autoregulação é uma praxis de “empowerment” em tempo útil e é muito exigente para todas as pessoas envolvidas.

Os outros dois, a AMIC, na Guiné-Bissau, e a MDM, em Moçambique, apresentam modelos muito consistentes e experimentados, com recursos polivalentes, que se dirigem aos “círculos

mais duros” da problemática deste projecto (resumidamente, crianças traficadas e crianças de rua) e que actuam em largo espectro (o país e a região num caso e a grande cidade metropolitana capital no outro caso). Dir-se-ia que se regem por um Princípio de *TOTALIDADE* e que mantêm a aposta e o desafio de recuperar TODAS as crianças (em sentido lato) dos seus respectivos territórios (de escala macro) que, perversamente, entrem em trajectórias desorbitadas, lesivas ou à deriva – e, em consonância, definiram dispositivos e procedimentos e realizam as manobras. Foram obrigadas a encontrar os seus próprios modelos em girândola, ou seja, têm que instalar rodopios, que vão das sinalizações aos encadeamentos de transições (casuísticas e situacionistas). Em redes alargadas e com sucessivas e contínuas cooperações, as confianças recíprocas são um factor determinante. Este modelo impõe a obrigação (socialmente assim ressentida) de estabelecer uma organização farol, referencial e de confiança máxima, tanto para os destinatários como para todos os parceiros e interlocutores. Para além dos seus universos de destinatários mais críticos (e complexos), estas organizações lançaram-se nas intervenções a montante, num

impulso que se diria preventivo, ou seja, apostas em conseguir diminuir as causas do problema lá nos meandros dos sítios mais complicados. Na sua *lógica de Totalidade*, desenvolvem intervenções comunitárias com equipamentos, rotinas e programas e os seus horizontes tendem a ser extensivos. Tudo isto depende muito de equipas, das respetivas lideranças e de condições de sustentabilidade a médio prazo.

- As 6 ONG directamente parceiras deste projecto e deste estudo desenvolvem estratégias pedagógicas de educação pela arte e pela ciência, por via de diversas modalidades e iniciativas, abrindo e explorando caminhos para as percepções vocacionais e para a aquisição de disposições e de competências expressivas e comunicacionais. São vectores dos projectos que operam como “oficinas de sentidos”, abrindo espaços e apetências para a criação, para a criatividade, para as manifestações dos imaginários, para as regulações emocionais, para as auto-estimas, para o apuramento e afirmação de estilos próprios (na apresentação e representação de si) e para a pura e simples produção de satisfação e de momentos felizes. Estas iniciativas e actividades abrangem as diversas áreas artísticas e criativas: as artes vi-

suais e plásticas, as artes performativas, as artes musicais, as artes corporais, as artes aplicadas, as artes tradicionais, as novas artes tecnológicas, as artes do conhecimento, num elenco sempre aberto e em permanente reciclagem. São intervenções em “laboratório” e em contexto, com durações prolongadas regulares ou com períodos intensivos. Esta dimensão é essencial quando se pretende actuar ao nível das *mentalidades e das filosofias práticas*, na produção do que se tem vindo a designar de disposições (apetências, vontades e planos para os futuros imediatos – sustentados com energias geradoras). É este capital simbólico que pode ser decisivo e determinante nas mudanças de sorte e de destino.

- Praticamente todos os (22) projectos e organizações incluídos neste estudo têm vindo a atingir estádios em que as suas sustentabilidades não se encontram em risco imediato. É impensável e improvável que alguma delas fique impedida de desenvolver a sua missão no futuro próximo. Os impactos reais e efectivos nos destinatários e o reconhecimento social que geraram no meio social envolvente e nas suas redes, constituem garantias (e direitos) da sua continuidade e, simultaneamente, a obrigação das suas renova-

ções e desenvolvimentos. São exemplares nas suas dinâmicas de “vasos comunicantes” e nas suas transparências “naturais”, como se verifica neste estudo. Nos seus persistentes combates à anomia, foram-se tornando pólos institucionais fundadores e são incontornáveis nas funções sociais que desempenham. Esta obrigação cívica e ética vincula todas as parcerias envolventes, as que estão no activo (acima de 100 – com cerca de 40/50 mais relevantes, como se apurou no estudo) e aquelas que sejam sinalizadas como desejáveis, cuja mobilização é desejável e necessária, sendo expectável que os respectivos Estados em foco venham gradualmente a assumir maiores responsabilidades de política activa esclarecida e compromissos / contributos contratualizados. Estamos focalizados num conjunto de exemplos típicos de entidades de utilidade pública de génese nacional fortemente empenhadas na (re)construção da coesão social.

VARIÁVEIS ALTERÁVEIS

Papel do Estado (nos diferentes níveis)

É suposto que os Estados, através dos seus organismos especializados, das suas políticas e medidas, das suas Instituições (que, neste caso, se estendem aos sectores da Justiça e da Segurança Pública) e dos seus diferentes níveis de Administração (central, regional ou provincial e local), estejam muito mais presentes, actantes e contribuintes do que aquilo que se verificou neste estudo.

Todas estas organizações praticam o bem-comum e desempenham funções determinantes para a coesão social e para o desenvolvimento social dos próximos futuros, numa problemática prioritária e premente no quadro das Políticas Sociais (as crianças e jovens em situações de exclusão), e realizam-no com insuperáveis vantagens na equação custos/resultados, porque estão potenciados pela participação social envolvente, sem esquecer também as vantagens da inventividade e da inovação social (que são muito difíceis de obter nos sistemas formais).

Relativamente aos 6 países parceiros deste

projecto, com Estados relativamente recentes e ainda em construção do “design” e dispositivos das suas Políticas Sociais (sendo Cabo Verde o caso mais adiantado), faria sentido que se viessem a estabelecer Consórcios entre o Estado (Organismos que tutelam este sector) e o conjunto das ONG creditadas. O ideal até seria a criação de “Orçamentos Participativos” para o sector. Outra conveniência desses Consórcios seria a modelagem, consensualização e articulação dos procedimentos. É evidente que qualquer ONG tem que ter as suas próprias alianças e fontes – mas o horizonte lógico (já “in progress”) é atingir o triângulo Autofinanciamento / Fontes externas – aliadas e/ou contratualizadas / Estado.

Como atrás foi referido, os países participantes / colaboradores, Brasil e Portugal não são aqui abordados porque, dada a sua historicidade, já têm quadros institucionais e legislativos muito complexos e abrangentes, com larga variedade de instâncias e de escalas de actuação, bem como de cruzamentos e compatibilizações entre Público, Privado e Solidário.

Engenharia organizacional

É desejável que as organizações cultivem as capacidades e habitualidades para exercitarem os seus diagnósticos contínuos (organizacionais, contextuais e temáticos) e para se reestruturarem nos seus dispositivos de condução, de operacionalização e de planeamento estratégico.

- Colectivo organizacional

Sendo ONG, a maioria das organizações têm um carácter associativo (mesmo quando têm o estatuto de Fundação) e, como tal, é importante que haja maiores percepções de como são constituídos esses colectivos (os sócios, os membros, etc.) e qual é a sua dinâmica. Eventualmente serão necessários maiores investimentos nesta componente dos associados/cooperadores e das sucessivas recomposições do colectivo que este tipo de organizações (muito operativas e pragmáticas) provavelmente requerem. Estamos no séc. XXI e em breve terão que ocorrer transições geracionais.

Visibilidade

É importante e conveniente que se reforcem (melhorem e aumentem) as visibilidades acerca das organizações, dos resultados e das próprias problemáticas que estão subjacentes a estas intervenções e manutenções de respostas. Este próprio projecto e estudo já estão nesse caminho mas é necessário acentuar as iniciativas em marketing social à escala da globalização para captação de recursos e de solidariedades.

Heranças dos mentores

É expectável que os mentores preparem a sua substituição com tempos e distâncias suficientes, tendo em conta todo o tipo de ponderações e de testagens-ensaios que tal cenário implica. É um dos “busílis” da maior parte destas organizações: a colagem das suas historicidades às personalidades singulares (mesmo “*sui generis*” na maioria dos casos) dos seus mentores. Levanta-se aqui o problema, quase transcendente, da incorporação de um projecto por sucessores acertados.

Laboratório de Desenvolvimento

É aconselhável que se concebam e organizem programas regulares de intercâmbio, cooperação, qualificação e reflexividade destinados aos quadros e colaboradores destas organizações. Seria de todo o interesse que se encontrassem soluções para incluir os destinatários e ex-beneficiários nestes processos de prospecção, disseminação e desenvolvimento.

projecto MENINOS de RUA: INCLUSÃO e INSERÇÃO

O projecto “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção” articula-se em torno de quatro eixos:

- Melhorar as condições de inserção das crianças e jovens, reforçando a auto-estima e auto-confiança, através da sua participação directa na sensibilização e na construção de instrumentos pedagógicos;
- Contribuir para uma consciência de co-responsabilização das sociedades na protecção das crianças e jovens;
- Reforçar as capacidades das ONG envolvidas;
- Favorecer redes informais de intercâmbio e

divulgação de boas práticas.

Para além do estudo “Engenhos de Rua - Modelos de intervenção com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade nos países da CPLP” são também produtos deste projecto, os dois volumes do livro de histórias ilustradas de crianças e jovens “Vozes de Nós”, a Banda Desenhada “Histórias de tráfico de crianças e a sua prevenção”, o “Manual básico relativo aos direitos das crianças” e o blogue “Vozes de Nós” (www.vozes-de-nos.blogspot.com), que se constituiu como um diário de bordo de todo o projecto.

